

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

GABRIEL LEOPOLDINO DOS SANTOS

**O TRATAMENTO ENUNCIATIVO DA METÁFORA NO ESTUDO DA
DESIGNAÇÃO DO NOME "PORTUGUÊS" NA AMÉRICA LATINA:**

UM TRABALHO COM POLÍTICA DE LÍNGUAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestre em Linguística.

**ORIENTADOR:
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Sa59t Santos, Gabriel Leopoldino dos, 1986-
O tratamento enunciativo da metáfora no estudo da designação do nome "português" na América Latina: um trabalho com política de línguas / Gabriel Leopoldino dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Designação. 2. Metáfora. 3. Enunciação (Linguística). 4. Política de línguas. I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The enunciative treatment of the metaphor in the study of the designation of the name "Portuguese" in Latin America: a work with language policy.

Palavras-chave em inglês:

Designation

Metaphor

Enunciation (Linguistics)

Politics of languages

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Soeli Maria Schreiber da Silva

Mariângela Peccioli Galli Joaínilho

Data da defesa: 24-02-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

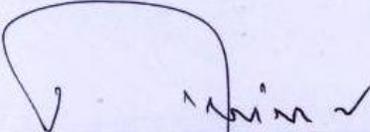
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

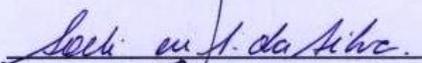
Soeli Maria Schreiber da Silva

Mariângela Peccioli Galli Joanilho

Mônica Graciela Zoppi Fontana

María Teresa Celada







IEL/UNICAMP
2012

Aos meus pais, Osmar e Roselaine,
pelo amor, pelo carinho e pelo afeto que sempre compartilharam comigo.

À minha avó, Thereza,
pela sabedoria com que sempre me incentivou a
investir e a acreditar nos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Eduardo Guimarães, meu orientador, pelos múltiplos aprendizados. Agradeço, sobretudo, pela confiança e pelas orientações, leituras e conversas, as quais me ensinaram, dentre muitas outras coisas, o rigor e o cuidado necessários no trato com o funcionamento da linguagem;

À professora Soeli M. Schreiber da Silva, pela confiança que sempre depositou em meu trabalho. Agradeço, especialmente, pela partilha de afetos, de trabalhos e pela generosidade com que sempre me acolheu. Agradeço, também, pela leitura cuidadosa deste texto;

À professora Mariângela P. G. Joanilho, por sua leitura atenta e cuidadosa, que contribuiu, de diversos modos, para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa;

À professora Mónica G. Zoppi Fontana, pelo afeto partilhado, pelos inúmeros aprendizados e pela confiança que depositou em meu trabalho;

À professora María Teresa Celada, pelo acolhimento e pelas contribuições significativas para a realização deste trabalho;

À professora Eni Orlandi, pelo afeto, pela amizade, pelo acolhimento, pelos aprendizados e pela sua generosidade teórica;

Às professoras Maria Fausta C. Pereira de Castro, Carolina M. Rodríguez Zuccolillo, Suzy Lagazzi e Cláudia R. C. Pfeiffer, por todos os aprendizados dentro e fora da sala de aula;

Aos alunos e professores argentinos, por contribuírem gentilmente com a minha pesquisa. Agradeço, em especial, os colegas Nélide Sosa, Olga Regueira, Fabián Haim e Jorge Calza por tornarem possível o meu trabalho de pesquisa em suas instituições de ensino. *Muchas gracias!*

À Luiza Katia A. Castello Branco, grande amiga e companheira de todas as horas, pela partilha de muitos insabidos. Ao seu lado, pude sentir a preciosidade de uma amizade sincera, leal e bela;

À Tatiana Freire de Moura, minha grande amiga e companheira, pelo afeto partilhado, pela interlocução atenta e fraterna e por todos os momentos felizes que nossa amizade nos proporcionou;

Ao Gabriel da Silva Lima, grande amigo e companheiro, por todos os aprendizados e por todos os momentos felizes que vivenciamos juntos;

Ao José Edicarlos de Aquino, meu grande amigo, por estar ao meu lado em momentos muito importantes da minha vida pessoal e acadêmica. Agradeço a sua interlocução, o seu respeito e a sua amizade sincera e verdadeira;

Ao Vinícius Massad Castro, amigo de todas as horas, pelos afetos e por compartilhar comigo a beleza de sua amizade;

Ao Eduardo Alves Rodrigues, pelos bons momentos que criamos juntos;

À Fátima Catarina Fernandes, pela generosidade com que me acolheu em Campinas, pelos afetos partilhados e pelos bons momentos que experimentamos juntos;

À Ingrid Pereira de Souza Favoretto, minha amiga querida, pela amizade sincera e pelos múltiplos acolhimentos em Campinas;

À Daniela de Almeida Nascimento, pelo respeito, pelo amor e por todos os bons momentos.

Aos funcionários do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, pela gentileza e pelo respeito com que sempre me trataram;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela outorga da bolsa de mestrado e pelo apoio institucional a esta pesquisa.

*Eu me curvo sobre a palavra de finas escamas
No mar a palavra atordoa
Ela foge por entre os dedos do curioso.
Ela vigia o anzol.*

(Edmondo Jabés, *Palavras estrangeiras*)

Como apresentar um trabalho que não é mais do que o resultado de uma busca sempre inacabada por fazer sentido(s) nos domínios com os quais nos reconhecemos como sujeito de conhecimento? Vã tentativa de explicar a instabilidade do desejo, de recobrir com a alegada coerência do discurso científico o que na verdade não é mais do que nossa errática circulação pelas diferentes regiões de sentido, nas quais nos constituímos como sujeitos de discursos, que necessariamente acreditamos sejam nossos.

(Mónica Zoppi Fontana, *Cidadãos modernos*)

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa objetivamos compreender a constituição e o funcionamento da designação do nome "português" em um espaço de enunciação particular da América Latina: a região do Rio da Prata, na Argentina. Mais especificamente, objetivamos compreender as determinações históricas e políticas que incidem sobre a constituição dos sentidos do nome "português" em um espaço de enunciação cuja língua oficial, ou que funciona como tal, não é o português. Assim, nosso corpus foi constituído por um conjunto de entrevistas feitas com alunos e professores do curso superior de Professorado em Português da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), localizada na província de Entre Ríos, Argentina. Tendo em vista nosso objetivo de pesquisa e nosso material de análise, trabalhamos com a hipótese de que as metáforas de "português" determinavam a constituição e o funcionamento da designação desse nome nesse espaço de enunciação. Mobilizando, então, o dispositivo teórico-metodológico da semântica histórica da enunciação, desenvolvemos uma reflexão de natureza teórico-analítica em torno do modo como compreendemos o funcionamento enunciativo da metáfora e de como esse funcionamento determina a constituição da designação do nome "português" nos acontecimentos enunciativos que tomamos para análise. Uma das compreensões importantes que esta pesquisa permite ter é a da distribuição normativa e desigual das línguas no espaço de enunciação latino-americano. Em outras palavras, ao estudarmos os sentidos de "português" nessa porção da América Latina, foi possível observar que a política de línguas (tal como esse conceito é trabalhado aqui, a partir de Orlandi (2007b)) se estrutura pelo litígio característico do real das línguas em relação. Como efeitos dessa política, por um lado, temos a exclusão de algumas línguas, e de seus falantes, de seus direitos de simbolizar o real e, por outro, temos instalados os diferentes modos de essas línguas excluídas, bem como de esses sujeitos-falantes excluídos, afirmarem o seu pertencimento ao espaço de enunciação latino-americano.

Palavras-chave: Português. Designação. Metáfora. Espaço de enunciação. Político. Relação entre línguas.

RESUMEN

En este trabajo tenemos como objetivo comprender la constitución y el funcionamiento de la designación del nombre "portugués" en un espacio de enunciación particular de América Latina: la región del Río de La Plata, en la Argentina. Más específicamente, queremos comprender las determinaciones históricas y políticas que inciden sobre la constitución de los sentidos del nombre "portugués" en un espacio de enunciación cuya lengua oficial, o la que funciona como tal, no es el portugués. Así, nuestro corpus se constituyó por un conjunto de entrevistas hechas a alumnos y profesores de la carrera de Profesorado en Portugués de la Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), ubicada en la provincia de Entre Ríos, Argentina. Considerando nuestro objetivo de investigación y nuestro material de análisis, trabajamos con la hipótesis de que las metáforas de "portugués" determinaban la constitución y el funcionamiento de la designación de ese nombre en ese espacio de enunciación. Desde el dispositivo teórico-metodológico de la Semántica Histórica de la Enunciación, desarrollamos una reflexión de naturaleza teórico-analítica en torno al modo cómo comprendemos el funcionamiento enunciativo de la metáfora y de cómo dicho funcionamiento determina la constitución de la designación del nombre "portugués" en los acontecimientos enunciativos que tomamos para el análisis. Una de las comprensiones importantes que esta investigación permite asumir es la de la distribución normativa y desigual de las lenguas en el espacio de enunciación latinoamericano. En otras palabras, al estudiar los sentidos de "portugués" en esa porción de América Latina, fue posible observar que la política de lenguas (tal como ese concepto es trabajado aquí, a partir de Orlandi (2007b)) se estructura por el litigio característico de lo real de las lenguas en relación. Como efectos de esa política, por un lado, tenemos la exclusión de algunas lenguas, y de sus hablantes, de sus derechos de simbolizar lo real y, por otro, tenemos instalados los diferentes modos de esas lenguas excluidas, bien como de esos sujetos-hablantes excluidos, al afirmar su pertenencia al espacio de enunciación latinoamericano.

Palabras clave: Portugués. Designación. Metáfora. Espacio de enunciación. Político. Relación entre lenguas.

ABSTRACT

In this research work we have aimed to understand the constitution and the functioning of the designation of the name "Portuguese" in a particular space of enunciation in Latin America: the region of the River Plate, in Argentina. More specifically, we have aimed to understand the historical and political determinations that affect the constitution of the senses (*sens*, in French; *sentidos*, in Portuguese) of the name "Portuguese" in a space of enunciation whose official language is not Portuguese. Our corpus consisted of a series of interviews with students and teachers from the *Profesorado en Portugués* (major in Portuguese as a Foreign Language) of the National University of Entre Ríos, located in the province of Entre Ríos, Argentina. Given the objectives of this research and our analysis material, we have worked with the hypothesis that the metaphors of "Portuguese" determined the constitution and the functioning of the designation of this name in the space of enunciation studied here. Taking the Historical Semantics of the Enunciation for granted, we have developed a theoretical-analytical reflection about the way we understand the enunciative functioning of the metaphor and how this functioning determines the constitution of the designation of the name "Portuguese" in the enunciative events we have analyzed. This research allows us to understand, among other things, the normative and uneven distribution of the languages in the Latin American space of enunciation. In other words, by studying the senses of "Portuguese" in this part of Latin America, it was observed that the politics of languages (as this concept is conceived by Orlandi (2007b)) is structured by a litigious dispute that characterizes the real of languages in relation. As effects of such dispute, on one hand, we can state that some languages, as well as its speakers, are excluded from its rights to symbolize the real and, on the other hand, this exclusion sets the scene for the different ways by which these excluded languages affirm its belonging to the space of enunciation of Latin America.

Keywords: Portuguese. Designation. Metaphor. Space of enunciation. Political. Language relation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: DELIMITAÇÕES, INVERSÕES E DESLOCAMENTOS	9
1.1. INTRODUÇÃO	10
1.1.1. Metodologia de trabalho	12
1.2. A LINGUÍSTICA NÃO-ENUNCIATIVA DE FERDINAND DE SAUSSURE	13
1.3. AS LINGUÍSTICAS ENUNCIATIVAS DE CHARLES BALLY, ÉMILE BENVENISTE, OSWALD DUCROT E JACQUELINE AUTHIER-REVUZ	30
1.3.1. Michel Bréal	31
1.3.2. Charles Bally	44
1.3.3. Émile Benveniste	49
1.3.4. Oswald Ducrot	55
1.3.5. Jacqueline Authier-Revuz	61
1.4. A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO	70
1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
Capítulo II – ACONTECIMENTO, DESIGNAÇÃO E METÁFORA: FUNDAMENTOS PARA UM ESTUDO DA POLÍTICA DOS SENTIDOS	87
2.1. INTRODUÇÃO	88
2.1.1. Metodologia de trabalho	89
2.2. MATERIAIS DE PESQUISA	89
2.3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	93
2.3.1. O acontecimento da enunciação	94
2.3.1.1. <i>Michel Pêcheux e o acontecimento discursivo</i>	96
2.3.1.2. <i>Gilles Deleuze e Félix Guattari e o acontecimento coletivo da enunciação</i>	98
2.3.1.3. <i>Paul Veyne e o acontecimento histórico</i>	104
2.3.1.4. <i>Eduardo Guimarães e o acontecimento histórico</i>	108

2.3.2. A cena enunciativa	111
2.3.3. A designação e a divisão dos sentidos na linguagem	115
2.3.4. Sobre as relações de articulação	119
2.3.5. As relações de reescrituração	120
2.3.6. A metáfora também merece que se lute por ela	123
Capítulo III – A DESIGNAÇÃO DO NOME "PORTUGUÊS" NA UNIVERSIDAD NACIONAL DE ENTRE RÍOS, ARGENTINA	135
3.1. INTRODUÇÃO	135
3.2. ANÁLISES DA DESIGNAÇÃO DO NOME "PORTUGUÊS" NA UNER	136
3.3. OBSERVAÇÕES GERAIS DO TRATAMENTO ENUNCIATIVO DA METÁFORA	165
Capítulo IV – O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO LATINO-AMERICANO	169
4.1. INTRODUÇÃO	169
4.2. SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO	171
4.3. POLÍTICA DE LÍNGUAS NA AMÉRICA LATINA E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO LATINO-AMERICANO	188
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
BIBLIOGRAFIA	201

INTRODUÇÃO

Embaraçada ali dentro por uma teia de vazios, eu esquecia de novo o roteiro de arrumação que traçara, e não sabia ao certo por onde começar a arrumar. O quarto não tinha um ponto que se pudesse chamar de seu começo, nem um ponto que pudesse ser considerado o fim. Era de um igual que o tornava indelimitado.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G. H.*)

*E ao poder de uma palavra
Recomeço minha vida
Nasci pra te conhecer
E te chamar*

Liberdade.

(Paul Éluard, *Liberdade*)

Cabe-nos, de início, uma difícil função: a de introduzir um percurso de trabalho e pesquisa em torno de determinadas questões de linguagem que nos são caras. A dificuldade dessa função está no fato de que o trabalho em si diz muito mais do que qualquer palavra que busque, em algumas linhas, apresentá-lo e, ao mesmo tempo, dizer, como se costuma fazer nas introduções, a respeito das reflexões que nele estão contidas. Essa dificuldade tem que ver, ainda, com o fato de que o que aqui se mostra não é simplesmente um texto, mas é a narrativa de um percurso, marcado por incertezas, dúvidas, mudanças, angústias, prazer e trabalho. Procurando um modo de apresentar o percurso (de vida) que viemos fazendo até então, deparamo-nos com três ou quatro maneiras de fazê-lo.

Podemos começar dizendo que este é um trabalho de semântica. Dado o amplo escopo do termo "semântica" nos domínios múltiplos e multiformes das ciências da linguagem, corremos o risco de dizer muito pouco — ou até mesmo quase nada — sobre o que é o nosso trabalho. Olhar para algumas definições dadas a esse termo pode apontar para

a complexidade desse campo. Exemplos disso são: "A semântica é o estudo do significado linguístico. Interessa-se pelo que é expresso por sentenças e outros objetos linguísticos, não pelo arranjo de suas partes sintáticas ou pela sua pronúncia" (KATZ, 1982, p. 43); "A semântica [...] é o estudo do significado das expressões das línguas naturais. É um ramo da linguística (a ciência da linguagem)" (CHIERCHIA, 2003, p. 7); "A semântica é o estudo do sentido das palavras¹" (GUIRAUD, 1955, p. 5); "A *Semântica* [...] cuja definição mais geral é a de que ela se ocupa do sentido, parece derivar, antes de tudo, da Linguística e da Lógica" (PÊCHEUX, 2009, p. 10); "Semântica e pragmática são disciplinas linguísticas que têm como objeto o estudo da significação, do sentido na linguagem" (GUIMARÃES, 2006, p.115).

Segundo o que vemos acima, não podemos dizer que haja consenso entre os pesquisadores sobre o que seja a semântica, pois o que está em jogo nessas formulações são gestos de leitura (cf. ORLANDI, 1997) e posicionamentos teóricos (ideológicos) de cada sujeito frente à história da semântica, em particular, e frente à história do saber linguístico, em geral. Como toda ciência é sempre-já um gesto de leitura e de interpretação, em que o sujeito está direta e incontornavelmente implicado nesse gesto, com a semântica isso não poderia ser diferente. Defini-la como i) "estudo do significado linguístico" (KATZ, 1982, p. 43), ii) "estudo do significado das expressões" (CHIERCHIA, 2003, p. 7), iii) "estudo do sentido das palavras" (GUIRAUD, 1955, p. 5) ou iv) como "disciplina linguística que tem como objeto o estudo da significação, do sentido na linguagem" (GUIMARÃES, 2006, p. 115) não significa a mesma coisa, já que a própria formulação recorta e delimita objetos teóricos distintos, demandando, em face desses objetos, dispositivos analíticos específicos.

Diante dessa complexidade brevemente apontada, o primeiro capítulo, intitulado "A semântica histórica da enunciação: delimitações, inversões e deslocamentos", e também o segundo, intitulado "Acontecimento, designação e metáfora: fundamentos para um estudo da política dos sentidos", apresentam a semântica a partir de um lugar próprio: o da *semântica histórica da enunciação*. Desse lugar, a tomamos como uma disciplina da linguística cujo objeto de estudo é a significação (o sentido) na linguagem. Por "significação" entendemos que é o efeito produzido pela inscrição da língua na história e no social, e não como produto de um sistema fechado de signos linguísticos ou como uma

¹ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "La sémantique est l'étude du sens des mots."

etiquetagem dos objetos do mundo, em que a história interviria apenas como um apêndice. Levando em consideração a história, o político, a ideologia e o inconsciente, a significação é um processo simbólico pelo qual a língua se expõe ao seu real (que é a *incompletude*) e ao real da história (que é a *contradição*) (cf. GADET; PÊCHEUX, 2004). A partir desse dispositivo teórico e das disposições gerais que o regem, delimitamos neste trabalho de pesquisa um objeto de estudo mais preciso: a significação do nome "português", ou de sua forma correlata "língua portuguesa", na Argentina.

Veremos, então, no segundo capítulo, quando tratarmos do dispositivo analítico estruturado a partir de nosso objeto de estudo, dos objetivos de pesquisa e das nossas hipóteses, que o conceito de *designação*, coerente com a filiação materialista de nosso dispositivo teórico, nos permitirá pensar a significação na linguagem para além de sua transparência (unidade imaginária), visto que por meio desse conceito a compreendemos enquanto uma construção de linguagem (construção simbólica) afetada pelo político e pela história. Assim, para nós, a significação não é nunca única e tampouco possui relação direta com as coisas do/no mundo. Ela é sempre um efeito (um efeito possível entre outros) produzido por uma relação de linguagem.

Na perspectiva aberta por nossa compreensão da natureza da significação na linguagem, podemos, também, apresentar este trabalho dizendo que ele propõe um tratamento enunciativo para a *metáfora*. Considerando, então, que o sentido é um efeito produzido por uma relação de linguagem, a metáfora será compreendida neste trabalho não como um desvio de sentido literal ou como um sentido segundo que vem se agregar a um sentido primeiro, mas sim enquanto parte do funcionamento da linguagem, já que, segundo nossa hipótese, ela determina a designação de uma palavra, de um nome ou de uma expressão linguística. Nesse sentido, conceber enunciativamente a metáfora, de acordo com o dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação, significa, em primeiro lugar, produzir um distanciamento com relação ao tratamento dado a esse fato de linguagem em algumas áreas da linguística ou da filosofia, como, por exemplo, a retórica, e, em segundo lugar, significa uma filiação a alguns trabalhos materialistas que concebem a metáfora como fundante da significação.

No parágrafo anterior, dissemos que o trabalho com o outro possível da metáfora (outros modos de concebê-la e de olhar para o seu funcionamento na linguagem), ao

mesmo tempo em que tem que ver com um distanciamento, tem que ver também com uma filiação. Acreditamos ser importante destacar o significante "filiação". Através dele e por meio dele queremos mostrar que não se trata aqui de aplicação de uma teoria, produzida alhures, sobre a metáfora; não se trata tampouco de empréstimo entre teorias. Trata-se, antes, de uma reflexão que procura levar às últimas consequências as "questões imperdoáveis"² para um certo domínio materialista de estudo da linguagem. O trabalho que ora apresentamos se filia, pois, aos trabalhos de Michel Pêcheux, de Eni Orlandi, de Eduardo Guimarães e de Mariângela Joaquinha, apenas para citar alguns nomes.

A partir das análises enunciativas das metáforas de "português" e do modo como elas determinam a designação desse nome no espaço de enunciação argentino, conforme se verá no terceiro capítulo, intitulado "A designação do nome 'português' na Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina", podemos dizer que um outro modo de apresentar este trabalho é dizendo que ele trata de analisar a distribuição desigual das línguas, com ênfase no português, no espaço de enunciação argentino. Em outras palavras, este texto põe em cena a configuração das relações entre línguas e da política de línguas na América Latina a partir do modo como essas relações e essa política de língua se dão na Argentina.

No quarto capítulo, nomeado "O espaço de enunciação latino-americano", discutiremos os conceitos de *espaço de enunciação* e de *sujeito-falante*, segundo como os compreendemos a partir da leitura que fazemos dos textos em semântica histórica da enunciação. Veremos que o espaço de enunciação é um conceito teórico de grande produtividade analítica para o que propomos neste trabalho, pois leva em conta a conformação de um espaço pensado a partir de uma reflexão sobre a linguagem. Com isso, queremos dizer que o conceito de espaço de enunciação não remete, necessariamente, a um espaço físico, localizável no mundo empírico, mas a um espaço de funcionamento de línguas e constituído por falantes, o que nos permite dizer que ele é, antes de tudo, um espaço simbólico, dividido desigual e normativamente pelo político e afetado pela história.

Acreditamos que o que trazemos nesse quarto e último capítulo é importante por, pelo menos, dois motivos: 1. em geral, os trabalhos que se dedicam a tratar das relações entre línguas em um determinado espaço de enunciação, assim o fazem a partir do ponto de

² Esta formulação foi tomada do texto de Eni Orlandi intitulado "Uma questão de coragem: a coragem da questão", que compõe a nota à edição brasileira de *Les vérités de la Palice (Semântica e discurso)*, de Michel Pêcheux (2009).

vista da *política linguística*³ e não da *política de línguas*⁴. Ou seja, considerando a distinção que Orlandi (2007b) faz dessas duas noções, quando alguns trabalhos se propõem a falar das línguas em relação, eles, em geral, se filiam a posições teóricas (portanto, a posições política e ideologicamente marcadas) que sustentam o modo de dizer dos Estados (Trans)Nacionais⁵ capitalistas ao legislarem sobre essa questão. Assim, na perspectiva da política linguística dos Estados se fala muito em "identidade nacional", "língua como bem cultural", "diversidade linguística", "respeito às diferenças (linguísticas)", "proteção de línguas", "extinção de línguas", "línguas minoritárias", "riqueza cultural", sendo essas expressões, por um lado, formas históricas de apagamento do político das relações entre línguas e entre sujeitos em espaços configurados por uma formação social capitalista e, por outro, modos de sustentação/legitimação do poder dominante de algumas línguas, e consequentemente de alguns falantes, sobre as demais línguas e sobre os demais falantes em circulação nesses espaços. Ao se falar, então, em "respeito às diferenças (linguísticas)", fala-se, a nosso ver, a partir de uma posição "culturalista" que olha para as línguas como "peças de museu" que devem ser preservadas. Essa preservação, no entanto, não produz como efeito direto a garantia de que essas línguas terão o mesmo funcionamento social e político que as línguas ditas nacionais ou as "línguas de comércio", como o inglês; 2. em nosso trabalho, queremos falar explicitamente do político enquanto "caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a

³ Orlandi (2007b, p. 7) diz: "Em geral, quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos 'manipular' como queremos a política linguística. Outras vezes, fala-se em política linguística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas, em função da escrita, de práticas escolares, do uso em situações planejadas."

⁴ Por *política de línguas* entendemos, segundo o que nos ensina Orlandi (2007b, p. 8): "Quando falamos em Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja afetada desde sempre pelo político. Um língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos."

⁵ Por Estado Transnacional entendemos a conformação de um espaço de trocas comerciais, políticas e simbólicas entre dois ou mais Estados Nacionais como resultante de acordos internacionais de integração entre eles. Embora o Estado Transnacional não se limite ao território de apenas um Estado-Membro, ele possui um funcionamento muito parecido àquele que sustenta os Estados Nacionais, já que se estrutura também por meio de Aparelhos Ideológicos de Estado (cf. ALTHUSSER, 1996). Lembramos que essa formulação "Estado Transnacional" foi inspirada no texto "O português do Brasil como língua transnacional", de Mónica Graciela Zoppi Fontana (2009). Nesse texto, a autora traz duas formulações que nos são fundamentais: *espaço de enunciação transnacional* e *língua transnacional*.

afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Desse modo, ao tratar da designação de "português" no espaço de enunciação argentino, queremos falar do sentido histórica e politicamente dividido das línguas e de seus falantes. Segundo Zoppi Fontana (2009, p. 20)

As línguas faladas por diversas comunidades participaram sempre de forma conflitiva na delimitação dos espaços territoriais ocupados por elas e intervieram na configuração desses espaços como estruturas jurídico-administrativas soberanas. O papel da imposição de uma língua sobre outras como efeito de relações históricas desiguais de poder (de dominação e/ou de colonização) é fartamente reconhecido como determinante na constituição dos Estados Nacionais modernos, assim como no seu esfacelamento recente.

Diante de tudo o que dissemos acima, a pesquisa "O tratamento enunciativo da metáfora no estudo da designação do nome 'português' na América Latina: um trabalho com Política de Línguas" procura fazer aparecer as "relações históricas desiguais de poder (de dominação e/ou colonização)", conforme nos ensina Zoppi-Fontana (2009, p. 20). Assim, a significação de um nome de língua nacional se constrói relativamente aos espaços de disputas de poder próprios às condições sócio-históricas de produção/reprodução do sistema capitalista globalizado.

Para finalizar esta introdução, trazemos uma fala de Orlandi (1988, p. 7) que acreditamos dizer um pouco mais sobre o nosso próprio trabalho, pois, no limite, procuramos "problematizar uma região de pesquisa sobre a linguagem que é das mais contundentes e, ao mesmo tempo, das mais necessárias e historicamente constitutivas do fato-linguagem na América Latina."

Objetivos da pesquisa

Nosso objetivo de pesquisa é estudar e compreender o funcionamento da designação do nome "português", ou de sua forma correlata "língua portuguesa", no espaço de enunciação da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), na cidade de Concórdia, Argentina, tendo como hipótese que o funcionamento enunciativo das metáforas desse nome determina a sua designação nesse espaço. A partir deste objetivo específico, queremos responder às seguintes perguntas:

- 1) Como é construída a designação do nome "português" na relação com a designação do nome "espanhol", nome da língua que funciona como oficial na Argentina?
- 2) Como é construída a designação do nome "português" na relação com a designação dos nomes de outras línguas nacionais faladas nesse espaço de enunciação?
- 3) Como a metáfora, tal como a consideramos neste trabalho, determina a designação de nomes?
- 4) Como o estudo da designação do nome "português" contribui para a compreensão do funcionamento da política de línguas presente nesse espaço?

Capítulo I

A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: DELIMITAÇÕES, INVERSÕES E DESLOCAMENTOS*

E é inútil procurar encurtar caminho e querer começar já sabendo que a voz diz pouco, já começando por ser despesoal. Pois existe a trajetória, e a trajetória não é apenas um modo de ir. A trajetória somos nós mesmos. Em matéria de viver, nunca se pode chegar antes. A via-crucis não é um descaminho, é a passagem única, não se chega senão através dela e com ela.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G. H.*)

*Devagar...
Sim, devagar...
Quero pensar no que quer dizer
Este devagar...
Talvez o mundo exterior tenha pressa demais.
Talvez a alma vulgar queira chegar mais cedo.
Talvez a impressão dos momentos
seja muito próxima...*

(Fernando Pessoa, *Não*)

* Este subtítulo foi tomado emprestado de um trabalho de Michel Pêcheux cujo título é justamente esse — "Delimitações, inversões e deslocamentos" —, publicado, na sua versão em português, na revista *Cadernos de Estudos Linguísticos 19*, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, no ano de 1990. Este subtítulo nos parece conveniente aqui, pois ele (nos) diz muito da própria constituição do dispositivo teórico-metodológico da semântica histórica da enunciação.

1.1. INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo buscamos situar o leitor nos domínios teóricos e metodológicos da semântica histórica da enunciação, área da linguística em que inserimos nosso trabalho com a linguagem.

O nosso intuito aqui é pôr em cena uma leitura nossa possível do percurso que foi constituindo essa semântica histórica da enunciação. Como sabemos, essa perspectiva teórica tem, em sua constituição, diálogos e distanciamentos interessantes com outras áreas do conhecimento linguístico que valem a pena serem olhados de perto para compreendermos, em última instância, o gesto de interpretação (cf. ORLANDI, 2007a) que vai fundando, paulatinamente, um modo particular de olhar para os fatos do mundo — em nosso caso, para os fatos de linguagem que dizem e re-dizem o mundo.

Tendo em vista que todos os fatos do mundo são investidos/revestidos de linguagem e tendo em vista, ainda, que a linguagem é, do nosso ponto de vista, uma construção simbólica remetida ao real (da língua e da história, conforme aprendemos com Gadet e Pêcheux, 2004) sem o que não podemos (nos) significar, pensar na constituição de um domínio científico também tem que ver com o modo como o simbólico intervém nessa constituição (daí nossa opção em falar em "gestos de interpretação" para falar da história das ciências). Como o simbólico funciona por meio de relações, qualquer prática científica coloca em relação, por conseguinte, o (seu) saber com as condições históricas do seu aparecimento. Isso nos permite dizer que a história de uma ciência não se dá por meio de uma evolução natural (não é uma cronologia), mas sim por meio da relação entre o simbólico e a ideologia com as condições históricas específicas de produção/reprodução de um saber, isto é, de uma determinada prática científica. Sobre isso, Lecourt (1980) diz que

A história duma ciência não pode então entender-se senão na sua relação com a história do "saber", isto é, com a história das práticas — discursivas e não discursivas — que o constituem; trata-se de pensar as mutações destas práticas: cada mutação terá por efeito modificar o modo de inserção de cientificidade no saber, estabelecer um novo tipo de relação ciência/poder. Por isso o problema que a ideologia põe à ciência, não é o das situações ou das práticas que ela reflete duma forma mais ou menos consciente; [...] é o problema da sua existência enquanto prática discursiva e o seu funcionamento em relação com as outras práticas. (LECOURT, 1980, p. 97)

Dessa forma, como vemos, a construção histórica de uma ciência, assim como o próprio saber da ciência, é sempre-já uma construção simbólica e ideológica, isto é, é uma

construção fundada sobre gestos de interpretação de sujeitos de linguagem que assumem, mesmo que não conscientemente, uma determinada posição frente ao saber humano. E quando trazemos a ideologia para pensar a cientificidade das ciências em certas condições históricas de produção, o fazemos para afirmar nossa posição de que nenhuma prática humana é uma prática puramente individual, a-histórica. Ao contrário, todo gesto é ideológico na medida em que põe em relação diferentes práticas discursivas que constituem o saber humano, sendo essas práticas, como dizem Pêcheux e Fichant (1971, p. 49) *sintomas* de que as relações entre as disciplinas científicas não estão "reguladas unicamente pelo conteúdo científico destas disciplinas, pois outra coisa intervém, ou seja, o conjunto dos seus efeitos extra-científicos".

Neste capítulo, portanto, queremos fazer perceber esse *sintoma* de que nos falam Pêcheux e Fichant (1971, p. 49) a partir dos efeitos científicos e extra-científicos significativos na construção do saber da semântica histórica da enunciação. Para isso, nossa empreitada está de acordo com uma concepção de que o fazer científico se funda sobre bases sintomáticas, o que quer dizer que as delimitações, as inversões e os deslocamentos fundantes de um modo específico de teorização não estão imunes às múltiplas determinações que afetam os sujeitos de linguagem e os sentidos.

Como introdução, diríamos que a semântica histórica da enunciação se constrói sobre dois eixos principais⁶: de um lado, está o eixo dos estudos enunciativos, principalmente aqueles de tradição estruturalista, com destaque, sobretudo, aos estudos feitos por linguistas como Michel Bréal⁷, Charles Bally, Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Do outro lado, está o eixo dos estudos discursivos de filiação pêcheutina, com destaque, sobretudo, aos analistas de discurso como Michel Pêcheux, Denise Maldidier, Francine Mazière, Jean-Jacques Courtine, Eni Orlandi e seu grupo de pesquisadores no Brasil.

⁶ Dizer que a semântica histórica da enunciação se funda sobre dois eixos principais (o dos estudos enunciativos estruturalistas e o dos estudos discursivos) não quer dizer que ela não seja afetada por outros domínios do conhecimento científico. As práticas da filosofia da linguagem, da filosofia, da sociologia, da história, da política, apenas para citar algumas, estão sempre presentes, mesmo que essa sua presença não esteja sendo dita, estando marcada pelas formas do silêncio (no sentido que dá Orlandi (2007c) a esse termo).

⁷ Michel Bréal só pode ser considerado um linguista da enunciação se o tomamos pelo conjunto de sua obra, de modo *latu sensu*, o que quer dizer que ele, enquanto teórico da linguagem, não se preocupou especificamente com o fato de linguagem *enunciação*, mas apontou em seus textos questões que os linguistas da enunciação propriamente ditos se beneficiariam para a construção teórica de suas reflexões.

A relação, então, estabelecida entre esses dois eixos para a constituição da semântica histórica da enunciação não deve ser significada a partir do lugar do "empréstimo" de elementos conceituais de uma teoria a outra. Do ponto de vista da ciência, o "empréstimo", no sentido de transposição, seria empobrecedor e pouco produtivo, já que toda prática científica, por ser simbólica, busca responder às suas próprias questões (busca a sua própria verdade). Como sabemos que as questões de uma ciência podem não ser as questões de outras ciências, a noção de "empréstimo" traz como consequência um recalco daquilo que é, de fato, uma questão a ser respondida por uma determinada prática científica e não por outras.

É por isso que fizemos questão de colocar como subtítulo deste capítulo o título do texto de Pêcheux (1990), conforme dissemos em nota de abertura, "Delimitações, inversões e deslocamentos", pois a prática científica, enquanto um gesto de interpretação possível, se constrói, justamente, não pelo empréstimo, mas pelas delimitações, pelas inversões e pelos deslocamentos que opera no interior da história das ciências e do saber.

E retomando o fragmento do texto de Clarice Lispector que selecionamos como uma das epígrafes deste primeiro capítulo, diríamos que o que trazemos aqui é a história de um percurso, de uma trajetória que não é "despessoal". É, ao contrário, "um modo de ir" de uma trajetória "de nós mesmos"; é um modo de estarmos na história das ciências, ao mesmo tempo em que nos deparamos com o real de nossa própria história.

1.1.1. Metodologia de trabalho

Diante do que dissemos acima, a metodologia que utilizaremos neste primeiro capítulo será a seguinte: a) em um primeiro momento, apresentaremos a nossa leitura de alguns trabalhos de Ferdinand de Saussure, de modo que possamos compreender em que consistem as bases teóricas e metodológicas sobre as quais a linguística enunciativa de base estruturalista se apóia para suas descrições e análises linguísticas; b) em um segundo momento, trataremos, especificamente, de alguns linguistas da enunciação considerados por nós importantes para a constituição da semântica histórica da enunciação. Entre eles, estão os teóricos Michel Bréal, Charles Bally, Émile Benveniste, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz; c) por último, discutiremos o modo específico de se pensar a *enunciação*

pela semântica histórica da enunciação, segundo o modo como a compreendemos, tomando como referência principal os trabalhos de Eduardo Guimarães (2002, 2005, 2007, 2009, 2011).

De modo geral, interessa-nos prestar atenção ao modo como cada teórico se posiciona frente a algumas perguntas básicas que faremos, não de forma direta, ao longo de todo este primeiro capítulo, como, por exemplo: o que é língua/linguagem?, o que é enunciação?, o que é sentido na língua/linguagem?, O que é argumentar? Assim, mais do que procurar respostas, desejamos ressaltar as perguntas que fazem movimentar o saber científico. Tendo dito isto, podemos iniciar nossa discussão teórica.

1.2. A LINGÜÍSTICA NÃO-ENUNCIATIVA⁸ DE FERDINAND DE SAUSSURE

O nosso objetivo nesta seção consiste em trabalhar os conceitos principais da linguística não-enunciativa do linguista genebrino Ferdinand de Saussure, a quem é atribuído, não sem razão, o mérito de deslocar para um lugar que lhe é próprio a linguística moderna. Para esse propósito, investiremos em uma leitura não exaustiva de duas de "suas" obras: o *Curso de Linguística Geral* (CLG) e o *Escritos de Linguística Geral* (ELG), organizados e editados, um, por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir das notas de alunos frequentadores dos cursos ministrados por Saussure em Genebra (1907-1911) e, outro, pelos estudiosos de sua teoria Simon Bouquet e Rudolf Engler, a partir dos manuscritos saussurianos.

O primeiro ponto que gostaríamos de assinalar se refere à nossa posição de dizer que a teoria de Ferdinand de Saussure é uma teoria de uma linguística não-enunciativa. Em que consiste, então, tal afirmação? Em um primeiro momento, daríamos como resposta algo que poderia produzir um efeito tautológico: ela é uma linguística não-enunciativa porque o seu dispositivo teórico não se preocupa em colocar como objeto de estudo a enunciação. O seu objeto⁹ é a *língua*, e isso traz implicações diferentes para as teorias que se constroem

⁸ Essa categorização de "linguística não-enunciativa" do trabalho de Saussure partiu das leituras que fizemos de Cervoni (1989).

⁹ Quando dizemos a palavra *objeto* é no sentido materialista que o fazemos, pois reconhecemos que, tal como afirma P. Henry (1992, p. 16), com base nos ensinamentos de Louis Althusser, "o objeto de conhecimento é objeto que muda, que tem uma história inscrita na história da ciência da qual é objeto, na confrontação de suas teorias, nas práticas específicas que o caracterizam, assim como nas condições históricas que produziram essa

em função desses dois objetos de conhecimento diferentes e complementares ao mesmo tempo. Esperamos mostrar essas implicações ao longo deste primeiro capítulo, ao trabalharmos com a diferença entre linguística não-enunciativa, em um primeiro momento, e linguística enunciativa, em um segundo momento.

Desde o início do CLG, Saussure esclarece e delimita qual é o objeto específico de estudo da linguística enquanto uma ciência autônoma. Logo no primeiro parágrafo do capítulo I da introdução, o autor nos diz: "A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é seu verdadeiro e único objeto" (SAUSSURE, 2006, p. 7). Nesse fragmento temos algumas "pistas" que nos orientarão na compreensão das principais perspectivas teóricas do CLG e do próprio pensamento saussuriano.

A primeira delas é a explicitação de um lugar científico para a linguística, que deixa de ser estudada do interior de outros campos do conhecimento, como, por exemplo, a filosofia e a história, e passa a ter a sua autonomia (relativa, diríamos), justamente porque delimita um "verdadeiro e único" objeto de conhecimento: a *língua*. Além disso, ao estabelecer esse objeto específico para a ciência da linguística, desenvolve um método próprio para analisá-lo; eis aí os primeiros passos para a construção da corrente estruturalista, que viria, mais tarde, afetar outros campos do conhecimento, tais como o da antropologia, o da psicanálise e o de outras vertentes da própria linguística, como a linguística enunciativa, conforme veremos abaixo.

Uma segunda "pista" que orienta nossa compreensão do CLG é o modo como o gesto de Saussure produz um efeito de distanciamento com relação às outras correntes de estudo da linguagem que lhe precederam — como, por exemplo, a gramática comparada e a escola dos neogramáticos — ao definir um objeto e um método próprios que asseguraram certa cientificidade à linguística moderna¹⁰. Vemos que esse efeito foi possível de ser produzido porque a língua enquanto objeto de estudo de uma ciência autônoma não poderia ser concebida como um organismo vivo, já que a sua natureza é teórica (é uma construção

história, essas confrontações, essa prática." Obviamente, os lugares epistemológicos de onde falamos e de onde Saussure fala não coincidem necessariamente. Assim, a palavra "objeto (de estudo/de conhecimento)" para nós significa um gesto político e ideológico do sujeito da ciência em certas condições sócio-históricas de produção. Nesse sentido, falamos em objeto enquanto este é objeto de uma prática simbólica, política e ideológica.

¹⁰ Veremos mais adiante que tal cientificidade é uma construção sócio-histórica e, portanto ideológica, que está ligada a certas condições de produção.

do linguista) e não biológica (empírica). Segundo o que nos ensinam Fuchs e Le Goffic (1992, p. 15), na perspectiva da gramática comparada "as línguas são concebidas à imagem dos organismos vivos que evoluem (é a época de Cuvier)"¹¹, enquanto que o interesse da escola dos neogramáticos estava, principalmente, na elaboração de leis fonéticas que pudessem explicar a evolução das línguas naturais. Desse modo, pelo que nos ensinam ainda Fuchs e Le Goffic (1992, p. 15):

Frente a essas correntes, Saussure aparece como o inovador, na medida em que, primeiro, ele se dedica a uma reflexão teórica sobre a **natureza do objeto** que constitui a linguagem e o **método** pelo qual é possível estudá-lo. Em vez de se contentar, como seus predecessores, em coletar fatos, ele elabora um ponto de vista sobre o objeto, um quadro geral para teorizar esses fatos.

Nesse sentido, Saussure teria inaugurado o marco científico em linguística: tornou científica uma reflexão que possui seus conceitos e seus métodos próprios de análise.¹² (os grifos são dos autores)

Assim, a elaboração de um corpo teórico que seja diferente da visão "histórica" (historicista, diríamos) de seus predecessores atesta um posicionamento de Saussure face à ciência da linguagem, posicionamento esse que não é a-histórico, tal como teremos a possibilidade de discutir abaixo. Não há, em outras palavras, neutralidade epistemológica nesse gesto. Os teóricos Chiss e Puech (1997) nos dão suporte para sustentar essa ideia quando afirmam que:

A problemática do *Curso* já está inscrita nesse trajeto histórico de Saussure, por exemplo, na maneira como ele se situa com relação às perspectivas "históricas" dos estudos sobre a linguagem de seu tempo. Situar-se face aos predecessores é muito mais do que uma justificativa metodológica; trata-se de uma marcação intra-teórica, parte constituinte do saussurianismo.¹³ (CHISS; PUECH, 1997, p. 17)

Tendo dito sobre a fundação científica da linguística por Saussure, e os distanciamentos necessários que ele faz com relação a outras correntes do pensamento

¹¹ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "[...] les langues sont conçues à l'image des organismes vivants qui évoluent (c'est l'époque de Cuvier)".

¹² A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Face à ces courants, Saussure apparaît comme le novateur, dans la mesure où, le premier, il se livre à une réflexion théorique sur la **nature de l'objet** que constitue le langage et la **méthode** par laquelle il est possible de l'étudier. Au lieu de se contenter, comme ses prédécesseurs, de collecter des faits, il élabore un point de vue sur l'objet, un cadre général où théoriser ces faits. / En ce sens, Saussure aurait inauguré la démarche scientifique en linguistique : devient scientifique une réflexion qui se donne à elle-même ses concepts et ses méthodes propres d'analyse."

¹³ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "La problématique du *Cours* est déjà inscrite dans ce trajet historique de Saussure, par exemple dans la manière dont il se situe par rapport aux perspectives 'historique' des études sur le langage de son temps. Se situer face aux prédécesseurs est bien plus alors qu'un préalable méthodologique ; il s'agit d'une démarche intra-théorique, partie constituante du saussurianisme."

linguístico, pois que se trata de uma tomada de posição frente à história das ciências, perguntamo-nos, novamente, sobre a natureza desse seu objeto. O que é, então, a língua para Saussure? Eis o que o próprio linguista afirma:

Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 2006, p. 17)

Talvez, o fragmento acima seja um dos mais citados do pensamento de F. de Saussure quando se fala da teoria do signo linguístico e da natureza da língua. Isso ocorre porque no excerto acima aparecem sintetizados os modos como a língua, como "produto social" e como objeto de estudo e de conhecimento, difere da linguagem. A primeira questão que interessa é que "a língua não se confunde com a linguagem". Isso quer dizer que língua e linguagem são de duas ordens diferentes, embora o autor afirme que a língua é uma "parte essencial" da linguagem. A língua, na teoria saussuriana, é o objeto de conhecimento da linguística, e é também um "produto social", um "conjunto de convenções necessárias", enquanto que a linguagem é uma "faculdade", é "heteróclita" e "multiforme". De um lado, temos a língua ora enquanto um objeto de conhecimento da ciência linguística ora enquanto uma realidade uniforme e social. De outro, temos a linguagem enquanto uma realidade multiforme e individual, já que ela é uma "faculdade", isto é, uma capacidade biológica (cognitiva) de se aprender e de se falar uma língua. Desse modo, "o conceito **língua** (oposto ao conceito **fala**) visa a dar conta do fato social que constitui a linguagem, por oposição ao seu aspecto individual" (FUCHS; LE GOFFIC, 1992, p. 16)¹⁴ (os grifos são dos autores).

Dando prosseguimento à nossa discussão, temos que "a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação" (SAUSSURE, 2006, p. 17), o que quer dizer que todos os fenômenos linguísticos passam a ser analisados do interior do sistema da língua. Isso corrobora a afirmação de que a língua, enquanto objeto de estudo, forma um "todo", é homogênea, e é, por isso, "um princípio de classificação", pois não sendo nem

¹⁴ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Le concept de **langue** (opposé à celui de **parole**) vise à rendre compte du fait social qui constitue le langage, par opposition à son aspect individuel."

multiforme e nem heteróclita como o é a linguagem, ela é passível de ser analisada. Desse modo, a língua, como objeto de conhecimento, é uma construção teórica, sendo a sua natureza nem física, nem fisiológica, mas simbólica.

A diferença entre língua e linguagem também aparece sendo abordada no ELG. Nesse texto, Saussure diz que:

A linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada. (SAUSSURE, 2002, p. 115)

Neste recorte, temos a linguagem enquanto "o exercício de uma faculdade que existe no homem"; tem que ver, então, com uma "atividade de linguagem". Já a língua é, segundo o que vemos, um "conjunto de formas concordantes" que se dá em uma coletividade de indivíduos e em uma época determinada. Dessa maneira, a língua no CLG e no ELG possui um duplo caráter: é um sistema e é um fato social e, em certa medida, é também histórica¹⁵. Partindo dessa discussão, a leitura desses textos saussurianos abre portas para uma dificuldade teórica: nesses textos ora se toma a língua como sendo uma "língua em particular" (como poderiam ser o português, o francês, o italiano etc.), falada por um conjunto de falantes em certas condições históricas, conforme vemos no recorte acima, ora se toma a língua como o objeto de estudo da ciência linguística, sendo, então, uma construção teórica do linguista e não uma empiria.

Desse modo, temos, de um lado, a língua enquanto fato social (enquanto uma língua em particular) que só existe no todo coletivo dos falantes de uma comunidade (ela nunca está completa senão na coletividade), e, de outro, temos a língua enquanto objeto específico de uma disciplina científica, podendo, assim, ser tomada como uma abstração, no sentido que daremos a esse termo a seguir: enquanto objeto de uma ciência, a língua é uma *abstração teórica* do linguista que a estuda. Como conceito de uma disciplina científica, a língua não é tocável, observável "a olho nu", embora a sua teorização se dê a partir da observação das línguas em funcionamento.

¹⁵ Os conceitos de "social" e de "história" dentro da teoria da linguística geral proposta por Saussure significa um posicionamento teórico frente aos conceitos de "social" e de "história" enquanto elementos exógenos e determinantes das mudanças linguísticas, tal como vemos em A. Meillet. Segundo Chiss e Puech (1997, p. 68), "dire que la langue est un fait social, c'est donc d'abord, pour Saussure, dire que la langue est la norme de tous les faits de langage, substituer l'ordre propre de la langue à la confusion des domaines et des méthodes dans l'appréhension des faits de langage, soustraire enfin paradoxalement la linguistique à la fascination du concret".

Se a conceituação do objeto língua se dá pela observação das línguas em funcionamento em uma comunidade de falantes em dadas condições históricas de produção, poderiam nos perguntar: o que acontece, então, com determinadas leituras, principalmente do CLG, que dizem que Saussure excluiu de sua teoria o falante, a história e o referente para a delimitação do objeto da linguística? Para começar, daríamos a seguinte resposta: não acontece nada, pois se trata de uma leitura possível entre outras. E a leitura, como sabemos, não escapa às determinações próprias do funcionamento da ideologia, que torna naturais percursos de sentidos que são históricos, que são *gestos* de um sujeito-leitor. Dizendo juntamente com Chiss e Puech (1997, p. 15), "gostaríamos, antes de tudo, de mostrar como as questões postas hoje ao CLG são mais determinadas por uma configuração teórico-ideológica presente do que por uma ou outra falta que lhe seria constitutiva"¹⁶. Esse é um primeiro ponto que deve ser levado em conta.

O outro ponto importante tem que ver com o fato de que a pesquisa sobre Saussure nunca está terminada. Há muitos textos que merecem ainda uma observação mais bem cuidadosa, sobretudo porque há muitas dificuldades de compreensão trazidas pelo caráter póstumo dos textos atribuídos a Ferdinand de Saussure. Por serem póstumos, estiveram expostos aos gestos de interpretação daqueles que os organizaram e os editaram, os quais não estão menos sujeitos às determinações da história, do inconsciente e da ideologia.

Considerando F. de Saussure autor dos textos em questão, do nosso ponto de vista dizer que ele exclui de seu objeto de estudo a história, o falante e o referente não significa a mesma coisa que dizer que ele desconhece essas realidades. Ao contrário. Na sua tomada de posição frente à história das ciências, tratar a língua como um "princípio de classificação" se mostra necessário para que a linguística conquiste sua autonomia científica, ou melhor, para que ela se configure como a "ciência piloto" das ciências humanas. Dessa maneira, não se trata de desconhecer determinadas realidades que se ligam à língua (diríamos, mesmo, que a constituem), mas trata-se, antes, de recortar uma determinada noção de modo que ela se deixe analisar segundo critérios de cientificidade¹⁷ estabelecidos *a priori*. Ademais, concordamos novamente com Chiss e Puech (1997),

¹⁶ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Nous souhaiterions plutôt montrer comment les questions posées aujourd'hui au CLG sont plus déterminées par une configuration théorique-idéologique présente que par un ou des manque(s) qui en serait(en)t constitutif(s)."

¹⁷ É importante destacar que os critérios de cientificidade estão sempre relacionados com as condições históricas de produção/reprodução do saber científico.

quando dizem criticamente a respeito dessa evidência das exclusões saussurianas no CLG.

Assim colocam os autores:

Ora, pensar a característica preponderante ou modeladora da linguística entre as ciências humanas sob a forma de um "imperialismo", não é já se dar facilmente por aceito o que deveria ser problematizado, por exemplo, o questionamento de um modelo interdisciplinar em que a justaposição das disciplinas (linguística e sociologia, psicologia, psicanálise, lógica etc.) tenha um lugar de articulação conceitual em devir? É somente com referência a esse horizonte que se decidirá que o *CLG exclui* a semântica, toda a problemática do sujeito falante ou a teoria da "enunciação", a sociolinguística... e a lista não está fechada. (CHISS; PUECH, 1997, p. 15, os grifos são dos autores)¹⁸

Muitas vezes o que não se vê é que, em uma proposta como a de Saussure, o que está em jogo é uma questão de epistemologia e não de desconhecimento. E tal consideração (a de que Saussure desconhece o sujeito falante, a história e o referente) torna-se, em alguns casos, uma espécie de "caça às bruxas"; culpa-o por algo que, de certo modo, ele não pretendeu fazer. E a evidência do desconhecimento — isto é, de que Saussure desconhece essas outras realidades que vêm junto da língua (falante, história e referente) — pode funcionar de duas maneiras distintas: i) como estímulo ao trabalho epistemológico e teórico, que procura debruçar-se sobre aquilo que "falta" nas reflexões saussurianas; e ii) como justificativa para uma "epistemologia voluntarista" (cf. CHISS; PUECH, 1997, p. 15), que concebe a falta como uma falha e não como um estímulo à pesquisa.

Cada novidade se apresenta, assim, como remédio a um mal de origem, como conjunto de respostas a questões que seriam sempre já postas em um devir sem historicidade. Chega-se, então, a submeter o *CLG* às injunções de uma epistemologia voluntarista que estima, por exemplo, que se *deveria* encontrar nele uma sintaxe ou uma teoria do sujeito falante; a necessária decepção levou a decretá-lo obsoleto e saturado e a buscar alhures (Chomsky?) o que tiraria a linguística de sua longa pré-história. Da mesma maneira, é porque se estima que o problema da covariância *língua/sociedade* deveria figurar no centro da elaboração teórica de Saussure que se pode reprová-lo de não ser Meillet. (CHISS; PUECH, 1997, p. 15)¹⁹

¹⁸ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Or, penser le caractère prépondérant ou modélisateur de la linguistique parmi les sciences humaines sous la forme d'un "impérialisme", n'est-ce pas déjà se donner facilement pour acquis ce qui devrait être problématisé, par exemple dans la mise en question d'un modèle interdisciplinaire où la juxtaposition des matières (linguistique et sociologie, psychologie, psychanalyse, logique etc.) tient lieu d'articulation conceptuelle en devenir ? Ce n'est qu'en référence à un tel horizon qu'on décidera que le *CLG exclut* la sémantique, toute problématique du sujet parlant ou théorie de l' "énonciation", la sociolinguistique... et la liste n'est pas close."

¹⁹ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Chaque nouveauté se donne ainsi comme remède à un mal d'origine, comme ensemble de réponses à des questions qui seraient toujours déjà posées dans un devenir sans historicité. On en arrive alors à soumettre le *CLG* aux injonctions d'une épistémologie volontariste en estimant par exemple qu'on *deverait* y trouver une syntaxe ou une théorie du sujet parlant ; la nécessaire déception conduit à le décréter obsolète et encombrant et à chercher ailleurs (Chomsky ?) ce qui sortirait la linguistique de sa trop longue préhistoire. De la même manière, c'est parce qu'on estime que le

No excerto a seguir, Saussure nos dá uma outra "pista" de que o que está em jogo na construção simbólica do objeto de uma ciência não é o desconhecimento, mas a tomada de posição na história dessa ciência. Assim, ao dizer, por exemplo, que as realidades física e fisiológica não fazem parte da natureza da língua, o linguista genebrino não desconhece que essas mesmas realidades possuem um papel importante para se pensar a língua "como norma de todas as outras manifestações da linguagem" (SAUSSURE, 2006, pp. 16-17). Vemos isso em:

Não se pode tratar um instante a língua sem se ocupar do som e dos sons, a mudança dos sons é um fator capital, e isso não impede que, num certo sentido, o som seja estranho à natureza, etc. Do mesmo modo, por exemplo, a matéria que entra numa moeda não é uma coisa de que não se possa tratar, mas seria um grande erro acreditar que é ela que constitui a moeda [...] (SAUSSURE, 2002, p. 247)

De certo modo, a importância da definição de "língua" apresentada por Saussure no CLG concerne, segundo as condições de produção específicas, à necessidade de delimitação mais precisa da sua natureza. Assim, nem a história, nem os falantes e nem os referentes são constitutivos da natureza do objeto teórico "língua". O que não quer dizer que eles não tenham um lugar importante no estudo das línguas particulares.

1. A língua não está naquilo que nos interessa no indivíduo, naquilo que nos interessa antropológicamente.
2. A língua não está no que nos parece indispensável para produzi-la, jogo de órgãos vocais ou convenção da espécie voluntária. (SAUSSURE, 2002, pp. 247-248)

Em outros momentos do *Escritos de Linguística Geral* são trazidas outras formulações de Saussure para a definição de "língua". Entre essas formulações estão algumas definições preparadas para serem apresentadas no curso de Linguística Geral II, na Universidade de Genebra, entre os anos de 1908 a 1909. São elas:

A *língua*, coisa em si sem relação com a massa humana existente, é indissolúvelmente ligada à massa humana.
Outras formas: A língua é social ou então não existe. A língua, para se impor ao espírito do indivíduo, deve antes ter a sanção da coletividade.
[...]
A língua é consagrada socialmente e não depende do indivíduo. (SAUSSURE, 2002, p. 258, o grifo é do autor)

problème de la covariance *langue/société* devrait figurer au centre de l'élaboration théorique de Saussure qu'on peut lui reprocher de n'être pas Meillet."

Diante do que colocamos sobre o objeto "língua", mesmo se assumíssemos uma posição que lê Saussure a partir de suas "exclusões", poderíamos, ainda, entrever qual seria sua principal contribuição: a de deslocar historicamente uma reflexão em torno da linguagem que vinha sendo feita até então. Segundo C. Fuchs e P. Le Goffic (1992, p. 21),

[...] parece possível dizer que toda a elaboração teórica de Saussure repousa sobre sua definição do objeto **língua**, em que o estudo supõe uma dupla rejeição: o da história e o da realidade objetiva (entre outras a social). Essa dupla rejeição foi muito produtiva historicamente: ele abriu o caminho para toda uma série de estudos sistemáticos e formais das línguas.²⁰ (o grifo é dos autores)

Deslocando a discussão para outro lugar, essa maneira de delimitar a natureza de um objeto teórico tal como o faz Saussure com a língua coloca-nos diante de uma importante questão para a história da ciência linguística, que é: o que faz com que essa noção de "língua" se constitua em um *corte epistemológico* que institui a linguística moderna? A resposta que daremos a essa pergunta retomará, em certa medida, alguns pontos já tratados em nosso texto. O ponto de entrada para responder esse questionamento consiste em saber como é que se pode compreender a noção de corte epistemológico. Para Pêcheux e Fichant (1971), para se compreender um corte epistemológico, não se pode encarar essa noção como estando fora da ideologia, isto é, como não sendo um processo histórico de práticas científicas, que são, antes de tudo, *práticas discursivas*. Segundo os autores,

Isto significa ao mesmo tempo que o conceito de corte nada tem a ver com o projecto voluntarista de efectuar, na ciência, um "salto" fora da ideologia, nem com a conotação religiosa que inevitavelmente se liga a este projecto e os impossíveis "heróis da ciência" que ele implica. O nome de Galileu, para tomar o exemplo que aqui nos serve de fio condutor, é uma unidade mal escolhida, pois uma ciência não é produto de um único homem. Galileu é o efeito, e não a causa do corte epistemológico que se designa pelo termo de "galileísmo". (PÊCHEUX; FICHANT, 1971, p. 14)

Tomando o fragmento acima como referência, e retomando o que já dissemos anteriormente, toda prática científica é sempre-já uma prática simbólica e ideológica, o que quer dizer que não há prática científica que não seja constitutivamente um trabalho da ideologia no simbólico. Assim, ao caracterizar a língua da maneira como vimos estudando até aqui, produzindo alguns apagamentos "necessários", o trabalho de F. de Saussure "tem

²⁰ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "[...] il semble possible de dire que toute l'élaboration théorique de Saussure repose sur sa définition de l'objet **langue**, dont l'étude suppose un double rejet : celui de l'histoire et celui de la réalité objective (entre autres sociale). Ce double rejet a, historiquement, été très productif : il a ouvert la voie à toute une série d'études systématiques et formelles des langues."

por efeito tornar impossíveis certos discursos ideológicos ou filosóficos que o precedem, quer dizer, conduzir a nova ciência a romper explicitamente com eles: a *ruptura* epistemológica surge assim como um efeito [...]" (PÊCHEUX; FICHANT, 1971, p. 14, o grifo é dos autores).

Invistamos mais algumas palavras nessa questão do corte epistemológico operado por F. de Saussure²¹, que, ao que circula comumente, é conhecido por *corte saussuriano*. Primeiramente, o corte de que estamos falando é da ordem do efeito produzido por um determinado gesto, que se inscreve na história. Isso quer dizer que, por um lado, o linguista genebrino não estava fora da história, como algumas leituras naturalizantes de sua obra, sobretudo do CLG, fazem supor. Por outro lado, temos de levar em consideração que a legitimação de um certo percurso de sentidos para as noções saussurianas deve-se não apenas ao trabalho de epistemologia do linguista, mas ao percurso de leitura de certos leitores que tornaram possível significar o mestre como sendo o Mestre. É o que nos interrogam também, sobre isso, Chiss e Puech (1997):

Nessa 'passada de olhos sobre a história da linguística' que inaugura o *Curso*, não se deve ver senão o efeito *après-coup* de um desejo dos discípulos de que o mestre seja o Mestre ou aquele de uma tradição da análise científica ou, antes, aquele de uma estratégia teórica? (CHISS; PUECH, 1997, p. 17)²²

Por último, queremos, mais uma vez, enfatizar que toda tomada de posição é sempre uma decisão política e, conseqüentemente, ideológica, pois traz implicada consigo uma relação de identificação e de contra-identificação dos sujeitos da ciência com suas próprias práticas (de linguagem).

Finalmente, o corte tem como resultado determinar uma *autonomia relativa* da nova ciência que lhe corresponde: a partir do corte, a nova ciência depende da sua própria continuação, em relação à qual ela está como em suspenso. Esta continuação, de que uma disciplina nascente está suspensa, depende, sabemos-lo, da possibilidade de instituir um procedimento experimental que lhe seja adequado. Ela depende também das rupturas intracientíficas ou, segundo a expressão de F. Regnault, das reformulações da problemática teórica que intervêm na história de uma ciência (Einstein). (PÊCHEUX; FICHANT, 1971, p. 15, os grifos são dos autores)

²¹ Coerentes com nossa perspectiva teórica, não queremos dizer que os efeitos de corte epistemológico sejam necessariamente ou integralmente conscientes por parte de Ferdinand de Saussure. O corte, como vemos, é um efeito que se dá pelo funcionamento da ideologia e do simbólico na história.

²² A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Dans ce 'Coup d'oeil sur l'histoire de la linguistique' qui inaugure le *Cours*, ne doit-on voir que l'effet après-coup d'un désir des disciples que le maître soit effectivement le Maître ou celui d'une tradition de l'exposé scientifique ou plutôt celui d'une stratégie théorique ?"

O corte enquanto uma delimitação ideológica dos sentidos não é de todo desconhecido de F. de Saussure, embora esse seu "(des)conhecer" já seja, como sabemos, um efeito, visto que o real é inapreensível em si mesmo e sempre (nos) escapa por entre os dedos. No *Escritos de Linguística Geral*, estão contidas algumas notas do linguista que apontam para esse "conhecimento" de que seu gesto é uma tomada de posição ("um ponto de vista") na história da ciência. Vemos isso em:

Quem se coloca diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo, abordará necessariamente esse objeto por tal ou tal lado, que jamais será toda a linguagem, supondo-se que seja muito bem escolhido, e que, se não for tão bem escolhido, pode nem ser de ordem linguística ou representar, depois, uma confusão inadmissível. (SAUSSURE, 2002, p. 25)

E também em:

[...] há, ANTES DE TUDO, a generalização e nada além dela: ora, como a generalização supõe um *ponto de vista* que serve de critério, as primeiras e mais irredutíveis entidades com que pode se ocupar o linguista já são o produto de uma operação latente do espírito. (SAUSSURE, 2002, p. 26, o grifo é do autor)

É pela consideração do ponto de vista como determinante da criação do objeto que a divisão entre uma "Linguística da Língua" e uma "Linguística da Fala" se justifica no CLG. Essa divisão aponta para uma intervenção na história da ciência linguística, pois o objeto "língua", ao se distinguir teoricamente da fala e da linguagem, distingue, decisivamente, aquilo que deve ser concebido como "essencial" e aquilo que deve ser concebido como "acessório" (aquilo que é objeto da linguística e aquilo que não o é). Dito diferentemente, esse movimento de delimitação teórica de Saussure, sobretudo no CLG, é o que caracteriza um gesto seu de interpretação, na medida em que esse gesto significa tomar posição estando afetado (determinado) por algo que está "fora" da ciência em si mesma e que está na história. São essas determinações históricas que estão em jogo na seguinte diferenciação entre a língua e a fala, no Saussure do *CLG*:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objetivo a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psíco-física. (SAUSSURE, 2006, p. 27)

Se, de um lado, temos a distinção entre uma parte essencial, que é a língua, e uma parte secundária, que é a fala, temos, de outro lado, uma distinção no próprio modo de fazer ciência, já que essa distinção se sustenta a partir da crítica feita a uma tradição de estudos naturalistas da linguagem (como é o caso, conforme vimos, da gramática comparada e da escola dos neogramáticos). No ELG o excerto acima é reescrito sucintamente da seguinte maneira: "É errado (e impraticável) opor a *forma* e o *sentido*. O que é certo, em troca, é opor a *figura vocal*, de um lado, e a *forma-sentido* de outro" (Saussure, 2002, p. 21, os grifos são do autor).

Nessa prática científica legitimadora de um sentido específico para a linguística, um efeito importante produzido a partir da teoria saussuriana, e que será muito caro, de certo modo, aos linguistas estruturalistas, é o de pensar o *funcionamento* da língua e não mais a sua *função*, que seria algo inerente à sua essência. Aí está um modo de ruptura significativo com as teorias que o precedem. Saussure já aponta tal fato no início do CLG, quando afirma que:

Inicialmente, não está provado que a função da linguagem, tal como ela se manifesta quando falamos, seja inteiramente natural, isto é: que nosso aparelho vocal tenha sido feito para falar, assim como nossas pernas para andar. Os linguistas estão longe de concordar nesse ponto. (SAUSSURE, 2006, p. 17)

E mais adiante, o princípio de funcionamento da língua, enquanto "mecanismo", é explicitado em:

A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua. (SAUSSURE, 2006, p. 120)

A partir dos fragmentos de texto acima, podemos observar o modo como o funcionamento é pensado dentro da teoria do signo linguístico elaborada por Saussure. Trata-se, para resumir, de um "mecanismo de língua" que funciona por meio de *oposições* entre as unidades ou, como sabemos, entre os *signos linguísticos*, que são formados pela união de um *significante* (ou *imagem acústica*) a um *significado* (ou *conceito*). Começa-se, dessa forma, a delinear-se a noção de *valor linguístico*, pedra de toque fundamental tanto para o modelo de análise linguística do sistema de Saussure quanto para as análises da *estrutura* desse mesmo sistema feitas pelos estruturalistas que se seguiram ao mestre genebrino.

O primeiro excerto que trazemos para falar do valor linguístico é o que segue:

Quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma ideia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor linguístico. Mas se assim é, em que difere o valor do que se chama *significação*? Essas duas palavras são sinônimas? Não o acreditamos, se bem que a confusão seja fácil, visto ser provocada menos pela analogia dos termos do que pela delicadeza da distinção que eles assinalam. (SAUSSURE, 2006, p. 133, o grifo é do autor)

No recorte acima, temos alguns elementos para pensar no conceito de "valor linguístico". A primeira distinção feita concerne à diferença entre o que o linguista chama de "valor" e o que é comumente entendido por "significação". Segundo o que vemos, essas duas palavras recobrem noções teóricas distintas. E essa distinção aparece um pouco mais adiante deste fragmento que há pouco citamos, quando nos é interrogado: "como acontece que o valor, assim definido, se confunda com a significação, vale dizer, com a contraparte da imagem auditiva?" (SAUSSURE, 2006, p. 133). Desse modo, ao que depreendemos desse questionamento, a significação na língua corresponde à noção de "significado" (ou "conceito"), que se une ao significante para formar o signo linguístico. Ela é, por assim dizer, "a contraparte da imagem auditiva [acústica]".

No entanto, o que acabamos de dizer não parece ser uma evidência dentro da produção saussuriana. Ao tomarmos o ELG, essa distinção entre valor e significação é colocada em suspenso, tal como vemos em:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *ideia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. (SAUSSURE, 2002, p. 30, os grifos são do autor)

Nesse fragmento, como dissemos anteriormente, a distinção entre "valor" e "significação" é colocada em suspenso; a noção de "valor" ganha destaque, segundo as palavras transcritas acima, pois "exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato". Mas de qual fato estamos tratando aqui? Tratamos da ideia conceitual de que os signos não significam, mas valem. Esse é um dos princípios advindos com o gesto científico de Saussure ao estabelecer o corte epistemológico cujo efeito estabelece as bases científicas da linguística.

Vejamos no que consiste o valor para F. de Saussure, segundo o CLG. Se concebemos que Saussure se interessa pelo estudo do sistema linguístico, e se concebemos, também, que esse sistema é composto por unidades menores, chamados "signos", que são, por sua vez, decomponíveis em duas partes, o significante e o significado, então teremos que cada signo vale somente em uma relação opositiva e diferencial com os demais signos do sistema. Em outras palavras, e para reproduzir uma enunciação coletiva, diríamos que o signo vale aquilo que os outros não valem. Dessa forma, interessa observar os lugares em que cada signo ocupa no sistema, para assim podermos determinar o seu valor. No ELG, há uma formulação que re-diz diferentemente isso que acabamos de dizer: "*O sentido de cada forma, em particular, é a mesma coisa que a diferença das formas entre si. Sentido = valor diferente*" (SAUSSURE, 2002, p. 30, os grifos são do autor).

Sobre essa questão, Sylvain Auroux (2009), tece alguns comentários que acreditamos ser oportunos trazer aqui. Eis o que nos diz o autor:

Mas o linguista [F. de S.] utiliza uma concepção muito mais profunda da língua [com relação a filósofos que o precederam, como Aristóteles e Locke], que não é nem uma nomenclatura nem uma espécie natural. A língua é "um sistema no qual tudo se mantém". Entendamos por isso que um elemento linguístico não é definível à parte dos outros elementos; uma "palavra" só é uma palavra em uma língua, são as outras palavras que delimitam a sua significação [...] (AUROUX, 2009, p. 25)

Milner (2003) também comenta sobre os ganhos teóricos que a noção de "valor", tomada por analogia da área da economia, traz para os estudos de linguística após o "corte saussuriano". Diz o autor:

O certo é que, de uma maneira discreta, quase oblíqua, Saussure introduziu um novo tipo de entidades do qual a tradição filosófica não lhe dava exemplos. Ser e ser um/uno, essas propriedades estavam até então ligadas: "*Omne ens est unum*", escreveu São Tomás. A entidade linguística tal como a descreveu Saussure não existia senão por diferenças; seu ser estava atravessado, pois, por uma multiplicidade de todas as outras entidades da mesma língua: já não era, propriamente dito, uma unicidade; havia, portanto, seres que não eram *un* ser ou cuja unicidade se definiria de outra maneira: tratava-se de uma unicidade de um entrecruzamento de determinações múltiplas e não de uma unicidade centrada ao redor de um ponto íntimo de identidade consigo mesmo. (MILNER, 2003, p. 42)²³

²³ A versão em português é nossa. A versão em espanhol é: "Lo cierto es que, de una manera discreta, casi oblicua, Saussure introdujo un nuevo tipo de entidades del que la tradición filosófica no le proporcionaba ejemplos. Ser y ser uno, estas propiedades estaban hasta entonces enlazadas: "*Omne ens et unum*", escribía santo Tomás. La entidad lingüística tal como la describía Saussure no existía sino por diferencias; su ser estaba atravesado, pues, por la multiplicidad de todas las otras entidades de la misma lengua: ya no era, propiamente hablando, una unicidad; había, por lo tanto, seres que no eran *un* ser o cuya unicidad se definía de otra manera: se trataba de la unicidad de un entrecruce de determinaciones múltiples y no de una unicidad centrada alrededor de un punto íntimo de identidad consigo mismo."

Acima, tanto Aurox quanto Milner, conforme os excertos citados, nos dão seus testemunhos do gesto teórico (portanto, ideológico) de Saussure ao deslocar, por meio de seu conceito de "valor", o modo como a diferença passou a ser compreendida como constitutiva do sistema da língua. Não se trata mais de pensar a diferença enquanto essência, tal como se vê na filosofia aristotélica. A diferença, como Saussure a concebeu, tem a ver com o próprio funcionamento do sistema da língua, que é uma operação negativa e diferencial entre os signos que compõem o sistema.

Não se pode falar de valor linguístico sem falar de *sincronia* e *diacronia*. Tanto a sincronia quanto a diacronia são duas formas de se teorizar sobre o tempo na língua, o que desautomatiza algumas leituras (e leitores) que dizem que o tempo para Saussure não importa. Não se trata de dizer que ele (o tempo) não importa, mas sim de dizer que ele não é constitutivo da natureza, da "essência" da língua. Como o papel do linguista, segundo o CLG, é analisar o sistema, tal como ele é formado, não interessam as mudanças pelas quais os signos passam ao longo do tempo. Segundo Saussure (2006, p. 117), "o objeto da Linguística sincrônica geral é estabelecer os princípios fundamentais de todo sistema idiossincrônico, os fatores constitutivos de todo estado de língua". Esse último dizer produz um efeito de correspondência entre *sistema* e *estado de língua*.

Queremos, ainda, enfatizar, mais uma vez, que em Saussure o tempo não está excluído de sua mirada. O que temos de observar é a posição que ele lhe dá dentro das análises de um sistema linguístico. A relação língua-tempo está marcada da seguinte forma no CLG: "um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima. Pode ser de 10 anos, uma geração, um século e até mais" (SAUSSURE, 2006, p. 118). Entretanto, podemos ver a delimitação de seu objeto de estudo a partir do lugar em que coloca o aspecto temporal. Assim ele afirma que,

Poder-se-ia dizer também que a Linguística estática se ocupa de épocas; mas *estado* é preferível; o começo e o fim de uma época são geralmente marcados por alguma revolução mais ou menos brusca, que tende a modificar o estado de coisas estabelecido. A palavra estado evita fazer crer que ocorra algo semelhante na língua. Ademais, o termo época, justamente por ser tomado à História, faz pensar menos na língua em si que nas circunstâncias que a rodeiam e condicionam; numa palavra evoca antes a ideia do que temos chamado de Linguística externa. (SAUSSURE, 2006, p. 118)

Do acima exposto, algo que nos impõe à primeira vista continua sendo os gestos com que vão legitimando a prática científica saussuriana. Entre as palavras "época" e "estado", a segunda é "preferível", pois se distancia, no estudo que se faz da língua, da noção de que nela há um começo e um fim, marcados "por alguma revolução mais ou menos brusca". Desse modo, e ao que diz o linguista, isso não ocorre na língua, tal como ocorre na história. Podemos constatar esse seu modo de pensamento em uma outra passagem do CLG: "As mudanças absolutas são extremamente raras; amiúde, só parecem absolutas pelo caráter oculto ou muito geral da condição [nesse caso em específico, trata-se da condição das mudanças fonéticas]" (SAUSSURE, 2006, p. 168). Eis, então, como aparece o tempo, pensado enquanto um estado de coisas, e como ele é delimitado dentro da teoria: diríamos que, ainda segundo o excerto acima, o tempo como estado de coisas não é a mesma coisa que é o tempo como época em história.

Essa negatividade que diz que "algo é aquilo que os outros não são", parece ser recorrente no gesto saussuriano cujo efeito de sentido é o estabelecimento de um corte epistemológico para a instituição das bases científicas da linguística moderna. No recorte anterior, vimos que a delimitação do sentido de "estado" em linguística foi feita a partir da relação com os limites do sentido de "época" para a ciência da história. Outro momento para percebermos essa negatividade em sua teoria está na própria ideia de valor, pois, já que "a língua é uma forma e não uma substância" (SAUSSURE, 2006, p. 141), elementos ou signos linguísticos valem pela posição que ocupam dentro do sistema, ou seja, um elemento na língua vale aquilo que os outros não valem. No ELG temos uma nota de F. de Saussure sobre essa questão da negatividade:

(Muito importante:) a *negatividade* dos termos, na linguagem, pode ser considerada *antes* de se fazer uma ideia do *lugar* da linguagem; quanto a essa negatividade, pode-se admitir, provisoriamente, que a linguagem existe fora de nós e do espírito já que insistimos apenas no fato de que os *diferentes termos* da linguagem, em vez de serem diferentes termos, como as espécies químicas etc., não passam de *diferenças determinadas* entre os termos, que seriam vazios e indeterminados sem essas diferenças. (Saussure, 2002, p. 60, os grifos são do autor)

Diante de tudo que dissemos acima, queremos registrar que o nosso intuito com essas breves palavras sobre a teoria não-enunciativa da língua de Saussure é justamente o de mostrar que a sua posição frente à ciência não está fora da história e, desse modo, fora das interpelações da ideologia. Assim, mais do que apresentar pura e simplesmente os

conceitos fundamentais da teoria do signo linguístico de Saussure, quisemos nos deter um pouco mais na compreensão de um gesto fundador cujo efeito foi o de atribuir um caráter científico para a linguística moderna.

Esperamos ter mostrado, também, que as evidências historicamente construídas da teoria saussuriana estão relacionadas à questão da leitura, ou melhor, das leituras que são feitas ao longo da história, que vão definindo, à medida que interpretam, os percursos de sentidos para as obras e para os autores. Do nosso ponto de vista, colocar em cena, então, o cientista da linguagem significa adotar uma posição que se coloca desfavorável frente a uma leitura que torna o CLG em uma "vulgata saussuriana".

Para sintetizar e finalizar esta seção, retomaremos duas citações que parecem formular algo muito próximo do nosso intento nesta seção: 1) o provérbio chinês citado por M. Pêcheux em *Papel da memória*: "Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo" (PÊCHEUX et al., 2007, p. 54), pois é justamente isso que pretendemos aqui: olhar para o dedo que aponta à lua, e não para a lua mesma; e 2) uma citação de J.-C. Milner que diz:

Em certos aspectos pode-se afirmar, pois, que hoje a linguística já não é de todo saussuriana, embora se continue invocando o nome de Saussure. Mesmo assim, a tentativa de Saussure continua sendo surpreendente e admirável. Ela obriga os linguistas a não considerar nada como evidente; inclusive aqueles que se afastaram dela deveriam retomar, etapa por etapa, o itinerário teórico do *Curso* e encarar as objeções que se deduzem dele, tanto explícitas quanto implícitas. (MILNER, 2003, p. 44, o grifo é do autor)²⁴

Na seção seguinte, queremos colocar em cena o modo particular como alguns linguistas estruturalistas leram e re-leram Ferdinand de Saussure para pensar a *enunciação*, objeto específico de nosso interesse.

²⁴ A versão em português é nossa. A versão em espanhol é: "En ciertos aspectos puede afirmarse, pues, que hoy la lingüística no es ya del todo saussureana, aunque se siga invocando el nombre de Saussure. Aun así, la tentativa de Saussure sigue siendo sorprendente y admirable. Ella obliga a los lingüistas a no considerar nada como evidente; incluso quienes se apartaron de ella deberían reanudar, etapa por etapa, el itinerario teórico del *Curso* y afrontar las objeciones que se deducen de él, tanto explícitas como implícitas."

1.3. AS LINGUÍSTICAS ENUNCIATIVAS DE CHARLES BALLY, ÉMILE BENVENISTE, OSWALD DUCROT E JACQUELINE AUTHIER-REVUZ

Nesta seção pretendemos, ao que o título sugere, tratar de questões relativas às linguísticas da enunciação (ou linguísticas enunciativas) produzidas ao longo do século XX. A primeira questão que deve intrigar o leitor se refere ao porquê da utilização da desinência de plural para significar a área da linguística que se preocupa em estudar o fato-linguagem²⁵ *enunciação*. Diremos que tal marcação foi deliberada de nossa parte, pois essa é uma forma de caracterizar a complexidade e a heterogeneidade constitutiva (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998) das posições dos linguistas frente à compreensão desse objeto específico de conhecimento que é a enunciação.

Levando-se em consideração que nosso objetivo aqui é o de abordar não somente as ideias linguísticas, mas também, e sobretudo, refletir sobre os gestos de interpretação dos sujeitos da ciência que fundam certos percursos de sentidos para essas ideias, selecionamos alguns nomes que nos orientarão na reflexão acerca da constituição teórico-metodológica da semântica histórica da enunciação. Vale ressaltar que investiremos nas delimitações, nas inversões e nos deslocamentos fundantes e fundadores dessa disciplina. Os nomes que estudaremos são os de Charles Bally, Émile Benveniste, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz, todos seguidores, de algum modo, da tradição de estudos da língua aberta por Saussure.

Antes de entrarmos na discussão específica sobre as diversas práticas científicas dos linguistas da enunciação de que falamos no parágrafo anterior, gostaríamos de iniciar este subcapítulo colocando em cena o texto *Ensaio de Semântica*, de Michel Bréal (1992), cujo gesto científico produziu como um de seus efeitos históricos e políticos o seu reconhecimento como "o fundador da semântica" enquanto uma disciplina científica. Ademais, as teorizações de Bréal, principalmente sobre a questão da subjetividade na linguagem, serão o ponto de partida para alguns linguistas da enunciação, como é o caso, por exemplo, de E. Benveniste. Esse texto servir-nos-á, por fim, de fundamento para discussões posteriores, em que trabalharemos com conceitos como os de *sentido* e de *metáfora* na semântica histórica da enunciação.

²⁵ Esse termo foi concebido a partir do texto de introdução que Eni Orlandi faz no livro *Política linguística na América Latina* (1988), de sua organização.

1.3.1. Michel Bréal

Como dissemos, a nossa proposta ao discutir a obra do linguista Michel Bréal é trazer à tona, principalmente, algumas de suas reflexões sobre a linguagem presentes em seu *Ensaio de Semântica* que, conforme afirma o próprio autor, é uma obra composta por uma série de textos que foram interrompidos e, mais tarde, retomados; são textos que foram retrabalhados pelo autor ao longo de seu processo de amadurecimento intelectual em torno das questões que ele trata nesse livro.

Para começar a nossa discussão sobre essa obra de Michel Bréal, diremos que ele não se distancia muito das questões que rodeavam não só Ferdinand de Saussure, mas também outros linguistas do século XIX como, por exemplo, W. D. Whitney. Veremos que os conceitos com que trabalharemos aqui fazem parte de condições de produção específicas de nossa história científica em que questões como a de a linguística ser ou não uma ciência natural (histórica?) ou a de a língua ser um organismo vivo ou um fato social encontravam fortes momentos de debate. Acrescentamos, ainda, o projeto epistemológico brealino de sustentar a autonomia da semântica no interior da linguística.

O texto de abertura do *Ensaio de Semântica* (ES) intitula-se "A ideia deste trabalho". Aí, o linguista traçará as linhas principais que regem suas reflexões sobre a linguagem. É interessante analisar esse texto, visto que ele não só contém as molas mestras de sua reflexão, mas põe o leitor em contato com um gesto de compreensão da linguagem muito particular. Além disso, é possível visualizar aí, assim como em todos os outros textos que compõem o ES, o gesto do cientista de se afastar de determinadas teorias então em circulação, em detrimento da aproximação que faz com outras para construir um modelo explicativo àquilo que ele se propõe discutir. Uma característica comum entre linguistas como Saussure e Whitney, cada um com sua especificidade teórica, e Bréal é que suas reflexões visam, de um certo modo, refutar a ideia organicista da linguagem. Vejamos, então, como isso se dá no ES.

O primeiro fragmento que citamos desse texto é o que segue abaixo:

Os livros de gramática comparada se sucedem no uso dos estudantes e do grande público, entretanto, não me parece que o que se oferece seja bem o que seria preciso. Para quem sabe interrogá-la, a linguagem está cheia de lições, já que depois de tantos séculos a humanidade deposita nela as aquisições de sua vida material e moral. Mas ainda é preciso tomá-la sob o aspecto em que fala à inteligência. Limitar o estudo da linguagem às mudanças de vogais e

consoantes é reduzi-lo às dimensões de um ramo da fisiologia; contentar-se em enumerar as perdas sofridas pelo mecanismo gramatical é cair na ilusão de que a linguagem é como um edifício em ruínas [...] Há, parece-me, outra coisa a fazer: extrair da linguística o que dela ressalta como alimento para reflexão e — não temo acrescentar — como regra para nossa própria linguagem, visto que cada um de nós colabora com sua parte para a evolução da fala humana. Eis o que merece ser trazido à tona, eis o que tentei fazer neste volume. (BRÉAL, 1992, p. 17)

Optamos por reproduzir este fragmento um tanto extenso porque acreditamos ser muito ilustrativo a respeito do modo como Bréal se posiciona cientificamente frente a determinadas teorias e métodos analíticos da linguagem. Diríamos, assim, que o autor se afasta de certas teorias da linguagem, de modo que possa sustentar um lugar de dizer que produz como um seu efeito um corte epistemológico, não com a mesma intensidade²⁶ com que vimos em Ferdinand de Saussure, mas um corte que localiza, em uma determinada região da ciência, essa disciplina específica que é a *semântica*. Em nossa leitura de Bréal, seu gesto de cientista coloca em cena o político, textualizando-o a partir desses diálogos com outras teorias precedentes. É o estabelecimento de um lugar de fala, lugar este a partir do qual ele se posicionará diante dos fatos de linguagem que ele analisa.

É nessa perspectiva, então, que Bréal situa o ES, afastando-o, por exemplo, da gramática comparada. A sua proposta é a de interrogar a linguagem, de modo a fazer ver nela as aquisições e os desdobramentos da humanidade, já que ela é o resultado da colaboração de cada um dos falantes para a evolução da fala humana. É, por assim dizer, uma teoria que se baseia na relação entre linguagem e inteligência para tratar da questão do sentido.

No entanto, gostaríamos de fazer uma espécie de jogo com as palavras, dizendo que Michel Bréal "afasta-se aproximando-se" da gramática comparada ou, ao contrário, "aproxima-se afastando-se" dela. Sabemos que o linguista é um exímio comparatista, e um exemplo disso pode ser visto na leitura de sua obra, pois suas teses são ilustradas a partir de exemplos extraídos de várias línguas. O problema, para ele, não está na comparação que se faz entre as línguas, mas na redução do estudo da linguagem às mudanças fonéticas, às variações dialetais e às perdas gramaticais, concebendo, assim, a linguagem como um "edifício em ruínas". Em outras palavras, diríamos que Bréal se afasta do projeto da

²⁶ A questão de *intensidade* do corte epistemológico tem a ver menos com a teoria em si mesma do que com os efeitos produzidos em certas condições históricas de produção/reprodução das práticas científicas que legitimam uma certa obra e um certo objeto de conhecimento. Com essa formulação, procuramos olhar, então, para os efeitos de legitimação produzidos na e pela história.

gramática comparada, cujos princípios estavam calcados, sobretudo, nos projetos epistemológicos da biologia e da física, tal como essas duas práticas científicas vinham se desenvolvendo desde meados do século XIX, para propor uma reflexão em torno da linguagem enquanto esta fala ao homem e do homem.

Assim, de tudo o que estamos dizendo, o que fica é que Bréal se posicionava contra a corrente positivista-naturalista que analisava a linguagem como se ela fosse uma planta ou qualquer outro organismo vivo, que nasce, evolui e morre. Para ele, como vimos, importa analisar a linguagem enquanto esta "fala à inteligência", ou seja, enquanto um fato humano. Vemos isso quando ele diz que: "Vimos as línguas serem tratadas como seres vivos: disseram-nos que as palavras nasciam, venciam os combates, se propagavam e morriam" (BRÉAL, 1992, pp. 17-18). Vemos também em: "As línguas não estão aptas a gerar filhas; elas não dão à luz os dialetos. [...] é a linguística que conforma suas hipóteses ao modelo da zoologia" (BRÉAL, 1992, p. 18).

Se a ideia que move o ES não se liga a uma mera comparação entre as línguas, tomando-as da mesma maneira como se toma uma espécie qualquer do reino animal, qual é, então, o fim último da linguística para M. Bréal? Eis o que ele nos ensina:

Não há ainda muito tempo, a linguística teria acreditado infringir uma norma, caso admitisse que ela pudesse servir a algum objetivo prático. Ela existia, pretendia ela, por si mesma, e não se importava com o proveito que o comum dos homens podia tirar, assim como o astrônomo, que, quando calcula a órbita dos corpos celestes, não pensa na previsão das marés. Ainda que devessem meus confrades achar que é rebaixar nossa ciência, eu não creio que esses altos propósitos sejam justificados. Eles não convêm ao estudo de uma obra humana tal como a linguagem, de uma obra iniciada e levada adiante em vista de um objeto prático. [...] *A linguística fala ao homem dele mesmo: ela lhe mostra como ele construiu, como aperfeiçoou, por sobre obstáculos de toda natureza, malgrado inevitáveis demoras, e mesmo recuos momentâneos, o mais necessário instrumento de civilização.* (BRÉAL, 1992, p. 17, os grifos são nossos)

Ao que vemos, o objetivo primeiro da linguística é tratar de questões eminentemente humanas, já que ela "fala ao homem dele mesmo". Essa característica que Bréal atribui à linguística e, conseqüentemente, à linguagem permite-nos compreender algumas das questões científicas de sua época. Começar um texto, opondo-se aos dispositivos teóricos da gramática comparada e ter a necessidade de discutir o caráter *humano* da ciência que pratica nos diz muitas coisas. Mais abaixo, voltaremos a esse ponto, quando abordarmos o seu texto "A Linguística é uma Ciência Natural?". Por ora, finalizamos este parágrafo dizendo que essas questões da história da linguística trazidas no

trabalho de Michel Bréal têm sua importância, pois serão objetos de reflexão dos demais linguistas da enunciação que forneceram sustentação teórica para a constituição do que entendemos por semântica histórica da enunciação.

Retomando o último excerto recortado, observamos que o trabalho com a linguagem não se dá por meio de uma imaginária "neutralidade epistemológica". Pelo fato de a linguagem ser um fato humano e a sua ciência — a linguística — "fala[r] ao homem dele mesmo", deve-se assumir um ponto de vista para estudá-la. É o que ele próprio faz ao se distanciar de algumas posições para se aproximar de outras. Depois, outra questão que nos interessa é a que concerne ao fato de que a linguística não deve ser uma ciência desinteressada, pois ela tem um fim que lhe é específico: mostrar ao homem as aquisições e os estágios de seu desenvolvimento por meio "do mais necessário instrumento de civilização". Essa é, pois, a finalidade prática (no sentido de *práxis*, tal como pensada pela retórica aristotélica) da linguística, o que não a destitui de sua natureza científica²⁷.

Detendo-nos mais nesse último ponto, e considerando que a linguagem é uma atividade do homem e somente nessa condição ela deve ser tomada, nos perguntaríamos, baseando-nos em nossa leitura do ES, sobre a natureza dessa atividade humana. A resposta a esse questionamento pode ser encontrado em outro momento desse texto que estamos considerando, quando Bréal afirma que as atividades humanas são "uma coisa trabalhosa". Isso ainda não nos diz muito se não levarmos em consideração o seguinte recorte:

As obras humanas, pelo contrário, mostram-se a nós como coisa trabalhosa, sem deixar de ser atravessada, seja pelas sobrevivências de um passado que é impossível anular, seja pelas empresas colaterais concebidas em um outro sentido, seja mesmo pelos efeitos inesperados das próprias tentativas presentes. (BRÉAL, 1992, p. 19)

Esse fragmento de texto nos é muito importante por duas razões: a) porque explicita, em primeiro lugar, o modo como Bréal concebe a natureza da linguagem enquanto parte

²⁷ A materialidade dessas palavras que acabamos de proferir rememora, em um certo sentido, a crítica feita por Sylvain Auroux, em *A revolução tecnológica da gramatização* (1992), no prefácio, dirigida ao método científico empregado pelos comparatistas em suas análises. Segundo o autor, a cientificidade de uma ciência estava garantida, para essa corrente, ao se respeitar três princípios, que são: "[...] i. ela [a disciplina dos comparatistas] perseguia um objetivo de conhecimento puramente desinteressado; ii. ela construía a representação dos fenômenos linguísticos; iii. ela não exercia — e não devia exercer — nenhuma ação sobre esses mesmos fenômenos" (AUROUX, 1992, p. 7). Ao que vemos, então, Bréal se posiciona diferentemente frente ao modelo de cientificidade da ciência linguística de sua época, o que corrobora para o que estamos chamando a atenção com respeito ao gesto do cientista face ao seu objeto de estudo, gesto esse que é histórico-político e, portanto, ideológico.

das "obras humanas" e, em segundo lugar, o que esse pensamento traz de específico para a sua teoria semântica: são obras atravessadas pelas "sobrevivências de um passado impossível de anular", pelas "empresas colaterais" e pelos "efeitos inesperados de um presente"; b) porque esse dizer, guardadas as especificidades e os distanciamentos epistemológicos e teóricos necessários, toca em questões que são caras à semântica histórica da enunciação, principalmente no que tange à temporalidade própria do acontecimento enunciativo. Nessa perspectiva teórica que é a nossa, as "sobrevivências de um passado impossível de anular" e os "efeitos inesperados de um presente" aparecem trabalhados enquanto *memorável* e *futuridade*, elementos esses constitutivos de uma temporalidade enunciativa instalada pelo presente do acontecimento. Não estamos dizendo, com isso, que a prática científica de M. Bréal concebe o presente, o passado e o futuro das "obras humanas" da mesma maneira como a prática científica da semântica histórica da enunciação. O que estamos dizendo aqui é que, embora se trate de dois gestos distintos face à história da ciência linguística, muito do que Bréal nos traz, desde 1897, data da primeira publicação do ES, ressoa, de outra maneira, em nosso modo de fazer semântica. Isso explica, inclusive, o nosso investimento na leitura da obra de Michel Bréal.

Em outro texto, intitulado "A Linguística é uma Ciência Natural?", o autor retoma, com mais detalhes, a caracterização humana da linguística. Trataremos aqui dos pontos específicos que nos interessam.

Logo no início do primeiro parágrafo, Bréal nos ensina que a linguística não é uma ciência natural, o que responde à pergunta esboçada no próprio título do texto. E a que se deve o dizer de que ela, a linguística, não é uma ciência natural? De acordo com o linguista, "falta-lhe [...] uma condição capital: o objeto de que trata não existe na natureza" (BRÉAL, 1992, p. 195). E, ainda, acrescenta:

A linguagem é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana. [...] Tudo, na linguagem, vem do homem e se endereça ao homem. Se encerramos o homem na natureza, a ciência da linguagem fará parte das ciências naturais, ao mesmo título que a ciência das religiões, a ciência do direito, a história da arte. Mas se, tomando os termos no seu sentido ordinário, opomos, como se tem o hábito de fazer, às ciências naturais as ciências históricas, ou seja, aquelas que nos ensinam atos e obras do homem, não há dúvida de que é necessário colocar a ciência da linguagem entre as ciências históricas. (BRÉAL, 1992, p. 195)

Um traço importante do gesto científico de Bréal é o de colocar o homem no centro do debate em torno às questões de linguagem. Isso se torna importante de perceber, pois a

chamada linguística da enunciação, ao que veremos, se beneficia dessa ideia para pensar o homem na língua, que dará os contornos à noção de "enunciação". Assim, a linguagem é histórica, visto que é uma atividade humana; ela trata, pois, de "atos e obras do homem". Adiante especificaremos melhor a maneira como o autor pensa o homem na linguagem, ao tratarmos do seu texto "O elemento subjetivo". Por enquanto, gostaríamos de enfatizar a sua forma de argumentar na direção da conclusão de que a linguística é uma ciência histórica, e não natural.

Como já dissemos, nenhuma posição científica é construída independentemente de suas condições sócio-históricas de produção. Dessa forma, a interpelação ideológica que determina os sujeitos da ciência é importante de ser considerada, na medida em que um de seus efeitos é a identificação desses sujeitos com determinados sentidos e, ao mesmo tempo, a (des-/contra-)identificação desses mesmos sujeitos com outros sentidos possíveis. Dizemos isso porque as "pistas" fornecidas pelo texto de Bréal nos permitem compreender que a sua prática científica, assim como qualquer outra prática simbólica e ideológica, é uma prática política, no sentido de que seu fazer científico opera com divisões, re-divisões e silenciamentos das teorias da linguagem que lhe precederam ou que lhe eram contemporâneas. É isso que vemos quando Bréal menciona seus distanciamentos com relação às reflexões de teóricos como Schleicher, que defende uma posição de que as línguas "são organismos naturais que, fora de vontade humana e seguindo leis determinadas, nascem, crescem, desenvolvem-se, envelhecem e morrem" (apud BRÉAL, 1992, p. 195). Distancia-se igualmente de Max Müller e de outros pensadores contemporâneos seus.

Segundo o que o autor nos diz, "o caráter comum dessas diferentes definições é atribuir à linguagem uma existência própria, independentemente da vontade humana. Faz dela uma espécie de quarto reino" (BRÉAL, 1992, p. 195). Deprendemos desse fragmento que a intervenção da *vontade humana* no estudo da linguagem é capital dentro desse domínio teórico construído por Bréal. Essa "vontade" de que estamos falando não é uma vontade consciente do falante de uma língua, pois ela não se confunde com *intenção*, que é da ordem do visível, do deliberado. Ela está relacionada fortemente com o debate empreendido por Whitney, apenas para citar um exemplo, cujo foco era o de que "'a ciência da linguagem não pode ser senão uma ciência histórica ou moral' pois 'nenhuma palavra foi

jamais pronunciada em nenhuma língua sem a intervenção da vontade humana" (apud CHISS; PUECH, 1997, p. 20)²⁸. Eis o que nos diz Michel Bréal sobre a vontade:

Creio que é preciso representá-la sob a forma de milhares, milhões, bilhões de tentativas, muitas vezes infelizes, algumas vezes com algum sucesso, que assim dirigidas, assim corrigidas, assim aperfeiçoadas, acabam por se definir numa dada direção. O objetivo, em matéria de linguagem, é o de ser compreendido. (BRÉAL, 1992, p. 19)

Complementando o recorte acima, Bréal diz que a vontade é "uma vontade obscura, mas perseverante, [que] preside as mudanças da linguagem" (BRÉAL, 1992, p. 19). A vontade, como observamos, não é consciente porque se trata de "milhares, milhões, bilhões de tentativas" que "acabam por se definir numa dada direção". Nessa instância das tentativas, que é também um "confronto de desejos", segundo o que nos coloca Guimarães (1992) no prefácio que escreve para a versão brasileira do ES, a vontade se configura como sendo aquilo que, dessas tentativas, acaba se impondo em uma dada direção. Mas ainda nos resta um questionamento acerca da relação entre a linguagem não ser um quarto reino da natureza e a intervenção da vontade humana na mudança linguística: qual é o foco de Bréal nas análises que faz da linguagem? Responderíamos: Bréal está interessado nas causas intelectuais que presidem as mudanças linguísticas. É por isso que lhe é muito caro dizer que a linguagem não evolui como uma planta e que, conseqüentemente, a linguística não é uma ciência natural. A linguagem evolui, sim, mas pela intervenção da vontade humana e não por um fator biológico, por algo que lhe seja interno.

Isso que estamos dizendo é confirmado pela linguista Márcia Sipavicius Seide (2006)²⁹, quando afirma, em sua tese de doutorado, que:

Coerentemente com a função atribuída à linguística, o ensaio tem por objetivo o estudo das causas intelectuais que presidiram as transformações das línguas. Essas transformações, aponta Bréal, longe de serem homogêneas, apresentam flutuações e desvios e seguem leis não imperativas, permeadas de exceções e limitadas em suas aplicações. Cabe esclarecer que as causas dessas transformações consistem em modificações no conhecimento inconsciente que o usuário do idioma tem a respeito da língua que fala, as quais são conseqüências de alterações prévias na maneira pelo qual o significado de uma palavra, de uma desinência, de uma locução ou de uma frase é percebido. Verifica-se, assim, que Bréal defende que a mudança só é passível de ser estudada abandonando-se posturas mecanicistas e deterministas e analisando-se suas causas intelectuais. (SEIDE, 2006, p. 134)

²⁸ A versão em português é nossa. A versão original em francês é: "La science du langage ne peut être qu'une science historique ou morale' car 'pas un mot n'a jamais été prononcé dans aucune langue sans l'intervention de la volonté humaine"

²⁹ Agradecemos ao colega e pesquisador Eduardo Alves Rodrigues pela indicação desta referência bibliográfica.

Da mesma forma como Seide (2006) aponta para a questão das "causas intelectuais que presidiram as transformações das línguas", segundo o ES de M. Bréal, nós queremos gastar um certo tempo nesse ponto. Até o presente momento, vimos que o ES produz como efeito um distanciamento com relação a algumas teorias de natureza naturalista-positivista. Um fator nodal que sustenta tal efeito é o de considerar o homem na linguagem. Antes de discutirmos o modo como, segundo Bréal, o homem aparece materializado na língua, o que estamos vendo, nesse momento, é como ele se constitui e como essa constituição afeta o funcionamento da linguagem. Foi na perspectiva de olhar para essa constituição do homem que a questão da vontade humana, como resultado de um embate de desejos, foi posta em cena aqui. Queremos, agora, tratar da *inteligência*, já que não há mudança linguística com a intervenção da vontade de apenas um único falante.

A linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. Ela é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas. Isso não é diminuir a importância da linguagem, por lhe reconhecer somente essa existência ideal. (BRÉAL, 1992, p. 197)

Pelo que depreendemos da leitura acima, a inteligência, sendo a "morada e sede" da linguagem no homem, difere, pela sua natureza, do que é compreendido por "vontade". Enquanto essa última é de natureza obscura, mas perseverante, ou melhor, é o resultado obtido a partir de um confronto de desejos daquele que fala uma determinada língua, a primeira, ou seja, a inteligência é, como diz Guimarães (1992, p. 11), no prefácio dessa obra, "uma faculdade de conhecer, e tem sua origem no funcionamento do signo". Assim, tanto as vontades quanto as inteligências são as garantias de que o homem interfere na linguagem e somente por meio dessa interferência é que se pode estudar os seus (da linguagem) fatos. Portanto, a linguística é uma ciência histórica porque o homem lhe constitui e é constituído por ela. O homem, poderíamos dizer, dá corpo à linguagem. Ele também torna possível, juntamente com seus concidadãos, a mudança linguística.

É da essência das obras coletivas exigir uma marcha gradual e uma certa unidade de plano. O trabalho de véspera serve de base e de ponto de partida para o trabalho do dia seguinte. A criação *ex nihilo*, supondo que ela seja possível para os indivíduos, não existe para as massas. Não é, pois, de espantar que a linguagem apresente um espetáculo de um desenvolvimento contínuo segundo um plano fielmente seguido em seu conjunto. (BRÉAL, 1992, p. 203)

Este excerto nos coloca diante do reconhecimento da importância atribuída à coletividade que torna possível a linguagem e suas mudanças. Embora a linguagem se realize no homem, ele não é o seu senhor. Somente as massas podem ter o controle do que é que muda e do que é que permanece na linguagem. Além disso, vale mencionar que, mesmo nas massas, a mudança linguística não é um fato de ordem consciente, visto que intervém aí "o acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas" (BRÉAL, 1992, p. 197). Outra característica importante de se enfatizar é que a linguagem é anterior e posterior aos homens falantes, pois "ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos" (BRÉAL, 1997, p. 197).

Se considerarmos o que dissemos acerca da teoria do signo linguístico de Ferdinand de Saussure, perceberemos que há a possibilidade de traçarmos paralelos entre o que está posto no ES com aquilo que está posto no CLG. Com respeito a essa possibilidade de que falamos, fundamentamo-nos novamente no dizer de Seide (2006), quando ela afirma o que segue:

Comparando-se a data de publicação da primeira edição do **ES** e o primeiro curso de Linguística Geral ministrado por Saussure, percebe-se que dez anos os separam. Esta distância cronológica talvez fosse suficiente para se pensar não haver como relacioná-los, ainda mais quando se avalia a ruptura causada nos estudos linguísticos pelo linguista genebrino. Apesar dessas considerações, encontramos convergências importantes entre o estruturalismo e as propostas brealinas as quais permitem evidenciar em que medida Saussure deve ser visto não apenas como um estudioso em muitos aspectos revolucionário, mas também um cientista que catalisou, sistematizou e sintetizou tudo o que havia sido estudado até então. (SEIDE, 2006, p. 153)

Dessa forma, os conceitos de "vontade humana", "inteligência" e "coletividade" podem estar em uma relação de convergência ou de analogia com o que Saussure diz sobre, por exemplo, a diferenciação entre "língua", "fala" e "linguagem" e também com a questão de que a língua é um fato social, uma realidade que tem sua existência no todo coletivo de uma comunidade de falantes e não no indivíduo. Para fazer avançar essa relação de convergência, vejamos qual a posição de Bréal a respeito da fala, e notemos como esse seu dizer pode fazer ressoar em nossa memória uma conceituação já conhecida e amplamente difundida da noção de fala que nos é apresentada por Saussure, tanto no CLG quanto no ELG, conforme vimos acima. Para Bréal (1992, pp. 201-202),

Se a língua se modifica simultaneamente na boca de todo um grupo de homens, isso não se deve a que os órgãos da fala sofram no mesmo momento, em toda uma população, uma mudança idêntica. Há para essa marcha simultânea uma razão mais simples e mais comum, que é, de um lado, o instinto de imitação, e, de outro, a necessidade de ser compreendido. A fala é, antes de tudo, um meio de comunicação: ela falhará na mais essencial de suas funções, deixando de servir à troca de ideias. É forçoso que uma mudança, se ela é de natureza a obscurecer a clareza da linguagem, seja ou abafada ou adotada por todos os homens destinados a viver a mesma vida.

Ao lermos Bréal e, em seguida, Saussure, embora tenhamos feito o contrário neste capítulo, podemos dizer que qualquer semelhança entre ambos não é uma mera coincidência, mas sim uma questão que envolve pensar as condições de produção das reflexões linguísticas no final do século XIX e início do XX, período este notável para a legitimação da linguística na história das ciências.

Um último argumento que direciona a resposta da pergunta contida no título – "A Linguística é uma Ciência Natural?" – é aquela que tem que ver com a questão da existência ou não de *leis necessárias e cegas* que regem a linguagem. Como vimos anteriormente, Bréal se posiciona criticamente contra alguns naturalistas que veem a linguagem como um quarto reino da natureza. Dessa maneira, afasta-se de uma concepção de linguagem baseada nas teorias da zoologia e da botânica; ao colocar o homem com sua inteligência e suas vontades obscuras e perseverantes no estudo da linguagem, afasta-se, também, da concepção que encara as determinações linguísticas enquanto um processo mecânico, fixo, necessário. Ao contrário disso, o linguista francês defende que as leis da linguagem não devem ser tomadas do ponto de vista da *necessidade cega*, já que a vontade, ao intervir na inteligência das massas de falantes de uma língua, provoca transformações "ao mesmo tempo tão estranhas e tão regulares" (BRÉAL, 1992, p. 198). Nessa perspectiva, uma lei fixa e mecânica não explicaria suficientemente bem determinada mudança da linguagem.

Como é fácil de adivinhar, para se sustentar uma afirmação dessa espécie [de que a linguagem é regida por leis necessárias e cegas], não se refere à parte mais intelectual da linguagem, tal como a escolha das palavras ou a construção da frase: a contraverdade apareceria muito claramente. Nenhuma necessidade exigiria, por exemplo, que a palavra *jacobin* (jacobino) viesse a marcar uma mudança de opinião política, ou que a palavra *bureau*, que designava primeiro uma espécie de burel ou tecido de lã, significou sucessivamente o forro que cobre uma mesa de escrever, depois a própria mesa, em seguida a peça em que essa mesa está colocada e, finalmente as pessoas que se encontram nessa peça ou nessa mesa. Se cada uma dessas mudanças tem sua razão de ser, nenhuma certamente seria obrigatória. (BRÉAL, 1992, p. 198)

Para finalizar essa discussão e prosseguirmos com nossa exposição do ES, resumiríamos tudo o que foi dito da seguinte maneira: a linguística é uma ciência histórica porque seu objeto de estudo — a linguagem — se realiza no homem, com sua inteligência e vontade. Além disso, tal como já dissemos, ele não é o seu único senhor, pois ela habita uma coletividade. Dessa forma, como diz Guimarães (1992, p. 9), no prefácio, "histórico [em Bréal] é essa direção do progresso". Essas questões retornarão em nossa discussão ao abordarmos a constituição teórica da semântica histórica da enunciação, evidentemente, com deslocamentos importantes e necessários.

Para fazer avançar essa breve exposição do *Ensaio de Semântica*, queremos discutir o texto do capítulo XXV, denominado "O Elemento Subjetivo". Tal capítulo, ganha relevância, principalmente, quando estudarmos os linguistas da enunciação que propomos aqui, pois observaremos pontos de contato entre a teoria brealina com o modo como esses outros linguistas abordaram, cada um à sua maneira, a fato-linguagem "enunciação".

O texto se inicia da seguinte maneira:

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o *aspecto subjetivo da linguagem*. (BRÉAL, 1992, p. 157)

No excerto acima, observamos o modo como o *aspecto subjetivo* intervém na linguagem. Ao que vemos, as palavras, assim como o agenciamento gramatical, diz algo daquele que as emprega. Assim, ao dizer algo, o falante se diz, diz dele mesmo; nas palavras de Bréal, "somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos". O elemento subjetivo se apresenta marcado na linguagem por meio de suas formas; eis o que merece ser levando em conta.

A trama da linguagem é continuamente tecida por essas palavras [advérbios, adjetivos, membros de frase]. Se me ocorre formular um silogismo, as conjunções que marcam os diferentes membros do meu raciocínio dizem respeito à parte subjetiva. Elas fazem apelo ao entendimento, elas o tomam como testemunho da verdade e do encadeamento dos fatos. Elas não são, pois, da mesma ordem que as palavras que me servem para expor os próprios fatos. (BRÉAL, 1992, p. 158)

Pelo recorte acima, poderíamos dizer que há algumas classes de palavras que atestariam melhor do que outras o elemento subjetivo na linguagem, isto é, algumas classes de palavras, a partir desse pensamento de Bréal, fariam aparecer o próprio homem naquilo que ele diz. Logo em seguida, o autor complementa esse fragmento de texto dizendo:

Mas nossas línguas não se atêm a isso. A mistura dos dois elementos [palavras que fazem apelo ao entendimento e palavras que são tomadas como testemunho da verdade e do encadeamento dos fatos] é tão íntima, que uma parte da gramática dela tira sua origem. (BRÉAL, 1992, p. 159)

A parte da gramática de que nos fala Bréal, no texto acima transcrito, é aquela que trabalha fortemente essa questão da presença do elemento subjetivo (aquilo que diz do homem) nas palavras que narram os acontecimentos e os fatos (aquilo que o homem diz). Essas partes são, por exemplo, o verbo e seus *modos*, o subjuntivo, o discurso indireto e o imperativo, "modo em que o elemento subjetivo se mostra mais fortemente" (BRÉAL, 1992, p. 160).

Finalmente, M. Bréal nos traz uma reflexão em torno das *personas verbais* que ressoa na memória da prática teórica de alguns linguistas da enunciação.

O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a *primeira*). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem. (BRÉAL, 1992, p. 161)

Isso que diz Bréal nos é muito familiar, dado o trabalho feito por Émile Benveniste ao conceituar as *personas subjetiva (EU)*, *não-subjetiva (TU/VOCÊ)* e a *não-pessoa (ELE)*. Diferentemente de Benveniste, Bréal, além de pensar a presença do homem na linguagem, pensa, também, o modo de sua constituição (pela *inteligência* e pela *vontade*) e a natureza das obras humanas. De qualquer maneira, essa aproximação que forjamos nos permite sinalizar o trabalho brealino como um precursor de algumas vertentes da linguística da enunciação e de algumas vertentes da pragmática (cf. SEIDE, 2006, p. 127). Guimarães (1992), também no prefácio da versão brasileira do *ES*, atesta isso dizendo:

Não há como não ver nessa passagem a inspiração de Benveniste para seu estudo sobre as *personas verbais* e os pronomes. [A diferença é que] a subjetividade do *eu* [para Bréal] é

apresentada como se dando pela oposição que o homem se dá relativamente às coisas do mundo. A subjetividade não é intersubjetiva, como em Benveniste, é relativa ao mundo do qual o homem se destaca, e nesse corte instala-se a *primeira pessoa* e a *segunda* que se acha por ela (primeira) interpelada. [...] para Bréal a subjetividade é uma relação homem/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. [...] Esse capítulo, como se vê, é decisivo para se encontrar o fio da história dos estudos da enunciação no nosso século. (GUIMARÃES, 1992, p. 15, os grifos são do autor)

Como vemos, guardadas as devidas diferenças entre as teorias, há um assumido reconhecimento do trabalho de Michel Bréal nos estudos da linguagem que lhe seguiram. De nossa parte, diremos que alguns conceitos teórico-analíticos trabalhados pela semântica histórica da enunciação fazem ressoar algo do pensamento sobre a linguagem de Michel Bréal.

Para finalizar, analisando o projeto epistemológico de Michel Bréal para a construção de um modelo de *semântica* que não se limitasse apenas ao estudo de palavras isoladas e das leis necessárias para a mudança linguística, o autor constrói um corpo teórico que responde, com sofisticação, aos quadros teóricos operantes do naturalismo no século XIX. Dizendo juntamente com Chiss e Puech, (1997, p. 130),

[...] a semântica de Bréal é, sem dúvida, muito mais de uma nova versão da semasiologia em que se pode pensar que Darmesteter é o seu representante último. Sob o termo de semântica, Bréal condensa, segundo suas próprias afirmações, anos de pesquisa linguística. Sobretudo, como mostra bem a conferência "les idées latentes du langage", o estudo das palavras lhe parece muito insuficiente para caracterizar a riqueza, a complexidade e a generalidade da semântica que ele procura promover.³⁰

Então, o que vimos ao longo dessa exposição do ES foi que o quadro de pensamento de Bréal, além de significar um gesto de interpretação na história das práticas científicas com a linguagem, constitui uma condição de possibilidade para que outros teóricos pudessem investir mais nos conceitos que ele levanta em sua teoria semântica. Dentre esses teóricos está Ferdinand de Saussure, que estabelece os princípios gerais de uma linguística científica, bem os demais linguistas da enunciação, como Bally e Benveniste.

³⁰ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "[...] la sémantique de Bréal est sans doute beaucoup plus qu'une nouvelle version de la sémasiologie dont on peut penser que Darmesteter est le représentant ultime. Sous le terme de sémantique, Bréal condense, selon ses propres affirmations, des années de recherche linguistique. Surtout, comme le montre bien la conférence sur 'les idées latentes du langage', l'étude des mots lui semble très insuffisante pour caractériser la richesse, la complexité et la généralité de la sémantique qu'il cherche à promouvoir".

1.3.2. Charles Bally

Neste momento, iniciaremos a nossa discussão sobre alguns aspectos teóricos trabalhados pelo linguista Charles Bally, a quem é atribuído o mérito de ser um dos introdutores mais importantes do fato-linguagem "enunciação". Dado os nossos objetivos principais neste capítulo, limitar-nos-emos em tratar de alguns aspectos da obra *Linguistique Générale et Linguistique Française* (LGLF), cuja primeira edição foi publicada em 1934. Feita essa opção metodológica, deixaremos de lado obras importantes do campo da estilística, área dos estudos da linguagem em que os trabalhos de Bally ganham destaque.

A importância de colocá-lo em cena aqui se refere a um modo seu de se posicionar frente à história das ciências da linguagem que nos interessa de perto. Como é sabido, Ch. Bally foi discípulo de Saussure, participando da organização e elaboração do texto da obra *Curso de Linguística Geral*, juntamente com Albert Sechehaye, e dando continuidade aos princípios de Saussure ao substituí-lo na cadeira de linguística geral na Universidade de Genebra. Desse modo, as relações que o ligam ao mestre genebrino são muito estreitas, e disso apareceram, em sua obra, algumas consequências que tentaremos explicitar.

O primeiro ponto que colocaremos em cena relaciona-se com o seguinte dizer: "Toda enunciação do pensamento pela língua está condicionada logicamente, psicologicamente e linguisticamente" (BALLY, 1965, p. 35)³¹. O que nos salta aos olhos, à primeira vista, é que Bally, logo no início da primeira seção do LGLF, intitulada "Teoria geral da enunciação", apresenta qual será seu objeto de estudo: a enunciação. E para ele esse conceito está condicionado a três aspectos principais: o aspecto lógico, o aspecto psicológico e o aspecto linguístico. Vejamos quais são as implicações que tal afirmação traz para o campo das ciências da linguagem de então.

A primeira questão envolve pensar o que um estudo enunciativo tem que ver com os princípios da linguística geral teorizada por Saussure. Em certa medida, podemos dizer que Bally, como um dos principais representantes da corrente estruturalista aberta a partir do saussurianismo, desenvolve uma das facetas da linguagem em que Saussure não investiu sua atenção pesadamente: a fala. No entanto, o conceito de enunciação é muito mais do que

³¹ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Toute énonciation de la pensée par la langue est conditionnée logiquement, psychologiquement et linguistiquement".

simplesmente a fala, enquanto uma individualização da língua. Enunciar, ao que vemos no trecho citado, tem que ver tanto com o pensar quanto com o enunciar tal pensamento. É nesse sentido que o projeto ballyano não se confunde, necessariamente, com o projeto saussuriano da fala.

E esse conceito "enunciação" também não coincide com outros teóricos que relacionam à língua elementos da ordem do intelectual, tal como o faz Bréal, conforme vimos, para quem a mudança linguística tinha que ver com a intervenção da vontade na inteligência. Segundo Chiss e Puech (1997), a orientação seguida por Ch. Bally é aquela do antilogicismo, do anti-intelectualismo que constituem as posições não só de Bréal, mas também de Steinthal ou Baudouin de Courtenay, para quem a matriz de pensamento se inscrevia em uma "psicologia dos desejos, paixões e sentimentos" (CHISS; PUECH, 1997, p. 160).

Para Bally, é fundamental o fato de que só há enunciação se há um pensamento que é comunicado, ou seja, um pensamento que é materializado pela língua em uma situação enunciativa. Isso aparece, também, quando o autor nos ensina que "a frase é a forma mais simples possível da comunicação de um pensamento" (BALLY, 1965, p. 35)³². Além dessa afirmação, ele complementa dizendo que "pensar é reagir a uma representação contando-a, apreciando-a ou desejando-a. / É, portanto, julgar que uma coisa é ou não é, ou estimar que ela seja desejável ou indesejável, ou, enfim, que ela seja ou não seja" (BALLY, 1965, p. 35)³³. Essas afirmações nos colocam diante do fato de que a enunciação, segundo esse ponto de vista, se dá a partir de um pensamento comunicado, ou seja, a partir de uma "reação", para nos aproximar das palavras do autor, a uma representação, que pode ser contada, apreciada ou desejada. A enunciação, então, não se limita, ao domínio do pensamento (da representação mental) apenas. Ela tem uma realidade material pelo uso da língua ao comunicar um pensamento. De acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 16),

Diretamente influenciado por Saussure, Bally assume as distinções língua/fala, sincronia/diacronia e paradigma/sintagma conduzindo-as, como princípios metodológicos, a uma verdadeira abordagem da língua viva, no seu uso cotidiano e oral, com estudos basicamente voltados à fonética, ao uso lexical e às construções sintáticas.

³² A versão em português é nossa. A versão em francês é: "La phrase est la forme la plus simple possible de la communication d'une pensée".

³³ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Penser, c'est réagir à une représentation en la constatant, en l'appréciant ou en la désirant. / C'est donc juger qu'une chose est ou n'est pas, ou estimer qu'elle est désirable ou indésirable, ou enfin désirer qu'elle soit ou ne soit pas".

Pelas nossas considerações feitas acima, podemos dizer que o projeto teórico de Bally é o de pensar a língua na sua situação de comunicação de um pensamento, o que difere, em grande medida, do projeto epistemológico e teórico da gramática geral de Port-Royal, no século XVIII, cujos princípios eram marcados, sobretudo, pela concepção de que língua devia expressar um pensamento. Bally, ao que vemos, se interessa pelo pensamento que é comunicado, enunciado; é a enunciação de um pensamento pela língua que lhe importa (ele olha para a forma do que é dito). Daí, as relações estreitas entre o que poderíamos chamar de *pensamento pensado* e *pensamento comunicado* que, na própria metalinguagem de Bally, ao estudar o problema da divisão do sujeito, essas relações são entre o *pensamento pessoal* (*pensée personnelle*) e *pensamento comunicado* (*pensée communiquée*).

Antes de tratarmos especificamente do sujeito na enunciação, a relação de que tratamos no parágrafo anterior entre o *pensamento pessoal* e o *pensamento comunicado* tem que ver com a fala inicial do linguista em questão, para quem a enunciação envolve aspectos de ordem lógica, de ordem psicológica e de ordem linguística. Sobre esses aspectos, ele ainda tece um comentário dizendo que:

Seria vantagem estudar separadamente os três aspectos indicados mais acima; mas os fatores psicológicos do pensamento estão tão engrenados na textura lógica que não se pode fazer abstração total na análise lógica; por outro lado, a forma linguística não pode estar inteiramente separada das duas outras. (BALLY, 1965, p. 35)³⁴

Porque a enunciação envolve pensar nos três aspectos mencionados acima, bem como no modo imbricado da relação entre eles, é que a questão do sujeito aparece fortemente caracterizada dentro da Teoria geral da enunciação de Bally. O primeiro momento em que essa questão do sujeito aparece formulada é quando o autor afirma que "o pensamento não se limita, portanto, à representação pura e simples, com a ausência de toda participação ativa de um sujeito falante" (BALLY, 1965, p. 35)³⁵. Desde já, podemos vislumbrar o quadro geral da enunciação traçado por Bally: a enunciação só ocorre porque há a participação ativa de um sujeito falante. Trazer essa instância do sujeito no estudo do

³⁴ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Il y aurait avantage à étudier séparément les trois aspects indiqués plus haut; mais les facteurs psychologiques de la pensée sont si bien engrenés dans sa texture logique qu'on peut en faire totalement abstraction dans l'analyse logique; à son tour, la forme linguistique ne peut être entièrement séparée des deux autres."

³⁵ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "La pensée ne se ramène donc pas à la représentation pure et simple, en l'absence de toute participation active d'un sujet parlant."

funcionamento enunciativo da linguagem significa sustentar a posição de que os aspectos lógicos, psicológicos e linguísticos devem estar presentes na mirada do linguista. Com o delineamento do lugar ocupado pelo sujeito na enunciação, Charles Bally explicita melhor a natureza tripartite da enunciação falando do interior do "terreno da linguagem". Eis o que ele nos coloca:

Transportemo-nos, agora, ao terreno da linguagem, e perguntemo-nos qual é a forma mais lógica que possa revestir a comunicação do pensamento. Evidentemente, é aquela que distingue claramente a representação percebida pelos sentidos, pela memória ou pela imaginação, e a operação psíquica que o sujeito opera sobre ela [...]. (BALLY, 1965, p. 36)³⁶

Estando no terreno da linguagem, a forma mais lógica de conceber a comunicação do pensamento pela língua é aquela que deve distinguir entre a representação percebida pelos sentidos e a operação psíquica do sujeito sobre essa representação ao comunicá-la linguisticamente. E, ainda, ele avança:

A frase explícita compreende, então, duas partes: uma é o correlativo do processo que constitui a representação [...]; nós a chamaremos, a exemplo dos lógicos, de *dictum*. A outra contém a peça mestre da frase, aquela sem a qual não há frase, que é a expressão da modalidade, correlativa da operação do sujeito falante. A modalidade tem, por expressão lógica e analítica, um *verbo modal* [...] e seu sujeito, o *sujeito modal*; os dois constituem o *modus*, complementar do *dictum*. (BALLY, 1965, p. 36, os grifos são do autor)³⁷

Acima vemos duas noções importantes dentro da Teoria geral da enunciação de Bally e que servirão de ponto de partida a outros linguistas para se pensar a divisão, sobretudo, do sujeito da/na enunciação. A primeira delas é a noção do *dictum*, que se liga à representação do pensamento, àquilo que deverá ser comunicado pela língua. E a segunda delas é noção de *modus*, que corresponde ao modo como o sujeito falante lida com uma dada representação ao comunicá-la linguisticamente. Como está presente no excerto supracitado, sem a modalidade não há frase, não há a materialização da língua. Ela é "a

³⁶ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "Transportons-nous maintenant sur le terrain du langage, et demandons-nous quelle est la forme la plus logique que puisse revêtir la communication de la pensée. C'est évidemment celle qui distingue nettement la représentation reçue par les sens, la mémoire ou l'imagination, et l'opération psychique que le sujet opère sur elle [...]."

³⁷ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "La phrase explicite comprend donc deux parties: l'une est le corrélatif du procès qui constitue la représentation [...]; nous l'appellerons, à l'exemple des logiciens, le *dictum*. / L'autre contient la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n'y a pas de phrase, à savoir l'expression de la modalité, corrélatrice à l'opération du sujet parlant. La modalité a pour expression logique et analytique un *verbe modal* [...], et son sujet, le *sujet modal*; tous deux constituent le *modus*, complémentaire du *dictum*."

alma da frase; da mesma forma que o pensamento, ela é constituída essencialmente pela operação ativa do sujeito falante" (BALLY, 1965, p. 36)³⁸. A expressão da modalidade, assim, é o modo de conceber o sujeito dentro do terreno da linguagem.

Como exemplo disso, tomamos uma frase de nosso corpus de pesquisa: "Eu acho que aprender português na Argentina é uma boa oportunidade de trabalho". Aí temos o *dictum*, "aprender português na Argentina é uma boa oportunidade de trabalho", ligado ao *modus* pela conjunção "que", "eu acho que". Temos aí, então, a enunciação como a comunicação de uma modalidade da representação, que aponta para a dissimetria entre o que é representado e o que é comunicado, enunciado, já que, segundo Bally, a "modalidade é a alma da frase". Sem ela, não há frase.

Tratemos, para finalizar, da questão específica da divisão do sujeito, que será retomada, com deslocamentos necessários, por outros autores como Oswald Ducrot, em sua teoria polifônica da enunciação. De acordo com a proposta teórica de Ch. Bally, o sujeito modal corresponde ao sujeito falante, mas nem sempre essa correspondência se dá. Observemos o que ele próprio diz:

O sujeito modal pode ser e é muito frequentemente ao mesmo tempo o sujeito falante [...]. Mas ele pode englobar outros sujeitos: "*Nós* não acreditamos que choverá", ou também um ou vários outros sujeitos: "*Galileu, os astrônomos* afirmam que a terra gira"; então, o que fica vago: "*Se* acredita que o rei está morto". (BALLY, 1965, p. 37, os grifos são do autor)

Aqui vemos o princípio da não coincidência do sujeito falante com o sujeito modal³⁹. Ele pode se desdobrar em outros sujeitos que não o próprio sujeito falante, conforme podemos observar nos exemplos que o autor nos dá no fragmento supracitado. E especifica ainda:

Mas mesmo quando o sujeito pensante é idêntico ao sujeito falante, há que se evitar confundir *pensamento pessoal* e *pensamento comunicado*. Essa distinção é da mais alta importância, e se explica pela natureza e pela função do próprio signo linguístico. Com efeito, o sujeito pode enunciar um pensamento que ele apresenta como seu mesmo que ele lhe seja estranho. Trata-se, assim, de um verdadeiro desdobramento da personalidade. (BALLY, 1965, p. 37)

³⁸ A versão em português é nossa. A versão em francês é: "[La modalit ] est l' me de la phrase; de même que la pensée, elle est constituée essentiellement par l'opération active du sujet parlant."

³⁹ Em Ducrot, veremos que o sujeito falante, pensado enquanto *sujeito empírico*, não fará parte das *figuras enunciativas* esboçadas na teoria polifônica da enuncia o.

De tudo o que dissemos sobre a teoria geral da enunciação de Charles Bally, alguns pontos gostaríamos que ficassem registrados aqui, de modo que possamos visualizar, ao longo da apresentação dos outros autores, a forma como cada um se posiciona diante do fato-linguagem da enunciação. O primeiro ponto é que a teoria ballyana não representa uma ruptura epistemológica tal qual representa a teoria saussuriana do signo linguístico. Na verdade, Bally dá continuidade ao projeto do linguista genebrino de pensar teórica e metodologicamente a linguística geral. O segundo ponto é a não correspondência entre pensamento e linguagem ("pensamento pessoal" e "pensamento comunicado"), que faz todo o sentido dentro de uma prática científica que está no embate com práticas idealistas e naturalistas, que pensam, *grosso modo*, a mudança linguística na relação com uma deturpação do pensamento (língua enquanto expressão do pensamento). O terceiro e último ponto tem que ver com a questão do sujeito dividido (sujeito modal e sujeito falante), questão importante que será mais bem desenvolvida por outras disciplinas como a psicanálise, a análise de discurso e a semântica histórica da enunciação, apenas para citar algumas.

1.3.3. Émile Benveniste

À guisa de preâmbulo, e de modo que possamos situar melhor esse autor nos domínios de nosso estudo, diremos que É. Benveniste é um linguista que se filia à tradição saussuriana de estudos linguísticos, tendo a língua, organizada sob a forma de sistema, como objeto de estudo. Vemos essa sua filiação estruturalista, também, pelo próprio título de seu trabalho, qual seja, *Princípios de Linguística Geral*, que, como Saussure, pretendia estudar o funcionamento geral da língua a partir da observação de diferentes línguas particulares.

Tal como dissemos anteriormente, um dispositivo teórico não se constrói apenas pela repetição, mas também pelos deslocamentos operados a partir da ocupação de um determinado lugar pelo sujeito da ciência na teoria. Assim é o que podemos dizer da proposta de Benveniste para as considerações do fato de linguagem "enunciação". Essa concepção enunciativa da linguagem foi possibilitada pela circulação de outras teorias da linguagem no espaço acadêmico e intelectual europeu. Tomando como ponto de referência

os anos de 1950, vemos aparecer teorias que propõem pensar a língua na relação com sua realização pelos falantes; é o caso, por exemplo, da tradição de estudos da filosofia analítica da escola anglo-saxã. Benveniste não poderia ficar, assim, indiferente a essas correntes de pensamento sobre o funcionamento da linguagem. Tendo, de um lado, a tradição estruturalista de Saussure e, de outro, a tradição pragmática dos anglo-saxões, como Austin e Searle, a teoria benvenistiana da enunciação, segundo o modo como ele compreende esse conceito, ganhou corpo a partir de uma posição teórica que procurava fazer dialogar essas duas correntes do pensamento sobre a linguagem.

Ao conceituar a enunciação como o "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 2006, p. 82), o autor expõe um modo específico de significância da língua que é o *discurso*. Sendo este do domínio do semântico, e não apenas do semiótico, seu estatuto dentro do sistema linguístico é o de articular a língua, enquanto um sistema de signos, ao modo como pensa Saussure⁴⁰, com "o mundo da enunciação" (BENVENISTE, 2006, p. 66). Desse modo, para ele "o privilégio da língua é o de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação" (BENVENISTE, 2006, p. 66).

Temos acima o modo como Benveniste propõe, então, "ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único" (BENVENISTE, 2006, p. 67): de um lado pela "análise intralingüística", que considera tanto a dimensão do semiótico quanto a do discurso, e, por outro lado, a "análise translingüística", que leva em conta a "elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação" (BENVENISTE, 2006, p. 67).

Interessa-nos aqui, sobretudo, pensar a condição da enunciação enquanto "conversão individual da língua em discurso" (BENVENISTE, 2006, p. 83), o que nos permitirá abordar a questão da subjetividade e da temporalidade do e no enunciado mais de perto, justamente porque esse é o objetivo específico aqui.

O primeiro questionamento que faremos concerne, então, no que consiste a subjetividade para Benveniste. Antes mesmo de respondermos a essa pergunta inicial,

⁴⁰ É importante assinalar aqui uma diferença importante sobre o signo linguístico para Saussure e para Benveniste. Enquanto que para o primeiro "o laço que une o significante ao significado é arbitrário" (SAUSSURE, 1970, p. 80), para o segundo "entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*" (BENVENISTE, 2005, p. 55, o grifo é do autor).

desencadeadora de outros pontos sobre a teoria da enunciação de Benveniste, gostaríamos de marcar o ponto de entrada para se pensar essa subjetividade na enunciação. Retomando a definição benvenistiana de enunciação, diríamos que ela consiste no "ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...]. Este ato é fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta" (BENVENISTE, 2006, p. 82). Além disso, "a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se, considerá-la [a enunciação] como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação" (BENVENISTE, 2006, p. 82). Vemos, assim, que o interesse desse linguista não reside apenas no estudo do sistema da língua, mas também na forma de apropriação desse sistema por um locutor, em um ato individual de enunciação.

Dessa forma, o ponto de entrada para a subjetividade linguística, ao lermos o PLG, é a relação entre língua e locutor, já que esse "ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação" (BENVENISTE, 2006, p. 83). E a importância da realização da língua pelo locutor está, justamente, na medida em que a língua, fora de sua instância de discurso, não é senão apenas uma possibilidade. Isso atesta para o modo como É. Benveniste se afasta de Saussure, para quem a fala era um fato de linguagem acessório e acidental. A enunciação é auto-reflexiva, enquanto que a fala para Saussure não o é. Ademais, pela identificação de Benveniste com a teoria dos atos de fala dos filósofos analíticos, podemos dizer também que a enunciação é uma ação linguística, e não simplesmente um ato psicofísico individual.

Considerando que estamos tratando de uma teoria da enunciação de inscrição estruturalista, o estudo das marcas da subjetividade na enunciação não poderia se dar de outra maneira senão pela observação das formas linguísticas no enunciado. Assim, nos textos "A natureza dos pronomes" e "Da subjetividade na linguagem", em PLG I, Benveniste considera apenas as formas *eu* e *tu* como sendo os únicos pronomes que marcam, no enunciado, a categoria de *pessoa*. Essa característica está ausente nos pronomes de terceira pessoa, tanto do singular quanto do plural. Vejamos por quê.

Segundo o autor em questão, "a referência de pessoa é uma referência zero fora da relação *eu/tu*" (BENVENISTE, 2005, p. 283, o grifo é do autor), visto que "essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne

tu na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*" (BENVENISTE, 2005, p. 286). Dessa forma, tanto *eu* quanto *tu* são formas dêiticas que possuem sua saturação semântica apenas na enunciação. Dito diferentemente,

Podemos dizer que os dêiticos se tornam reflexivos em relação à enunciação, já que não remetem à realidade, nem a posições objetivas da pessoa no espaço e no tempo, senão à enunciação, cada vez única, que as contém. (NEGRONI e COLADO, 2001, p. 68)⁴¹

Quem é, por sua vez, referido pelas formas *eu* e *tu*? De acordo com Benveniste (2005, p. 278), "*eu* significa 'a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*'. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade." Enquanto que a forma *tu* se refere ao "indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a forma *tu*". São essas duas formas linguísticas, portanto, que referem as pessoas não empíricas, mas sim as "figuras" da enunciação.

Essa característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas "figuras" igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 87, os grifos são do autor)

Dessa forma, o *eu* e o *tu* têm por função, na enunciação, referir as pessoas que participam do diálogo, ou seja, o locutor e o alocutário, respectivamente. Ao contrário dessas formas pessoais, está o pronome *ele*, que é considerado uma não-pessoa enunciativa. Isso porque:

É preciso ter no espírito que a "terceira pessoa" é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como "não-pessoa". Esse é seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por "eu". (BENVENISTE, 2005, p. 292, os grifos são do autor)

Diante do exposto acima sobre a enunciação e a natureza dos pronomes, diremos que temos, então, as seguintes categorias enunciativas de pessoa: a *pessoa subjetiva*, que é marcada pela forma "eu", que representa o locutor da enunciação no enunciado, e a *pessoa não-subjetiva*, que é marcada pela forma "tu" e que representa o alocutário, figura

⁴¹ A versão em português é nossa. A versão em espanhol é: "Podemos decir que los dêiticos resultan reflexivos con respecto a al enunciación, ya que no remiten a la realidad, ni a posiciones objetivas de la persona en el espacio y en el tiempo, sino a la enunciación, cada vez única, que las contiene."

enunciativa daquele para quem se dirige a enunciação do locutor. Há que se levar em conta, também, a *não-pessoa*, que é marcada pela forma "ele" e que está fora da interlocução enunciativa. A *não-pessoa* é a marca da exterioridade da enunciação.

A subjetividade linguística, como vemos, está centrada unicamente no pronome pessoal "eu", que se refere à "capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'" (BENVENISTE, 2005, p. 286), o que desestrutura a relação aparentemente simétrica entre o *eu* e o *tu*, já que somente a primeira forma é a pessoa subjetiva do enunciado, sendo a segunda uma pessoa, é verdade, mas não-subjetiva. A pessoa subjetiva é, portanto, tal como diz Benveniste, "uma propriedade fundamental da linguagem. É 'ego' que *diz ego*" (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Até o presente momento, o que pudemos observar foram algumas diferenças entre Saussure e Benveniste que são importantes de serem levadas em conta. Para o primeiro, seu objeto de estudo é a língua, sendo esta um sistema composto por signos linguísticos resultantes da união entre um significante e um significado, e é de natureza homogênea e puramente psíquica. Saussure não aborda a questão da subjetividade no CLG, visto que a língua não é pensada por meio de um falante único que a emprega; ela só existe na coletividade. Já para Benveniste, importa estudar a língua no seu ato individual de utilização e a subjetividade é uma marca linguística que representa no enunciado o locutor de uma dada enunciação.

A temporalidade é também uma questão que interessa em grande medida aos estudos da enunciação. Passamos, então, ao seu estudo tal como abordado nos PLG. Primeiramente, tratar do *tempo* em Benveniste concerne abordar a diferenciação que o autor faz entre o *tempo físico*, o *tempo crônico* e o *tempo linguístico*, sendo este último o interesse específico da linguística da enunciação. Rapidamente diremos que o *tempo físico* é concebido como um *continuum* linear, ininterrupto, infinito; ele possui um correlato psíquico no homem, que mede a duração desse *tempo físico* por suas emoções e experiências interiores. O *tempo crônico* é "o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos" (BENVENISTE, 2006, p. 71); esse é o tempo que é medido e socializado pelo calendário. E o *tempo linguístico*, que é o que nos concerne aqui, é o que se relaciona com o fato da enunciação, ou seja, ele é organizado a partir do momento em que um locutor se apropria do código linguístico e

enuncia. A partir dessa enunciação pelo locutor, temos instalado o *presente* da instância de discurso, que organizará, conseqüentemente, o *passado* e o *futuro*. Vejamos com mais cuidado as características do funcionamento desse *tempo linguístico*.

A primeira coisa que mencionamos aqui é que esse *tempo linguístico* funciona, assim como as *pessoas enunciativas*, como dêitico, ou seja, ele só possui espessura semântica a partir do momento da enunciação; antes disso, ele é apenas uma possibilidade de língua. Assim, ao enunciar, o locutor, representado no enunciado pela forma pessoal *eu*, instala um presente que é representado no enunciado por formas que remetem a esse presente da enunciação, como, por exemplo, as expressões temporais *agora, hoje, neste momento* etc. Em oposição a esse tempo que só significa a partir do presente da enunciação, temos os *tempos não-presentes*, que são o *passado* e o *futuro* e que significam somente a partir do *presente*. Dessa forma, e segundo Benveniste (2006, p. 74), "o que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e organizar como função do discurso."

Ditas estas palavras sobre o linguista francês Émile Benveniste, baseando-nos nos textos publicados em PLG, concluiremos esta seção tecendo algumas considerações gerais sobre *enunciação* e o modo como esta noção desloca alguns paradigmas da teoria saussuriana. Como já dissemos algumas vezes, Saussure se interessa pela *língua* na sua forma puramente *psíquica*, enquanto que os estudos sobre a *enunciação* recolocam a importância de se pensar a *língua enquanto ação*, em outras palavras, *enquanto ato de linguagem*. Desse deslocamento, os estudos linguísticos se beneficiam com a noção de subjetividade, ou seja, pensa-se o sujeito da enunciação e não mais uma *coletividade* indistinta de falantes, e a *temporalidade* deixa de ser pensada enquanto um *estado de coisas*, fixo, para ser um tempo linguístico instalado na e pela enunciação. Segundo Claudine Normand, temos em Benveniste um "discurso da novidade", pois ele

[...] libertou os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana. Ele lhes devolveu a subjetividade, o mundo e o discurso que se faz sobre ele; Benveniste reatou com a filosofia e aproximou-se da psicologia social e da pragmática, reencontrou a virtude do diálogo e da interação. Enfim, uma Linguística diferente. (NORMAND, 2009, p. 197)

1.3.4. Oswald Ducrot

Prosseguindo com a nossa discussão sobre a problemática da enunciação e os modos distintos pelos quais ela foi analisada pela tradição dos estudos linguísticos do século XX, queremos colocar em cena a perspectiva de Oswald Ducrot sobre esse fato de linguagem. Em seu texto "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação", presente no livro *O dizer e o dito* (DUCROT, 1987), Ducrot se dá uma tarefa principal: a de pôr em estado de questionamento a teoria da unicidade do sujeito da enunciação, pois, segundo ele,

[...] as pesquisas sobre a linguagem, há pelo menos dois séculos, consideram como óbvio — sem sequer cogitar em formular a ideia, de tal modo ela se mostra evidente — que cada enunciado possui um, e somente um autor. (DUCROT, 1987, p. 161)

Como vemos, sua proposta é desnaturalizar uma certa tradição da linguística moderna que trabalha sob uma perspectiva de língua que a considera como possuidora de apenas um único "autor", para utilizar a palavra formulada por Ducrot (1987, p. 161). A preocupação ducrotiana, ao que veremos a seguir, é justamente colocar em relação distintas vozes presentes em um mesmo enunciado. No entanto, é interessante, antes de tudo, situarmos teoricamente esse linguista para que possamos visualizar melhor o lugar de onde ele fala.

Nesse mesmo texto, O. Ducrot, à página 163, define a disciplina intitulado-a de "pragmática semântica" ou "pragmática linguística". Quais elementos essa nomeação nos traz para pensarmos a sua filiação teórica? O primeiro ponto-chave dessa teoria é a conexão existente com a filosofia analítica de tradição anglo-saxã, tal como dissemos também de É. Benveniste (cf. *supra*). Dessa maneira, e segundo essa perspectiva, interessará ao estudo de linguística levar em consideração a língua e seu ato de enunciação realizado por um sujeito. Além disso, sua prática de análise está voltada essencialmente para os elementos linguísticos, o que nos leva a pensar, a partir disso, que a enunciação interessará pelo modo como o enunciado reporta para as instâncias de sua enunciação. Ele tem, por assim dizer, uma preocupação com a língua, nos seus moldes estruturais.

Entretanto, o linguista marca um lugar de distanciamento com relação à teoria pragmática então circulante nos ambientes acadêmicos e intelectuais da Europa. Segundo ele, a "pragmática linguística" não trata mais "do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz" (DUCROT, 1987, p. 163) e mais

adiante ele diz que "o objeto da pragmática semântica (ou linguística) é assim dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isso, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado" (DUCROT, 1987, p. 164). O que fica para nós dessas citações é que seu objeto de estudo é o *enunciado*, enquanto este reporta para as instâncias da enunciação (*eu* (dividido, tal como veremos adiante) que enuncia em um *aqui e agora*).

Vejamos mais de perto como o enunciado é colocado como objeto de observação para o linguista. Para isso, recorreremos, primeiramente, à noção de "enunciação" com a qual ele se identifica. De acordo com o autor,

O que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo "enunciação". (DUCROT, 1987, p. 168)

O recorte acima nos traz como elemento para pensar a enunciação uma definição tal que a considera como sendo o acontecimento histórico de realização de um enunciado. Temos, ainda, que por "acontecimento histórico" devemos compreender que antes de se produzir um enunciado não existia nada e tampouco existirá depois dessa produção. Isso difere da definição dada por Benveniste, em seu texto "O aparelho formal da enunciação", pois para este último importa focalizar o ato individual em que um locutor se apropria da língua e enuncia. Nesse modelo, a subjetividade é indivisa, já que ela é materializada no enunciado unicamente pela forma linguística *eu*. Em Ducrot, ao contrário, sua proposta é a de construir um aparato teórico que descentralize a teoria da enunciação do axioma "um enunciado — um sujeito". Para isso, é necessário que a definição de "enunciação" não esteja centralizada no sujeito da enunciação; daí o seu modo de defini-la como "o aparecimento histórico de um enunciado". Mais uma vez, reiteramos seu interesse no enunciado, enquanto este seja "uma descrição da enunciação" (DUCROT, 1987, p. 172). O próprio Ducrot diz que apresentar tal definição para a enunciação não implica imputar-lhe o desconhecimento de que haja um sujeito falante que comunica algo a alguém, mas que, devido aos seus propósitos, ele tem necessidade de "construir uma teoria do sentido, uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante" (DUCROT, 1987, p. 169). Isso que estamos dizendo é confirmado por Guimarães (2005, p. 59) quando afirma que:

A partir da definição da enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, Ducrot (1984) tem a sua disposição um conceito de enunciação não remetido ao sujeito. Assim, ele se coloca na posição de construir toda uma teoria do sujeito da enunciação como representação que os enunciados fazem de sua enunciação.

Outro modo de abordar algumas das diferenças entre Benveniste e Ducrot com respeito à noção de "enunciação" é levar em consideração a sua condição específica em cada uma dessas teorias. Como vimos, para Ducrot essa condição específica é o aparecimento de um enunciado. Assim, o linguista se debruçará sobre ele e não sobre o ato de enunciar tal enunciado. Já para Benveniste, ao contrário, a "condição específica da enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado" (Benveniste, 2006, p. 82). Este último teórico ainda diz que "a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação" (BENVENISTE, 2006, p. 82). Em Benveniste, então, a enunciação é auto-reflexiva, como já dissemos anteriormente, pois o seu sentido é determinado na medida em que o enunciado contém formas linguísticas que reportam à própria instância de discurso (o enunciado remete para quem é o locutor, em que momento e em que lugar ele enunciou). Em Ducrot, as formas linguísticas (formas léxico-gramaticais) da frase funcionam como "instrução" para se determinar o sentido de um enunciado. Mais uma vez o foco está no enunciado e não na enunciação. O linguista semanticista estuda o sentido do enunciado, sendo este uma construção de ordem teórica. Segundo Ducrot (1987, pp. 171-172),

[...] o sentido não aparece, portanto, como a adição da significação e de alguma outra coisa mas como uma construção realizada, levando em conta a situação de discurso, a partir das instruções "especificadas" na significação.

Tendo especificado, ainda que brevemente, o modo como as noções ducrotianas de "enunciação" e "enunciado" diferem da teoria benvenistiana, queremos nos centrar, nesse momento, no modo como Oswald Ducrot propõe descentralizar a subjetividade linguística em detrimento da construção teórica de sua polifonia enunciativa. Desde o início de nossa exposição sobre suas ideias linguísticas, fomos apontando os pontos em que o linguista vai se afastando de outras teorias correntes da enunciação. O principal deles é a sua crítica à teoria da unicidade do sujeito. Para citar Ducrot (1987, p. 178),

É esta teoria, "um enunciado — um sujeito", que permite empregar a expressão "o sujeito", pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável

pelo que é dito. Então, se não se tem escrúpulo ou reticência para empregar esta expressão, é porque sequer se cogita colocar em dúvida a unicidade da origem da enunciação.

A contribuição, pois, desse pensamento sobre o fato de linguagem "enunciação" é de que:

Com a noção de polifonia, Ducrot formula que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas que põe em cena, no enunciado mesmo, um certo número de personagens, de figuras discursivas. O sentido do enunciado nasce do confronto dos diferentes personagens, é, pois, o resultado de diferentes vozes que ali aparecem. (NEGRONI; COLADO, 2001, p. 174)⁴²

Vê-se que na teoria da polifonia ducrotiana não falamos mais em *subjetividade linguística*, mas sim em *figuras discursivas*. Isso porque esse esboço de teoria procura justamente colocar em xeque a perspectiva de linguagem que reduz o sentido de um enunciado a apenas um único autor. Tal como dissemos acima, para que se possa apreender o sentido de um enunciado é necessário levarmos em conta as indicações que a frase, no seu aspecto léxico-gramatical, nos fornece, em uma dada instância de discurso. São essas indicações que apontarão, também, para o problema do sujeito da enunciação. Reforçamos aqui que esse problema é apontado a partir dos elementos linguísticos contidos no enunciado. Vemos isso quando Ducrot (1987, pp. 181-182) diz o seguinte:

Trata-se de indicações, que o enunciado apresenta, no seu próprio sentido, sobre o (ou os) autor(es) eventual(ais) da enunciação. Certamente quando defini a noção de enunciação tal como a utilizo enquanto linguista que descreve a linguagem, recusei-me explicitamente, de aí introduzir a idéia de um produtor da fala: minha noção é neutra em relação a tal idéia. [...] A tese que quero defender aqui é que é necessário distinguir entre estes sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os enunciadore e os locutores.

Desde o início, então, O. Ducrot estabelece que o questão do *sujeito empírico* não importará ao linguista, já que é uma noção que não se pode analisar pelos elementos contidos no enunciado.

A determinação do SE [Sujeito Empírico] não é um problema linguístico, já que o linguista, e em particular o semanticista, deve se preocupar pelo sentido de um enunciado, ou seja, deve descrever "o que o enunciado diz", o que este traz. Interessa-lhe o que está nele, e não

⁴² A versão em português é nossa. A versão em espanhol é: "Con la noción de polifonía, Ducrot formula que el autor de un enunciado no se expresa directamente, sino que pone en escena, en el enunciado mismo, un cierto número de personajes, de figuras discursivas. El sentido del enunciado nace de la confrontación de los diferentes personajes, es pues el resultado de diferentes voces que allí aparecen."

as condições externas de sua produção. Por isso, não insistiremos mais nessa figura. (NEGRONI; COLADO, 2001, p. 175)⁴³

Tomando como pressuposto teórico "o que o enunciado diz", o sujeito falante é representado, no enunciado, por distintas vozes, ou o que Ducrot chama de "personagens". A primeira dessas personagens é o *locutor*. Este é a figura enunciativa que é tida por responsável pelo enunciado. Segundo a própria definição extraída de seu "Esboço por uma teoria polifônica da enunciação", "por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado" (DUCROT, 1987, p. 182). Essa figura é representada pelo pronome *eu* e pode ser distinto do autor empírico que produz tal enunciado. Como diz Negroni e Colado (2001, p. 175), reproduzindo uma expressão do próprio autor em questão (cf. DUCROT, 1987, p. 187), o *locutor* é uma "ficção discursiva". Lembramos, no entanto, que o locutor pode estar ausente em um enunciado se este não contiver uma marca formal de primeira pessoa. Além disso, há a possibilidade de haver mais de um locutor em um mesmo enunciado, conforme as recorrências várias de morfemas em primeira pessoa.

Feita essa primeira delimitação conceitual de locutor, este que é representado, no enunciado, como sendo o seu responsável, Ducrot (1987) nos coloca diante de uma outra diferenciação importante para a teoria polifônica, a saber: a diferença entre esse locutor, que será marcado por um *l* maiúsculo (L), e o *locutor enquanto ser do mundo*, marcado pela letra grega " λ ". Esse último *locutor* (λ), em nosso entender, reporta para o próprio falante enquanto um ser do mundo. Expliquemo-nos: dissemos anteriormente, pautados na leitura do texto de Ducrot (1987), que o locutor (L) pode não corresponder, necessariamente, ao produtor empírico de um enunciado. No entanto, há casos em que isso pode ocorrer, havendo uma remissão feita por L àquele que se identifica, no mundo, com esse lugar de L. Esse é, pois, o *locutor- λ* .

Cabe a nós, ainda, a tarefa de explicitar uma outra "função do sujeito falante" (cf. NEGRONI; COLADO, 2001): o *enunciador* (E). Iniciando por um dizer do linguista francês com o qual estamos trabalhando no momento,

⁴³ A versão em português é nossa. A versão em espanhol é: "La determinación del SE no es un problema lingüístico, ya que el lingüista, y en particular el semántico, debe preocuparse por el sentido de un enunciado, es decir, debe describir 'lo que el enunciado dice', lo que éste aporta. Le interesa lo que está en él, y no las condiciones externas de su producción. Por ello, no insistiremos más en esta figura."

Chamo "enunciadores" estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles "falam" é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192)

Nesses termos, os enunciadores, no interior de um enunciado, correspondem aos pontos de vista ali presentes. Pode haver casos em que um enunciado não apresenta uma marca formal de primeira pessoa — portanto, o locutor-L está ausente — mas, mesmo assim, indica uma perspectiva enunciativa. Podemos dizer, a partir disso, que em todo enunciado há um enunciador, mas não necessariamente um locutor-L, quando este não se faz representado no enunciado.

Assim, por exemplo, se tomamos o enunciado "O Brasil é o único país que tem uma língua diferente [na América Latina]", vemos que o locutor-L, nesse caso, não se faz representado por nenhum pronome ou morfema de primeira pessoa; no entanto, há aí enunciadores que expressam o ponto de vista da enunciação. Diríamos que há, pelo menos, dois enunciadores nesse enunciado: E_1 , que diz que todos os países da América Latina falam uma única língua, nesse caso, o espanhol, e E_2 , que diz que há uma única língua diferente, o português, falada pelo Brasil, "único país que tem uma língua diferente". Como vemos, diante dessas diferentes vozes, o sentido do enunciado, nesse caso, é aquele determinado pela identificação que há com a voz do E_2 .

Observemos outro exemplo, em que o locutor-L se faz representado no enunciado: "Se eu me coloco como latino-americana, o Brasil é o único país que tem uma língua diferente". Nesse enunciado, há a representação do locutor-L pelo uso do pronome pessoal "eu", bem como do reflexivo "me", que se identifica com a perspectiva enunciativa da voz de E_2 . Dessa forma, ser "latino-americana" é condição para que o sentido do enunciado que contém esse locutor-L apresente como verdadeira essa posição enunciativa.

Essa breve análise nos coloca diante da proposta de Ducrot que é a deslocar a questão da unicidade do sujeito da enunciação, fazendo irromper, na materialidade do enunciado, distintas vozes que não correspondem, necessariamente, à produção de um sujeito empírico. A subjetividade, nessa teoria, é cindida, multiforme, não-coincidente com uma única pessoa.

Com respeito à temporalidade, embora esta seja importante para os estudos da enunciação, esta não ganha corpo expressivo na teoria polifônica ducrotiana, pois sua

proposta, como vimos, era outra. O tempo pode ser depreendido a partir de fragmentos que definem a forma como o enunciado é concebido nessa teoria, conforme vemos em: "O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como uma manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase" (DUCROT, 1987, 164) ou em:

Na base da ciência linguística há, com efeito, a decisão de reconhecer nos enunciados realizados *hic et nunc*, todos diferentes uns dos outros, um conjunto de entidades abstratas, as frases, em que cada uma é suscetível de ser manifestada por uma infinidade de enunciados. (DUCROT, 1987, pp. 166-167)

Embora a questão da temporalidade não seja debatida especificamente em Ducrot, tomando como referência o texto em que ele aborda a teoria polifônica da enunciação, esta não deixa de ser importante para o que ele conceitua como sendo o enunciado. A principal distinção entre uma frase e um enunciado, ao que podemos depreender, é que este último é uma realização da língua em um tempo, em um *aqui e agora (hic et nunc)*, que o faz distinguir da frase, um entidade abstrata, objeto de teorização dos gramáticos. Assim, a temporalidade importa na medida em que materializa uma possibilidade de língua e torna observável, para o linguista semanticista, a construção de sentidos da língua em uso.

1.3.5. Jacqueline Authier-Revuz

A proposta de trazer neste trabalho algumas reflexões da teoria enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz significa pôr em discussão um pensamento original sobre as não-coincidências do dizer e um modo de investimento na concepção do sujeito da e na enunciação, conceito esse deixado de lado por O. Ducrot, como vimos acima, e muito caro às análises que faremos no interior da teoria da semântica histórica da enunciação.

Além da consistência de seu pensamento, a discussão de alguns pontos específicos da obra de Authier-Revuz contribuirá para pensarmos a nossa própria prática científica em semântica, pois própria autora se considera uma linguista da enunciação, conforme vemos no excerto citado abaixo:

Na oposição traçada por C. Fuchs no seio das abordagens da enunciação, entre uma corrente pragmática, que parte de "conceitos lógico-linguísticos" ou de categorias relativas à "linguagem em atos" ou à interação, e uma corrente "enunciativa no sentido estrito", "neo-

estruturalista", **que parte** — nesse campo heterogêneo onde se encontram a língua e seus exteriores — **das formas de língua** (marcada pelos nomes de Bally, Benveniste, Culioli); é a esta última que se correlaciona meu trabalho. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16, os grifos são da autora)

Ademais, ela dialoga com algumas áreas do conhecimento humano que julgamos interessantes e operativas para se problematizar o funcionamento enunciativo da linguagem, como, por exemplo, a psicanálise e suas teorizações sobre o inconsciente, a linguística, tal como ela se desenvolveu a partir de Saussure em linguistas como Bally, Benveniste e Culioli, e a análise de discurso, principalmente seus estudos sobre a interpelação ideológica dos sujeitos de linguagem. E ainda, porque a discussão de seu trabalho permitirá colocar em relação alguns linguistas de filiação estruturalista (Bally, Benveniste e Ducrot) e alguns linguistas de filiação materialista (M. Pêcheux⁴⁴, E. Orlandi e E. Guimarães), permitindo-nos, assim, pensar a constituição epistemológica e teórica da semântica histórica da enunciação.

Desde a teoria geral da enunciação de Charles Bally, passando pelo aparelho formal da enunciação de Émile Benveniste até o esboço da teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, vimos que a questão do sujeito da e na enunciação se coloca. Em Bally, há um início de teorização da divisão do sujeito, que se divide em *sujeito falante* e *sujeito modal*. Vimos, também, que, embora na maioria das vezes esses dois sujeitos se correspondam, algumas outras vezes eles não se referem a uma mesma realidade. Em Benveniste, o sujeito é tratado sob a rubrica da pessoa subjetiva, em oposição à pessoa não-subjetiva e a não-pessoa. Assim, o "eu", locutor representado pela forma da pessoa subjetiva se constitui por oposição ao seu alocutário, o "tu", que é considerado, no aparelho formal da enunciação, uma pessoa não-subjetiva, que pode passar a ser locutor ao se utilizar da forma "eu". E, por fim, a não-pessoa é representada pela marca de terceira pessoa, o "ele". Em Ducrot, o único sujeito tratado é o sujeito empírico, que não faz parte de seu objeto de análise, pois ele está interessado nas formas específicas de representação desse sujeito empírico pelas figuras enunciativas (locutor e enunciadador) no enunciado.

Em nossa perspectiva, a importância do trabalho de Jacqueline Authier-Revuz reside no seu investimento justamente nisso que não é objeto de teorização de Ducrot, ou

⁴⁴ Estamos considerando que M. Pêcheux é um linguista no sentido lato do termo "linguista", isto é, enquanto alguém interessado pela linguagem, pois sabemos que ele era filósofo de formação e que desenvolveu sua teoria do discurso no interior do laboratório de psicologia social do CNRS, dirigido por Robert Pagès.

seja, o sujeito. Além disso, a autora leva às últimas consequências a relação entre a língua, enquanto objeto de estudo da linguística, tal como pensado desde Saussure, e a sua exterioridade, que não é pensada como um simples acréscimo, como algumas teorias interdisciplinares fazem supor, mas enquanto algo que lhe é constitutivo.

O primeiro fragmento de texto que queremos iniciar a nossa discussão é o que segue:

Parece-me que estas noções [discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia] estão, **de fato**, necessariamente ancoradas no exterior da linguística trazendo — de modo ingênuo ou teórico — concepções do sujeito e de sua relação com a linguagem; e que é inadequado para a linguística não **explicitar** sua relação com este exterior, pois quaisquer que sejam as precauções tomadas para delimitar um campo autonomamente linguístico, num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma "natural" de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem. Assim é explicitamente que eu gostaria de não recorrer a abordagens que, do exterior da linguística, seduzidas irreversivelmente pelas evidências narcísicas do sujeito fonte e senhor de seu dizer, para recorrer a um **exterior pertinente** para o campo linguístico da enunciação, a fim de poder trabalhar neste campo sem participar da "operação de salvamento do sujeito" que P. Kuentz (1972) denunciava há dez anos. (AUTHIER-REVUZ, 1990, pp. 25-26, os grifos são da autora)

Temos acima alguns pontos interessantes que concernem à enunciação e que merecem ser trazidos ao fio de nosso discurso. O primeiro deles é a questão da *heterogeneidade teórica* existente para abordar a *heterogeneidade enunciativa*. Assim, de modo "ingênuo ou teórico", cada perspectiva da linguística da enunciação possui uma dada concepção de sujeito e da sua relação com a linguagem e com a alteridade. Em outro texto, a autora explicita melhor a natureza dessa heterogeneidade teórica dizendo que o que se tem feito em linguística da enunciação para explicitar os "exteriores teóricos da linguística propriamente dita" é se apoiar ora em "concepções que negam ou diluem o objeto língua como 'ordem própria' em proveito de um objeto outro que concerne a outros campos", ora em concepções que se referem a "uma autonomia do linguístico", tal como em Ducrot (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16).

O segundo ponto é que a linguista considerada procura se afastar de uma concepção de sujeito que o tome nas suas evidências narcísicas de sujeito fonte e senhor de seu dizer, segundo a forma como ele é considerado em algumas teorias da psicologia e da pragmática. Para ela, sua perspectiva enunciativa considerará o sujeito enquanto um *efeito*, "aquele assujeitado ao inconsciente, da psicanálise, ou o das teorias do discurso que postulam a

determinação histórica em um sentido não individual" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16). O que ela está dizendo com esse deslocamento teórico da concepção de sujeito é que a maioria das correntes enunciativas, sobretudo aquelas filiadas, de uma maneira ou de outra, à pragmática, consideram a questão do sujeito em seu aspecto consciente, intencional do seu dizer. Dito com outras palavras, o sujeito da pragmática é aquele que sabe exatamente o que diz (sujeito de intenções e vontades) — é isso que ela chama de "evidências narcísicas de sujeito fonte e senhor de seu dizer (AUTHIER-REVUZ, 1990, pp. 25-26) —, mas que desconhece que esse seu dizer já é um efeito das determinações históricas e do inconsciente que incidem sobre a sua própria condição de sujeito.

Face à pretensão — espontânea ou teoricamente conduzida — do sujeito como fonte autônoma do sentido que comunica através da língua, abordagens teóricas diversas têm mostrado que toda fala é **determinada de fora** da vontade do sujeito e que este "é mais falado do que fala". (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26, os grifos são da autora)

Ao tratar de um sujeito que não é fonte, mas afetado pelo inconsciente e pela ideologia, a autora explicita a sua situação de sujeito já sempre dividido, clivado, constitutivamente interpelado pela linguagem ("ele é mais falado do que fala", cf. AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). Desse modo, Authier-Revuz lida com duas noções capitais: a de *interdiscurso*, tal como formulada por M. Pêcheux, e a de *inconsciente*, tal como pensada por J. Lacan, na sua releitura de Freud. Essas duas noções lhe fornecem condições teóricas para destituir de seu trono o sujeito dono do seu dizer, colocando-o na sua posição de efeito. Com isso, o que está na mirada é a condição não-transparente da linguagem, embora um dos modos de funcionamento da ideologia seja a criação de evidências (do sujeito e do sentido únicos) por meio do *imaginário*, que recobre o simbólico e, igualmente, o real.

Tratando dessa categoria lacanianiana de "imaginário", J. Authier nos coloca face a duas questões que interessam ao estudioso da enunciação: 1) a de que o sujeito é constitutivamente dividido, clivado, barrado, pois é afetado por determinações que lhe são exteriores (o inconsciente e a ideologia); 2) a de que, mesmo sendo constitutivamente dividido, o imaginário, por meio da função de desconhecimento (*esquecimento número dois*, segundo M. Pêcheux (2009)), garante ao sujeito um lugar de dizer que se apresenta como estando fora da história (cf. GUIMARÃES, 2002) e, acrescentamos, fora das relações de linguagem que o constituem.

É aqui a categoria lacaniana do **imaginário** que é colocada em jogo, e a "função de desconhecimento" assegurada estruturalmente no sujeito por um "ego" ["*moi*"] ocupado em anular, no imaginário, a divisão que afeta o "eu" ["*je*"]; essa categoria permite ultrapassar a alternativa "bloqueada" que apresentam (reduzindo igualmente o sujeito e sua enunciação ao que é o seu imaginário, para tirar disso consequências opostas) as abordagens pragmáticas, de um lado, encerrando a enunciação em um espaço de intenção, de interações, de representações (estratégias, relações com o outro, desdobramentos, imagens...), ignorando decididamente o que na enunciação poderia escapar a esse registro, e de outro lado, durante todo um tempo, a análise do discurso (M. Pêcheux), desinteressando-se — em proveito do estudo dos "processos discursivos", verdadeiros "sujeito-causa" do dizer — pelas formas concretas da enunciação tidas como puras manifestações superficiais da "ilusão subjetiva". (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17)

É a partir, então, dessa problemática da divisão do sujeito (esfacelamento da "ilusão subjetiva") e da heterogeneidade do dizer que a teoria de J. Authier-Revuz ganhará destaque dentro da linguística da enunciação. Assim como M. Pêcheux, J. Authier propõe um corpo teórico que seja não-subjetivista, mas sim materialista. Vejamos, então, o que está implicado nesse ser materialista.

Se atentarmos para o que dissemos acima, vemos que é parte do projeto epistemológico e teórico da linguista trabalhar a "ordem da língua" na sua relação com o exterior que lhe é constitutivo. Em uma concepção materialista, como é a nossa também, o trabalho do linguista deve se voltar necessariamente para o fio do discurso, isto é, para a "linearidade do fio de um dizer sobre as coisas" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17). Em outras palavras, ainda, esse "fio de um dizer sobre as coisas" tem que ver com a "continuidade sintática do discurso" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). No entanto, essa continuidade sintática do discurso é marcada por furos, por lugares entremeados por um vazio que significa, que deixa espaço para que o Outro irrompa. Esses furos, portanto, são aquilo que escapa das forças controladoras de um sujeito todo-poderoso (sujeito consciente de seu dizer).

Uma das formas estudadas por Authier-Revuz que irrompem na materialidade significativa da língua e traz a perspectiva do Outro na enunciação é a *heterogeneidade mostrada*, que consiste em uma alteridade "explicitamente especificada e remete seja para um outro ato de enunciação seja para a língua enquanto exterior ao discurso em enunciação" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30). São casos de heterogeneidade mostrada exteriores de uma outra língua, de um outro registro discursivo, de um outro discurso, de uma outra modalidade de consideração de sentido, de um outro (o interlocutor) etc. A

questão aqui não é identificar pontos em que a alteridade irrompe na estrutura. O específico desse trabalho é pensar o que essa alteridade faz significar nos sentidos da enunciação. Expliquemo-nos: segundo a teoria da heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz, a diferença que é trazida pela materialização da alteridade no enunciado aponta para a heterogeneidade constitutiva da própria enunciação. Assim, por um lado, ao se circunscrever a heterogeneidade (aquela que é mostrada por meio de aspas, travessões, itálicos, pela pontuação em geral), tem-se, nos limites da transparência do sujeito e dos sentidos, a marcação de um corpo estranho "à homogeneidade e à unicidade da língua, do discurso, do sentido" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31). Acredita-se, então, na possibilidade de afastar (caso de *denegação*) aquilo que não pertence a determinado discurso.

A heterogeneidade mostrada significa, na ordem da língua materialmente concebida, uma delimitação dos sentidos muito precária, já que intervém aí um desconhecimento estruturante da heterogeneidade constitutiva da enunciação. Como diz a autora, "face ao 'isso fala' da heterogeneidade constitutiva responde-se através dos 'como diz o outro', e 'se eu posso dizer' da heterogeneidade mostrada, um 'eu sei o que eu digo' [...]" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32). A denegação de que falamos acima consiste, então, em colocar em cena a heterogeneidade constitutiva do discurso mesmo quando, por meio do funcionamento do imaginário, se tenta anulá-la sob a forma de uma "simples" heterogeneidade mostrada.

A presença do Outro emerge no discurso, com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito; voltando o peso permanente do Outro localmente designado; convertendo a ameaça do Outro — não dizível — no jogo reparador do "narcisismo das pequenas diferenças" ditas, opera-se um retorno à segurança, um reforço do domínio do sujeito, da autonomia do discurso, mesmo em situações que lhes escapam. (AUTHIER-REVUZ, 1990, pp. 33-34)

A presença da concepção lacaniana do Outro traz para o debate a questão da não-coincidência do dizer. É pela alteridade, nesse caso mostrada, que o Outro, enquanto equívoco, furo no simbólico, aparece designado localmente. Assim, a denegação, segundo o que lemos de J. Authier-Revuz, é, ao mesmo tempo, uma "defesa" para o sujeito da intenção (manutenção do UM) e um "sintoma" do "peso permanente do Outro localmente designado" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33).

Desse modo, além das operações que elas representam — de precaução, diferenciação, especificação do sentido... —, que podem ser descritas em termos de estratégias comunicacionais, de gestão de fatos locais de não-um, as formas de representação dos fatos de não-coincidência aparecem como **manifestando**, de um modo que não deriva da intencionalidade, a **negociação obrigatória** de todo enunciador com o fato das não-coincidência fundamentais que atravessam seu dizer: negociação que deriva de um trabalho de "denegação", em que as formas de representação, traços, emergências de não-coincidência fundamentais, aparecem ao mesmo tempo como **máscaras**, na imagem que dão delas, ao mesmo tempo circunscritas (isto é, constituindo o resto, por diferença, como UM) e dominadas (justamente por um enunciador capaz, a partir de sua posição de domínio metaenunciativo, de controlar seu dizer). (AUTHIER-REVUZ, 1998, p 21, os grifos são da autora)

Pelo que vemos no fragmento recortado acima, a denegação da heterogeneidade constitutiva da enunciação pelas marcas da heterogeneidade mostrada é uma das maneiras pela qual o sujeito se expõe, mesmo não sabendo que assim o faz, colocando em xeque, então, transparência do seu dizer e a completude do sentido. Protegido por "máscaras", possibilitadas pelo funcionamento do imaginário que recobre o simbólico e o real, o sujeito da intencionalidade acredita estar se afastando dos exteriores que lhe são constitutivos, quando, na verdade, o que ocorre é o movimento contrário: ele se aproxima deles, fazendo-os significar, justamente, como um alhures constitutivo, efeito do atravessamento do inconsciente e do interdiscurso na enunciação.

Outra maneira de a enunciação se mostrar heterogênea é por meio do que a autora denomina de *modalização autonímica (M.A.)*. Esse conceito envolve pensar os desdobramentos auto-reflexivos e opacificantes da própria enunciação, ou seja, é um modo específico de funcionamento em que a enunciação se volta sobre ela mesma para se explicar, para tecer comentários sobre ela mesma. Em outras palavras, então, a modalização autonímica é, ao mesmo tempo, uso e menção, diferindo, por exemplo, do discurso direto, em que só há menção do discurso de outrem.

Como exemplos de M.A. temos: *(eu digo) X, para empregar uma palavra dita por P*; ou *(eu digo) X, no sentido de Y*. Nos casos apresentados, vemos que há um determinado uso de uma palavra, representada nos exemplos dados por *X*, e há, ao mesmo tempo, uma menção a ela, marcada pelas formas *para empregar uma palavra dita por P* ou *no sentido de Y*. Dessa forma, poderíamos dizer que a M.A. faz coincidir o locutor e um outro lugar de dizer que enunciam ao mesmo tempo. O sujeito, assim, se desdobra em locutor e em observador da própria enunciação; daí, o desdobramento auto-reflexivo (metaenunciativo) desse modo de enunciar. Segundo Authier-Revuz (1998, p. 29),

Por oposição ao modo de dizer "simples" — "padrão" — de um elemento X, esta modalidade enunciativa de desdobramento do dizer de X pela representação desse dizer sinaliza — através da suspensão "da evidência" do uso de X — a descoberta em X, por parte do enunciador, de "alguma coisa" que não passa despercebida e à qual seu comentário responde.

Pelo que vemos, a M.A. é a forma encontrada de se colocar em cena a não-univocidade do sentido e da própria enunciação de um determinado sujeito. Ela coloca ao sujeito, mesmo que ele não o saiba conscientemente, as fendas abertas pela sua enunciação e mostra os espaços em que outros sentidos irrompem no fio do discurso, produzidos em outros lugares e independentemente dessa sua enunciação particular. E temos de enfatizar que esse modo de funcionamento enunciativo é *opacificante*, já que só imaginariamente é que ela fixa um sentido para o sujeito.

A figura pela qual um enunciador desdobra reflexivamente o dizer de uma unidade, através de uma *explicitação univocizante* do sentido dessa unidade no seu dizer, constitui, em si, uma ruptura da evidência do UM das palavras e de seu sentido no dizer. Escolher em um ponto determinado da cadeia uma unidade X, em relação às outras unidades do paradigma examinável nesse ponto da cadeia, não é suficiente nesse caso. É necessário, além disso, fixar o sentido que essa unidade recebe, em relação *aos outros* sentidos (polissemia) ou às outras palavras (homônima, parônima...) suscetíveis de entrar neste segmento X do dizer. Ao "assumir o esforço" de especificar desta maneira o sentido de um elemento X, o enunciador dá testemunho da potencialidade de um sentido outro que ele "encontra", não "na língua", mas nas palavras aqui e agora, *em contexto*, e do qual deve *proteger* ativamente seu dizer. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 31)

A noção teórica de enunciador é muito importante para compreender a M.A. Ao tentar "proteger", para empregar uma palavra utilizada pela autora, a sua enunciação de sentidos outros, vindos de um alhures que lhe é estranho, o enunciador "fixa", imaginariamente, a partir de seu lugar de dizer, um determinado sentido para as formas empregadas pelo locutor. O enunciador, que nesse caso é a perspectiva enunciativa de observador do locutor, trabalha, como observamos no excerto acima, nos limites "de uma explicitação univocizante do sentido dessa unidade no seu dizer", já que a metaenunciação é opaca e a evidência do UM se transforma em não-UM. A M.A., portanto, expõe no fio do discurso o esfacelamento do sujeito enunciador.

Outra consideração importante de se fazer com respeito à M.A. é que ela é da ordem da enunciação e não do enunciado, ou seja, ela é um comentário do dizer do locutor e não o conteúdo do que foi dito. Assim, tanto a M.A. quanto a heterogeneidade mostrada são atestações de um corpo estranho no próprio ato de dizer do locutor. É um modo de

representar, imaginariamente, uma não-coincidência do dizer, que se dá de diversas formas, como, por exemplo, as não-coincidências *interlocutiva* (não coincidência entre enunciadores), *do discurso consigo mesmo* ("algo fala em outro lugar, antes e independentemente", conforme o dizer de Pêcheux (2009) sobre o interdiscurso), *entre as palavras e as coisas* ("em termos lacanianos, do real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, isto é, da falta (constitutiva do sujeito como falho) de 'captura do objeto pela letra'" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23)) e *das palavras consigo mesmas* (que é a dimensão do equívoco do dizer). Obviamente, e isso acreditamos que não precisa ser dito insistentemente, o sujeito enunciador não se dá conta de todas essas nuances de sentido implicadas na marcação de uma não-coincidência entre o seu dizer e o dizer de outro enunciador.

Nossa pretensão aqui não é esgotar todas as particularidades da teoria do sujeito clivado, dividido, barrado de Jacqueline Authier-Revuz. O que importa neste momento é a compreensão de uma posição frente às ciências da linguagem que reconhece que no fio do dizer, ou seja, na ordem da língua há descontinuidades que escapam a uma análise lógico-matemática da linguagem. Para retomarmos os dois modos de funcionamento do signo linguístico trabalhados por Benveniste (o *semiótico* e o *semântico*), diríamos que o trabalho de Authier-Revuz leva às últimas consequências a impossibilidade de se restringir o estudo da língua ao modo de funcionamento puramente semiótico. Como a própria Authier-Revuz (1990, p. 35) nos ensina:

Reconhecer e dar conta desse Outro que lhe escapa, não é para a linguística da enunciação "abrir suas comportas e afogar-se", mas descentralizar-se fora de um lugar ilusório e/ou dar-se um ancoramento real mas fora de si própria.

Retomaremos essa questão da heterogeneidade constitutiva da enunciação nos capítulos seguintes, quando abordaremos a política dos sentidos e faremos as análises dos recortes feitos de nosso corpus. Por ora, queremos dizer que, com o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz, finalizamos um percurso teórico pela linguística da enunciação de vertente estruturalista que servirá de base para a nossa compreensão acerca da constituição teórica da semântica histórica da enunciação, área da linguística em que nos situamos e situamos o nosso trabalho de pesquisa.

1.4. A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO

A partir deste momento, passaremos a estudar especificamente o gesto de interpretação que funda o dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação. Para começar, diremos que essa linha de pesquisa se constitui a partir de uma filiação às teorias enunciativas apresentadas acima. Como sabemos, nenhum gesto de interpretação é desinteressado. Um gesto é, antes de tudo, um modo de se posicionar frente à própria história das ciências, em nosso caso, frente à história das ciências da linguagem. E esse posicionar-se não é algo natural; é uma construção histórica, ideológica e política dos sujeitos da ciência que procuram, a sua maneira, delimitar, inverter, deslocar os sentidos de algumas noções e conceitos em prol da sustentação de um lugar autorizado de dizer⁴⁵.

O que fizemos até agora foi tentar compreender não somente as ideias linguísticas trabalhadas pelos autores acima mencionados, mas também a forma como a história de uma ciência vai se constituindo ao mesmo tempo em que os sujeitos da ciência se constituem (olhamos para o modo como os sujeitos se relacionam com aquilo que teorizam). Para retomar o provérbio chinês usado por M. Pêcheux (2007), queremos olhar para o dedo que aponta e não para o objeto apontado. Significamos, então, o nosso fazer ciência a partir do que diz Guimarães (2004, p. 11):

Segundo o modelo de abordagem histórica apresentado por Aurox (1985, 1989) e Chevalier e Delesalle (1986) é preciso que uma história das ideias considere uma análise das obras específicas pertinentes, as instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber. [...]

Consideramos, nesta linha de análise, que a história das ideias envolve de um lado três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as obras que formulam este conhecimento, ou dito de outro modo, que resultam do conhecimento produzido.

⁴⁵ Lembramos de Paul Henry (1992, p. 21), quando diz que "[...] na prática científica, a apropriação da relação entre objeto real e objeto de conhecimento apela necessariamente para as formações ideológicas, variáveis segundo as teorias, pelas quais se realiza concretamente essa apropriação." A questão central aqui é que um objeto científico não é transparente ao modo de uma empiria, mas é um *objeto material*, no sentido em que uma posição materialista dá a esse termo *material*. Nesse sentido, pensar na possibilidade da existência de um *sujeito da ciência* é estar em uma posição que o considera como já sendo um *efeito* da relação entre linguagem e ideologia.

De certo modo, a nossa proposta neste primeiro capítulo concerne a uma posição de historiador das ciências⁴⁶, embora esse não seja o nosso único objetivo aqui. Em nossa perspectiva, queremos sustentar que a constituição epistemológica da semântica histórica da enunciação, assim como qualquer outra prática científica, não é neutra e nem é desprovida de qualquer interesse histórico, ideológico e político. Dessa forma, pensar na constituição de uma ciência requer pensar, igualmente, nas instituições em que ela se desenvolve, nos acontecimentos nessas instituições que a legitimam, em detrimento de outras práticas científicas existentes ou possíveis, e nas obras que materializam determinado conhecimento. Acrescentaríamos a esse raciocínio que, para compreender um percurso de sentido, é importante considerar os modos de sua *constituição*, de sua *formulação* e de sua *circulação*, conforme essas noções foram teorizadas por Eni Orlandi (2002, 2005).

A semântica histórica da enunciação, então, é um modo específico de pensar a enunciação; leva em conta, por um lado, os estudos da enunciação que vem desde Bréal — embora ele próprio não propunha pensar concretamente o fato-linguagem "enunciação" — passando por Charles Bally, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, apenas para citar alguns nomes. Por outro lado, ela se constitui por meio de um diálogo estabelecido com outros campos disciplinares como, por exemplo, a análise de discurso de filiação francesa, sobretudo com a perspectiva discursiva trabalhada pela equipe de Michel Pêcheux, na França, e de Eni Orlandi, no Brasil. Dessas relações entre diversos campos da ciência linguística a semântica da enunciação com a qual trabalhamos tirou seu máximo proveito em benefício da sua construção teórica, organizando um trabalho sobre a linguagem muito particular. É disso que trataremos a seguir.

A nossa primeira investida recairá sobre o seguinte recorte:

Uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.

⁴⁶ Trazer novamente Paul Henry para o centro de nossas atenções é fundamental aqui. O trecho seguinte que reproduziremos de seu texto *A ferramenta imperfeita* (1992) serve de apoio ao que pretendemos neste presente capítulo. Diz o autor (1992, p. 16): "[...] é simultaneamente a história da linguística, a confrontação de suas teorias, a prática do linguista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento." Para nós, é justamente isso que pretendemos fazer aqui: apreender a materialidade da língua levando em consideração as práticas científicas dos linguistas sobre a linguagem.

Fazer isso é aceitar que a linguagem funciona olhando para fora de si, mas este fora só se alcança porque é simbolizado, porque a linguagem não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem. Nada é signo se fica colado como etiqueta à situação ou a pessoas da situação.

Por outro lado, a linguagem não seria linguagem se se reduzisse a ser reflexo do pensamento, caso em que ela seria o exterior do pensamento. (GUIMARÃES, 2005, p. 85)

Acima, temos vários pontos que nos servem de elementos para a reflexão que queremos estabelecer aqui. A primeira questão que Guimarães nos coloca é que a questão da significação envolve três aspectos principais: o linguístico, o histórico e o relativo ao sujeito. De algum modo, tais aspectos aparecem já nos linguistas da enunciação que estudamos ao longo deste capítulo. Vimos que em Breál (1992), a história aparece como progressão e o elemento subjetivo aparece como sendo de interesse para o linguista, visto que sua ciência é histórica, pois "fala ao homem dele mesmo". Vimos, também, que sua visão de homem é influenciada por uma certa perspectiva psicologizante, que leva em conta a relação entre *vontade* e *inteligência*. Em Bally (1965), a questão do sujeito aparece esboçada por uma divisão: a de *sujeito falante* e a de *sujeito modal*. Esses dois sujeitos, como sabemos, podem não se corresponder, visto que o sujeito modal do enunciado, sendo uma construção linguística, pode fazer referência a nenhum, a um ou a mais sujeitos falantes. Em Benveniste (2006), a subjetividade é concebida em termos formais, ou seja, ela é a apropriação por um locutor do código linguístico a partir de um "eu", que se estabelece por oposição a um "tu", pessoa não-subjetiva que reporta a um alocutário. E a história nesse mesmo autor aparece como sendo da ordem de um *hic et nunc*, ou seja, de um *aqui e agora*. Para Ducrot, a "subjetividade" se coloca, também, em termos formais, sob a divisão entre *locutor* e *enunciador*, embora, como vimos, o linguista não invista nesse significante "subjetividade" e nem no "sujeito". E, por fim, encerrando nosso percurso pelos teóricos da enunciação, estudamos o sujeito clivado, barrado de Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1998), para quem a enunciação está ligada a uma concepção psicanalítica e discursiva do sujeito que enuncia.

Diríamos, então, que em semântica histórica da enunciação todas essas questões são trazidas à tona, segundo a forma como compreendemos essa semântica histórica da enunciação. O linguístico, para nós, é pensado de modo semelhante como em Authier-Revuz, pois nos importa a ordem da língua, isto é, nos importa a materialidade linguística, na medida em que essa noção concebe a relação da estrutura fonológica e morfossintática

da língua na sua relação com suas condições sócio-históricas e políticas de produção/reprodução. O histórico aparece para nós a partir de uma inscrição nos modelos teóricos do materialismo histórico, concebendo, desse modo, a história como "descontínua, não-linear, não-homogênea". Nessa perspectiva estão também teóricos como M. Pêcheux, M. Fichant, D. Lecourt, J.-L. Chiss, C. Puech, entre outros. E a subjetividade nos aparece enquanto determinada pela ideologia e pelo inconsciente⁴⁷. É nessa medida, pois, que o estudo do sentido, para nós, não é referencialista e nem psicológico. Ele é produzido por múltiplas determinações. Veremos, a seguir, com um maior detalhamento essas determinações linguísticas, históricas e subjetivas do sentido em semântica histórica da enunciação.

* * *

A questão da ordem linguística que incide sobre a questão da significação em semântica histórica da enunciação tem que ver com nossa identificação a uma posição materialista do sentido. Desse modo, o que importa para nós é não perder de vista, assim como para J. Authier-Revuz, que o objeto específico da linguística é a língua. Mas como não estamos tratando de um objeto empírico, mas sim de um objeto que faz trabalhar a contradição materialista do objeto real-objeto de conhecimento (cf. Paul Henry, 1992), entendemos que o objeto de estudo da linguística deve ser a língua na sua *forma-material*. Por esse conceito, entendemos, juntamente com Pêcheux (2009, p. 81), retomando P. Henry (1992), que "todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística". Isso quer dizer, então, que, assim como Bally, Benveniste, Ducrot e Authier-Revuz, embora falando de lugares não exatamente coincidentes, a língua não é expressão de um pensamento. Ela tem uma forma e é *relativamente autônoma* (possui "leis internas"), e a análise do modo de funcionamento semiótico, para retomar uma discussão de Benveniste (2006), pode

⁴⁷ Considerando os desdobramentos da semântica histórica da enunciação, e tendo em vista, ainda, que nessa prática científica a história é uma questão muito cara, não sendo um apêndice do sentido (uma sua "contextualização"), mas sim constitutiva da materialidade linguística (portanto, constitutiva do sentido), observamos que os investimentos nos estudos da determinação ideológica (e política) do sujeito e do sentido são mais intensos do que aqueles sobre a determinação do sujeito e do sentido pelo inconsciente. No entanto, pela própria relação de interlocução estabelecida com a análise de discurso, acreditamos ser importante colocar em relação ideologia e inconsciente para tratar da não transparência do sujeito e do sentido.

prescindir, em algum grau, da consideração de sua exterioridade. Não obstante, a língua, como forma-material, não é produto de um funcionamento meramente semiótico, como sabemos, mas é também, e sempre-já, semântico. Daí o nosso interesse em estudar a *semântica da enunciação* (e não a *semiótica da enunciação*) por uma via materialista que tome a língua na sua especificidade material (leia-se histórica).

Considerando, pois, o parágrafo anterior, definiríamos a língua dizendo que ela é um conjunto de regularidades fonológicas, morfológicas e sintáticas que é determinado por suas condições sócio-históricas de produção e pelo *espaço de enunciação*⁴⁸ em que seu funcionamento se dá. Ela é, assim, uma construção simbólica exposta ao seu real (cf. *real da língua e real da história* em Gadet e Pêcheux, 2004).

A definição que demos acima nos é muito importante, pois o que está implicado no estudo da enunciação é uma concepção material de língua, pensada a partir da relação entre o linguístico e uma exterioridade constitutiva, ou seja, um exterior que não lhe é apenas um acréscimo, mas determinante de seu modo específico de funcionamento. Assim, o aspecto linguístico da enunciação nos permite concebê-la como uma *prática de linguagem*, que não é nem desinteressada, nem neutra, mas é produto de determinações históricas, sociais e políticas que incidem sobre sua base "fonológica, morfológica e sintática".

Além das determinações sociais e históricas que constituem a materialidade linguística, acreditamos que temos de reconhecer, também, a determinação da língua por um *inconsciente* estruturado como linguagem, conforme formulação de Lacan. Dessa maneira, a partir de sua releitura de Freud, sobretudo o Freud de *A interpretação dos sonhos*, Lacan trabalha a linguagem destituindo-a de uma ideologia da transparência. Segundo P. Henry afirma (1992, p. 30), "essa ruptura com a transparência da linguagem é uma consequência necessária da problemática da psicanálise". Dessa relação com a psicanálise, ainda segundo Paul Henry, foi-se possível definir o sujeito como um efeito do simbólico e não mais como o centro, a fonte do sentido. Nessa perspectiva, a língua passa a ser pensada como um sistema sempre sujeito a falhas, a equívocos, a ambiguidades.

⁴⁸ Rapidamente, definiríamos o espaço de enunciação como sendo "espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer" (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Teremos, adiante (v. cap. IV), um momento específico para tratar do espaço de enunciação na sua relação com a política de línguas na América Latina.

É por meio dessas múltiplas determinações, tal como dissemos nos parágrafos anteriores, que o objeto da linguística, segundo a forma como ele foi concebido inicialmente por Saussure, passa a ganhar uma espessura semântica por tratar de questões anteriormente deixadas de lado pelo corte saussuriano da língua. Assim, retomando a expressão de Lênin citada por Pêcheux (2009, p. 77), "a língua sempre vai onde o dente dói", entendemos que a forma-material da língua cobra da linguística um posicionamento frente a um alhures que lhe é estranho, porém constitutivo do funcionamento de seu objeto de estudo. Em nossa perspectiva, a semântica histórica da enunciação trabalha com esse alhures da linguística, concebendo seu objeto como constitutivamente heterogêneo, contraditório, incompleto e sempre sujeito a falhas. A língua é, por assim dizer, um instrumento de *comunicação* e de *não-comunicação*, como vemos em Pêcheux (2009, p. 83):

Pierre Raymond chamou recentemente a atenção para o fato de que esse "meio" ou esse "instrumento" não é "instrumento técnico ou científico" e que essa "comunicação" não é *a priori* identificável às comunicações materiais fornecidas por diversos meios estudados em outros domínios, o que leva a pensar que a expressão "instrumento de comunicação" deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse "instrumento" permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a *não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido.

Tomando a língua na sua função de comunicar e, ao mesmo tempo, na de não comunicar, podemos extrair algumas consequências teóricas para o campo da linguística no qual este trabalho se insere. A primeira delas é que, estando nessa região de sentidos acima descrita, operamos com um deslocamento necessário da visão de língua tal como tomada pelos estruturalistas, como Ch. Bally e E. Benveniste, na sua ligação com a teoria saussuriana do sistema linguístico, para quem a função da língua era a de comunicar um pensamento. A segunda delas é que, nessa perspectiva, podemos rememorar algumas não-coincidências do dizer trabalhadas por J. Authier-Revuz (1998). A não comunicação pode ser considerada, então, como sendo uma não-coincidência de perspectivas enunciativas presentes na enunciação de um mesmo Locutor ou de diferentes Locutores (não-coincidência de *enunciadores*); pode ser, também, uma não-coincidência entre uma palavra e uma coisa, o que faz com que nossa posição semântica não seja referencialista, já que o referencialismo reside no fato de que uma palavra da língua particulariza (recorta) um

único objeto do mundo. Pode ser, inclusive, uma não-coincidência entre o que Bally (1965) chama de *pensamento pessoal* e *pensamento comunicado*, o que faz com que nossa posição não seja psicologista, a priorística, da ordem da intencionalidade, tal como ocorre na maioria das teorias pragmáticas. E, por fim, a terceira consequência que podemos extrair desse princípio da comunicação/não-comunicação, é o espaço que se abre, por meio dessa concepção de língua, às determinações históricas do fio do dizer. É da história, pois, que passaremos a tratar a seguir.

Gostaríamos de abordar, neste momento, o modo como o histórico determina a prática científica da semântica *histórica* da enunciação. Primeiramente, diríamos, assim como já dissemos em outros momentos deste texto, que partilhamos de uma visão de história *descontinuista*, que parte de uma posição teórica (ideológica) de que a história se constrói não linearmente, não homogeneamente, não sem embates e contradições que afetam o seu funcionamento. Assim, ela não é da ordem de uma *cronologia*, de um antes e de um depois. Ela não é, também, uma somatória de fatos no tempo, que servem para explicar melhor o presente, conforme uma visão mais tradicional de história faria supor. Ela trata, sim, de uma *temporalidade*, de um tempo não mensurável, ou melhor, de um tempo que pode passar pelo lugar do mensurável (divisão em dias, meses, anos, épocas, eras), mas sabendo que algo sempre escapa do controle do *Cronos*. Segundo Le Goff (2003, p. 13),

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta. (o grifo é do autor)

Essa noção de história que faz intervir uma *memória*, não no sentido psicológico-cognitivista nem biológico, mas uma memória estruturada pelo esquecimento constitutivo de uma coletividade, faz com que ela (a história) não seja concebida como um depósito de informações. Ao colocar em cena o histórico, queremos descentralizar uma concepção histórica de sentido determinado pela consciência, pela intenção daquele que fala uma língua. Para nós, os sentidos são determinados por algo que lhes é exterior, que não depende da vontade de um único sujeito, mas, ao contrário, por uma memória que determina tanto esse sujeito quanto os sentidos de sua enunciação. Assim, trabalhamos a

história enquanto *historicidade*, e não enquanto *historismo* ou *historicismo*. De acordo com Le Goff (2003, p. 19),

O conceito de historicidade desligou-se das origens "históricas", ligadas ao historicismo do século XIX, para desempenhar um papel de primeiro plano na renovação epistemológica da segunda metade do século XX. A "historicidade" permite, por exemplo, refutar no plano teórico a noção de "sociedade sem história", refutada, por outro lado, pelo estudo empírico das sociedades estudadas pela etnologia (LEFORT, 1952). Ela obriga a inserir a própria história numa perspectiva histórica: "Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social" (CERTEAU, 1970, p. 484).

A partir do momento que tomamos a história, ou o histórico, como historicidade, estamos dizendo que: 1) ela é um processo e não um resultado ou produto; 2) ela não é não a história dos grandes personagens e dos grandes nomes históricos, pois sabemos que essa história já é um efeito determinado pela ideologia e pelo político; 3) o seu objetivo não é saber a "origem" de um sentido, estando à procura de um étimo para cada palavra na língua, mas sim mostrar analiticamente que um determinado sentido já é sempre um percurso de interpretações. Novamente citando Le Goff (2003, p. 20), vemos que:

[...] Paul Veyne tira uma dupla lição do fundamento do conceito de historicidade. A historicidade permite a inclusão, no campo da ciência histórica, de novos objetos da história: o *non-événementiel*; trata-se de acontecimentos ainda não reconhecidos como tais — história rural, das mentalidades, da loucura, ou da procura de segurança através das épocas. Chamaremos *non-événementiel* a historicidade de que não temos consciência enquanto tal (1971, p. 31). Por outro lado, a historicidade exclui a idealização da história, a existência da História com H maiúsculo: "Tudo é histórico, logo a história não existe".

Assim, diríamos, então, a partir do que expusemos anteriormente, que a história, segundo nossa perspectiva, é um alhures, um já-lá, que retorna na enunciação sob o efeito da evidência não-histórica do enunciado. Em outras palavras, queremos colocar que a história, no seu modo de determinação contraditória do dizer, se apresenta ao sujeito da enunciação sob o efeito do seu apagamento, apresentando-lhe os sentidos como evidentes e únicos. É por isso que Guimarães (2005, p. 70), define a enunciação na sua relação com o conceito discursivo de *interdiscurso*:

A enunciação é, deste modo, um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento.

A discussão que fizemos de história nos permite compreender o gesto que relaciona enunciação e interdiscurso⁴⁹, já que o sentido de uma enunciação é determinado historicamente por um alhures constitutivo, por algo que na enunciação aparece como "estranhamente familiar". Assim, esse "estranhamente familiar" tem lugar porque a história, para o sujeito que enuncia, aparece destituída de toda a sua espessura — o dizer do sujeito ou se apresenta como estando fora da história ou acima dela (cf. Guimarães, 2002). É a evidência do SER sujeito e do TER um sentido que está em jogo aqui. É, então, o desconhecimento do funcionamento material da história e, acrescentamos da ideologia, que torna evidentes para o sujeito da enunciação a sua condição de existência ("Sou apenas eu que lhes digo isso"; "é evidente que sou eu quem defendo essa ideia").

Desse modo, chegamos a um ponto de nossa reflexão em que vale a pena investir algumas palavras sobre o funcionamento da *ideologia* que marca semanticamente a enunciação. A ideologia não é uma noção menos complexa do que todas as outras que trabalhamos até aqui, visto que sua compreensão está ligada a um determinado posicionamento teórico. Sobre tal complexidade nos diz Žižek (1996, p. 9):

"Ideologia" pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse.

Neste fragmento, Slavoj Žižek comenta alguns modos de conceber a ideologia nas ciências sociais. Segundo o autor, o significante *ideologia* pode designar qualquer coisa, pois as posições teóricas não são coincidentes, como sabemos. No entanto, para um conhecedor do pensamento reflexivo de Žižek, que toma do materialismo histórico e da psicanálise seus elementos de base, vemos que para ele a ideologia não significa qualquer coisa, ou seja, dado que qualquer posição é sempre-já ideológica, não há modos de significar, portanto, que estejam fora da ideologia. Essa crítica incide, principalmente, sobre as posições que tomam a ideologia como uma arma social, que ora torna uma contingência em Necessidade superior dos sujeitos, ora os responsabiliza integralmente pelos seus atos (é o sujeito de direitos e deveres do sistema capitalista).

⁴⁹ Retomaremos essa relação entre *enunciação* e *interdiscurso* no capítulo seguinte, ao tratarmos da *temporalidade* no acontecimento da enunciação.

Quando um processo é denunciado como "ideológico por excelência", pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico. Por exemplo, entre os processos geralmente reconhecidos como "ideológicos" acha-se, em definitivo, a perenização de alguma situação historicamente limitada, o ato de discernir numa contingência uma Necessidade superior (desde a fundamentação da dominação masculina na "natureza das coisas" até a interpretação da AIDS como um castigo pela vida pecaminosa do homem moderno; ou então, num plano mais íntimo, quando encontramos nosso "verdadeiro amor", é como se fosse aquilo por que estivemos esperando a vida inteira, como se, misteriosamente, toda a nossa vida prévia tivesse levado a esse encontro...); assim, a contingência do real, carente de sentido, é "internalizada", simbolizada, provida de Sentido. (ŽIŽEK, 1996, p. 10)

Ao que vemos, um dos modos de funcionamento da ideologia, bem como da interpelação ideológica na formação social capitalista, consiste em prover de sentidos a contingência do real. Dito diferentemente, o ideológico significa, pelo menos, de duas maneiras: i) o ideológico pode ser concebido como um processo de significação que busca "capturar" o real, tornando em Necessidade superior algo contingencial (a contingência do real é simbolizada e provida de um sentido apenas). Nesse modelo, então, haveria coisas mais ideológicas do que outras, o que apontaria para o fato de que alguns sentidos nem seriam ideológicos; e ii) o ideológico é o processo mais elementar de interpelação dos sujeitos, sem o qual nenhum sujeito pode (se) significar. Segundo o autor, dizer que determinado percurso de sentido é "ideológico por excelência" não significa que o seu inverso seria menos ideológico. Disso concluímos que não há simbolização do real sem estar interpelado ideologicamente.

Dissemos acima que a ideologia pode funcionar como uma arma social. Discutimos, também, uma das formas que essa arma social pode assumir: transformando em Necessidade superior as contingências do real. De acordo com Žižek (1996, p. 11):

No âmbito da teoria, deparamos com uma inversão homóloga a propósito da problematização "desconstrutivista" da ideia da culpa e da responsabilidade pessoal do sujeito. A ideia de um sujeito plenamente "responsável" por seus atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na "culpa" do sujeito responsável.

Nessa forma de compreender a ideologia, em que cada sujeito é responsabilizado pelos seus atos, e acrescentaríamos, pelos atos que lhe são exteriores, pensamos no modelo de Estado que nos determina e que nos cobra um preço alto pelo nosso pertencimento a ele. Desse modo, o Estado se coloca como um observador "neutro" da sociedade, assim como

as leis, na ótica do Estado, são também "neutras". Assim, a causa pelos problemas sociais não é de ordem política, ideológica, mas é culpa do sujeito que pertence a esse Estado. Para Žižek (1996), isso que não aparece como ideológico é já sempre um modo de estar na ideologia.

Diante do que expusemos, a ideologia, para esse autor, com quem concordamos, pode ser definida assim:

[...] a ideologia sempre é, por definição, "ideologia da ideologia". Basta lembrar a desintegração do socialismo real: o socialismo era percebido como o império da opressão e da doutrinação "ideológicas", enquanto a passagem para a democracia-capitalismo foi vivenciada como uma libertação dos grilhões da ideologia. Mas essa experiência de "libertação", no decorrer da qual os partidos políticos e a economia de mercado foram percebidos como "não ideológicos", como o "estado de coisas naturais", não é ideológica por excelência? O que queremos dizer é que esse traço é *universal*: não há ideologia que não se afirme distinguindo-se de outra "mera ideologia". O indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer, por si mesmo, "estou na ideologia"; ele sempre requer *outro* corpo de opiniões, para deste distinguir sua própria postura, "verdadeira". (ŽIŽEK, 1996, p. 25)

Diante d' "A" verdade do sujeito, para quem os sentidos são transparentes ("Eu disse isso!"), o recorte acima aponta para aquilo que Pêcheux (1996), ao relacionar teoricamente ideologia e inconsciente, diz das "verdades 'subjetivas' evidentes" (PÊCHEUX, 1996, p. 148), sendo que, ainda segundo Pêcheux, "subjetivas" se reporta àquilo que constitui o sujeito e não àquilo que o afeta.

Ora — e é justamente nesse ponto, creio eu, que começa a necessidade de uma teoria materialista do discurso —, o caráter evidente da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente comparado por Althusser a uma outra evidência, amplamente difundida, como vimos, na filosofia idealista da linguagem: a evidência do sentido. (PÊCHEUX, 1996, p. 148)

Como vemos, tanto a história quanto a ideologia se relacionam intrinsecamente, porque o modo de funcionamento da ideologia se dá pela produção de evidências que apagam o percurso dos sentidos na história. Vale dizer que nem a história nem a ideologia, na perspectiva da semântica histórica da enunciação, são as evidências produzidas pelo seu funcionamento. Elas são, do nosso ponto de vista, modos de atestação da humanidade do homem, ou seja, aquilo que faz do homem um sujeito de linguagem.

Chegamos, finalmente, ao ponto em que uma discussão sobre o sujeito da enunciação se faz pertinente. Retomando o fragmento de texto de Guimarães (2005, p. 85), que diz que "uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a

questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao *sujeito que enuncia*" (os grifos são nossos), observamos que a questão da subjetividade na linguagem está posta desde o início na proposta dessa forma particular de semântica da enunciação.

Assim como os conceitos de língua e história, o conceito de sujeito da enunciação também dialoga com um certo percurso de estudos enunciativos, tal como viemos mostrando ao longo de todo este capítulo. Por isso, o que veremos aqui será uma reterritorialização de ordem teórica, de modo que possamos construir um domínio teórico coerente com os princípios epistemológicos fundadores da semântica histórica da enunciação.

Como é possível observar, o nosso lugar de dizer científico se localiza em uma região de sentidos determinada pelo materialismo histórico, de um lado, e pela psicanálise⁵⁰, de outro, o que nos permite compreender a língua na sua forma-material. Por forma-material, entendemos a língua na sua materialidade fonológica, morfológica e sintática reportada à sua exterioridade. Dito de outro modo, a forma-material da língua, objeto de estudo da linguística, não é tomada como um sistema fechado e homogêneo, pois o que intervém na sua materialidade é a história. Dessa maneira, no fio do discurso, vemos irromper traços de memória de um alhures constitutivo, que desestabiliza o sistema linguístico e lhe demanda uma sempre nova configuração.

Estamos retomando essa discussão para dizer que nós, semelhantemente a Bally, Benveniste, Ducrot e Authier-Revuz, olhamos para a forma da língua. No entanto, fazemos intervir aí outra coisa que não somente o linguístico. Isso quer dizer que levamos em consideração que a unidade de análise da semântica histórica da enunciação é o enunciado, mas enquanto este é parte do funcionamento da materialidade da língua. Com relação à subjetividade, olhamos para ela a partir do modo como esta se representa no enunciado. Mas esse modo nosso de olhar a subjetividade na linguagem desloca, por exemplo, as teorizações de Bally, de Benveniste e de Ducrot, e se aproxima, de algum modo, ao sujeito

⁵⁰ Vale ressaltar que nosso diálogo com tanto com o materialismo histórico quanto com a psicanálise se deve ao diálogo significativo que mantemos com a análise de discurso.

tal como apresentado por Authier-Revuz e por outros teóricos da teoria materialista do discurso como, por exemplo, Eni Orlandi⁵¹.

Desse modo, o sujeito de que estamos tratando não se localiza apenas no domínio da forma linguística, ou, para utilizarmos uma terminologia de Benveniste, no domínio do modo de enunciação semiótica, mas também, e sobretudo, na exterioridade constitutiva do modo de enunciação semântica da língua. Com isso, queremos dizer que a análise do enunciado nos interessa enquanto um modo de compreendermos a sua enunciação, que é o ponto em que a língua toca a sua historicidade. Portanto, a questão da subjetividade é também uma questão histórica; uma questão que cobra da linguística da enunciação um voltar-se para as condições de produção da própria enunciação.

Então, diante do que estamos colocando, não podemos tomar o sujeito da enunciação como um sujeito empírico, tal como o é para Ducrot no seu "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação", nem somente como um sujeito formal, representado unicamente pela forma "eu" no enunciado, tal como o é para Benveniste no seu "Aparelho Formal da Enunciação". Para nós, a questão que se coloca, em primeiro lugar, é que o sujeito da enunciação é, antes de tudo, um sujeito de linguagem, o que nos requer uma explicitação do que isso significa, do nosso ponto de vista, para o dispositivo teórico-metodológico da semântica histórica da enunciação. Dizer que o sujeito nos interessa enquanto um sujeito de linguagem significa colocar em cena novamente três domínios constitutivos do sentido: o simbólico, a ideologia e o inconsciente.

Quando trazemos para o debate teórico o inconsciente, não o fazemos a partir de um ponto de vista estritamente psicanalítico, pois este não é um trabalho de psicanálise e nem pretende sê-lo. É um tipo de reflexão que buscamos fazer com a psicanálise, estando essa reflexão muitas vezes afetada pela perspectiva discursiva, para buscar elementos significativos que nos permitam ir além das evidências do sentido e do sujeito, próprias do funcionamento da ideologia no simbólico. A primeira consequência importante de se pensar o papel do inconsciente nos estudos da subjetividade na linguagem é que desautomatizamos uma certa tradição de estudos filosóficos sobre o sujeito da linguagem que o concebia como sendo o sujeito da certeza, da verdade. Nessa corrente racionalista do "Penso, logo existo" (*Cogito, ergo sum*, de Descartes), a evidência de que "eu sou eu mesmo, e ninguém mais

⁵¹ É importante mencionar aqui o trabalho sobre a individuação do sujeito pelo Estado desenvolvido por Eni Orlandi (2005) em "Do sujeito na história e no simbólico". Voltaremos a essa discussão no capítulo IV.

ocupa esse meu lugar" sustentava um lugar de dizer de que a língua era um reflexo fiel do pensamento e de que ela tinha por função, dada essa sua natureza, exprimir exatamente o conteúdo desse pensamento. Segundo o que nos diz J. Lacan (1998, p. 39):

Para Descartes, no *cogito* inicial – os cartesianos convirão comigo neste ponto, mas eu o adianto à discussão — o que visa o *eu penso* no que ele báscula para o *eu sou*, é um real — mas o verdadeiro fica de tal modo de fora que é preciso que Descartes em seguida se assegure, de quê? — senão de um Outro que não seja enganador e que, por cima de tudo, possa garantir, só por sua existência as bases da verdade, possa lhe garantir que há em sua própria razão objetiva os fundamentos necessários para que o real mesmo de que ele vem de se assegurar possa encontrar a dimensão da verdade. Posso apenas indicar a consequência prodigiosa que teve esta recolocação da verdade entre as mãos do Outro, aqui Deus perfeito, cujo negócio é a verdade, pois o que quer que ele tenha querido dizer, sempre será verdade — mesmo que ele dissesse que dois e dois são cinco, isto seria verdade.

A *alteridade*, o lugar de encontro do sujeito com o Outro, foi vista por algumas teorias da linguagem como um fator problemático para a manutenção da imaginária homogeneidade do sujeito falante. Por isso, o Outro foi por muito tempo pensado como o Outro enganador, como nos diz Lacan (1998), como aquele que abalaria as estruturas da verdade e as estruturas de um EU unificado, un(ic)o. Vemos isso, ainda que alguns estudiosos de sua obra discordassem de nós, em Benveniste, para quem a subjetividade recaía apenas na forma "eu", por oposição ao "tu", pessoa não-subjetiva. É o *ego* que se diz "ego". O real, assim, aparece como sendo dominado, domesticado, ainda que imaginariamente, pelo sujeito da língua, de quem nada escapa ao seu controle.

A consideração que estamos propondo do inconsciente nos estudos da linguagem desloca essa tradição de estudos do sujeito para o lugar daquilo que lhe falta, daquilo que lhe constitui sem que ele necessariamente saiba disso conscientemente. É o que nos ensina Lacan:

"[...] o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito — donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo — desejo que situaremos provisoriamente na metonímia desnudada do discurso em causa, em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado." (LACAN, 1998, p. 32)

O inconsciente, como percebemos, cinde a onipotência do sujeito da verdade, da certeza lógica do "eu sou eu". Não há como ficar indiferentes frente ao "isso fala" do sujeito; e a consideração de que "o sujeito se saca em algum ponto inesperado" não deve passar despercebido, segundo nosso ponto de vista, no estudo semântico da enunciação.

O importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que — antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí — isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador. (LACAN, 1998, p. 26)

Frente às questões concernentes ao inconsciente, está, também, a ideologia, que liga o homem à sua historicidade. Assim, em uma posição materialista que se liga às leituras de Althusser feitas de Marx, e também às leituras que Pêcheux fez de Althusser, dizemos que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Isso significa que o sujeito de que tratamos não é um sujeito empírico, mas um sujeito atado ao simbólico, que se significa ao significar pela linguagem. Dito diferentemente, o sujeito da enunciação não é concebido enquanto determinado biologicamente por uma cognição, mas é afetado pelo inconsciente e pela ideologia que o leva a simbolizar o real mesmo que ele "não o queira". O sujeito é, portanto, convocado pelo simbólico a preencher o real de sentidos. De acordo com Pêcheux (2009, p. 138),

A história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes. Portanto, a história, ainda uma vez, *isto é*, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classes — com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e super-estruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem. É no interior desse processo "natural-humano" da história que "a Ideologia é eterna" (*omni-histórica*) — enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: "o inconsciente é eterno". (os grifos são do autor)

Embora inconsciente e ideologia sejam eternos, no sentido de que determinam qualquer produção de linguagem (mesmo aquelas em que se afirma serem "sem ideologia" e "conscientes"), segundo o que sabemos o que há de comum entre essas duas noções, e o próprio Pêcheux no texto em questão assinala isso, é que elas funcionam produzindo evidências, tanto a evidência do sujeito ("eu sou eu mesmo") quanto a evidência do sentido ("isso que eu digo não poderia ser dito de outra maneira").

Como nosso propósito aqui não é discutir cada uma dessas noções de maneira detalhada, por ora o que deve ficar é que a semântica histórica da enunciação toma o sujeito enquanto sujeito de linguagem e essa tomada de posição significa operar com deslocamentos importantes da tradição de estudos da enunciação. Olhamos para a materialidade do enunciado e olhamos também para o modo como esse mesmo enunciado representa linguisticamente o sujeito da enunciação.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado por nós neste capítulo teve como objetivo principal expor o olhar leitor à constituição histórica e política das teorias que compõem um determinado campo disciplinar. Muito mais do que tratar dos conceitos e das ideias linguísticas abordados pelos diversos autores, o que fizemos aqui foi trabalhar, fundamentalmente, com o gesto de interpretação do cientista ao se posicionar frente à história do saber e do conhecimento linguísticos. Isso implica, de algum modo, em colocar em cena o atravessamento da ideologia nos processos de construção da ciência, que não é nem "objetiva", nem "neutra" e nem "desinteressada".

Além disso, este percurso, que encontra seu ponto final aqui, tem que ver com nossa própria inscrição no domínio da semântica histórica da enunciação, domínio este que fundamentará todo o resto da reflexão que faremos aqui. Dessa maneira, o que apresentamos até o momento, não deve ser visto como um apêndice apenas do trabalho que se fará em seguida, mas, como diz Clarice Lispector em uma das epígrafes que abre este capítulo, como a construção de uma "trajetória de nós mesmos". Do ponto de vista das ciências da linguagem, este capítulo consiste em um modo possível de nos posicionar frente à história do saber/fazer linguístico.

Capítulo II

ACONTECIMENTO, DESIGNAÇÃO E METÁFORA: FUNDAMENTOS PARA UM ESTUDO DA POLÍTICA DOS SENTIDOS

Eu tenho à medida que designo — e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la — e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas — volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G. H.*)

*Quero saber se você vem comigo
a não andar e não falar,
quero saber se ao fim alcançaremos
a incomunicação; por fim
ir com alguém a ver o ar puro,
a luz listrada do mar de cada dia
ou um objeto terrestre
e não ter nada que trocar
por fim, não introduzir mercadorias
como o faziam os colonizadores
trocando baralhinhas por silêncio.
Pago eu aqui por teu silêncio.
De acordo, eu te dou o meu
com uma condição: não nos compreender.*

(Pablo Neruda, *Quero saber*)

2.1. INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo, tratamos de situar o nosso trabalho teoricamente, propondo uma discussão não somente em torno de algumas ideias linguísticas importantes para a constituição da semântica histórica da enunciação, mas também em torno do modo como cada gesto de leitura dos sujeitos-cientistas da linguagem instalou, na história das ciências da linguagem, interpretações fundadoras de dispositivos teórico-metodológicos específicos para tratar de diversos fatos de linguagem, sobretudo o da enunciação. Dessa forma, o que fizemos foi investir em uma discussão epistemológica e teórica que desse certa visibilidade às diferentes práticas científicas no campo disciplinar em que inserimos o nosso trabalho.

Neste capítulo, nosso propósito é outro. Propomo-nos aqui tratar dos materiais a serem utilizados como corpus para as nossas análises semânticas e dos métodos utilizados para fazermos tais análises. Trata-se, em última instância, de estabelecermos os princípios que regerão as análises que faremos nos capítulos seguintes.

Segundo o que depreendemos do próprio título que demos a este capítulo, o nosso dispositivo analítico está construído em torno de três conceitos importantes para essa semântica com a qual trabalhamos: *acontecimento*, *designação* e *metáfora*. À medida que os estudarmos mais de perto, veremos que outros conceitos e categorias analíticas reclamarão seu espaço em nosso trabalho. Acreditamos, então, que esses dois capítulos iniciais situarão suficientemente bem o leitor acerca do nosso ponto de vista e da prática científica que buscamos sustentar neste trabalho de pesquisa.

Em um certo sentido, o que queremos colocar em cena aqui é a divisão constitutiva da língua e dos sentidos que esse dispositivo analítico nos permitirá observar. De forma mais abrangente, pretendemos construir uma prática analítica que nos ajude a compreender a política dos sentidos no material que selecionamos como nosso corpus. E, para nós, não há como falar em "política dos sentidos" sem nos reportar ao vazio significante, às fendas deixadas pela língua ao designar. Como nos diz primorosamente Clarice Lispector na primeira epígrafe que abre este capítulo, "o indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu." Nos identificamos com esse fragmento porque a nossa empreitada neste trabalho não é a de encontrar sentidos unívocos para as palavras, expressões e proposições da língua. Este trabalho é o de sair em busca desses sentidos e voltar com as mãos vazias,

pois a língua não se esgota nas análises que fazemos dela. Ela nos diz muito mais de algo que não podemos apreender na sua completude.

Com esse ânimo, veremos que a falta na linguagem, fruto da sua divisão constitutiva, não aponta para a sua falha, no sentido de "defeito da linguagem", tal como esse termo é significado comumente, mas sim para seu equívoco, para o ponto em que a sua materialidade toca a exterioridade que lhe é constitutiva. Se concordamos com isso, estamos lidando, então, nos bordos em que a linguagem, enquanto forma-material, se expõe ao seu real.

2.1.1. Metodologia de trabalho

Este capítulo se dividirá em duas partes: uma em que trataremos dos *materiais* que compõe o nosso corpus de pesquisa; outra, mais extensa, em que trataremos dos *métodos* que utilizaremos para analisar esses materiais. Explicitaremos aqui os procedimentos analíticos de nossa prática científica.

2.2. MATERIAIS DE PESQUISA

Estando em conformidade com os objetivos norteadores deste trabalho de pesquisa, que são o de analisar os sentidos de "português" ou de "língua portuguesa" em uma região específica da Argentina, tomaremos como materiais centrais empíricos entrevistas orais feitas com professores e alunos do curso de Professorado em Português, da Facultad de Ciencias de la Administración (FCAD) da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), localizada na cidade de Concordia, província de Entre Ríos (Argentina).

Essas entrevistas foram coletadas por nós entre agosto e dezembro de 2006 e entre setembro e outubro de 2010 no espaço acadêmico da FCAD/UNER. A proposta inicial dessas entrevistas era a de fazer com que aparecessem, através da fala desses entrevistados — professores de português em exercício ou professores de português em formação —, elementos que nos permitissem interrogar os sentidos circulantes para o nome "português" nesse espaço de formação acadêmica de profissionais cujo "objeto de trabalho" será a língua portuguesa. Em face de nossos objetivos, nossa preocupação não foi a de entrevistar

sujeitos sem vínculo algum com uma formação específica em português. Nosso foco era/é ainda mais delimitado: trabalhar com sujeitos que são, ao mesmo tempo, falantes de espanhol como língua materna e professores ou estudantes de português em um espaço de enunciação cuja língua oficial, ou que funciona como tal, não é o português.

De modo que pudéssemos trabalhar com os sentidos circulantes do nome "português" nesse espaço acadêmico, estruturamos as entrevistas, faladas em português, em torno de três eixos principais: um mais geral, que tinha por objetivo tratar de questões concernentes ao significado histórico e político de se ensinar português na Argentina no período das entrevistas; outro mais específico, que tinha por objetivo abordar os sentidos de "português" ou de "língua portuguesa" em circulação no espaço de enunciação da FCAD/UNER; e, por fim, um outro eixo mais geral também, que tinha a ver com o modo como os sujeitos-falantes entrevistados percebiam as relações entre línguas não somente no espaço de enunciação da universidade, mas da região em que habitavam na Argentina. Nesse último eixo, abordamos questões sobre a relação entre o português e o espanhol e entre o português e outras línguas estrangeiras presentes nesses espaços.

A justificativa para a escolha desse espaço de pesquisa está ligada a, pelo menos, dois fatores principais: um de ordem subjetiva e outro de ordem "objetiva"⁵². O primeiro fator teve importância na nossa escolha porque foi um espaço em que convivemos, inicialmente, por um período de cinco meses⁵³ durante a realização de um estágio acadêmico discente na FCAD/UNER⁵⁴. Nesse momento do estágio, algumas questões relacionadas ao modo de significação do nome "português" nesse espaço passaram a nos afetar e a nos ser causa, talvez por três razões: a) por sermos constituídos enquanto sujeitos-falantes de português como língua materna; b) por sermos provenientes de um espaço de enunciação — o brasileiro — cuja estruturação se marca pela sobredeterminação⁵⁵ das diversas línguas aí faladas pelo português como língua de Estado e também como língua

⁵² Estamos utilizando o adjetivo "objetiva" aqui na falta de outro termo mais adequado, pois sabemos que a objetividade é sempre-já da ordem do efeito, ou seja, é sempre-já uma construção simbólica determinada ideológica e politicamente. Assim, a "objetividade" já é sempre subjetiva.

⁵³ Estágio realizado entre agosto de 2006 e dezembro do mesmo ano. Em 2010 estivemos presentes na UNER como pesquisador visitante, com financiamento da CAPES.

⁵⁴ Estágio realizado com o financiamento da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e com financiamento parcial da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

⁵⁵ Utilizamos o significante "sobredeterminação" a partir do modo como Eni Orlandi o utiliza em alguns de seus trabalhos. Citamos aqui *Discurso e Texto* (2005).

materna da maioria dos sujeitos-falantes que habitam esse espaço; e c) por estarmos em um espaço de enunciação constituído por sujeitos-falantes de espanhol como língua materna que ensinavam ou estudavam português como parte da prática científica e profissional na Argentina. A partir dessa experiência "afetiva", deparamo-nos com alguns "estranhamentos" produzidos pela nossa relação com o(s) olhar(es) do outro (e também do nosso "Outro", tal como esse significante aparece no dispositivo teórico-analítico de Lacan). Dito diferentemente, deparamo-nos com olhares "estranhos" para uma língua que julgávamos ser "a nossa" e que tomávamos por evidente. Desses estranhamentos, que não podemos dizer que nos eram familiares, começaram a surgir questões que buscamos responder até hoje por meio do trabalho de análise da materialidade linguística que fazemos de nossos materiais de pesquisa.

O fator "objetivo" tem que ver com a própria história de ensino do português na Argentina. Um dos primeiros movimentos de inserção do ensino de português no currículo escolar argentino data de 17 de setembro de 1942, quando da promulgação da Lei 12.766, que inclui nos planos de estudo dos estabelecimentos de ensino do então Ministério da Justiça e Instrução Pública o ensino do português.⁵⁶ No entanto, poucos centros de ensino e formação em línguas colocaram o português como objeto específico de seu trabalho de formação docente. O principal centro é o Instituto Superior em Línguas Vivas "Juan Ramón Fernández", localizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que atuou por quarenta anos como um dos únicos centros de ensino de português como língua estrangeira na Argentina e na América Latina.

Face à demanda por lugares especializados no ensino de português, especialmente depois da abertura democrática a partir de meados dos anos 1980, e, mais tarde, com a integração econômica de alguns países do continente sul-americano pelo MERCOSUL, a Faculdade de Ciências da Administração da UNER criou, em 1986, um curso extensão de português aberto para toda a comunidade interessada. Esse foi o primeiro passo para se estabelecerem as bases sobre as quais o Professorado em Português se construiria mais tarde, visto que uma parte dos professores atuantes no Professorado era egressa desse curso de extensão de português. Só em 1992 é que o curso superior de Professorado em Português foi criado na FCAD, tendo por objetivo se antecipar "así a la necesidad de formación de los

⁵⁶ Todos os nossos dados foram extraídos dos sítios eletrônicos da UNER e do Ministério da Educação da República Argentina.

recursos humanos requeridos por los procesos de integración con Brasil" (de acordo com o sítio eletrônico do Professorado em Português, disponível no www.uner.edu.ar).

Tendo na mirada objetivos de ordem política e econômica na criação do Professorado em Português na UNER, o sítio eletrônico da universidade nos diz, ainda, que o professor de português, segundo o ponto de vista dessa instituição, deve ter conhecimentos sobre, entre outros assuntos, a "[...] problemática educativa en general *desde el contexto sociopolítico en el que está inserto*"⁵⁷ e sobre os "[...] principales aspectos económicos, sociales y políticos que *acompañaron el desarrollo del capitalismo, con especial énfasis en los países integrantes del MERCOSUR*"⁵⁸ (os grifos são nossos). Além disso, o egresso deve "ser consciente de la responsabilidad social que implica su práctica profesional y desarrolla[r] una actitud crítica y flexible que le permite autoevaluar su trabajo, respetar puntos de vista, objeciones, sugerencias y cooperar en equipos interdisciplinarios"⁵⁹.

Com o que apontamos acima, vê-se reconhecida a importância que o português vem ganhando nos últimos anos no cenário político, social, cultural e econômico da Argentina. No entanto, vale mencionar que, segundo o que constatamos a partir dos sítios eletrônicos das universidades nacionais⁶⁰, das quarenta e sete instituições do país⁶¹ apenas cinco oferecem formação específica em Professorado em Português⁶², a saber: a Universidade

⁵⁷ A versão em português seria: "[...] problemática educativa em geral a partir do contexto sociopolítico em que [o professor de português] está inserido".

⁵⁸ A versão em português seria: "[...] principais aspectos econômicos, sociais e políticos que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo, com ênfase especial nos países integrantes do MERCOSUL".

⁵⁹ A versão em português seria: "[...] ser consciente da responsabilidade social que implica sua prática profissional e desenvolve[r] uma atitude crítica e flexível que lhe permita auto-avaliar seu trabalho, respeitar pontos de vista, objeções, sugestões e cooperar com equipes inter-disciplinares."

⁶⁰ Por questões de objetivos e de métodos, restringiremos a discussão apenas às universidades nacionais. Reconhecemos, entretanto, que a formação como professor de português na Argentina pode ocorrer nos chamados Institutos Superiores de Formação Docente e Técnica, fornecendo uma formação de nível terciário e não universitário. Nosso acesso data do dia 28 de outubro de 2011.

⁶¹ Os dados são do Ministério da Educação da Argentina. Disponível em: <www.portal.educacion.gov.ar>. Acesso em: 28 de outubro de 2011.

⁶² Os cursos de nível superior na Argentina com a caracterização de *professorado* correspondem ao que denominamos no Brasil de cursos de licenciatura, enquanto que os cursos de *licenciatura* correspondem ao que denominamos de bacharelado. No sistema de educação argentino, nem todos os cursos de *professorado*, que são, reiteramos, de nível superior, pertencem à modalidade *universitário*, pois alguns deles são considerados *terciários*. Em nosso caso, o *Profesorado en Portugués* da UNER é um curso superior da modalidade *universitário*, assim como são os outros professorados que integram o rol de cursos oferecidos por outras universidades. A diferença entre *terciário* e *universitário* está, *grosso modo*, no tempo de duração dos cursos (quatro anos, em geral, para os de modalidade *terciário* e cinco para os de modalidade *universitário*), além da diferença de instituições responsáveis pela formação e outorga dos diplomas aos concluintes (para os cursos *terciários*, essa responsabilidade recai sobre os *Institutos de Formación Docente*,

Nacional de Entre Ríos oferece o curso de Professorado em Português; a Universidade Nacional de Rosario, na província de Santa Fe, oferece cursos de Português (Licenciatura e Professorado) e de Tradutor Público em Português; a Universidade Nacional de Misiones, no Centro-Leste da Argentina oferece o curso de Professorado em Português; a Universidade Nacional de Cuyo, na província de Mendoza, oeste argentino, oferece o curso de Professorado em Português; e, por fim, a Universidade Nacional de Córdoba oferece o curso de Professorado em Português.

O nosso interesse em trazer esses dados estatísticos tem que ver com o propósito de mostrar que, embora o número de matrículas em cursos de português esteja aumentando cada vez mais na Argentina, o número de instituições formadoras de profissionais na área de português ainda é muito reduzido frente às demandas estruturais de um país membro do MERCOSUL. Além disso, somente para efeito de comparação, no país há em torno de trinta cursos de formação de profissionais na área de língua inglesa, sendo oferecidos por catorze instituições nacionais. Veremos mais adiante que essa desproporção entre o número de centros formadores de professores de português e o número de centros formadores de professores de inglês pode estar relacionada ao litígio e à divisão política das línguas não somente no espaço de enunciação argentino, mas também no da América Latina.

2.3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A partir do dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação, recortaremos neste capítulo alguns conceitos desse dispositivo, de modo que possamos compor o dispositivo analítico que nos será útil para as análises linguísticas que faremos mais adiante. O que estamos colocando em jogo nesse momento é o batimento entre *dispositivo teórico* e *dispositivo analítico* de que nos fala Eni Orlandi (2007a). O dispositivo teórico, de acordo com essa autora, é o lugar em que a alteridade do cientista se mostra, ou seja, tal dispositivo permite ao cientista sair de seu lugar comum e trabalhar, no caso do cientista da linguagem, a opacidade característica de qualquer fato linguístico. De nossa parte, o dispositivo teórico foi delimitado no primeiro capítulo deste nosso trabalho. Naquele momento, produzimos

que são mantidos pelas províncias e, em alguns casos, pelo município, e para os cursos *universitários* essa responsabilidade recai sobre as *universidades nacionais*, que são mantidas pelo Estado Nacional; há, também, as universidades mantidas pelo setor privado).

uma interpretação a respeito do modo como a semântica histórica da enunciação se constituiu, ao longo de sua história e da história da linguística no Brasil, por meio de cortes necessários, tanto de ordem epistemológica, com relação a algumas práticas científicas da linguística, quanto de ordem teórica, com relação a algumas práticas de análises semânticas e enunciativas que apresentamos. A partir dessa discussão, pudemos construir um lugar de dizer que nos autorizasse, em certa medida, a constituir uma prática teórica e analítica da linguagem que levasse a cabo a nossa preocupação com a ordem significante da língua.

Já o dispositivo analítico, segundo Orlandi (2007a), consiste na particularização de determinados conceitos do dispositivo teórico, levando-se em consideração a questão colocada pelo cientista para a sua prática de análise. Em outras palavras, pensar em um dispositivo analítico traz como uma sua consequência a impossibilidade de se trabalhar com o todo de uma teoria. Toda prática de análise, como sabemos, parte de uma questão formulada pelo próprio cientista; essa questão, ao ser especificada, requer um conjunto de técnicas e conceitos delimitados para que ela possa ser respondida satisfatoriamente no trabalho de análise. Tais conceitos e técnicas (que chamamos aqui de *procedimentos*) produzem como efeito a sustentação do lugar de dizer do analista, possibilitando-lhe formular determinadas conclusões para o seu material segundo a relação estabelecida entre a sua questão e o dispositivo analítico recortado do dispositivo teórico.

Tendo isso em vista, nosso dispositivo analítico será construído em torno de três conceitos fundamentais: o de *acontecimento*, o de *designação* e o de *metáfora*.

2.3.1. O acontecimento da enunciação

A noção de *acontecimento* é heteróclita e multiforme, pois é objeto de interesse de estudo de diversas áreas do conhecimento humano, com destaque para algumas linhas de pesquisa da linguística. Pode, também, ser um dos objetos de estudo de áreas com que a semântica histórica da enunciação dialoga, tais como a filosofia, a história e a antropologia.

Nos campos da semântica histórica da enunciação e da análise de discurso, o acontecimento é uma das noções centrais para o estudo dos fatos de linguagem. Há, inclusive, áreas da semântica cujo objeto específico de estudo é o acontecimento, configurando, assim, uma semântica do acontecimento (cf. GUIMARÃES, 2002). Essa

ideia de pensar uma semântica do acontecimento nos é familiar e nos agrada muito, embora nossa preferência aqui seja a de situar este trabalho dentro do que estamos chamando de semântica histórica da enunciação (cf. GUIMARÃES, 2005).

Desde o início da proposta de se pensar uma semântica histórica da enunciação, Guimarães (2005) já apostava na noção de acontecimento como sendo o ponto fulcral onde a língua toca a sua historicidade. Vemos isso quando o referido autor nos diz:

Por isso é decisivo para nós o tratamento da enunciação como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. O acontecimento é constitutivo do sentido, mas enquanto configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua que, como vimos, são regularidades históricas e assim sua autonomia é relativa: a sua interioridade tem as marcas de sua exterioridade. (GUIMARÃES, 2005, p. 86)

Neste fragmento, podemos visualizar algo do que discutimos no capítulo anterior sobre os fundamentos da semântica histórica da enunciação, que considera a história como constitutiva do sentido. Segundo o que vemos acima, o acontecimento é o lugar onde a interioridade da língua (suas marcas fonéticas/fonológicas, morfológicas e sintáticas) se relaciona com um exterior que não lhe é um apêndice, mas que lhe é constitutivo. Essa relação de imbricação/constituição entre interioridade e exterioridade é o que sustenta a noção, inscrita no materialismo histórico, de forma-material da língua (ORLANDI, 1996), destacando a determinação da língua pela história (a materialidade da língua é, então, a inscrição da língua, enquanto forma, na materialidade significante da história). Vale mencionar que, no acontecimento, a história intervém materialmente na língua sob a forma de uma memória recortada do interdiscurso, sendo tal recorte denominado por Guimarães (2002) de *memorável*. O conceito de acontecimento trata, pois, da "relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua", como afirma Guimarães no excerto acima.

Antes de avançarmos com o pensamento de Eduardo Guimarães sobre a noção de *enunciação enquanto um acontecimento de linguagem*, queremos trazer aqui alguns autores, não necessariamente linguistas, que contribuíram para o modo particular como o linguista mencionado trata do acontecimento na obra *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Trazer esses autores para a cena enunciativa de nosso trabalho nos ajuda a estabelecer as bases teóricas sobre as quais o acontecimento será compreendido nas nossas análises.

2.3.1.1. Michel Pêcheux e o acontecimento discursivo

Dentro da área da semântica em que atuamos, o trabalho de Michel Pêcheux sobre o acontecimento tem um papel importante. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux (2006) nos apresenta um modo específico de olhar os universos logicamente estabilizados a partir de uma reflexão que expõe esses universos (que são construções simbólicas e ideológicas) à opacidade que lhes constitui.

Assim, o autor coloca em discussão, para trabalhar o acontecimento discursivo, o enunciado "On a gagné" ("Ganhamos"), que é a materialização de uma enunciação que atravessa toda a França em 10 de maio de 1981, quando da vitória do presidente esquerdista François Mitterrand. Em uma definição concisa, porém muito esclarecedora, Pêcheux (2006, p. 17) diz que "o *acontecimento* [é] o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória". Vejamos quais são as consequências que podemos tirar dessa definição.

Tomando, pois, o enunciado "On a gagné" como material principal de análise, o que Michel Pêcheux nos mostra é que um trabalho materialista com a linguagem deve se preocupar não com o desvendamento de um sentido (o sentido tomado como transparência), mas com os efeitos de sentido produzidos pela inscrição da língua na história. Dessa maneira, não se trabalha com a língua enquanto possibilidade, ou seja, enquanto virtualidade, mas, como dissemos acima, com a língua enquanto forma-material, o que coloca em cena as condições históricas de sua produção. Esse modo particular de estudar a língua, sendo o sentido um efeito, tem que ver com o atravessamento constitutivo da análise de discurso, área do conhecimento com que a semântica histórica da enunciação dialoga mais de perto, pelas questões da linguística estruturalista, da psicanálise lacaniana e do materialismo histórico althusseriano.

Voltando ao texto de Pêcheux (2006), o enunciado "On a gagné" ("Ganhamos") é analisado segundo essas inscrições/filiações epistemológicas e teóricas da análise de discurso que anunciamos no parágrafo anterior. Com isso em vista, os efeitos de sentido de "On a gagné" são analisados segundo as condições históricas de produção/reprodução desse enunciado: a comemoração, na Praça da Bastilha em Paris, da vitória de François Mitterrand na corrida presidencial francesa de então.

Um primeiro ponto que deve ser colocado é que o enunciado "On a gagné" é uma atualização de uma memória, o que quer dizer que ele já fora dito antes em outro lugar, em

outras condições de produção. Um segundo ponto é que, na França, "On a gagné" é um enunciado que faz ressoar, pelo menos segundo o que nos coloca Pêcheux, o grito dos torcedores de uma partida esportiva quando a equipe para a qual eles torcem é vencedora. Diante desses dois pontos, o trabalho de Michel Pêcheux consiste em analisar os efeitos de sentido de "On a gagné" nessas condições de produção específicas da vitória do presidente esquerdista francês.

Centrado na noção de acontecimento discursivo, ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (Pêcheux, 2006, p. 17), o filósofo nos mostra analiticamente em que consiste esse ponto de encontro, já que a atualização de uma memória não é uma retomada *ipso facto* de outras enunciações, isto é, "on a gagné" não aparece, nesse recorte, na enunciação de torcedores de uma equipe esportiva que vence uma partida. As condições de produção desse enunciado são outras: em primeiro lugar, ele aparece na enunciação de pessoas que, inscritas em determinada formação discursiva, consideram o resultado das eleições uma vitória que merece ser comemorada. Em segundo lugar, essa enunciação não aparece em qualquer lugar: eles estão na Praça da Bastilha, lugar histórico da Revolução Francesa de 1789, quando a monarquia absolutista é destituída do poder pela burguesia, consolidando o Iluminismo no cenário político e cultural francês.

O que estamos dizendo com tudo isso é que a atualização de uma memória supõe deslocamentos necessários para que um acontecimento seja efetivamente um acontecimento discursivo. Dessa maneira, o enunciado "on a gagné" pode ser considerado um acontecimento discursivo porque a sua atualização, em condições de produção outras, recorta uma memória que não remete à final de um evento esportivo. Ao ser enunciado em um cenário político, esse enunciado significa histórica e politicamente de outra maneira. A sua análise, pelo dispositivo teórico-analítico da análise de discurso, expõe a língua à sua opacidade, questionando o universo semanticamente estabilizado das estatísticas ("Mitterrand ganhou") e de um conjunto de argumentos que falam a respeito da vitória de Mitterrand⁶³. "On a gagné", nas condições em que aparece formulado, antes de especificar quem ganhou, opacifica essa constatação, já que o "on" inespecifica quem ganhou ou o que esse alguém ganhou. As estatísticas e os dados numéricos não são suficientes, como vemos,

⁶³ "Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local): a imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa aparece nos televisores... Estupor (de maravilhamento ou de terror): é a de François Mitterrand!" (PÊCHEUX, 2006, p. 19).

para dizer que efeitos de sentidos o "on a gagné" possui diante dessa vitória presidencial (é da vitória de Mitterrand mesmo de que se fala ou é da vitória da esquerda francesa ou ainda da coalização socialista-comunista que passa a apoderar-se da França por meio dessa vitória?).

Assim, a interpretação político-esportiva que acaba de ser evocada não funciona como proposição estabilizada, designando um acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas senão com a condição de não se interrogar a referência do sujeito do verbo "gagner" ["ganhar"], nem a de seus complementos elididos. (PÊCHEUX, 2006, p. 23)

Esse modo de considerar o acontecimento por Pêcheux nos permite dizer que essa noção se constrói no embate de um presente (uma atualização), um passado (é o algo que fala antes, ou seja, uma memória) e um futuro (os efeitos de sentido que o ponto de encontro entre uma atualização e uma memória produz no discurso). Para o caso do "On a gagné", o seu sentido não pára na atualização de uma memória esportiva, pois a opacidade do "on" (do "quem ganhou?" e do "o que esse alguém ganhou?"), nas condições históricas de sua produção, possibilita deslizamentos dos sentidos para outros lugares que só o acontecimento discursivo sob o efeito da análise permite observar. Dessa maneira, o que nos ensina Pêcheux é que em um acontecimento nada é só atualização nem nada é só memória. É a relação entre essas duas noções que permitem levar às últimas consequências a inscrição materialista da análise de discurso.

Adiante, veremos como essa discussão de Pêcheux ressoa no gesto científico de Guimarães (2002) para a construção do conceito de *acontecimento enunciativo* dentro do escopo teórico da semântica histórica da enunciação.

2.3.1.2. Gilles Deleuze e Félix Guattari e o agenciamento coletivo da enunciação

Feita a discussão sobre a questão do acontecimento discursivo para Michel Pêcheux e, por conseguinte, para uma determinada linha teórica da análise de discurso que se filia aos estudos pêcheutianos, passamos a discutir o modo como o acontecimento é pensado enquanto agenciamento coletivo da enunciação para Deleuze e Guattari, que falam do interior do campo da filosofia. É importante dizer que nosso interesse não é realizar um estudo de filosofia, mas buscar elementos teóricos que subsidiem a nossa reflexão em torno

do acontecimento enunciativo na semântica histórica da enunciação e na semântica do acontecimento.

A leitura de "20 de novembro de 1923 – Postulados da Linguística", contido em *Mil Platôs* (volume 2), é importante para o estudioso que se dedica não apenas às questões concernentes ao acontecimento, mas também àqueles interessados em estudar a política da língua e de seus sentidos, tal como é o nosso caso. Portanto, a leitura que apresentaremos aqui desse texto aponta para interesses mais específicos deste trabalho, que é pensar a política da língua significada no e pelo acontecimento enunciativo.

Em primeiro lugar, diríamos que as reflexões de Deleuze e Guattari partem de uma posição que afirma que a função da linguagem não é a de comunicar ou informar, mas é, antes de tudo, a de dar ordens (ordenar). Essa "função-linguagem", tal como essa expressão é designada pelos autores, constitui, assim, uma "função coextensiva à linguagem" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13). Mas em que consiste essa consideração sobre a função da linguagem? Como podemos pensar nas consequências teóricas dessa consideração no âmbito das ciências da linguagem, de modo geral, e no âmbito de uma semântica que coloca o acontecimento e a história na centralidade de suas teorizações linguísticas, de modo mais específico?

Para apontarmos a uma possível resposta aos questionamentos acima, remetemo-nos ao exemplo que os próprios autores nos dão sobre o desconhecimento da professora que, mesmo sem se questionar, ensina a *palavra de ordem* aos seus alunos ao ensinar, por exemplo, as regras de gramática de uma língua. O que poderia parecer, à primeira vista, um ensinamento de algo do mundo, livre de implicações políticas e determinações sociais, é tratado pelos autores como sendo da ordem da "máquina do ensino obrigatório" que "não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, sujeito do enunciado-sujeito da enunciação etc.)" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, pp. 11-12).

Assim, propor um pensamento que diga que a palavra de ordem é uma "função coextensiva da linguagem" significa dizer que algo fala na língua que não é da ordem do puramente linguístico, mas produzido pela exposição da base material da língua ao funcionamento do social e do político. Antes de nos aprofundarmos nessa questão,

queremos trazer à luz deste debate o deslocamento necessário que os filósofos fazem da noção de "palavras de ordem". Segundo eles,

Chamamos *palavras de ordem* não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social". Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16, os grifos são dos autores)

Acima, temos postas algumas chaves de leitura que nos auxiliam na compreensão da especificidade desse pensamento deleuziano-guattariano, a saber: 1) as palavras de ordem atravessam toda a língua. Isso quer dizer que elas não estão restritas ao modo como se as considera tradicionalmente, sobretudo na gramática normativa, como sendo produzidas única e exclusivamente pela forma do imperativo na língua; 2) na produção de todo enunciado estão o que os autores chamam de "pressupostos implícitos", o que nos faz remeter a uma abordagem pragmática da língua. Dessa forma, os enunciados significam não apenas à medida que eles colocam a língua em funcionamento, mas à medida que *atos de fala* se realizam neles. Para esses autores, os atos de fala não são um exterior da língua, mas formam com ela um modo de significância particular; 3) por último, vemos que o laço que une um enunciado a determinados atos de fala é a "obrigação social", o que aponta para o fato de que o funcionamento da língua não se dá apenas no seu nível sistêmico, mas também na ordem do social.

Assim, nesse modo de significância do enunciado, a enunciação passa a ser concebida como um acontecimento de linguagem que não é nem uma proposição (nível sistêmico da língua) e nem uma correspondência a um estado de coisas no mundo. Embora saibamos que *Mil Platôs* é uma obra escrita a quatro mãos, acreditamos ser importante para nossa explicação trazer o que François Zourabichvili (2004)⁶⁴ fala do acontecimento para Deleuze. Segundo ele,

Ora, a distinção por meio da qual Deleuze pretende remediar essa dupla desnaturação *passa ao mesmo tempo pela linguagem e pelo mundo*: o paradoxo do acontecimento é tal que, puramente "exprimível", nem por isso deixa de ser "atributo" do mundo e de seus estados de coisas, de modo que o dualismo da proposição e do estado de coisas correspondente não se acha no plano do acontecimento, que só subsiste na linguagem ao pertencer ao mundo. O acontecimento está portanto dos dois lados ao mesmo tempo, como aquilo que, na

⁶⁴ Agradecemos à colega e pesquisadora Isadora Lima Machado pela indicação desta referência bibliográfica.

linguagem, distingue-se da proposição, e aquilo que, no mundo, distingue-se dos estados de coisas. Melhor: de um lado, ele é o duplo diferenciante das significações; de outro, das coisas. (ZOURABICHVILI, 2004, p. 7)

Dizer, portanto, que o acontecimento não está apenas na proposição, mas que também não está apenas na referência ao estado de coisas do mundo nos parece fundamental para sustentar a tese de que o acontecimento, nesse modelo teórico, se sustenta no *agenciamento coletivo da enunciação* e que não é, dessa maneira, uma relação direta entre a língua e o mundo. É essa teorização que permite com que Deleuze e Guattari afirmem que:

Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação. Entretanto, existem relativamente poucos linguistas que tenham analisado o caráter necessariamente social da enunciação. É porque esse caráter não é suficiente por ele mesmo, e pode, ainda, ser extrínseco: assim, ou se fala demais ou muito pouco sobre ele. O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos *agenciamentos coletivos*. Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, pp. 17-18)

No fragmento supracitado, temos posto o caráter necessariamente social da enunciação, ou melhor, temos que a enunciação é determinada pelos "agenciamentos coletivos" — não é, portanto, de ordem individual —, sendo essa determinação, segundo os autores, explicativa do seu caráter social. Ainda de acordo com os autores, a determinação da enunciação pelos agenciamentos coletivos "deve dar conta do [seu] caráter social" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18). No entanto, temos de pensar melhor no modo como o social é concebido nessa teoria filosófica e qual é a natureza, portanto, do agenciamento coletivo da enunciação.

O primeiro ponto (disso que estamos chamando de *social*) é concebido em termos de "*agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29). Há, desse modo, um corpo que é significado; um corpo que não remete à estrutura biológica; um corpo e uma mistura de corpos que determinam os agenciamentos coletivos, ao mesmo tempo em que são determinados por eles. Esses corpos são "corpos sem órgãos", o que significa dizer que essa noção — a de "corpo sem órgão" — se opõe "menos aos órgãos do que ao organismo (funcionamento organizado dos órgãos em que cada um está em seu lugar, destinado a um

papel que o identifica)" (ZOURABICHVILI, 2004, p. 14). Ainda de acordo com Zourabichvili,

O CsO [Corpo sem Órgão] não é mais uma entidade especificamente esquizofrênica, mas o corpo mesmo do desejo do qual o esquizofrênico faz a experiência extrema, ele que é antes de tudo o homem do desejo, uma vez que, em suma, padece apenas da interrupção de seu processo [...]. O CsO remete certamente ao vivido corporal, mas não ao vivido ordinário descrito pelos fenomenólogos; ele não se refere mais a um vivido raro ou extraordinário (embora certos agenciamentos possam atingir o CsO em condições ambíguas: droga, masoquismo, etc.). Ele é o "limite do corpo vivido", "limite imanente" (MP, 186, p. 191) na medida em que o corpo incide nele atravessado por "affectos" ou "devires" irreduzíveis aos vividos fenomenológicos. Ele tampouco é um corpo próprio, já que seus devires desfazem a interioridade do eu (MP, 194, pp. 200-203). (ZOURABICHVILI, 2004, p. 15)

Assim, o corpo a que o agenciamento coletivo da enunciação afeta tem um funcionamento, segundo Deleuze e Guattari (1995), que não se reduz ao corpo biológico, isto é, ao corpo pensado enquanto organismo, nem tampouco se reduz àquilo que se fala dele. Ele é certamente atravessado por agenciamentos, mas estes não tratam "de descrever ou representar os corpos, pois estes já têm suas qualidades próprias, suas ações, suas paixões, suas almas, em suma, suas formas que são, elas mesmas, corpos" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 27). Embora esse *agenciamento maquínico* dos corpos possua formas que sejam independentes das formas do *agenciamento coletivo da enunciação*, as duas se tocam o tempo todo, na medida em que tais corpos são atravessados por signos linguísticos agenciados coletivamente.

Com respeito ao próprio *agenciamento coletivo da enunciação*, diríamos que se trata da relação, tal como já vimos, entre o enunciado e os atos de fala que se realizam nele. Vimos também que o laço que os une é as "obrigações sociais". Indo mais além desse fato, o agenciamento da enunciação se refere, então, ao "conjunto das *transformações incorpóreas* em curso em uma sociedade dada, e que se *atribuem* aos corpos dessa sociedade" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18). Assim, por meio da expressão "transformações incorpóreas", entendemos que o agenciamento da enunciação não é uma produção individual, mas sim coletiva e que, sendo assim, afeta os indivíduos. O agenciamento da enunciação, em outras palavras, incide sobre os corpos.

A transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz; eis porque as palavras de ordem são estritamente datadas, hora, minuto e segundo, e valem tão logo são datadas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 19)

Esse agenciamento da enunciação, segundo vemos, coloca em relação a língua com o que lhe está fora, numa relação imanente. Dito diferentemente, fora do agenciamento, a língua é pura virtualidade. Com isso, não vale pensar apenas no enunciado enquanto este contém uma base fonológica, morfológica ou sintática, nem apenas no sujeito da enunciação desse enunciado. Importa, porém, fazer intervir como imanência à língua "variáveis de expressão ou de enunciação que são para a língua razões internas suficientes para não se fechar sobre si" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21). Essas variáveis exteriores são de natureza pragmática, que não coincide necessariamente com nossa posição teórica e que será deslocada adiante segundo as discussões que faremos ainda neste capítulo.

Por ora, o que fica é a relação existente entre as *transformações incorpóreas* e a função-linguagem das *palavras de ordem*. Ao que observamos, para Deleuze e Guattari essa relação se dá na medida em que o "*regime de signos ou máquina semiótica*" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23) afeta o próprio modo de funcionamento do agenciamento maquínico dos corpos na organização social.

Passamos dos comandos explícitos às palavras de ordem como pressupostos implícitos; das palavras de ordem aos atos imanentes ou transformações incorpóreas que eles expressam; depois, aos agenciamentos de enunciação dos quais eles são as variáveis. Quando essas variáveis se relacionam de determinado modo em um dado momento, os agenciamentos se reúnem em um *regime de signos ou máquina semiótica*. Mas é evidente que uma sociedade é perpassada por diversas semióticas, e possui de fato regimes mistos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23)

Por isso, as palavras de ordem recortam, distribuem, consignam a relação dos corpos na sociedade. E esses, como dissemos anteriormente, não são corpos enquanto organismos, mas "corpos sem órgãos", determinados por afetos e por uma temporalidade sempre movente, sempre em devir. Dessa maneira, o agenciamento coletivo da enunciação opera com uma transformação incorpórea dos corpos (opera, assim, com algo que afeta os corpos, mesmo sendo-lhes exteriores), distribuindo-os, dividindo-os, enfim, recortando-os.

O interesse de tudo o que nos dizem Deleuze e Guattari está no fato de que a enunciação é agenciada coletivamente e que tal agenciamento se dá levando-se em consideração a língua e a sua exterioridade. Colocado desse modo, o que está fora da língua não é apenas uma "referência", mas um modo de operar a determinação do sistema de

signos, que funciona justamente por estar sempre agenciado. Outra consequência importante que tiramos desta leitura, é que a língua, em seu aspecto semântico pelo menos, não pode ser estudada fora de seu funcionamento no social, ou seja, prescinde de um estudo que não feche seu objeto à ordem interna de seu sistema, em uma tentativa de produzir uma "máquina abstrata da língua" (cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 26). Embora essas sejam questões relevantes para o estudo do acontecimento enunciativo, tal como o tomamos em nossa perspectiva teórica, esse modelo filosófico apresentado pelos autores aqui considerados difere de nossa posição porque fazemos intervir, também, a ideologia, a história e o real da língua como peças fundamentais para a compreensão da produção social e política dos sentidos.

2.3.1.3. *Paul Veyne e o acontecimento histórico*

Tratando de dar continuidade ao percurso que estamos fazendo da ideia linguística de "acontecimento", tal como ela é entendida na semântica histórica da enunciação, queremos trazer o modo específico com que Paul Veyne pensa o acontecimento. Em *Como se escreve a história*, o autor nos coloca diante de uma relação muito importante para nós, semanticistas da enunciação: a relação entre *acontecimento* e *história*.

Vejamos uma primeira aproximação dessa relação que o autor faz na obra em questão:

Os acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator. Mas a palavra homem não nos deve fazer entrar em transe. Nem a essência, nem os fins da história derivam da presença desta personagem, dependem da ótica escolhida; a história é o que é, não devido a um qualquer ser do homem, mas porque tomou partido por um certo modo de conhecer. Ou bem que os fatos são considerados como individualidades, ou então como fenômenos por detrás dos quais se procura um invariante escondido. (VEYNE, 1987, p. 13)

Neste primeiro fragmento, visualizamos que os acontecimentos não são da ordem do ficcional, mas "acontecimentos verdadeiros" que colocam o homem como "ator" do processo de desenvolvimento da história. Assim, cabe ao historiador, visto que é desse lugar que o autor fala, tomar como objeto de seu estudo os acontecimentos verdadeiros cujo fator actancial mais importante é o homem com suas ações. No entanto, dizer isso ainda é muito pouco. De que homem se fala? Há uma categoria universal para o sentido de

"homem", assim como há um sentido universal para "história"? Veremos que o texto de P. Veyne responderá pela negativa.

Paul Veyne investe maciçamente seus esforços intelectuais para colocar em suspenso essa ideia de sentidos únicos e universais para o "homem" e para a "história". Tanto para a primeira noção quanto para a segunda, faz-se necessário operar com um recorte, que é feito pelo próprio historiador, de modo a poder operar com essas duas realidades conceituais. Segundo o que ele mesmo diz, "a história é o que é, não devido a um qualquer ser do homem, mas porque tomou partido por um certo modo de conhecer" (VEYNE, 1987, p. 13). O que se quer dizer com isso é que o homem não é um ser eterno, imutável e não-cambiável, mas um ser concreto, o que o coloca na relação com o seu próprio tempo e com as suas próprias condições históricas de existência.

A História (com h maiúsculo) não existe, segundo Veyne (1987), como uma totalidade uniforme, já que seu material de análise não é de natureza homogênea. Conforme o próprio autor,

A ideia de História é um limite inacessível ou antes uma ideia transcendental; não se pode escrever esta história, as historiografias que se creem totais enganam sem saberem o leitor sobre a mercadoria e as filosofias da história são um *absurdo* que depende da ilusão dogmática, ou seriam antes um absurdo se não fossem filosofias de uma 'história de...' entre outras, a história nacional. (VEYNE, 1987, p. 36)

Sendo um limite inacessível, a História passa a ser estudada a partir de um outro ponto de vista: de História passa-se a "história de", como observamos. Esta operação produz um deslocamento interessante para algumas perspectivas teóricas como a nossa, por exemplo, pois pensa tanto o homem na história quanto a história do/no homem como estando materialmente ligadas. Esse gesto retira a história e o homem do lugar do transcendental e os aloca no lugar do material, o que quer dizer que a sua constituição não é providencial, mas relacional. A história se escreve e se re-escreve constantemente a partir das relações concretas entre os homens.

Desse modo, "um acontecimento destaca-se sobre o fundo da uniformidade; é uma diferença, uma coisa que não podemos conhecer *a priori*: a história é filha da memória" (VEYNE, 1987, p. 15). Diante desse dizer, concluímos que o *acontecimento histórico* também é uma construção material porque os homens se relacionam na história, e não fora

dela. Indo mais adiante, procuraremos entender por que o acontecimento se destaca sobre o fundo da uniformidade, tal como nos disse Veyne anteriormente.

O primeiro grande destaque, no sentido dado por Veyne (1987, p. 15) na citação anterior, está na re-colocação daquilo que poderia ser considerado um acontecimento e daquilo que não poderia ser. Em oposição a historiadores tradicionais, que tomavam os acontecimentos como sendo os grandes feitos históricos de personagens consagrados por esses mesmos historiadores, presos a uma "história-tratado e batalhas" (VEYNE, 1987, p. 30), a partir dos estudos feitos pela Escola dos Annales, o autor em estudo propõe colocar em cena questões de uma historicidade que afeta os homens sem que eles sejam conscientes dela enquanto tal. Essa historicidade, do modo como ela se apresenta, é chamada de "não-acontecimental".

O segundo destaque é que, assim como a história é relação, o acontecimento também é de natureza relacional e não atomística. Expliquemo-nos. Segundo o que nos ensina o historiador Paul Veyne, um acontecimento não é um fato histórico singular que ocorre em determinado tempo e espaço. Ao contrário. Todo acontecimento se dá em uma série que lhe é específica e que o determina enquanto tal. Isso significa dizer que "a história não se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas pela sua especificidade [na série que o constitui]" (VEYNE, 1987, p. 43).

Em que momento, então, um fato histórico passa a ser considerado "acontecimento"? A resposta a essa pergunta encerra no seu bojo uma discussão teórica que sustenta a não-uniformidade dos objetos de estudo das ciências humanas e das ciências físicas. O homem não é uma "coisa" que possa ser manipulada segundo um método e um procedimento científico *strictu sensu*. Da mesma forma, um acontecimento não é uma objetividade exterior à natureza histórica do homem, mas é um recorte de uma série feito pelo historiador segundo seus interesses, suas perguntas de pesquisa, seus materiais.

Assim colocado, o acontecimento enquanto um recorte de uma série significa a impossibilidade teórica e epistemológica de se tomar qualquer fato da história como um caso isolado.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos uma intriga, uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta a

seu bel-prazer e onde os fatos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa [...] (VEYNE, 1987, p. 44)

Como vemos, P. Veyne (1987) considera o acontecimento como uma diferença particular em uma determinada série. Qualquer fato cotidiano pode ser, nessa perspectiva, estudado como um acontecimento, o que corrobora para o distanciamento da visão historicista tradicional da qual falamos antes, em que somente os grandes feitos históricos, feitos esses consagrados por um grupo de historiadores, são objetos de interesse para a história. Segundo o historiador, "[...] um acontecimento só é conhecido por vestígios, e que *todos os fatos de toda a vida de todos os dias são vestígios de qualquer acontecimento (quer esse acontecimento seja catalogado ou durma ainda na floresta do não-acontecimento)*" (VEYNE, 1987, p. 34, os grifos são nossos).

Entre os pontos de aproximação e de distanciamento entre Veyne e Guimarães está o fato de que o acontecimento para Veyne só se dá enquanto uma diferença em uma série, isto é, enquanto um evento, que objeto de estudo para o historiador, integra uma determinada série. O acontecimento é, então, uma construção que se dá pela narrativa do historiador, segundo os modos como este recorta uma dada série. Em Guimarães, o acontecimento se dá "enquanto diferença na sua própria ordem" (GUIMARÃES, 2002, p. 11), sendo que a diferença que caracteriza o acontecimento não está no recorte de uma série, mas sim no fato de que o próprio acontecimento temporaliza. Veremos a especificidade dessa temporalização mais adiante.

De tudo o que lemos em *Como se escreve a história*, há algo que merece ser posto em destaque, qual seja:

[...] na história, como no teatro, mostrar tudo é impossível, não porque seriam necessárias muitas páginas, mas porque não existe fato histórico elementar, átomo acontecimento. Se se deixam de ver os acontecimentos nas suas intrigas, somos aspirados pelo turbilhão do infinitesimal [...] (VEYNE, 1987, p. 45)

Voltamos ao caráter relacional do acontecimento e da história. Ao se recortar uma série, a impossibilidade de tudo se dizer sobre determinado acontecimento já está posto no recorte operado pelo historiador. Assim, olhar-se-á para a "intriga", para aquilo que é parte de uma relação histórica que incide sobre a compreensão de determinado acontecimento. Visto que a história, na sua totalidade, nos escapa, o acontecimento como uma totalidade de

sentidos nos escapa igualmente. Resta-nos, portanto, trabalhar no limite da falta. Eis o que fazemos, segundo o que pensamos, em semântica histórica da enunciação.

2.3.1.4. *Eduardo Guimarães e o acontecimento enunciativo*

O percurso histórico e teórico feito acima contribui com o nosso trabalho na medida em que sustenta uma certa compreensão nossa a respeito da especificidade com que Guimarães (2002) re-configura certas noções de acontecimento, tendo em vista a consolidação de uma prática científica que o tem como objeto de estudo particular.

Em nosso caso, o conceito de acontecimento é o principal dentro do dispositivo analítico que estamos procurando construir aqui. Para o seu estudo, trabalharemos com o livro *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, de Eduardo Guimarães, pois se trata de uma obra de grande relevância para o cenário dos estudos semânticos feitos no Brasil.

Uma das questões centrais da obra se refere à forma de se considerar a enunciação sem que se remeta a uma centralidade do locutor que coloca a língua em funcionamento, tal como o é para Benveniste (cf. capítulo I deste trabalho). Com que tipos de deslocamentos teóricos o semanticista precisa operar para se descentrar a enunciação de um locutor centro e fonte de seu dizer? Segundo o autor, para conceber a enunciação como um acontecimento de linguagem é preciso levar em conta "a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo", assim como a "temporalidade" e "o real a que o dizer se expõe ao falar dele" (GUIMARÃES, 2002, p. 11). Esses são os quatros elementos principais para se pensar materialmente o acontecimento enunciativo.

Ao dizer que "algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem" (GUIMARÃES, 2002, p. 11), Eduardo Guimarães rememora o trabalho conceitual de Paul Veyne, re-significando-o desde o lugar da semântica do acontecimento. Sendo concebido enquanto uma diferença na sua própria ordem, um acontecimento enunciativo não é um fato de linguagem que se dá isoladamente da história, do social e do político, visto que ele se dá, como vemos, em uma certa ordem. Desse modo, o acontecimento possui uma memória que, ao ser recortada pelo presente da enunciação, intervém no acontecimento como seu

memorável, tornando possível que esse embate entre uma atualidade e uma memória projete sentidos outros.

Importa considerar que todo acontecimento é um fato de linguagem que produz sentidos porque instala uma temporalidade que o faz significar de uma maneira e não de outra. Como vimos em Paul Veyne, nenhum acontecimento é passível de ser apreendido na sua totalidade e ele tampouco significa qualquer coisa. É na "intriga", conforme o historiador francês, que ele produz sentidos. Para Guimarães (2002) essa "intriga" é tomada como sendo parte da temporalidade constitutiva de todo acontecimento. E para se pensar essa temporalidade, é preciso pensar enunciativamente as questões trazidas por Michel Pêcheux, a partir da perspectiva da análise de discurso, sobretudo no que tange à noção de interdiscurso, que é a memória do dizer. Assim, com seu gesto de interpretação, Guimarães (2002, pp. 11-12) nos ensina que:

[...] o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (os grifos são do autor)

E mais adiante o autor caracteriza melhor a temporalidade dizendo:

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Nesses dois fragmentos, vemos aparecer uma especificidade no tratamento do acontecimento, pois este instala uma temporalidade que lhe é própria. Todo acontecimento se dá a partir de uma formulação com seu presente. Porém, sendo coerentes com os pressupostos teóricos fundantes da teoria com a qual trabalhamos, que pensa a língua enquanto forma-material, a formulação com seu presente só constitui um acontecimento porque recorta um passado de enunciações como seu memorável e, nesse ponto de encontro entre uma formulação (atualização) e um memorável, projeta sentidos como *futuridade*, que é constituída pelos efeitos de sentido resultantes desse ponto de encontro. A futuridade é,

então, o espaço da interpretação, da abertura da língua a outros sentidos possíveis. Diríamos, inclusive, que a futuridade é a própria abertura do simbólico. Uma consequência importante desse gesto científico é que o acontecimento não é tomado como produto de um locutor. Muito antes de ele enunciar, os sentidos já estão em circulação e estão sendo re-significados em um alhures que ele não pode controlar. Além disso, a interpretação como futuridade aponta para uma direção, que não pode ser qualquer uma, visto que está determinada por um recorte específico desse passado de enunciações que retorna no presente do acontecimento. Como dirá Guimarães (2002, p. 14),

Esta caracterização da temporalidade do acontecimento não coincide, portanto, com o tempo do *ego* que diz *eu*, que chamo aqui locutor. [...] Deste modo a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação dessa temporalidade pelo Locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor).

A disparidade constitutiva da temporalidade é exterior ao sujeito da enunciação, que pensa poder estar no controle do tempo por meio da função de Locutor, quando, na verdade, ele está sempre-já significado pela temporalidade. Essa diferença (tempo do Locutor X temporalidade do acontecimento) é o que está na base da ordem de um acontecimento enunciativo.

Uma característica fundamental do acontecimento, segundo o modo como o compreendemos, é que ele *agencia politicamente a enunciação*, isto é, o seu funcionamento não tem a ver com a atividade (consciente) de um único sujeito-falante, conforme vimos, mas sim com o político, que distribui de uma determinada maneira os lugares de enunciação na cena enunciativa segundo as condições sócio-históricas de produção do acontecimento da enunciação. É por agenciar politicamente que o acontecimento enunciativo recorta um memorável e projeta uma futuridade a partir de uma base material de um presente enunciado.

Diante do que vemos acima, o acontecimento, como ele é compreendido na semântica do acontecimento, é um conceito coerente com nossa inscrição materialista, porque os sentidos, sendo efeitos produzidos em um acontecimento enunciativo, não são pensados a partir da intenção de um falante consciente que toma a língua na sua transparência por meio de um "querer dizer"; são, ao contrário, pensados a partir de

relações (simbólicas, políticas e históricas), que fazem remeter a língua à sua exterioridade constitutiva.

A seguir, abordaremos os conceitos principais que utilizaremos para analisar o acontecimento.

2.3.2. A cena enunciativa

Nesta seção, damos início à discussão do conceito de *cena enunciativa*, e outros que lhe correspondem, de modo a compor, também, nosso dispositivo analítico específico.

Falamos no item anterior sobre a diferença entre o tempo do Locutor (imaginariamente construído como o "tempo do eu, aqui e agora") e a temporalidade própria do acontecimento (relação da língua com a memória do dizer) e mostramos que tempo e temporalidade são de ordens distintas: respectivamente, da ordem do imaginário e da ordem do real da língua (cf. GADET; PÊCHEUX, 2004). Há, portanto, uma disparidade em jogo no que tange à relação tempo/temporalidade que merece ser considerada em nossas análises semânticas da enunciação. Resta-nos saber como procedermos com essas análises a partir de nosso dispositivo analítico. É esse, pois, o nosso movimento neste momento.

Assim como a temporalidade, a questão da subjetividade na enunciação também importa. Estudamos no capítulo primeiro que o sujeito, para nós, não é o sujeito pragmático, o sujeito das intenções. Ele é pensado na relação com o simbólico, portanto, é um sujeito de linguagem (é um sujeito afetado pela linguagem). Isso quer dizer que para a semântica histórica da enunciação o sujeito é constituído no momento mesmo em que a língua falha, tropeça, produz equívocos, enfim, no momento em que ela desliza. Não sendo um processo de consciência, a compreensão da subjetividade na linguagem deve ser remetida às instâncias de sua determinação pela ideologia e pelo inconsciente, instâncias essas da ordem de um insabido que afeta desigualmente os sujeitos de linguagem. Se ideologia e inconsciente são saberes que não param de não se (ins)escrever no sujeito-falante, para retomar livremente um ensinamento lacaniano, como devemos proceder com a análise da subjetividade, e também da temporalidade, de modo a não incorrer nas armadilhas do imaginário, mesmo tendo de lidar com a impossibilidade de simbolização

completa, total do real? Quais são os movimentos necessários para lidar com essa questão em semântica histórica da enunciação?

Fazendo apelo à tradição de estudos enunciativos estruturalistas que constitui o nosso dispositivo teórico, aprendemos que o ponto de entrada para as análises linguísticas deve ser os vestígios formais deixados pela enunciação no enunciado. Em outras palavras, a questão é olhar para o modo como as formas linguísticas nos fazem reportar para o momento de sua enunciação. Assim, "eu", "aqui" e "agora", segundo a perspectiva de Benveniste, por exemplo, marcam uma relação estreita entre o enunciado e a sua enunciação. No entanto, reconhecendo que as marcas formais da língua são o nosso ponto de entrada nas análises, nosso desafio, considerando nossa compreensão de língua, de sujeito e de sentido, é mostrar analiticamente que "eu", "aqui" e "agora" são formas sintomáticas de uma subjetividade, de uma temporalidade e de um espaço que não estão somente na ordem da língua, mas também em um seu alhures constitutivo, recortado sob a forma de memorável pelo acontecimento ao compor uma cena enunciativa. É nessa medida, pois, que o estudo da cena enunciativa se faz importante, pois ela nos permitirá suspender as evidências produzidas pelo imaginário, ao mesmo tempo em que produzimos uma escuta materialista da enunciação levando em conta os funcionamentos do simbólico e da ideologia.

Vejamos como Guimarães (2002) define a cena enunciativa.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para "aquele que fala" e "aquele para quem se fala". Na cena enunciativa "aquele que fala" e "aquele para quem se fala" não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

Conceitualmente, a cena enunciativa se define pela "deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento". Isso quer dizer que cada lugar enunciativo (Locutor, locutor-x, enunciador) é distribuído na cena enunciativa segundo a forma com que o acontecimento agencia politicamente a enunciação. Desse modo, a cena é uma distribuição de lugares histórica e politicamente determinada, e sua configuração escapa à vontade e à intenção do sujeito da ordem do pragmático. Eduardo Guimarães, no

fragmento acima, diz que essa distribuição de lugares se deve ao agenciamento [político] da enunciação⁶⁵, que diz quem é que tem o direito à palavra e quem é que não o tem.

A divisão e a distribuição desiguais do real pelo funcionamento do político no simbólico constituem o que chamamos na teoria os *lugares de enunciação*. São lugares afetados pelo agenciamento político da enunciação. É pela análise, então, dos modos de ocupação desses lugares de enunciação na cena enunciativa que podemos dizer algo sobre a subjetividade, a temporalidade e o espaço da enunciação. Dito diferentemente, a partir dos "vestígios" formais dos enunciados, podemos compreender como a divisão operada pelo funcionamento do político no simbólico está sendo significada em um dado acontecimento enunciativo.

Os dois lugares de enunciação que queremos abordar são: o *Locutor* (e o seu correspondente: o *Alocutário*) e o *locutor-x* (e o seu correspondente: o *alocutário-x*). O Locutor (L) "é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer" (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Como vemos, na cena enunciativa, o lugar ocupado por L é aquele que se representa no enunciado como a origem do dizer. Ao analisar o funcionamento de L no enunciado, podemos, em certa medida, compreender o desconhecimento ideológico que atravessa o sujeito da enunciação. Ao se representar como a origem do que diz, o lugar ocupado por L na cena enunciativa, estando determinado por certos enunciadores, retira o dizer de sua circunstancialidade, ou seja, retira o dizer de suas condições sócio-históricas de produção. Para nós, semanticistas, esse lugar é muito importante porque é frágil, e deixa ver, no fio do discurso, elementos de uma historicidade significativa.

O *locutor-x* é a predicação do lugar social do Locutor, já que "para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes)" (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Ainda nas palavras de Eduardo Guimarães (2002, p. 24), "a este lugar social do locutor chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)." É importante ressaltar que o locutor-x não se representa da mesma maneira em todos os acontecimentos enunciativos. Isso quer dizer que o locutor-aluno ou locutor-professor, por exemplo, se representam no enunciado

⁶⁵ Lembramos aqui do *agenciamento coletivo da enunciação*, de Deleuze e Guattari (1995), tratado no item 2.3.1.2.

diferentemente segundo o acontecimento enunciativo específico em que aparecem. Assim, pela análise enunciativa da cena, podemos compreender como os lugares sociais de dizer se marcam no enunciado, remetendo-o à instância de enunciação que o produziu. Finalmente, diremos, então, que é o agenciamento político da enunciação que faz com que tanto o Locutor quanto o locutor-x se representem de uma tal maneira e não de outra no enunciado⁶⁶.

Há que se considerar, ainda, que fazem parte da cena enunciativa os *enunciadores*, que incidem sobre o Locutor e o locutor-x como a representação de uma enunciação não marcada pelo social e pela história. Tanto o Locutor quanto o locutor-x são convocados pelo agenciamento político da enunciação a assumir um determinado enunciador. Em *Semântica do Acontecimento*, Eduardo Guimarães trata de três enunciadores principais:

1) *Enunciador-individual*: "é a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem *independente* da história" (GUIMARÃES, 2002, p. 25, o grifo é do autor). O enunciador-individual representa um "eu" não marcado socialmente, isto é, nas palavras de Guimarães (2002, p. 25), "é a representação de que não há lugar social no dizer".

2) *Enunciador-genérico*⁶⁷: é o lugar de dizer que repete algo que todos dizem, como, por exemplo, um provérbio ou um dito popular. Conforme o autor com que estamos trabalhando, "o enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como *independente* da história" (GUIMARÃES, 2002, p. 25).

3) *Enunciador-universal*: é a perspectiva enunciativa que inscreve o dizer na enunciação da ciência, que diz o que é verdadeiro e o que é falso. É da ordem de um "todos" universal, em que o dizer se representa como estando acima da história.

Guimarães (2002) reconhece, ainda, um quarto tipo de enunciador, o *enunciador-coletivo*, que, segundo o autor, "é este lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz" (GUIMARÃES, 2002, p. 38). O enunciador-coletivo é, então, a

⁶⁶ Do nosso ponto de vista, compreender como o locutor-x se representa no enunciado é importante na medida em que nos permite, no limite, compreender de que modos a interpelação ideológica se faz presente na enunciação.

⁶⁷ Para outros estudos sobre a questão do enunciador-genérico recomendamos o livro de Mônica Oliveira Santos (2007) intitulado *Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço de enunciação proverbial*.

perspectiva enunciativa que representa a voz de um grupo particularizado de sujeitos. Difere, portanto, de um "todos" universal (enunciador-universal) e difere, também, de um "todos" indefinido do enunciador-genérico. O que estamos dizendo é que o enunciador-coletivo delimita, de algum modo, os sujeitos de enunciação que ele representa.

Nesta discussão, estamos fazendo trabalhar a deontologia específica que caracteriza a constituição e o funcionamento de toda cena enunciativa. Os lugares de enunciação ocupados pelo Locutor, pelo locutor-x e pelos enunciadores são representações enunciativas que nos permitem compreender como a subjetividade se constitui e se expõe no acontecimento enunciativo. Um ponto importante que merece destaque é aquele que se refere ao fato de que a cena enunciativa não é da responsabilidade de um sujeito fonte do dizer, pois a sua constituição se dá segundo os modos de agenciamento da enunciação pelo político na história e no simbólico (é relação da língua com a história, o social e o político que determina a configuração de uma dada cena enunciativa).

2.3.3. A designação e a divisão dos sentidos na linguagem

Dissemos em outro momento que o nosso objetivo de pesquisa principal é estudar a designação do nome "português" no espaço de enunciação argentino, tendo como hipótese que o funcionamento metafórico de "português" determina a designação desse nome. Por isso, neste momento, passaremos a discorrer melhor sobre o conceito de *designação* para a semântica histórica da enunciação.

A designação consiste em um conceito analítico fundamental para nós, pois trabalha os sentidos da/na linguagem em sua divisão constitutiva. Veremos que ela é o nosso modo de olhar para o funcionamento do simbólico e do político que determina a materialidade da língua. O estudo enunciativo da designação expõe a língua ao seu equívoco, à sua falta, à sua falha e aos deslizos da significação em virtude da abertura do simbólico. A designação, portanto, nos permite ainda olhar para a história, desconstruindo as evidências do imaginário que afetam o lugar de enunciação do Locutor.

Como a designação é, para nós, sentido (constitutivamente dividido), temos de ter uma metodologia de trabalho que possa nos auxiliar na sua compreensão. Um ponto referente a essa metodologia já foi abordado na seção anterior (2.3.2.), pois a designação

tem que ver com a cena enunciativa, na medida em que ela se constitui a partir da configuração de uma cena pelo acontecimento enunciativo. Acreditamos que a cena deve ser o ponto de entrada da análise do funcionamento designativo, mas não se pode parar aí. Temos de analisar como a língua funciona na cena. Portanto, constituirá nossa metodologia específica de estudo da designação do nome "português" o estudo das relações de articulação dos elementos que compõem um enunciado e o das relações de reescrituração entre enunciados que integram um certo texto.

É importante destacar aqui que as metáforas de "português", segundo seus funcionamentos enunciativos, determinam o modo como a designação de "português" se constitui e funciona nesse espaço de enunciação com que estamos trabalhando. Em outras palavras, o funcionamento enunciativo da metáfora, da forma como a compreendemos enunciativamente, incide sobre a designação do nome "português", isso porque a metáfora se constitui no lugar em que a enunciação funde um percurso de sentidos e diz (interpreta), por meio de uma forma específica, qual(is) é(são) o(s) sentido(s) desse nome em um dado acontecimento enunciativo.

Diante do que expusemos acima, a designação do nome "português" será estudada tendo em vista as seguintes perguntas de pesquisa: como a cena enunciativa do acontecimento em estudo se constitui? (perguntamos pela distribuição dos lugares enunciativos segundo o agenciamento político da enunciação); que relações de articulação e de reescrituração estão presentes nos enunciados que integram o texto em que o nome "português", ou sua forma correlata "língua portuguesa", aparece? (perguntamos pelas relações de textualidade que determinam a designação de um nome, uma palavra ou uma expressão da língua); por fim, como a enunciação institui, em um certo lugar do texto, uma formulação que funciona como síntese de um percurso enunciativo-argumentativo e que passa a dizer sobre o(s) sentido(s) que o nome, a palavra ou a expressão em estudo possui(em) em um acontecimento enunciativo? (perguntamos pelo funcionamento metafórico que determina a designação de "português").

Antes de iniciarmos a discussão a respeito desses três conceitos que compõem nosso dispositivo analítico, queremos investir mais algumas palavras a respeito do que compreendemos por "designação".

Falar em designação encerra uma dificuldade conceitual porque ela pode ser compreendida de diversas maneiras, segundo a posição teórica que se adota. Em algumas áreas da semântica formal, "designar" pode corresponder a "denotar". Então, a designação seria tomada em uma ordem referencialista. Como já dissemos em outros momentos, nossa posição não é a de que a linguagem refere o mundo, mas a de que ela o designa. Vejamos abaixo o que isso quer dizer.

Dissemos anteriormente que a designação é sentido, e dissemos, também, que ela é sentido de um modo muito particular. O sentido (a designação) de um nome, de uma palavra ou de uma expressão se constitui enquanto uma relação simbólica, isto é, enquanto uma relação entre significantes que produz efeitos de sentido, o que não nos permite pensar, dado esse caráter de efeito, que a designação de um nome, de uma palavra ou de uma expressão possua um único sentido ou qualquer sentido. Daí, nosso movimento de incluir as relações de articulação e de reescrituração como parte do dispositivo analítico da designação, pois elas não permitirão analisar de que modo os sentidos vão sendo construídos no e pelo acontecimento e para qual(is) direção(ões) eles apontam.

Além disso, se somos interpelados por uma posição materialista, para falar de designação temos de falar do político, ou seja, da divisão constitutiva que marca o funcionamento do simbólico. Nas relações entre significantes, diríamos mesmo que um significante está para outro significante segundo os modos de incidência do político no simbólico. Por isso, o sentido, enquanto efeito, não é uma construção que se dá a partir da relação entre linguagem e mundo (conforme uma posição referencialista), mas sim uma construção a partir de uma relação de linguagem. Acreditamos ser importante reafirmar aqui que a semântica histórica da enunciação pensa a designação a partir de um dado acontecimento enunciativo, e que este sempre agencia politicamente a enunciação.

Podemos depreender do que foi dito acima que o semanticista materialista, ao proceder com suas análises, não busca dar conta do sentido ("sentido" no singular). Ele, ao contrário, procura compreender as relações de linguagem e os sentidos produzidos por essas relações, que são, como sabemos, determinadas pelo político e pela história enquanto condições de produção do acontecimento enunciativo.

Conforme o que dissemos acima, os sentidos de uma palavra ou de uma expressão dependem das relações de linguagem estabelecidas no enunciado e no texto em que

aparecem. Por isso, eles não podem ser qualquer um. Eles são determinados — e, portanto, sempre-já divididos — pelas relações de linguagem que os produzem. Segundo Guimarães (2007, p. 81), "a designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história."

Com base na compreensão de designação que apresentamos, queremos, neste momento, retomar os procedimentos metodológicos de análise da designação do nome "português". O primeiro passo será selecionar os enunciados em que o nome "português" ou "língua portuguesa" aparece sendo significado. O segundo passo será proceder com análises das relações de articulação entre os elementos que compõem o(s) enunciado(s) e das relações de reescrituração entre enunciados que integram o(s) texto(s) em estudo. Em seguida, levando em consideração o primeiro e o segundo passos, observaremos os modos de constituição e de funcionamento enunciativo da(s) metáfora(s) de "português" que determina(m) a designação desse nome no espaço de enunciação argentino. Tendo em vista o caráter relacional do sentido (da designação), segundo a nossa perspectiva teórica, diremos qual(is) é(são) o(s) sentido(s) do nome "português" nos acontecimentos enunciativos analisados estabelecendo o(s) seu(s) DSD(s). De acordo com Guimarães (2007),

[...] um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de texto, etc.). Deste modo, não consideramos de antemão nenhuma realidade a que as palavras se reportam. Ao contrário, podemos dizer que o processo de referência através de uma palavra, que aparece como algo neutro, como um modo de indicar algo pela expressão linguística, na verdade significa o que o DSD desta palavra no seu texto (ou textos) significa. É preciso observar, no entanto, que embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, há um real que a palavra significa. E as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado. (GUIMARÃES, 2007, p. 81)

Como vemos, um DSD diz do(s) sentido(s) de um nome, de uma palavra ou de uma expressão significados em um texto. O interesse nesse conceito de domínio semântico de determinação (daí, DSD) está em que o tratamento do sentido na análise se dá levando a cabo a constituição relacional (constituição a partir de uma relação de linguagem) do sentido, tal como já dissemos em alguns momentos de nosso texto. O DSD nos permite olhar para essas relações de linguagem que determinam a produção dos efeitos de sentido. Eduardo Guimarães, na concepção do DSD, estabeleceu uma escrita própria, uma maneira

de representar graficamente as relações de determinação que constituem a designação de um nome, de uma palavra ou de uma expressão linguística. Vejamos, abaixo, como o autor apresenta essa escrita própria:

Um aspecto importante aqui é que no DSD são as relações que constituem o sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações por meio de alguns sinais específicos, que fazem assim parte do que seja o DSD. Os sinais são os seguintes: \vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); que significa antonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia. (GUIMARÃES, 2007, p. 81)

Para finalizar essa discussão sobre designação, retomamos a epígrafe de abertura deste capítulo dizendo, juntamente com Clarice Lispector, que a designação, da forma como a compreendemos, é uma busca pelos sentidos da linguagem e, ao mesmo tempo, é um não-encontro, visto que eles não estão, necessariamente, no lugar em que queremos que eles estejam. Ao tentar "capturar" o todo indiviso dos sentidos, voltamos com as "mãos vazias". É por isso que a poeta nos diz: "eu tenho à medida que designo, [...] mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar". Na designação há um indizível do qual não nos damos conta e que aparece significando na linguagem como uma falta sempre-já aí.

Apresentaremos a seguir a nossa compreensão de *articulação*, de *reescrituração* e de *metáfora*, três conceitos analíticos importantes para o estudo da designação do nome "português" no espaço de enunciação argentino.

2.3.4. Sobre as relações de articulação

Como o enunciado é a nossa unidade de análise, a articulação é o primeiro conceito importante para a análise da designação de uma palavra ou de expressão linguística. Olhar para o modo como as palavras se articulam em um mesmo enunciado é o primeiro passo que um semanticista materialista pode dar no estudo enunciativo da designação.

De acordo com Guimarães (2009, p. 51),

A articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação.

No excerto acima, temos caracterizado o modo como a articulação é entendida na semântica histórica da enunciação. A primeira característica é que ela articula elementos linguísticos na sua contiguidade. Ou seja, o primeiro passo da análise, como dissemos anteriormente, é justamente olhar para as relações linguísticas dentro do próprio enunciado. Essa é a relação de contiguidade, "relação local entre elementos linguísticos" de que trata Eduardo Guimarães (2009).

A segunda característica é que a articulação tem que ver com o agenciamento político da enunciação, o que quer dizer que as palavras se relacionam entre si dentro do enunciado não por vontade ou intenção dos falantes, mas porque são agenciadas pela própria enunciação. Tal agenciamento é político porque há sempre uma divisão, visto que não podemos dizer tudo nem significar tudo ao mesmo tempo na língua. Há sempre um (re)corte, algo que falta e que significa nessa falta.

Guimarães (2009) considera três modos diferentes de articulação: por *dependência*, por *coordenação* e por *incidência*. Segundo essa divisão, a articulação por dependência ocorre quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que produz um único elemento, como é o caso dos grupos nominais ("a casa amarela"). A articulação por coordenação se dá pela relação entre elementos contíguos de mesma natureza que são organizados como se fossem um, como no exemplo dado pelo autor: "os meninos e as meninas". E, por fim, a articulação por incidência é a relação que se dá entre elementos contíguos de naturezas diferentes como, por exemplo, "Até Pedro veio", como nos mostra o autor (GUIMARÃES, 2009, p. 51), em que "até" incide sobre "Pedro veio", mas que é de natureza diferente da do enunciado "Pedro veio".

A articulação é, portanto, o modo como as palavras significam na relação de contiguidade no enunciado. Vejamos o caso da reescrituração, tal como caracterizada abaixo.

2.3.5. As relações de reescrituração

Depois de tratarmos das relações linguísticas no interior de um enunciado, passamos a abordar a *reescrituração* como um modo de observar as relações linguísticas entre enunciados que integram um texto. Como nos ensina Guimarães (2009, p. 53),

[...] o procedimento de reescrituração consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo. Uma de suas características fundamentais é que ela não é necessariamente uma operação entre elementos contíguos. O que a caracteriza é que ela é uma relação entre elementos à distância, que podem eventualmente estar contíguos [...]

Nesse modo de compreender a reescrituração, alguns elementos de cunho analítico nos chamam a atenção. Entre eles, destacamos: a reescrituração é uma operação enunciativa de tomar os sentidos fora dos limites de um único enunciado. Como vimos na articulação, o sentido de uma palavra ou de uma expressão é determinado pelas relações de contiguidade com outros elementos que integram um mesmo enunciado. Já a reescrituração "põe para fora" do enunciado a determinação do sentido da palavra ou expressão em análise. Dessa maneira, estabelece-se uma relação entre enunciados que integram um mesmo texto. Os sentidos de uma palavra também são determinados pelas relações que ela estabelece com outros elementos do texto em que aparece, sobretudo com os elementos linguísticos que a reescreve.

Outro ponto importante para nós da citação acima é que a reescrituração, como nos ensina Guimarães (2009, p. 53), faz "interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)". Disso compreendemos que a reescrituração não faz significar o mesmo, mas abre espaço para que a futuridade do acontecimento possa aí significar. Dito diferentemente, sob a aparência do mesmo (a reescrituração põe em cena dois elementos de significação iguais entre si), a reescrituração constitui a designação de uma palavra ou expressão na medida em que a coloca em relação com suas múltiplas determinações semânticas.

Segundo Guimarães (2009), várias são as formas de se reescrever uma palavra ou expressão. Algumas dessas formas são: *por repetição*, que consiste em retomar a mesma palavra ou expressão na reescritura; *por substituição*, que substitui o elemento reescriturado por outra palavra ou expressão; *por elipse*, que é a omissão da palavra ou expressão reescriturada, mas que aparece sendo significada em outros elementos linguísticos, como nos verbos conjugados; *por expansão*, que amplia o que está dito pela palavra ou expressão reescriturada; *por condensação*, que é a reescritura da palavra ou expressão analisada por uma outra palavra ou expressão mais ampla que condensa toda a narrativa feita antes; e,

finalmente, *por definição*, que é a reescrituração por meio de um procedimento de definição.

Além desses diversos modos de reescrituração de um nome, de uma palavra ou de uma expressão linguística, Guimarães diz ainda que esses modos de reescrituração "produzem sentido de diversas maneiras" (GUIMARÃES, 2009, p. 55). A reescrituração pode significar uma *sinonímia*, principalmente quando se trata de uma reescrituração por substituição.

Neste caso a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga. O interesse aqui é observar como a reescrituração por sinonímia acaba por predicar algo de um termo sobre o outro, pelo próprio movimento polissêmico da reescritura. (GUIMARÃES, 2009, p. 55)

O sentido de *especificação* pode ocorrer na reescrituração por expansão. "Neste caso a reescrituração claramente determina o reescriturado pela expressão que o reescritura. A reescrituração atribui elementos de sentido ao nome próprio" (GUIMARÃES, 2009, p. 55). Outra maneira de a reescrituração por expansão significar é produzindo um sentido de *desenvolvimento*.

Um outro sentido que queremos destacar é o de *totalização*, produzido, sobretudo, pela reescrituração por condensação.

Esses diferentes modos de reescrituração poderão ser visualizados melhor à medida que analisarmos os recortes que selecionaremos para este nosso trabalho de pesquisa. Por ora, o que temos nos é suficiente para compreender a singularidade desse conceito no interior do dispositivo analítico da semântica com que trabalhamos. Tendo isso em vista, podemos passar a tratar especificamente da metáfora, trabalhando com a hipótese de que é o funcionamento metafórico que determina a designação de um nome ou de uma expressão da/na língua.

2.3.6. A metáfora também merece que se lute por ela⁶⁸

Sabemos que estudar a *metáfora* não é uma tarefa simples que se põe ao pesquisador, visto que várias áreas do conhecimento científico, como, por exemplo, a antropologia, a psicologia, a psicanálise, a filosofia, a linguística, a análise de discurso (sem considerar que cada uma dessas áreas é composta por diferentes linhas teóricas) se interessam pelas questões ligadas à metáfora. Assim, o que nos cabe aqui é dizer sobre a nossa particularidade e como a concebemos em nosso trabalho.

A metáfora aparece figurando no título de nosso trabalho de pesquisa como uma das questões centrais a serem abordadas durante este nosso percurso teórico-analítico. Como nós mesmos propomos, queremos pensar a metáfora enunciativamente segundo nossas posições teóricas na semântica histórica da enunciação. Para isso, temos de deslocar o modo como historicamente a metáfora foi tomada, desde a retórica clássica, como *figura de linguagem* para pensá-la, então, como um processo que constitui os sentidos, em nosso caso, diremos como um processo que determina a designação das palavras.

O desafio aqui é tratar a metáfora a partir de um lugar materialista de estudo da linguagem, que leve em consideração o histórico, o político e o simbólico como fundamentais em uma análise semântica. Nessa perspectiva teórica, há trabalhos já concluídos que colocam em cena a metáfora como processo de significação. Entre eles, destacamos a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento de Mariângela Peccioli Galli Joanilho (1995, 2005) que se intitulam, respectivamente, *Por uma abordagem discursiva da metáfora* e *As metáforas da língua nacional*. Esses dois textos, juntamente com outros das áreas da semântica histórica da enunciação e da análise de discurso, foram fundamentais para as ideias que deram sustentação a essa nossa proposta de pensar a metáfora enquanto um processo de significação que determina a designação de um nome.

Antes de discutirmos algumas reflexões feitas por Joanilho e por outros autores materialistas sobre a metáfora, queremos, inicialmente, investir em uma leitura do Capítulo XII do *Ensaio de Semântica*, de Michel Bréal, intitulado "A metáfora". Esse capítulo se

⁶⁸ Tomamos emprestado este título da primeira parte de *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*, escrito por Françoise Gadet e Michel Pêcheux, que extraíram do livro de M. Kundera, *A vida está em outro lugar*, este fragmento que, em nosso trabalho, também faz reverberar a importância de se estudar a *metáfora* como parte da constituição dos sentidos na linguagem.

localiza na primeira parte do texto, onde o autor se dedica a tratar das leis intelectuais da linguagem⁶⁹. O primeiro excerto com que trabalharemos é o que segue abaixo:

À diferença das causas precedentes, que são causas lentas e imperceptíveis, a metáfora muda instantaneamente o sentido das palavras, cria expressões novas de um modo súbito. A visão de uma similitude entre dois objetos, dois atos, a faz nascer. Ela se faz adotar se é justa ou pitoresca, ou simplesmente se preenche uma lacuna no vocabulário. Mas a metáfora não permanece tal como em seu início: logo o espírito se habitua à imagem; seu próprio sucesso a faz empalidecer, ela se torna uma representação da ideia apenas mais colorida que a palavra própria. (BRÉAL, 1992, p. 91)

Nesse fragmento de texto, temos elementos interessantes para pensarmos na concepção de metáfora apresentada por Bréal. A primeira questão que chama nossa atenção é a própria definição que o semanticista apresenta de "metáfora", que é "uma similitude entre dois objetos, dois atos [...]" (BRÉAL, 1992, p. 91). O que está presente nessa definição, então, é que a metáfora encerra uma relação entre linguagem e objeto, já que ela "nasce", conforme as palavras do autor, a partir de "uma similitude entre dois objetos, dois atos" e a partir, também, de "uma lacuna no vocabulário" (BRÉAL, 1992, p. 91).

Outro ponto de interesse nesse excerto é aquele que tem a ver com o fato de que a metáfora "se faz adotar". Com isso, remetemos o funcionamento metafórico não a uma atividade de um único indivíduo, mas sim como resultado de uma vontade coletiva, representada, como estudamos no capítulo I deste texto, "sob a forma de milhares, milhões, bilhões de tentativas, muitas vezes infelizes, algumas vezes com algum sucesso, que assim dirigidas, assim corrigidas, assim aperfeiçoadas, acabam por se definir numa dada direção" (BRÉAL, 1992, p. 19). Como vemos, ela "se faz adotar" pelos falantes de uma ou mais línguas porque ou é "justa" ou "pitoresca" ou ainda porque "preenche uma lacuna no vocabulário". Nessa concepção, a metáfora é convocada no lugar em que ela supre uma falta, preenche de sentidos aquilo que na linguagem não se deixa terminar de preencher.

Um último ponto que queremos ressaltar desse fragmento é que, ao ser convocada a ocupar um lugar de supressão de uma falta ("uma lacuna no vocabulário", por exemplo), "seu sucesso a faz empalidecer" ou ainda "ela se torna uma representação da ideia apenas mais colorida que a palavra própria" (BRÉAL, 1992, p. 91). Isso quer dizer que, no funcionamento linguístico em uma comunidade de falantes, a metáfora passa a ter um

⁶⁹ Para melhores explicitações a respeito de algumas noções e de alguns conceitos de Bréal, convidamos o leitor a se reportar ao capítulo anterior, na seção específica de discussão das ideias brealinas.

significado evidente de que ela exprime a coisa da qual ela é a representação. Podemos observar esse sentido para a metáfora no funcionamento da língua quando Bréal traz, em nota de pé de página, o seguinte dizer: "é graças à metáfora, segundo observa Quintiliano (VIII, 6), que cada coisa parece ter seu nome na língua." Podemos depreender, ainda, que, no pensamento do autor, há "a palavra própria" e há a metáfora, que é "uma representação da ideia apenas mais colorida que a palavra própria".

Tomemos o segundo excerto selecionado abaixo:

Dizem que as metáforas de um povo deixam adivinhar-lhe o gênio. Isso é verdade para algumas, mas é preciso confessar que a maior parte apenas ensina o que já sabemos; elas nos dão o espírito de todo o mundo, que não varia muito de uma nação para outra. (BRÉAL, 1992, p. 91)

Vemos acima que "gênio de um povo" incide sobre "metáforas", o que nos permite corroborar algo do que já dissemos: as metáforas se fazem adotar se são significativas para o conjunto de falantes de uma língua. Algumas delas "deixam adivinhar-lhe [de um povo] o gênio". Nessa perspectiva trazida pela relação entre "metáfora" e "gênio de um povo", Seide (2006, p. 84) diz que "quando há, entre línguas congêneres, um fundo comum de metáforas, como é o caso das línguas europeias, é sinal de que há certa unidade de cultura entre os povos que as falam". Essa "unidade de cultura" de que nos fala a autora pode ser observada em Bréal a partir dos exemplos que ele nos fornece a respeito de "como o povo romano [e sua "moral utilitária" (p. 92)] nomeia o que é bom e o que é mau" (BRÉAL, 1992, p. 91).

O que é bom: é o que está direito e de acordo (*recte aque ordine*), o que está cheio e tem peso (*integer, gravis*). Mas a leveza é um mal sinal (*levis, vanus, nullius momenti*). O que está às avessas torna-se o símbolo de toda perversidade (*pravus*). A inteligência é como uma ponta que penetra (*acúmen*), mas a loucura assemelha-se a uma faca cega (*hebes*) ou a um prato sem sal (*insulsus*). Um caráter simples é comparado a uma roupa que não tem uma ruga sequer (*simplex*): os motivos tidos como falsos são bordas que dissimulam o defeito do tecido (*praetextum*). A miscelânea (*vafér, varius*) não está longe do engano. (BRÉAL, 1992, p. 91)

Mais adiante no texto, Bréal nos mostrará que, se as metáforas se fazem adotar pelo corpo coletivo de falantes, tornando-se "evidentes" pelo funcionamento linguístico, há que se considerar, no entanto, a relativa importância dada à ação individual na produção dessas metáforas, sejam elas da fala ordinária ou do discurso literário. É o que vemos em:

Nenhum capítulo mostra tão bem o poder que, mesmo hoje, com nossas línguas fixadas há muito tempo, a ação individual continua a exercer. Tal imagem produzida em alguma cabeça privilegiada torna-se, ao expandir, propriedade comum. Ela deixa, então, de ser uma imagem e torna-se qualificação corrente. Entre os tropos da linguagem e as metáforas dos poetas, há a mesma diferença que entre um produto de uso comum e uma conquista recente da ciência. O escritor evita as figuras que ficam banais, ele aprecia criar novas. Assim se transforma a linguagem. (BRÉAL, 1992, p. 94)

A passagem acima nos é importante⁷⁰ porque nos ensina, segundo o estudo desenvolvido por Bréal, de que forma ocorre o trânsito entre a criação de uma metáfora, que é produto de uma "ação individual", e a sua transformação em "propriedade comum". Além disso, este fragmento torna-se interessante porque nos diz que o processo de criação de novas metáforas, principalmente aquelas criadas pelos escritores que evitam "as figuras que ficam banais" (BRÉAL, 1992, p. 94), transforma a linguagem. Sobre essa transformação da linguagem, o autor diz:

É isto que, às vezes, esqueceram nossos etimologistas, sempre prontos a supor uma pretensa raiz verbal, como se a imaginação não tivesse jamais sido capaz de transpor uma palavra de uma ordem de ideias para outra. (BRÉAL, 1992, p. 94)

Outra característica da metáfora é que algumas delas podem aparecer em vários idiomas, restando ao estudioso das metáforas o trabalho de compreender se essas metáforas presentes em vários idiomas são produtos de criações independentes ou se se trata, antes, de um empréstimo feito de uma língua a outra.

As metáforas não ficam presas à língua em que nascem. Quando são justas e surpreendentes, elas viajam de idioma a idioma e se tornam patrimônio do gênero humano. Deve, então, o historiador fazer uma distinção entre as imagens que, sendo perfeitamente simples, deverão ser encontradas em mil lugares de um modo independente, e as que, inventadas uma vez em uma certa língua, foram, em seguida, emprestadas e adaptadas. [...] O difícil é reconhecer se há empréstimo ou coincidência ligada à identidade do espírito humano. (BRÉAL, 1992, p. 96)

No que concerne ao sentido da/na metáfora, Michel Bréal apresenta, no capítulo XIV, uma tese com relação à polissemia que é muito elucidativa para tratar dessa questão. Segundo ele,

O sentido novo, qualquer que seja ele, não acaba com o antigo. Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente no sentido próprio ou no

⁷⁰ A importância no estudo de Michel Bréal sobre a metáfora nos é importante não porque assumiremos o seu ponto de vista neste trabalho, mas porque nos permitirá delimitar melhor como uma posição materialista como a nossa pode pensar a metáfora enunciativamente, colocando em relação a língua, a história e a ideologia.

sentido metafórico, no sentido restrito ou sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto...

À medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor.

A esse fenômeno de multiplicação chamaremos a *polissemia*. (BRÉAL, 1992, p. 103)

Neste excerto, vemos que a metáfora é polissêmica na medida em que põe em cena sentidos que convivem uns ao lado dos outros, sem que isso implique em anulação, em desaparecimento total ou parcial de uns ou de outros. A característica fundamental da polissemia é justamente a de multiplicação de "exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor" (BRÉAL, 1992, p. 103).

Conforme apresentamos no capítulo anterior, a importância de Michel Bréal para a história das ideias linguísticas reside, entre outros fatores, no fato de que ele instituiu a semântica como uma disciplina da linguística. Nesse gesto teórico-político, a importância de sua obra, principalmente o seu *Ensaio de semântica*, é a de trazer para o primeiro plano uma discussão em torno do sentido pensado linguisticamente, e não mais filosoficamente como se fazia até então. As leis intelectuais da linguagem, entre elas a metáfora e a polissemia, têm importância porque são estudos do funcionamento semântico da linguagem com um caráter inédito e inovador para as ciências da linguagem de sua época.

No entanto, de nossa posição materialista, a metáfora, assim como o sentido, é concebida diferentemente. Para nós, a metáfora não é resultante de uma "similitude entre dois objetos, dois atos" (BRÉAL, 1992, p. 91). Ela é, como já dissemos, produzida a partir de uma relação de linguagem, isto é, a metáfora é produzida simbolicamente e não em uma relação entre linguagem e objeto/mundo. Há, também, que olhar para o político, que intervém na materialidade da língua afetando o modo como essa relação de linguagem se estrutura. Se a metáfora se estrutura na relação com o simbólico e com o político, essa relação não se dá fora da história, isto é, fora das condições sócio-históricas que a produziram. Portanto, a metáfora não é produzida pela ação de um indivíduo; ela é produzida nessa relação entre simbólico, político e história.

Outra distinção que fazemos relativamente à obra de Bréal consiste em pensar que, em matéria de linguagem, tal como a concebemos, não se trata de pensar na possibilidade de existência de uma "palavra própria" (BRÉAL, 1992, p. 91), sendo a metáfora uma significação nova que lhe é acrescentada. Em nosso lugar teórico, não pensamos em "sentido primeiro" nem em "sentido segundo", pois o sentido é um efeito produzido pela

relação estabelecida entre a linguagem, o político e a história. É nesse *entremeio*, para utilizarmos um conceito de Orlandi (2007d), que a metáfora é produzida. Desse modo, há vários sentidos porque a linguagem se estrutura diferentemente segundo as formas de incidência do político e da história em sua materialidade.

Em face dessa discussão, queremos neste momento trazer algumas reflexões concernentes à questão da metáfora feitas por alguns estudiosos materialistas da linguagem. Começaremos por Michel Pêcheux e seu conceito de *efeito metafórico*.

Em seu *Remarques pour une théorie générale des idéologies*, traduzido ao português sob o título de *Observações para uma teoria geral das ideologias*⁷¹, Michel Pêcheux, através de seu pseudônimo Thomas Herbert, trata da metáfora enquanto *efeito metafórico*, em um texto cujo objetivo é abordar uma teoria geral das ideologias. Nesse texto, T. Herbert define:

O efeito metafórico consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no "sistema de base" (primário econômico): assim, a lei econômica que dá ao agente de produção sua posição no processo de produção é recalado e travestido em outras cadeias significantes que têm por efeito ao mesmo tempo significar esta posição ao sujeito-agente de produção, sem que ele possa escapar daí, e de lhe dissimular que essa posição lhe é atribuída. Em outros termos, o efeito metafórico produz as significações deslocando-as. (HERBERT, 1995, p. 83)

O recorte acima integra um texto publicado em 1968 na revista *Cahiers pour l'analyse*, dois anos antes da publicação de *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), considerado por muitos o texto de fundação da análise de discurso materialista. Além disso, é importante considerar que, historicamente, o texto é publicado em meio aos acontecimentos políticos do conhecido "maio de 68" francês, um período efervescente de produção de um discurso esquerdista renovado, que produziu laços simbólicos e políticos entre intelectuais e trabalhadores franceses, com vistas à democratização da então sociedade conservadora comandada pelo general Charles De Gaulle. O *Remarques pour une théorie générale des idéologies* apresenta uma reflexão pautada em conceitos marxistas com respeito ao funcionamento da ideologia relativamente ao modo de produção da ciência em uma formação social capitalista.

⁷¹ Nesta pesquisa, trabalharemos com o texto na sua versão em português, publicado em 1995 na revista RUA. Todas as citações serão extraídas dessa publicação.

Ao trazer esse texto para compor o conjunto de nossas reflexões, pretendemos mostrar como Michel Pêcheux (Thomas Herbert), a partir de um lugar discursivo, pensa a metáfora, sem que para isso tenha de recorrer, necessariamente, aos sentidos de "metáfora" construídos pela retórica. Como vemos acima, a metáfora está concernida no próprio processo de significação da linguagem. Em outras palavras, a metáfora, enquanto efeito metafórico, é a condição para que os sentidos possam se deslocar, ou seja, possam ser sempre outros. Considerando a nota de rodapé que abre a versão em português de *Remarques*, escrita pelos tradutores, podemos visualizar a produtividade teórica que a reconfiguração do conceito de metáfora traz para as questões da análise de discurso.

Em M. Pêcheux (1969) é de se notar, particularmente, a re-significação que ele produz das noções de metonímia e metáfora — já anunciadas neste texto que traduzimos de T. Herbert — através do trabalho do efeito metafórico no dispositivo analítico que procura construir, acentuando a importância da história e da ideologia. Nele, a metáfora e a ideologia não são desvios, mas o cerne mesmo do processo de produção de sentidos. (ORLANDI et al., 1995, p. 64)

Segundo o ponto de vista de Thomas Herbert (Michel Pêcheux), a metáfora é concebida em termos de um efeito produzido pelo deslocamento de significantes de um "campo semântico" a outro. Em outras palavras, o processo específico da metáfora envolve pensar na "substituição do significante pelo significante" (HERBERT, 1995, p. 76), o que rememora o enunciado lacaniano que diz que "o significante representa o sujeito para um outro significante" (LACAN apud HERBERT, 1995, p. 75). De modo que possamos observar em que consiste precisamente esse deslocamento de significantes na produção dos sentidos, queremos colocar em cena um excerto, um pouco extenso, do texto de Thomas Herbert em que ele comenta um esquema que aparece na página 80 dessa versão em português. Assim diz o autor:

Encontramos na linha 1) semantemas que pertencem à zona A_1 do processo de produção: tratam-se de marcas específicas que definem, para um modo de produção definido, o caráter "empiricamente dado" de certas matérias primas, de certos instrumentos, de um certo estatuto da força de trabalho. É preciso observar que, se nossas análises precedentes são exatas, os elementos semânticos não existem nunca em estado isolado, mas só funcionam no interior de um sistema de natureza sintática (no sentido definido mais acima) que se localiza na zona B_1 das relações de produção: assinalemos certos operadores sintáticos como a lei de repartição dos instrumentos de produção (setor I) e a lei de repartição dos objetos de consumo (setor II); é claro que a existência do modo de produção econômico resulta da aplicação de B_1 sobre A_1 (efeito metonímico, m_1 , notado $B_1 \rightarrow A_1$). O deslocamento metafórico M_1 "faz cair" certos elementos do sistema $B_1 \rightarrow A_1$ em A_2 , onde eles se tornam elementos semânticos separáveis: por exemplo, em uma formação social de estrutura

capitalista, "chefe de empresa", "controle de produção", "salário do trabalho fornecido", "operário", "contrato de trabalho" são fragmentos do sistema $B_1 \rightarrow A_1$ que tomam um sentido novo ao nível do campo semântico A_2 da organização da produção na empresa (lugar efetivo das relações de comunicação-controle-gestão, colocando em jogo uma marcação do espaço social da empresa, uma distribuição dos sinais sociais). (HERBERT, 1995, p. 81)

Relativamente à ideologia, nesse modelo teórico com que estamos tratando, a metáfora participa da "dominância metafórico-semântica" ("sistema dos processos verticais") que marca um dos funcionamentos da ideologia. Isso quer dizer que, sendo da ordem semântica, a metáfora incide sobre a "dominância sintático-metonímica" ("sistema dos processos horizontais"), o outro modo de funcionamento da ideologia, determinando o seu processo de significação na medida em que empresta ("faz cair") os elementos de um determinado campo semântico a outro, fazendo com que esses elementos signifiquem diferentemente nas diferentes estruturas sintáticas em que aparecem. A metáfora, assim, integra o que T. Herbert denomina de *ideologia de forma empírica*, ou *ideologia de tipo "A"*, "cujo ponto central é a produção de um ajuste entre uma 'significação' e a 'realidade' que lhe 'corresponde'" (HERBERT, 1995, p. 69). Nessa perspectiva, a metáfora garante o efeito de realidade necessário para que seja possível uma dada "organização sintática significante" (HERBERT, 1995, p. 75), que faz com que o sujeito seja "pego" (se inscreva) nas malhas da estrutura sintática e reproduza os mecanismos "de identificação do sujeito ao conjunto da estrutura" (HERBERT, 1995, p. 75).

Trazer essa reflexão de Michel Pêcheux (Thomas Herbert) nos é fundamental para o que propomos neste nosso trabalho por dois motivos: 1) porque nos coloca diante de um outro possível para a metáfora, ou seja, nos permite pensar que há a possibilidade de concebermos a metáfora de outro modo que não passe pelo lugar legitimado política e ideologicamente da retórica clássica; 2) porque leva às últimas consequências a sua inscrição materialista, relacionando a metáfora, sob a forma de efeito metafórico, aos mecanismos de interpelação e reprodução ideológicas do sujeito de linguagem.

Queremos, agora, abordar o gesto científico de Mariângela Joaquinho ao sustentar uma interpretação materialista da metáfora, tornada possível pelo gesto fundante de Michel Pêcheux. O primeiro ponto que nos interessa discutir é com relação ao trabalho de Joaquinho de apresentar a concepção aristotélica de metáfora para dele se afastar. Segundo a autora:

[...] as palavras [na concepção aristotélica] têm uma relação direta com os objetos e com o pensamento. Sua concepção de metáfora se estabelece, então, a partir de um movimento de substituição de sentido entre palavras. Essa noção de movimento, de transposição se intensifica através de um outro conceito, que se associa ao processo de construção da metáfora. A metáfora é um desvio a um uso já estabelecido das palavras: 'Desviar uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade' (*Retórica*, II, 3, 189). (JOANILHO, 2005, p. 27)

Como vemos no excerto acima, a metáfora para a retórica de Aristóteles era uma espécie de "desvio" de um sentido primeiro ("sentido ordinário"). E tal "desvio" tinha que ver com uma certa concepção referencialista da linguagem, já que "as palavras", como aponta Joasilho (2005, p. 27) "têm uma relação direta com os objetos e com o pensamento". Para que se conceba a metáfora dessa maneira, é preciso que asseguremos um lugar de existência para o *sentido literal* que é transviado pelo *sentido metafórico*.

Quando pensamos a partir do lugar de dizer de Joasilho, a metáfora não se apresenta como um "desvio" de um sentido sempre-já lá, de um sentido primeiro. Ela é, justamente, um processo de significação que constitui o sentido na linguagem. Dessa forma, ela não é uma "transposição" de uma palavra a outra, nem é uma "comparação abreviada", tal como os estudos que tomam a metáfora como *figura de linguagem* costumam afirmar. Para nós, assim como para Joasilho (2005),

O processo metafórico produz lugares de significação que configuram as marcas do interdiscurso na ordem da língua. Isto é, a metáfora se faz na enunciação e produz um deslize no sentido de forma que a língua passa a abrigar uma memória nova. Para além dos desvios, para além dos tangenciamentos, a metáfora é o ponto em que o sujeito está tomado pelo sentido. E, este sujeito que se constitui no e pelo acontecimento de produção do sentido metafórico, não corresponde a um sujeito empírico-intencional, e sim, a uma disparidade de posições de sujeito, pois, nos termos de Guimarães (1999:12): "Sem esta disparidade não há enunciação". (JOANILHO, 1995, p. 80)

A citação acima nos coloca diante de alguns pontos interessantes que queremos destacar. Primeiramente, o processo metafórico expõe a língua aos efeitos do interdiscurso. Nesse primeiro ponto, podemos observar que a metáfora enquanto processo de significação é historicamente marcada, já que em sua constituição está uma relação com um conjunto de enunciações já enunciadas em um alhures significativo que retorna por meio do presente do acontecimento. Em segundo lugar, a metáfora consiste em um deslize nos modos de significação da língua. Ela "passa a abrigar uma memória nova", como nos ensina Joasilho (2005, p. 80). A autora, ao tratar da metáfora enquanto deslizamento de sentidos no

acontecimento, retoma uma fala de Eni Orlandi que corrobora seu ponto de vista. Segundo Orlandi (apud Joanilho, 2005, p. 84):

Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica é o lugar de interpretação, da ideologia, da historicidade. (...) é neste lugar, sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico em que a língua e a história se ligam pelo equívoco (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação. Como este efeito, ao mesmo tempo em que constitui o sentido constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora também está na base da constituição do sujeito (...).

E o terceiro ponto que julgamos importante no excerto extraído do trabalho de Joanilho (2005), presente também na fala de Eni Orlandi reproduzida acima, é que a metáfora tem que ver com o modo de subjetivação do sujeito, na medida em que a metáfora faz parte da constituição do sentido. Dito diferentemente, o estudo da metáfora nos permite observar sujeito e sentido se constituindo ao mesmo tempo, conforme nos ensina Orlandi no fragmento supracitado e em outros trabalhos seus.

A partir da concepção de "metáfora" enquanto "deslize de sentidos", Joanilho propõe pensar os efeitos do sentido metafórico a partir de dois procedimentos: o da *transferência* e o da *singularidade* (também chamado de *metáfora local*). Vejamos em que consistem esses dois procedimentos. De acordo com a linguista:

[...] a transferência — na relação metafórica em que o sentido se faz pelo deslizamento do significante — ou um significante pelo outro, podemos dizer que há a inscrição de uma diferença, pois ao deslizar, o significante retorna trazendo, nesse movimento, a inscrição da diferença, da ordem do distinto: a suspensão do sentido e o efeito de retórica na memória. (JOANILHO, 2005, p. 129)

No primeiro procedimento de compreensão dos efeitos do sentido metafórico, observamos que a metáfora se constitui pelo deslizamento de significantes, em um processo transferencial. Desse modo, o sentido metafórico é um efeito produzido através de uma relação simbólica (relação entre significantes) que aponta para uma diferença. O sentido de uma forma linguística (de um significante) pode sempre ser outro, não porque haja um sentido segundo que vem se agregar a um sentido primeiro, mas porque a metáfora intervém na língua enquanto constitutiva dos processos de significação.

O outro procedimento para a compreensão dos sentidos metafóricos, segundo M. Joanilho, é aquele que concerne à metáfora local.

[...] a metáfora local aparece na forma de uma significação, como um rompimento no eixo do sentido, que faz com que o deslize não seja indefinido, pois promove uma suspensão do tempo, não do tempo lógico, cronológico, mas da temporalidade do acontecimento, do tempo da significação. A singularidade, como marca do fenômeno local no acontecimento, funciona no processo de linguagem de forma que indica o que é estabilizado e o que não é. (JOANILHO, 2005, p. 130)

Tal como compreendemos o excerto acima, o deslizamento de significantes não se dá indefinidamente. A metáfora é deslize, mas é, ao mesmo tempo, uma estrutura local, uma formulação que aparece em virtude desse deslizamento.

Na esteira desses movimentos de compreensão do funcionamento da metáfora na linguagem, segundo uma inscrição materialista, pretendemos, neste momento, apresentar nossa compreensão enunciativa da metáfora. Utilizaremos como referência o texto de Eduardo Guimarães (2011) intitulado "Uma hipótese sobre a metáfora". O primeiro recorte com que desejamos trabalhar é o que segue abaixo:

Mantendo-me no espaço das minhas posições sobre o sentido, e assim me afastando do referencialismo da solução da retórica, vou considerar que a metáfora se constitui pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa. (GUIMARÃES, 2011, p. 363)

O primeiro ponto que destacamos é que a metáfora para Guimarães não é uma relação entre linguagem e objeto ou entre linguagem e mundo. Não se trata, portanto, de pensar que na linguagem haveria um sentido primeiro (posição referencialista) sobre o qual incidiria a metáfora, enquanto um desvio ou segundo sentido. Como vemos acima, a metáfora se constitui enquanto uma fusão de um percurso de sentidos operada por uma reescrituração por substituição sinonímica. Vale ressaltar, no entanto, que não estamos dizendo que todas as reescriturações por substituição sinonímica possuam um funcionamento metafórico. O que se coloca a partir do excerto supracitado é que, em uma abordagem enunciativa, a metáfora aparece em algum lugar do acontecimento enunciativo enquanto uma fusão de enunciações que se dá a partir de uma reescrituração sinonímica.

O segundo ponto que destacamos tem a ver com o fato de que a fusão de enunciações que constitui a metáfora se dá a partir de uma "sobreposição de enunciadores" (GUIMARÃES, 2011, p. 363). Com isso, queremos dizer que, embora seja possível encontrar vários enunciadores em uma mesma cena enunciativa, há, pelo menos, um lugar de dizer que torna possível essa fusão por uma reescrituração sinonímica. Vejamos outro recorte:

[...] pode-se dizer que o acontecimento da enunciação apresenta a voz, o lugar de dizer, que reescritura (que diz a metáfora) como assumida pelo Locutor. Assim o enunciado metafórico não é simplesmente um enunciado em que encontramos uma divisão do lugar de dizer, mais que isso, este enunciado apresenta não simplesmente esta divisão de enunciadore, mas principalmente apresenta o enunciado metafórico como o lugar em que se funde o dizer de um e outro enunciadore. Ou seja, funciona, como já o dissemos, em certa medida, de modo semelhante ao funcionamento do discurso indireto livre, quando há uma fusão de dois lugares de locutor num mesmo enunciado. (Guimarães, 2011, p. 368)

Podemos dizer, pela observação do fragmento acima, que a metáfora é constituída pelo próprio acontecimento, segundo o modo como agencia politicamente a enunciação. Isso quer dizer que não se trata da vontade de um sujeito, nem da de vários sujeitos falantes de uma língua para que a metáfora se constitua nesse lugar de fusão. Trata-se, antes, de uma configuração simbólica remetida ao trabalho do político e da história. Em outras palavras, é o acontecimento enunciativo que institui esse lugar de fusão em que a metáfora se constitui.

Trabalhamos com a hipótese de que a metáfora, segundo essa concepção enunciativa, determina a designação do nome "português". Isso porque, ao se constituir pela enunciação enquanto o lugar de fusão de um percurso de enunciações (de sentidos) por meio de uma reescrituração por substituição sinonímica, a metáfora é colocada na posição que diz (que interpreta) o sentido desse nome em uma dada cena enunciativa. Em outras palavras, ao estudarmos a constituição e o funcionamento das metáforas de "português", poderemos compreender de que modo o político, a história e a ideologia determinam a constituição da designação desse nome no espaço de enunciação argentino.

No capítulo seguinte, procederemos com as análises, tendo em vista a mobilização do dispositivo analítico explicitado aqui. Para concluir, diremos, juntamente com Guimarães (2011, p. 369):

Esta abordagem da metáfora, do meu ponto de vista, dá conta de uma questão que me parece decisiva. No modo como a metáfora é frequentemente tratada, ela aparece, como é comum nos estudos dos tropos e figuras, como um desvio de sentido. As expressões teriam seu sentido próprio (ou seja, o sentido que a expressão tem relativamente aquilo de que fala) e podem ser utilizadas num sentido novo, desviado (ou seja, a expressão ganha um sentido novo e se refere a uma outra coisa). [...]

Assim se concordamos com o aspecto de fusão do funcionamento da metáfora, de sua brevidade (*brevitas*), consideramos que o que a metáfora funde não são comparações entre expressões e objetos. O que a metáfora funde são enunciações.

Capítulo III

A DESIGNAÇÃO DO NOME "PORTUGUÊS" NA UNIVERSIDAD NACIONAL DE ENTRE RÍOS, ARGENTINA

Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? Mas estou tão pouco preparada para entender. Antes, sempre que eu havia tentado, meus limites me davam uma sensação física de incômodo, em mim qualquer começo de pensamento esbarra logo com a testa. Cedo fui obrigada a reconhecer, sem lamentar, os esbarros de minha pouca inteligência, e eu desdizia caminho. Sabia que estava fadada a pensar pouco, raciocinar me restringia dentro de minha pele. Como, pois, inaugurar agora em mim o pensamento? E talvez só o pensamento me salvasse, tenho medo da paixão.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G. H.*)

3.1. INTRODUÇÃO

Neste terceiro capítulo, nossa proposta é analisar a designação do nome "português", ou de sua forma correlata "língua portuguesa", no espaço de enunciação da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), na Argentina, tal como dissemos em outros momentos deste trabalho. Atentaremos para as relações de linguagem que significam esse nome, tanto na relação com ele mesmo quanto com os nomes de outras línguas que estão presentes nesse espaço. Buscaremos compreender os processos metafóricos que determinam os sentidos desse nome a partir das análises da articulação e reescrituração que fazem parte do funcionamento dos enunciados enquanto estes integram um texto.

3.2. ANÁLISES DA DESIGNAÇÃO DO NOME "PORTUGUÊS" NA UNER

Recorte 1

O primeiro recorte que queremos analisar é o que segue abaixo:

- (1) AC: Como a gente poderia definir a língua portuguesa?
E: Qual é a visão de língua portuguesa que se tem ou que se procura construir?

AC: Há diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa, tanto no nível da academia quanto, digamos, no nível da população em geral. Eh... são diferentes visões, eh, para alguns, por exemplo, português é espanhol mal falado... eh, oh, talvez por muitas semelhanças entre as línguas; para outros o português é uma língua com muita música, uma língua com... eh... digamos.... que chama muito a atenção pela entoação, pelo canto da, do falante de português; para outros a língua portuguesa é uma língua.. digamos uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais, como poderiam ser, dentro da cultura argentina, o inglês, o francês e mesmo, digamos, o italiano e o alemão em termo, digamos, em termos do que essas línguas representam em função das construções culturais eh, eh, da contribuição cultural dos, dos, países respectivos. Por outro lado, eh, há, no geral, um desconhecimento bastante grande, eh, da língua portuguesa, eh, em qualquer das suas varian... variedades, eh, européia, americana etc. e dos produtos culturais, a não ser, digamos, no ge... que se conhece, no geral, a música popular brasileira, mas não se conhece outros tipos de música, eh, brasileira, eh, muito pouco conhecida a produção artística e mesmo até, às vezes, a produção literária brasileira, eh, a produção artística e mesmo até, às vezes, a produção científica brasileira. Eh, por isso as visões são bastante heterogêneas, eh, no geral, também, há uma idéia de que o português não é uma língua útil de ser aprendida, não merece o esforço de se aprender porque, afinal, posta numa situação de comunicação, eh, brasileiros e argentinos em algum momento vão ter que "se virar" pra poder se entender e, portanto, não se vê bem a utilidade de sua, de seu aprendizado. Mas as visões são muito diferentes, muito diferentes... acho que varia de acordo com o nível sócio-cultural das pessoas, com a formação acadêmica das pessoas, eh, mas volto a repetir: a idéia é que, eh, a língua em si é uma língua associada com... esse sentido da musicalidade, da cadência da língua por um lado, e por outro essa visão da língua portuguesa como uma língua de, de, de, digamos, de segunda ordem em importância em relação ao resto das línguas que circulam socialmente no nosso país.

A primeira questão que temos de olhar se refere à caracterização da cena enunciativa configurada no recorte acima. Ela será nosso ponto de entrada na análise.

No recorte (1), há a presença de um Locutor que se põe no lugar que enuncia. Há dois modos de o enunciado representar/mostrar esse Locutor: por meio das constantes hesitações e reformulações no fio do discurso — representadas por formas como "digamos", por expressões como "eh", "oh", por reformulações como em "varian... variedades", "no ge..., que se conhece, no geral", pelos silêncios produzidos entre as hesitações e as reformulações — e por meio de pronomes como "eu" — presente nas desinências verbais de "acho", em "acho que varia de acordo com o nível sócio-cultural das

peessoas", e "volto", em "volto a repetir" — e "nosso" — em "[...] de segunda ordem em importância em relação ao resto das línguas que circulam socialmente em nosso país".

Apesar de essas formas apontarem para a representação do lugar ocupado pelo Locutor no enunciado, lugar esse fonte do dizer, sabemos, no entanto, que o Locutor é díspar a si, sendo tal disparidade relacionada ao modo de distribuição dos lugares enunciativos pelo agenciamento político da enunciação. Desse modo, para se estar no lugar de L é preciso que esse seu lugar esteja afetado por um lugar social de dizer (locutor-x) autorizado a dizer x. Como nos ensina Guimarães (2002), o Locutor é sempre locutor-x. Em nosso recorte, L enuncia enquanto locutor-argentino professor de português na Argentina. É, então, esse lugar social de dizer que está autorizado a discorrer sobre as "diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa", que determinarão a designação de "português" tal como ela se apresenta em (1). É por meio dessa disparidade que a temporalidade recortada pelo acontecimento difere do tempo presente de L e intervém na enunciação enquanto memorável que, no embate com o presente do acontecimento, projeta sentidos.

Embora afetado pelo locutor-x, a garantia do lugar de L como fonte do dizer se dá porque a cena enunciativa expõe, também, os lugares de dizer que são os enunciadores. Assim, os enunciadores apagam o caráter social e histórico da enunciação, retirando, desse modo, o dizer de sua circunstancialidade. Os enunciadores, então, funcionam produzindo um apagamento do lugar social de dizer do locutor-x, em nosso caso, do locutor-argentino professor de português na Argentina.

Levando-se em consideração o recorte (1), podemos dizer que a cena enunciativa coloca em jogo dois enunciadores, assumidos, respectivamente, pelo locutor-x e pelo Locutor: o enunciador-universal, que enuncia utilizando-se de formas impessoais que caracterizam, a nosso ver, a enunciação da ciência (é a enunciação de um "sabe-se que") — como em "há diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa...", "há, no geral, um desconhecimento bastante grande...", "há uma ideia de que o português não é uma língua útil de ser aprendida...", apenas para citar alguns exemplos — e o enunciador-individual (é a enunciação de um "eu afirmo que"), cujas marcas no enunciado podem ser do tipo "acho que varia de acordo...", "mas volto a repetir: a ideia é que...".

Diante do que expusemos acima, há dois *momentos enunciativos* interessantes de serem observados em (1). O primeiro momento é caracterizado predominantemente pelo lugar de dizer universal. Assumido pelo locutor-x, o enunciador-universal é um lugar de dizer que se representa enquanto "fora da história e [enquanto] submetido ao regime do verdadeiro e do falso" (GUIMARÃES, 2002, p. 26). O segundo momento é caracterizado pelo predomínio do lugar de dizer individual, que representa um Locutor que reforça, que sintetiza, que funde, por um processo de reescrituração do dizer, os argumentos do enunciador-universal apresentados no primeiro momento enunciativo. Nessa perspectiva do enunciador-individual, o dizer de L se apresenta como sendo independente da história, como se a enunciação não fosse determinada por um alhures constitutivo. Nesse segundo momento, é importante observar que há um efeito de síntese com relação às "diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa" produzido a partir desse lugar de dizer que é o enunciador-individual. Essa constatação é importante porque a metáfora será concebida por nós enquanto sendo um lugar de síntese instituído pela enunciação, ou seja, enquanto sendo um lugar que funde um percurso de sentidos por meio de uma reescrituração sinonímica produzida a partir de um lugar de dizer que se significa no lugar de todos os outros. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Tendo, assim, caracterizada a cena enunciativa do recorte (1), queremos, agora, analisar mais detidamente os enunciados que compõem os dois momentos enunciativos tratados nos parágrafos acima. Para isso, propomos uma divisão de (1) em (1') e (1''). Assim, temos:

(1') Há diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa, tanto no nível da academia quanto, digamos, no nível da população em geral. Eh... são diferentes visões, eh, para alguns, por exemplo, português é espanhol mal falado... eh, oh, talvez por muitas semelhanças entre as línguas; para outros o português é uma língua com muita música, uma língua com... eh... digamos.... que chama muito a atenção pela entoação, pelo canto da, do falante de português; para outros a língua portuguesa é uma língua.. digamos uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais, como poderiam ser, dentro da cultura argentina, o inglês, o francês e mesmo, digamos, o italiano e o alemão em termo, digamos, em termos do que essas línguas representam em função das construções culturais eh, eh, da contribuição cultural dos, dos, países respectivos. Por outro lado, eh, há, no geral, um desconhecimento bastante grande, eh, da língua portuguesa, eh, em qualquer das suas varian... variedades, eh, européia, americana etc. e dos produtos culturais, a não ser, digamos, no ge... que se conhece, no geral, a música popular brasileira, mas não se conhece outros tipos de música, eh, brasileira, eh, muito pouco conhecida a produção artística e mesmo até, às vezes, a produção literária brasileira, eh, a produção artística e mesmo até, às vezes, a produção científica brasileira. Eh, por isso as visões são bastante heterogêneas, eh, no geral, também,

há uma idéia de que o português não é uma língua útil de ser aprendida, não merece o esforço de se aprender porque, afinal, posta numa situação de comunicação, eh, brasileiros e argentinos em algum momento vão ter que "se virar" pra poder se entender e, portanto, não se vê bem a utilidade de sua, de seu aprendizado. Mas as visões são muito diferentes, muito diferentes... acho que varia de acordo com o nível sócio-cultural das pessoas, com a formação acadêmica das pessoas [...]

(1") mas **volto** a repetir: a idéia é que, eh, a língua em si é uma língua associada com... esse sentido da musicalidade, da cadência da língua por um lado, e por outro essa visão da língua portuguesa como uma língua de, de, de, digamos, de segunda ordem em importância em relação ao resto das línguas que circulam socialmente no nosso país.

Tomemos, inicialmente, (1') para a análise. Conforme dissemos, nesse primeiro momento há, predominantemente, o lugar de dizer do enunciador-universal, que é um lugar de dizer que se apresenta como estando "acima" da história (cf. GUIMARÃES, 2002) e que caracteriza, sobretudo, a enunciação da ciência. Enunciar desse lugar produz como efeito o apagamento do lugar social do locutor em detrimento de uma neutralidade imaginária que se busca para esse dizer. Assim, o enunciado "há diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa, tanto no nível da academia quanto, digamos, no nível da população em geral", assim como outros com estruturas semelhantes, coloca em cena esse lugar de dizer específico que é o enunciador-universal.

Em (1'), o enunciador-universal é responsável pela enunciação do sintagma "diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa", que será especificado pelos seguintes enunciados⁷²:

(1'a) "português é espanhol mal falado, talvez por muitas semelhanças entre as línguas";

(1'b) "o português é uma língua com muita música, uma língua, digamos, que chama muito atenção pela entoação, pelo canto do falante de português";

(1'c) "a língua portuguesa é, digamos, uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais, como poderiam ser, dentro da cultura argentina, o inglês, o francês e mesmo, digamos, o italiano e o alemão";

(1'd) "há uma ideia de que o português não é uma língua útil de ser aprendida, não merece o esforço de se aprender porque, afinal, posta numa situação de comunicação, brasileiros e

⁷² Outros enunciados poderiam ser recortados, mas, diante do que nos interessa aqui, esses nos serão suficientes para desenvolver a discussão que pretendemos.

argentinos vão ter que 'se virar' para poder se entender e, portanto, não se vê bem a utilidade de sua, de seu aprendizado".

Olhemos para as relações de articulação e de reescrituração presentes em cada um dos enunciados acima recortados. Lembramos que "a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade" (GUIMARÃES, 2009, p. 51) e que a reescrituração "consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão" (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Observamos que em (1'a), em que aparece "português é espanhol mal falado, talvez por muitas semelhanças entre as línguas", "português" está na relação com "espanhol" por meio de uma articulação por dependência entre "português" e "é espanhol mal falado". Diremos, então, que "espanhol mal falado" determina "português", na medida em que essa relação mostra uma operação de predicação. Além disso, podemos dizer que há duas outras operações semânticas sendo significadas na contiguidade desse enunciado: 1) "português" é uma reescrituração por substituição sinonímica de "língua portuguesa", presente em "há diferentes representações sociais em torno da língua portuguesa" e 2) "é espanhol mal falado" é uma reescrituração por definição (cf. GUIMARÃES, 2011) de "português". Essas duas reescriturações afetam os sentidos desse nome na medida em que determinam a sua designação.

Tomado nesse acontecimento enunciativo, o enunciado (1'a) apresenta uma relação de argumentação importante de ser observada: há um argumento, materializado sob a forma "talvez *x*", que sustenta a operação que predica "é espanhol mal falado" a "português". Se, por um lado, temos um enunciador-universal que significa o português como um espanhol mal falado, temos, por outro, um enunciador-individual que apresenta um argumento, por meio de "talvez *x*" ("talvez por muitas semelhanças entre as línguas"), que produz um efeito de sustentação para esse sentido de português que vemos sendo significado pelo enunciador-universal. Diante disso, compusemos o seguinte esquema argumentativo:

locutor-cientista $\left\{ \begin{array}{l} E_{\text{universal}} \text{ — "português é espanhol mal falado" —) o} \\ \text{português é um espanhol mal falado (r)} \\ \\ E_{\text{individual}} \text{ — "talvez por muitas semelhanças entre as línguas} \\ \text{(talvez } x \text{) —) sustenta que o português é um espanhol mal} \\ \text{falado (sustenta r)} \end{array} \right.$

A partir do que vemos cima, podemos observar que o acontecimento instala, também, uma relação de antonímia entre "é espanhol mal falado", que incide sobre "português", e "é língua bem falada" que se articularia a "espanhol". O sintagma "talvez por muitas semelhanças entre as línguas" incide sobre o argumento apresentado em "é espanhol mal falado", representando aí um locutor-cientista, agenciado pela enunciação, que comenta, que justifica, através de um lugar de dizer individual, o argumento do enunciador-universal. Para nós, essa incidência de "talvez x " sobre o argumento que o antecede é o que permite sustentar a antonímia que determina a designação de "português" como "espanhol mal falado" e a de "espanhol" como "língua bem falada".

Assim, diante do que dissemos acima, podemos representar essa relação de determinação⁷³ por um domínio semântico tal como segue abaixo:



Já (1'b), "o português é uma língua com muita música, uma língua, digamos, que chama muito atenção pela entoação, pelo canto do falante de português", traz "português" sendo significado na relação com "língua com muita música", na medida em que "é uma

⁷³ Lembramos que, segundo a notação científica utilizada por Guimarães (2007), onde aparece $x \dashv y$, deve-se ler "x determina y".

língua com muita música" é atribuído a "português" por um processo de articulação por dependência que predica "é uma língua com muita música" a "português". Nessa relação, ainda, é possível dizer que "língua com muita música" reescreve por definição "português". Considerando essas duas relações — a de articulação por dependência (predicação) e a de reescritura por definição —, veremos que (1'b) mantém, de alguma maneira, a orientação argumentativa presente não só em (1'a), mas também nos outros enunciados que serão analisados.

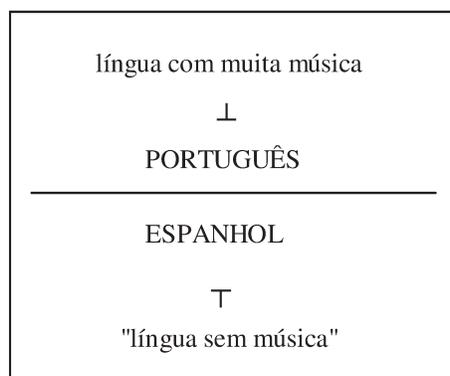
Na análise desse enunciado, observamos que "é uma língua com muita música", produzido a partir do lugar de dizer genérico ("para outros o português é uma língua com muita música", conforme vemos no recorte), é reescrito por expansão por "[é] uma língua que chama muito atenção pela entoação, pelo canto do falante de português", produzindo um desenvolvimento, a partir de um lugar universal que o locutor-x assume, de "é uma língua com muita música". Essa reescritura por expansão incide, também, sobre "português" por meio de uma articulação por dependência. Argumentativamente, "língua que chama muito atenção pelo canto do falante de português" apresenta um argumento que sustenta a relação de predicação entre "é uma língua com muita música" e "português". Vejamos, então:

locutor-cientista	{	<p>$E_{\text{genérico}}$ — "(para outros) o português é uma língua com muita música" —) o falante de português canta (r)</p> <p>$E_{\text{universal}}$ — "o português é uma língua que chama muito atenção pelo canto do falante de português" —) sustenta o argumento do $E_{\text{genérico}}$ (sustenta r)</p>
-------------------	---	---

A reescritura de "é uma língua com muita música" por "[é] uma língua que chama muito atenção pela entoação, pelo canto do falante de português" coloca em cena um argumento que põe o português novamente na relação com o espanhol, visto que o memorável aí recortado pelo presente do acontecimento é aquele que sustenta argumentos como "falantes de português cantam, enquanto que os falantes de espanhol não cantam". Esse memorável pode ser visto no enunciado a partir da relação de articulação por dependência entre "canto" e "do falante de português". Nesse sentido, são os falantes de

português que cantam e não os falantes de espanhol. O sintagma "canto do falante de português" é o que instala a relação de antonímia entre "português" — "língua com muita música" — e "espanhol" — "língua sem música".

Então, levando-se em consideração que (1'b) integra um texto que significa o nome "português" como "espanhol mal falado" e como "língua de segunda ordem", conforme veremos adiante, podemos dizer que (1'b) apresenta um argumento que pode ser compreendido a partir do memorável que sustenta a orientação argumentativa de (1'a) e a dos outros enunciados que compõem este primeiro momento enunciativo. Desse modo, e olhando para o agencimento político desse acontecimento enunciativo, o caráter negativo de português se desloca de "espanhol mal falado" para "língua com muita música". Abaixo apresentamos o DSD correspondente ao enunciado (1'b) para uma melhor visualização do que foi dito agora.



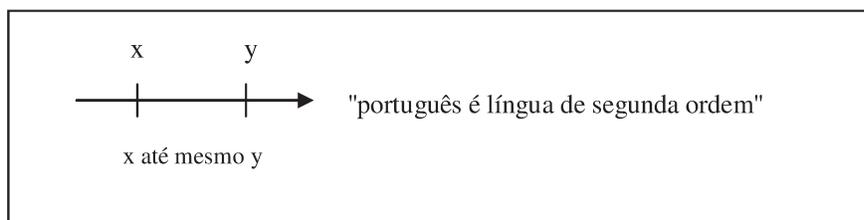
Em (1'c), em que aparece o enunciado "a língua portuguesa é, digamos, uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais, como poderiam ser, dentro da cultura argentina, o inglês, o francês e mesmo, digamos, o italiano e o alemão", o nome "língua portuguesa" é predicado por "é uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais", o que expõe, mais uma vez, o dizer a uma relação de articulação por dependência entre o nome e a sua predicação. Aqui "português", reescrito por substituição por "língua portuguesa", produzindo um efeito sinonímico, não aparece significado na relação com a designação de "espanhol", tal como vimos em (1'a) e (1'b), mas aparece na relação com a designação de outros nomes de línguas, como, por exemplo, a de "inglês", a de "francês", a de "italiano" e a de "alemão". O

enunciado (1'c) apresenta um argumento que desloca a significação do nome "português" da relação com a de "espanhol", tal como vimos em (1'a) e (1'b). Assim, "é uma língua de segunda ordem" incide sobre "português" a partir da relação entre "português" e "outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais".

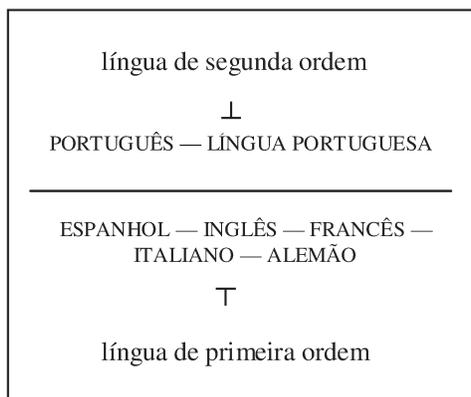
Nesse enunciado (1'c) temos presente a expressão adverbial "e mesmo", cujo estudo argumentativo faremos reescrevendo "e mesmo" por "até mesmo". Essa expressão, assim como o "talvez *x*" de (1'a), representa, de um lado, uma avaliação do locutor-cientista a respeito do argumento apresentado pelo enunciador-universal em "é uma língua de segunda ordem em relação às outras línguas que ocupam um espaço mais privilegiado dentro das representações sociais [...]", e, de outro, o modo como o enunciado é agenciado pela enunciação, já que essa avaliação que sustenta o argumento representado por "e mesmo/até mesmo" se dá, não a partir de uma intenção do falante, mas a partir de um memorável recortado pelo presente do acontecimento enunciativo.

Estudando especificamente o funcionamento de "até mesmo" no enunciado em questão, vemos que, segundo Guimarães (1987, p. 96), "[...] faz parte do sentido do enunciado introduzido pelo *até mesmo* ser o argumento que se dá como o mais forte na situação, ou porque ele deve vir depois de outro argumento, mais fraco, ou porque ele sozinho é suficiente como argumento". Além disso, o autor nos diz que "teríamos aqui que ressaltar que a função adverbial de tais expressões [ele se refere a *mesmo*, *até*, *até mesmo*] incide sobre a enunciação do enunciado e não sobre o enunciado, e muito menos sobre o verbo do enunciado." Nos termos da semântica argumentativa de filiação ducrotiana, a fórmula *X até mesmo Y* apresenta X e Y como argumentos de uma mesma escala argumentativa, sendo Y argumento mais forte que X. Assim, no enunciado em estudo, X seria um argumento que orientaria para "português é uma língua de segunda ordem" na relação com "inglês" e "francês", cujas designações se apóiam em um memorável que significa essas línguas como línguas da hegemonia nas condições históricas de produção/reprodução do capitalismo globalizado, e Y seria argumento que significaria "português é uma língua de segunda ordem" também em relação a línguas cujas designações não estão sustentadas pelo memorável de "línguas hegemônicas", mas que se apresentam como tais na relação com "português". A estrutura *X até mesmo Y*, então, incide sobre a própria enunciação que coloca em cena o enunciado "a língua portuguesa é

uma língua de segunda ordem", deslocando da relação com o espanhol o caráter negativo que determina a designação de "português" neste recorte. Representaremos o funcionamento argumentativo presente neste enunciado por meio da seguinte escala argumentativa:



A partir desse esquema argumentativo em que "x até mesmo y" sustentam o argumento de que o português é uma língua de segunda ordem, apresentamos abaixo o DSD correspondente a essa análise de (1'c):

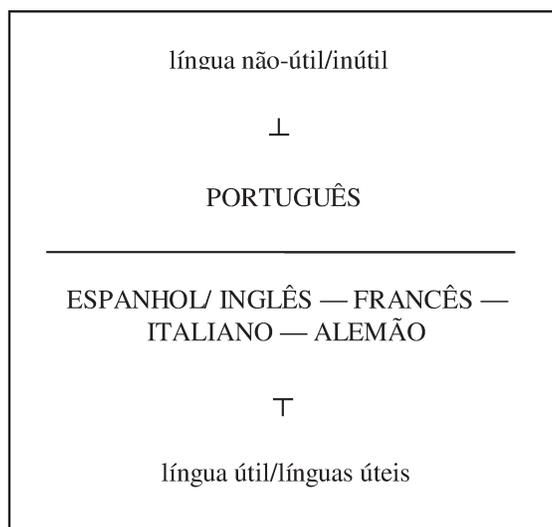


Seguindo com a análise de (1'), temos, finalmente, (1'd): "o português não é uma língua útil de ser aprendida, não merece o esforço de se aprender porque, afinal, posta numa situação de comunicação, brasileiros e argentinos em algum momento vão ter que 'se virar' pra poder se entender e, portanto, não se vê bem a importância de seu aprendizado". (1'd) articula por dependência "português" e "não é uma língua útil de ser aprendida". O argumento introduzido por "afinal x" — "afinal, posta numa situação de comunicação, brasileiros e argentinos vão ter que 'se virar' pra poder se entender [...]" — incide sobre o

argumento apresentado em "não é uma língua útil de ser aprendida", o que representa um locutor-x que justifica essa predicação para "português". Desse modo, temos:

locutor-cientista { $E_{\text{universal}}$ — "português não é uma língua útil de ser aprendida
 —) língua não-útil (r)
 $E_{\text{genérico}}$ — "afinal x" —) sustenta o argumento de E1
 (sustenta r — português é uma língua não-útil)

Assim, podemos compreender o funcionamento deste enunciado levando-se em consideração que o argumento presente em "Afimal x" (português e espanhol em "situação de comunicação"), produzido a partir de um lugar de enunciação genérico e que incide sobre "não é uma língua útil de ser aprendida", se ancora no memorável que sustenta também "português é espanhol mal falado", "português é uma língua com muita música" e "português é uma língua de segunda ordem". O argumento de "Afimal x" traz, mais uma vez, o português para junto do espanhol para justificar a sua "não-utilidade", já que são línguas próximas, o que não acontece, por exemplo, com o inglês, o francês, o italiano e o alemão. Vejamos o DSD abaixo:



Acima, temos esboçado um percurso de articulações e reescrituras nos e entre os enunciados de um texto que nos possibilita perceber que os sentidos estão sempre em movimento. No entanto, o que essas análises nos mostram também é que os sentidos não se

movimentam em qualquer direção. Ao contrário, apesar de deslizarem sempre, possuem uma direção argumentativa. Até o momento, vemos que as análises dos enunciados apontam para a designação de "português" enquanto essa se constitui pelas determinações "língua não-útil" (1'd), "língua de segunda ordem" (1'c), "língua com muita música" (1'b), "espanhol mal falado" (1'a). É importante destacar que até agora estivemos trabalhando com sentidos produzidos, sobretudo, pelo enunciador-universal, sendo esse lugar de enunciação assumido pelo locutor-cientista, ou melhor, pelo locutor-argentino professor de português na Argentina.

Tomemos, agora, (1'') para análise. A passagem de (1') para (1''), segundo o recorte que fizemos, é delimitada tanto pelo conector "mas" — "mas volto a repetir: a idéia é que [...]" — quanto pela predominância de enunciados com marcas formais da primeira pessoa do singular. Análises do conector argumentativo "mas" abundam em semântica argumentativa.

Segundo os ensinamentos de Ducrot e Anscombre (1977), em uma estrutura *X mas Y*, temos *X* orientando para uma certa conclusão *r* e *Y* orientando para uma conclusão não-*r* ($\sim r$). O *mas* é o conector que inverte a orientação argumentativa presente em *X* e apresenta *Y* como sendo a orientação mais forte do enunciado. Veremos que esse conector "mas", presente em "mas volto a repetir", não inverterá a orientação argumentativa de (1'), pois (1'') é composto por enunciados que retomam, que reforçam e que fundem os argumentos presentes nos enunciados que compõem (1').

(1''), como dissemos, apresenta enunciados que se constituem a partir de um lugar de dizer individual. Segundo Guimarães (2002, p. 25) a enunciação do enunciador-individual é "uma enunciação que se dá como independente da história pela representação desta individualidade a partir da qual se pode falar". Neste nosso recorte há um "eu" em "volto a repetir [...]" que representa um lugar de dizer enquanto não afetado pelo social e pelo histórico. Ao invés de representar um lugar de dizer que se dá como fora da história, tal como faz o enunciador-universal, este "eu" representa um lugar de dizer enquanto independente da história. Nesse quadro enunciativo, destacamos os seguintes enunciados: (1'a) "a idéia é que, eh, a língua em si é uma língua associada com... esse sentido da musicalidade, da cadência da língua por um lado";

(1"b) "e por outro essa visão da língua portuguesa como uma língua de, de, de, digamos, de segunda ordem em importância em relação ao resto das línguas que circulam socialmente no nosso país".

Articulados a "volto a repetir", os enunciados (1"a) e (1"b), a partir do lugar de dizer individual, produzem, por meio de reescrituras sinonímicas, um efeito de síntese (de fusão) dos argumentos presentes nos enunciados de (1'), sendo esses produzidos, principalmente, a partir do lugar de dizer universal. Nesse sentido, consideraremos os argumentos presentes em (1"a) e (1"b) enquanto metáforas que determinam a designação de "português". Portanto, (1"a) e (1"b) são chamados de "enunciados metafóricos" por conterem esses argumentos que funcionam como metáforas e que determinam a designação do nome em estudo. Vejamos abaixo de que modo consideramos o funcionamento enunciativo da metáfora.

O enunciado (1"a) articula "musicalidade" e "cadência da língua" a "língua (portuguesa)", reescrevendo, assim, por substituição "língua com muita música" de (1'b), produzindo um efeito de sinonímia entre esses dois enunciados. Dessa maneira, pelo fato de (1'b), que contém a determinação "língua com muita música" que incide sobre "português", ser o enunciado reescriturado por (1"a), que apresenta a determinação "musicalidade" para o nome "português", é que podemos dizer que o argumento de (1'b) determina tanto o nome "português" quanto o argumento apresentado pelo enunciado que lhe reescreve. Assim, temos o seguinte DSD:

PORTUGUÊS	┆	língua com muita música (1'b)	┆	Musicalidade (1'a)
-----------	---	-------------------------------	---	--------------------

Novamente, o português está significado a partir de um memorável que diz que "português é uma língua com muita música", "que chama a atenção pelo canto do falante de português". Tendo em perspectiva, ainda, que (1'b) integra um texto em que enunciados como "português é espanhol mal falado" e "português é uma língua de segunda ordem" aparecem, podemos dizer que a palavra "musicalidade" em (1"a), determinada por (1'b), incide, desse modo, sobre "português" e mantém a mesma orientação argumentativa presente em (1'b). A reescritura por substituição, que produz um efeito de sinonímia, sustenta o argumento de que "português não é uma língua útil de ser aprendida", pois, em

uma situação de comunicação com falantes de português, basta "cantar" em espanhol, já que o "português é espanhol mal falado", para se estar falando português. Há um efeito de "exotismo" no funcionamento do português que o faz significar enquanto uma "língua de segunda ordem" em relação ao espanhol e também em relação às outras línguas (da hegemonia) em circulação na Argentina.

De que modo, então, "musicalidade" é metáfora de "português"? Tendo em vista as relações de determinação visualizadas acima, podemos dizer que "musicalidade" é metáfora de "português" na medida em que (1'a), ao reescrever o enunciado (1'b) e ser determinado não só por ele, mas também por um percurso de determinações que vai de (1'a) a (1'd), passa a determinar "português" em um lugar em que a enunciação funde esse percurso de sentidos. Portanto, "musicalidade" interpreta o sentido de "português" nesse espaço de enunciação. Conforme diz Guimarães (2011, p. 9), "é na medida em que a enunciação funde uma reescrituração, que leva a B determina A e determina A' [...], que A' (determinado por B) é metáfora de A". Abaixo, apresentamos o DSD que representa as relações de sentidos analisadas acima:



Desse modo, o acontecimento enunciativo, segundo o seu agenciamento específico, apresenta "musicalidade" como metáfora de "português", o que determina a designação desse nome, porque essa reescrituração sinonímica de (1'b) por (1'a) funde, a partir desse lugar de síntese trazido por "mas volto a repetir...", não somente os sentidos dos argumentos presentes em (1'b), mas também os sentidos dos outros argumentos presentes em (1'a), (1'c) e (1'd). Vemos, então, que o enunciado metafórico funciona produzindo dois tipos de relações (cf. GUIMARÃES, 2011): *concomitância* ("musicalidade" é concomitante a "português") e *indistinção* (tal como vemos na relação entre (1'a) e os outros enunciados que integram o primeiro momento enunciativo, determinado pelo enunciador-universal). Dizendo com Guimarães (2011), o enunciado metafórico (1'a) funde o percurso de reescrituração presente em (1').

Em (1'b) temos uma reescrituração por substituição de (1'c), produzindo, assim, um efeito de sinonímia. Do mesmo modo que em (1'c), há presente aí uma relação de articulação por dependência entre "português" e "[é] uma língua de segunda ordem em importância em relação ao resto das línguas que circulam socialmente em nosso país". Nesse relação sinonímica, "língua de segunda ordem" de (1'b), que incide sobre "português", é determinada tanto pelo enunciado que

substituição por "nosso país" em (1"b), produzindo uma sinonímia que coloca em cena o Locutor na relação com o seu dizer. Há um "eu" aí presente que expõe o lugar do Locutor a uma exterioridade que lhe constitui e que é apagada pelo enunciador-individual, representando, assim, a enunciação como independente do social e da história, assegurando um lugar fonte do dizer para o Locutor. Dito de outro modo, a análise do enunciador-individual nos permite olhar especificamente para o agenciamento político e para o memorável recortado pelo acontecimento enunciativo que determinam a enunciação do Locutor.

Essa discussão nos é importante porque é enquanto afetada pelo enunciador-individual que a enunciação do Locutor produz um efeito de síntese de tudo o que fora dito antes. Sendo (1"a) e (1"b) dois enunciados que aparecem a partir de "mas volto a repetir", cuja orientação argumentativa é a mesma dos enunciados que integram (1'), "musicalidade" e "língua de segunda ordem", que incidem sobre "português", determinando a sua designação nesse acontecimento, representam argumentos que retomam e fundem um percurso de sentidos que se constitui pelos enunciados (1'a), (1'b), (1'c), (1'd), (1"a) e (1"b). A metáfora é, então, o lugar em que uma reescrituração, produzida a partir de um determinado lugar de dizer (nesse caso, a partir do enunciador-individual), condensa os argumentos presentes nos outros enunciados produzidos por outros lugares de dizer. Seguindo um raciocínio de Guimarães (2011, p. 370), "o que a metáfora funde são enunciações. E a riqueza dela está nisto: na polissemia que esta fusão faz funcionar incessantemente". Nessa perspectiva, a metáfora é o lugar em que o acontecimento institui (1"a) e (1"b) como os enunciados que fundem enunciações e que determinam, por sua vez, a designação de "português" neste recorte.

Diante desse quadro descritivo-analítico, observamos que os sentidos não estão na língua nela mesma; eles se constituem no acontecimento enunciativo que agencia a cena enunciativa. Em nosso primeiro recorte, vimos que a designação de "português" se constitui enquanto determinada por "musicalidade"/"língua com muita música" e por "língua de segunda ordem" na relação com "espanhol" e também com outras línguas que funcionam no espaço de enunciação argentino, como o inglês, o francês, o italiano e o alemão. Vimos também que esses sentidos se constituem a partir de dois enunciados metafóricos — (1"a) e (1"b) — que fundem/condensam um percurso de relações, tanto de articulações quanto de

reescrituras entre enunciados que integram um texto. Assim, o estudo da metáfora nos permite olhar para a exterioridade constitutiva da língua, na medida em que ela nos diz sobre o memorável recortado pelo acontecimento da enunciação. Dito diferentemente, o estudo enunciativo da metáfora nos permite dizer de que modo o memorável recortado pelo acontecimento determina os sentidos da palavra ou do nome em questão. Torna-se, então, um conceito analítico importante para dizer das determinações históricas não só do enunciado, mas também do próprio acontecimento enunciativo que, por definição, é algo enquanto diferença na sua própria ordem (cf. GUIMARÃES, 2002).

* * *

Recorte 2

Dando prosseguimento às nossas análises, apresentamos o recorte (2), cuja cena enunciativa é mesma do primeiro recorte:

(2) E: E como é vista pela Academia essa relação do português com o espanhol?

AC: Eu acho que estamos num período, que começa mais ou menos na metade da década de 80, de aproximação entre os dois países em decorrência do MERCOSUL e tudo mais; e há um olhar diferente, digamos, sobre a produção acadêmica brasileira, principalmente em todas as áreas e especificamente na área da língua, da análise do discurso; de fato, há projetos conjuntos entre professores de Campinas e professores da UBA... há um interesse muito forte em relação à política linguística e ver qual vai ser a posição do nosso país em relação com a língua do nosso vizinho, que seria a única língua diferente do resto dos vizinhos.

Como ponto de entrada para a análise de (2), queremos olhar mais detidamente para a forma específica assumida pela cena enunciativa neste recorte, tendo em vista a configuração do agenciamento político deste acontecimento enunciativo. Por isso, o dividiremos nos seguintes enunciados:

(2a) "eu acho que estamos num período, que começa mais ou menos na década de 80, de aproximação entre os dois países em decorrência do MERCOSUL e tudo mais";

(2b) "há um olhar diferente, digamos, sobre a produção acadêmica brasileira, principalmente em todas as áreas e especificamente na área da língua, da análise do discurso";

(2c) "há um interesse muito forte em relação à política linguística e ver qual vai ser a posição do nosso país em relação com a língua do nosso vizinho, que seria a única língua diferente do resto dos vizinhos".

Em (2a), o Locutor aparece explicitamente marcado pela forma "eu" ("eu acho que x"). Assim, o agenciamento da enunciação coloca em cena, nesse enunciado, um lugar de dizer individual com o qual o Locutor se identifica. Vale ressaltar que, segundo Guimarães (2002, p. 25), o enunciador-individual é um lugar de dizer que representa "uma enunciação que se dá como independente da história pela representação desta individualidade a partir da qual se pode falar". O "eu" assume, a partir desse enunciado, um lugar na cena enunciativa que se representa como a fonte do dizer, apagando, desse modo, as determinações históricas e sociais que lhe constituem e que são constitutivas do acontecimento enunciativo.

No entanto, como sabemos, para se representar nesse lugar da origem, é necessário que o lugar de L esteja afetado pelo locutor-x, que é o lugar social do dizer. Nesta cena, o locutor-x é também um locutor-argentino professor de português na Argentina. Dessa maneira, o enunciado (2a) apresenta um enunciador-individual responsável pelo seguinte enunciado: "eu acho que estamos num período de aproximação entre os dois países em decorrência do MERCOSUL". Vemos aí que o acontecimento enunciativo recorta como seu memorável a aproximação (a integração?) entre Argentina e Brasil em decorrência do acordo político-econômico do MERCOSUL, na medida em que articula, na contiguidade do enunciado (2a), "MERCOSUL" e "período de aproximação entre os dois países". Veremos que esse memorável determinará tanto os argumentos de (2b) e (2c), já que integram o mesmo texto que (2a), quanto os próprios modos como o nome "português" significará na Argentina.

No enunciado (2b), o locutor-argentino professor de português na Argentina é convocado pelo agenciamento político da enunciação a assumir a posição do enunciador-universal, que, como diz Guimarães (2011, p. 14), "apresenta o que se diz como um conhecido estabelecido". Esse enunciador-universal é representado no enunciado (2b) por formas linguísticas impessoalizadas, como o verbo "haver" — "há um olhar diferente sobre a produção acadêmica brasileira" —, e pela referência a algumas áreas específicas que integram esse domínio da ciência, como a linguística ("área da língua") e a análise do

discurso. Poderíamos mesmo dizer que "área da língua" e "análise do discurso" reescrevem por especificação "ciência", palavra essa que pode ser recuperada levando-se em consideração o memorável recortado por esse acontecimento enunciativo. Essas marcas produzem como efeito uma enunciação científica imaginariamente fundamentada e objetiva. Esse lugar da ciência, tal como configurado nesse acontecimento, determinará, de alguma maneira, a designação de "português", visto que o enunciador-universal de (2b) também se faz presente na enunciação de (2c), enunciado esse que contém um argumento que sustenta uma das metáforas de "português" nesse recorte.

Como o que nos interessa nesta pesquisa é estudar a designação do nome "português" no espaço de enunciação argentino, tomaremos especificamente o enunciado (2c) para analisar, sem desconsiderar, no entanto, que este enunciado integra um texto em que (2a) e (2b) também são integrantes. Em (2c), temos:

- (a) "(sabe-se que) há um interesse muito forte em relação à política linguística do/no MERCOSUL, tendo em vista a sua proposta de integração dos países-membros" (enunciador-universal);
- (b) "(eu digo que) (o português é) a língua do nosso vizinho" (enunciador-individual ("nosso vizinho"));
- (c) "o português seria (é) a única língua diferente do resto dos vizinhos". (enunciador-universal)

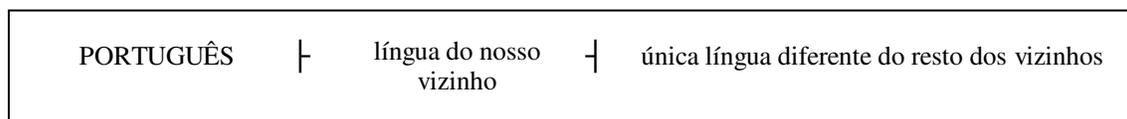
O nosso foco nesta análise consiste em mostrar de que modo "única língua diferente" é metáfora de "português".

Em (2c(b)), "português" está determinado por "língua do nosso vizinho", considerando que essa determinação se dá porque "língua do nosso vizinho" reescreve por substituição "português", presente na pergunta do entrevistador.

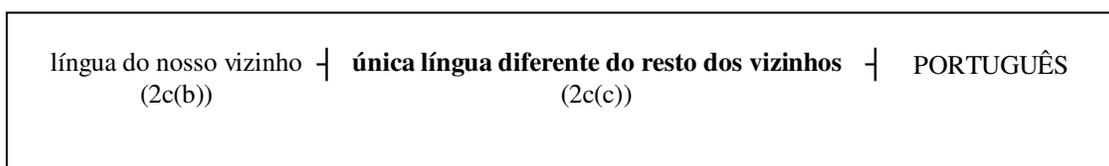
língua do nosso vizinho † PORTUGUÊS

Em (2c(c)), a determinação "língua do nosso vizinho" (2c(b)) é reescrita por substituição por "única língua diferente do resto dos vizinhos", produzindo, assim, um efeito de sinonímia entre a forma reescriturada e aquela responsável pela reescrituração.

Nessa perspectiva, "língua do nosso vizinho" (elemento reescriturado) determina tanto a sua reescrituração "única língua diferente do resto dos vizinhos" quanto "português". Essa relação de determinação de (2c(b)) sobre (2c(c)) se dá porque, nesse acontecimento enunciativo específico, (2c(c)) só aparece aí formulado em virtude da formulação de (2c(b)).



O DSD mostrado acima coloca em cena, mais uma vez, a designação de "português" sendo constituída relativamente à designação de "espanhol". Esse acontecimento recorta um memorável específico que sustenta essa relação entre designações: o de que todos os países no espaço de enunciação do MERCOSUL, e da América Latina de modo geral, têm como língua nacional o espanhol, com exceção do Brasil, cuja língua nacional não é o espanhol, mas sim o português. Esse memorável de relação entre línguas no MERCOSUL recortado pelo acontecimento enunciativo, além de apagar as outras línguas faladas nesses espaços, confere ao "português" o sentido de "língua diferente", ou seja, de "a única língua diferente do resto dos vizinhos"⁷⁴. Desse modo, "única língua diferente do resto dos vizinhos" passa a determinar "português", isto é, passa a ser metáfora de "português" porque diz, nessa configuração da cena enunciativa, qual é o sentido desse nome.



De "língua do nosso vizinho", cuja enunciação se faz a partir do enunciador-individual e que põe em relação "português/Brasil" e "espanhol/Argentina", "português" passa a ser determinado diferentemente pela reescritura "única língua diferente do resto dos

⁷⁴ No capítulo seguinte, quando discorrermos do espaço de enunciação latino-americano, veremos quais as implicações políticas que essa determinação de "português" traz para o modo de distribuição das línguas nesse espaço.

vizinhos", já que desloca a relação de litígio, colocando em relação "português/Brasil" e "espanhol/América Latina". Assim, (2c(c)), sendo enunciado pelo enunciador-universal, é metáfora de "português" na medida em que essa forma que reescritura (2c(b)) se coloca no lugar que diz o que "português" significa nesse espaço de enunciação.

Diante das considerações acima, podemos dizer que, em (2), (2c(c)), que apresenta a formulação "única língua diferente do resto dos vizinhos", funciona como um enunciado metafórico na medida em que, nesse lugar, a enunciação funde um percurso de determinações por meio de uma reescrituração sinonímica. (2c(c)) é concomitante a "português", pois, como dissemos acima, diz sobre o sentido desse nome ("português" é igual a "única língua diferente do resto dos vizinhos"), e está em uma relação de indistinção com respeito às outras determinações de "português", devido a esse lugar de fusão não se apresentar no acontecimento enunciativo como uma somatória de determinações que incidem sobre português (ou seja, "única língua diferente" recupera a determinação "língua do nosso vizinho", mas também recupera outras determinações que estão sendo aí significadas segundo o memorável recortado pelo acontecimento). A metáfora, então, se caracteriza por constituir, a partir de uma reescrituração sinonímica, um todo indistinto com relação ao percurso de sentidos que sustenta essa reescrituração.

Segundo Guimarães (2011, pp. 369):

Considero que este tipo de apresentação do funcionamento enunciativo da metáfora é capaz de explicar porque seu funcionamento é sempre polissêmico. Não se trata simplesmente de dizer que a metáfora, através de uma palavra que significa outra coisa, vem a significar algo que não significava. Este tipo de interpretação acabaria por reduzir a metáfora a uma ambiguidade. Trata-se, ao contrário, na metáfora, de polissemia que, desde Bréal (1897), é caracterizada como a convivência de sentidos diversos num mesmo elemento de linguagem. Gostaria aqui de registrar o deslocamento que Orlandi (1976) faz no conceito de polissemia, ao colocá-lo como um processo que produz sentido na tensão com a paráfrase. Como já disse, *julgo que esta caracterização enriquece o sentido do que seja a polissemia ao não tomá-la como um simples produto de uma circulação histórica.* (o destaque é nosso)

Uma questão importante que observamos no funcionamento enunciativo da metáfora é que, além de uma relação de concomitância e de indistinção, ela nos permite olhar para o modo como a história significa na materialidade da língua. Em outras palavras, a metáfora expõe a enunciação à sua determinação histórica; ela traz a história (e também o político) que é apagada pelos enunciadores ao constituir o lugar do Locutor como fonte do dizer. A história é constitutiva da língua e, em consequência, é constitutiva da metáfora, o

que nos permite pensar que ela (a metáfora) não se constitui enquanto desvio de um sentido literal, nem como acúmulo histórico, mas enquanto parte do funcionamento enunciativo e argumentativo da língua. Do nosso ponto de vista, então, a metáfora deve ser estudada enquanto um fato de linguagem cujo escopo é a enunciação e não apenas um lugar circunstancialmente marcado no enunciado.

Veremos no recorte a seguir o modo como "única língua diferente do resto dos vizinhos" reaparecerá como um lugar de significação que constitui a designação de "português" nesse espaço de enunciação. A importância do recorte a seguir é que ele é um recorte feito de uma entrevista diferente da dos recortes (1) e (2), o que enfatiza a determinação "única língua diferente do resto dos vizinhos" como um lugar que abriga uma memória sempre latente para o nome "português".

* * *

Recorte 3

Nossa terceira análise se construirá relativamente ao recorte abaixo:

(3) E: O que é ensinar português na Argentina atualmente?

H: Boa pergunta. O que é ensinar português?... eh, eu acho que o país ainda não tem consciência da importância que tem conhecer o outro. 'Tô falando do outro porque é a única língua diferente que temos aqui; todos os vizinhos falam espanhol e a única língua é a portuguesa. Então ainda, a Argentina não tem a consciência da importância de conhecer o outro, não só a língua, conhecer a cultura do outro. E conhecer o outro es reconhecer-se a si mesmo também; conhecendo o diferente, reconhecer-nos a nós mesmos e conhecer, também, Latinoamérica... penso que não devemos deixar passar tanto tempo para que seja obrigatório o ensino da língua portuguesa.

O nosso ponto de entrada para a análise deste recorte será a consideração da cena enunciativa constituída nesse acontecimento enunciativo. Como lemos acima, (3) apresenta argumentos que guardam algumas filiações semânticas com aqueles presentes nos enunciados que integram os recortes (1) e (2). Aqui, temos uma cena enunciativa cujo Locutor, marcado no enunciado por formas na primeira pessoa ("eu acho que", "tô falando", "penso que"), está predicado pelo locutor-argentino professor de português na Argentina, assim como em (1) e (2).

O agenciamento político da cena enunciativa configurada em (3) traz a "marca do desconhecimento do Locutor a propósito do lugar do qual fala" (GUIMARÃES, 2002, p. 25). Esse desconhecimento é analisado enunciativamente por meio dos funcionamentos do enunciador-individual, cuja enunciação se dá como independente da história (a marca "eu", do ponto de vista do Locutor e do enunciador-individual, tira o dizer de sua circunstancialidade) e do enunciador-universal, que é "um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando *fora* da história, ou melhor, acima dela" (GUIMARÃES, 2002, p. 26).

Neste recorte em específico, estamos diante de um texto que coloca o português e o Brasil como o "outro" do espanhol e da Argentina, permitindo-nos, inclusive, dizer que o português e o Brasil são o "outro" da América Latina. Vemos esse argumento materializado em alguns enunciados, como, por exemplo: "eu acho que o país ainda não tem consciência da importância que tem conhecer o outro"; "a Argentina não tem a consciência da importância de conhecer o outro, não só a língua, conhecer a cultura do outro". Ao observarmos esses dois enunciados, temos que "a Argentina" reescreve por substituição "o país", produzindo aí um efeito de especificação a respeito da referência de "o país". Adiante veremos que essa especificação se dilui na medida em que o português, e também o Brasil e o brasileiro, é significado ora como o "outro" da Argentina ora como o "outro" da América Latina. Nessa perspectiva, uma reflexão importante que fazemos em semântica histórica da enunciação tem que ver com o fato de que o sentido, assim como a referência, deve ser concebido enquanto uma construção de linguagem; portanto, é uma construção simbólica remetida ao real (da língua e da história). Lembramos abaixo o que diz Guimarães sobre essa questão:

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista [...], a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra.

Considerando nosso objetivo nesta pesquisa — que é o de compreender a constituição e o funcionamento da designação de "português" no espaço de enunciação argentino —, pretendemos mostrar nas análises do recorte (3) como "única língua

diferente" se constitui em uma metáfora que determina a designação de "português". Para isso, tomaremos o seguinte enunciado:

(3') "Tô falando do outro porque é a única língua diferente que temos aqui"

A partir desse enunciado, propomos o seguinte esquema parafrástico:

(3'a) "Todos os vizinhos falam espanhol e a única (língua) é a portuguesa";

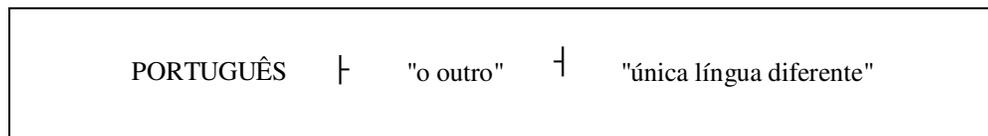
(3'b) "A Argentina não tem consciência da importância de conhecer o outro";

(3'c) "Tô falando do outro porque é a única língua diferente que temos aqui".

Em (3'a), o acontecimento recorta como memorável um passado de enunciações que significam o português enquanto a única língua diferente da América Latina. Esse memorável apaga o funcionamento e a circulação de outras línguas que não são nem o espanhol nem o português. Segundo o que está posto nesse enunciado, há somente o espanhol e o português como línguas da América Latina, sendo o português a "única língua diferente". Relativamente à cena enunciativa, esse enunciado é produzido a partir da "identificação do lugar do enunciador com o lugar do universal" (GUIMARÃES, 2002, p. 26). E relativamente ao agenciamento político dessa cena, o acontecimento enunciativo convoca o locutor-x a assumir os argumentos apresentados pelo enunciador-universal. O memorável dessa divisão normativa e desigual do espaço de enunciação latino-americano presente em (3'a) determinará os argumentos presentes nos enunciados (3'b) e (3'c). Resta analisarmos de que modo essa relação de determinação se dá.

Em (3'b), "o outro" se articula a "português" na medida em que o reescreve por substituição, produzindo, dessa forma, um efeito de sinonímia entre "o outro" e "português". No entanto, olhando para as relações entre os enunciados que integram esse texto, vemos que "o outro" só pode se articular a "português" porque há um memorável que garante um efeito de homogeneização das línguas faladas na América Latina e que significa o português como "a única língua diferente". Há uma ambiguidade possível de ser significada aí, já que "o outro" pode referir também "Brasil". Desse modo, teremos de avançar para a análise de (3'c) porque esse enunciado, pelos argumentos que apresenta, nos dirá qual o sentido que "o outro" possui nesse acontecimento.

Em (3'c), "o outro", que reescreve "português" ou "língua portuguesa", é reescrito sinonimicamente por "única língua diferente que temos aqui". Então, "o outro" determina tanto "português" quanto "única língua diferente que temos aqui" (a forma reescriturada determina a forma que a reescreve), configurando o seguinte DSD:



Embora "o outro" (elemento reescriturado) determine o elemento que o reescreve ("única língua diferente"), conforme o DSD acima, vemos que a enunciação institui "única língua diferente" como metáfora de "português", já que essa determinação passa a dizer do sentido de "o outro" e, por conseguinte, do nome "português" diante das relações entre línguas na Argentina e na América Latina. Dito diferentemente, e analisando mais detidamente o enunciado (3'c), percebemos que há uma estrutura argumentativa do tipo *porque* y que apresenta y como elemento que justifica a enunciação de x.

Do ponto de vista da semântica argumentativa filiada aos trabalhos de Oswald Ducrot, podemos considerar o funcionamento semântico-argumentativo da conjunção *porque*, bem como da conjunção *pois*, da seguinte maneira:

[...] no português, o comportamento de *porque* parece revelar-se como privilegiado em relação às outras conjunções causais: *porque* goza de uma ambiguidade fundamental. Por um lado, é a única conjunção capaz de explicar, pelo elo de causalidade que estabelece entre os conteúdos de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda; por outro lado, tem um comportamento que a aproxima da conjunção *pois*, quando a explicação desliza para uma espécie de justificação do que se diz na primeira proposição. (VOGT, 1989, p. 58)

Se admitirmos que a conjunção *pois* marca um ato de fala específico, cuja função é justificar um ato de enunciação anteriormente praticado, entenderemos porque a língua obriga o locutor a apresentar *p* e depois a justificação através de *pois q*, da mesma forma que entendemos porque o locutor não pode considerar *p* como verdadeiro, já que ele precisa justificar a sua enunciação, por exemplo, argumentando em favor da verdade de *p*, quando se tratar de uma afirmação. (VOGT, 1989, p. 60)

Do ponto de vista da semântica histórica da enunciação, y se apresenta como justificativa de x não por uma relação entre conteúdos de duas proposições, nem mesmo por uma intenção do Locutor, mas sim pelo fato de o agenciamento político da enunciação

apresentar *y* como argumento que justifica *x*. Nessa perspectiva, "única língua diferente", que reescreve sinonimicamente "o outro", que reescreve, por sua vez, "português", passa a determinar "português" na medida em que produz uma interpretação do sentido que "o outro" possui na relação de determinação da designação de "português" nesse acontecimento enunciativo. Desse modo, podemos dizer que "única língua diferente" é, mais uma vez, metáfora de "português".

"o outro" (3'b) † "única língua diferente" (3'c) † PORTUGUÊS
--

A partir da construção do DSD acima, e observando o funcionamento enunciativo da metáfora, podemos dizer que "única língua diferente", ao determinar a designação de "português" passa a estabelecer uma relação de concomitância com o sentido desse nome nesse espaço de enunciação específico. Assim, pode-se dizer que "única língua diferente" é concomitante a "português". Outro ponto que merece ser colocado em cena é que o efeito de instituição produzido pelo funcionamento da metáfora se dá porque há, no acontecimento enunciativo, uma sobreposição de enunciadores nesse processo que institui uma certa determinação de "português" como metáfora que interpreta esse nome. Aprendemos com Guimarães (2011, p. 363) o segue:

Mantendo-me no espaço das minhas posições sobre o sentido, e assim me afastando do referencialismo da solução da retórica, vou considerar que a metáfora se constitui pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa.

Considerando os três enunciados em análise, temos: (3'a) e (3'b) são dois enunciados produzidos pelo enunciador-universal. Há aí um efeito de verdade já-sabida que tem que ver com o modo de enunciação da ciência. Já o enunciador de (3'c) é individual, e é justamente desse lugar de dizer que "única língua diferente" é instituída como metáfora de "português". Então, "no processo metafórico, o que temos são enunciadores distintos, de tal modo que de um dos lugares de dizer se reescritura sinonimicamente um elemento apresentado de outro lugar de dizer" (GUIMARÃES, 2011, p. 12). Dada essa disparidade da cena enunciativa, a metáfora, nesse recorte, se institui a partir da identificação do Locutor com o lugar de dizer individual.

Levando-se em consideração esta nossa discussão, podemos dizer que a designação de "português", em (3), se constitui com o português sendo significado do lugar do outro (como se vê, o português é a língua do outro, é a língua da cultura do outro), no sentido específico que esse "outro" possui no texto que constitui este recorte: "única língua diferente". Dessa maneira, o enunciado metafórico que contém "única língua diferente" aponta para um espaço de enunciação desigualmente dividido, já que o português "é a única língua diferente que temos aqui [na América Latina]". Aponta também para um imaginário de América Latina como um espaço homogêneo, sendo o português o que desestrutura essa homogeneidade imaginária. Como metáfora de "português", "única língua diferente" pode apontar para um memorável que sustenta o argumento da obrigatoriedade do ensino de português na Argentina, tal como aparece no próprio recorte (3), mas pode apontar também para um memorável que sustenta argumentos como "português é espanhol mal falado", "português é uma língua de segunda ordem", "português não é uma língua útil de ser aprendida", conforme vimos aparecer nos recortes anteriores, pois todos os países da América Latina falam espanhol, com exceção do Brasil.

* * *

Recorte 4

A próxima metáfora que determina a designação de "português" será examinada tendo em vista o recorte (4), conforme abaixo transcrito:

E: Por que você escolheu estudar português como carreira profissional?

B: Principalmente porque eu gosto das diferentes línguas... o português eu acho que é uma língua muito rica em relação a diferentes léxicos... falar com outras pessoas e profissionalmente porque eu gosto da docência e gostaria de ensinar a língua portuguesa.

Nossa análise aqui recairá sobre "língua muito rica" como metáfora de "português". Antes de discorrermos sobre o modo como a cena enunciativa se constitui nesse acontecimento enunciativo, trataremos de uma particularidade que esse recorte possui. Estamos diante de um texto composto de várias enunciações que se tocam, se tangenciam, se distanciam e se entrecruzam. Diferentemente dos outros recortes analisados, trata-se este de um recorte feito de uma entrevista com cinco alunos do curso de Professorado em

Português da UNER. Isso quer dizer que um dos efeitos de sentido possível trazido por essa particularidade é que esse acontecimento enunciativo se constitui estando afetado por outras enunciações que se fazem presentes no momento da entrevista. Assim, além de sua constituição histórica (passado de enunciações recortado sob a forma de memorável), o acontecimento enunciativo se constitui relativamente a essas outras enunciações aí presentes. O estudo da metáfora e da designação de "português" não deve prescindir dessas considerações.

Para os objetivos deste capítulo, trabalharemos com o enunciado (4'): "O português eu acho que é uma língua muito rica em relação a diferentes léxicos". Em outros momentos do texto que (4') integra, vemos aparecer algumas formas linguísticas que se filiam ao argumento apresentado por "língua muito rica". Podemos citar os enunciados:

"C: Eu escolhi o Professorado (em Português) porque eu sou docente e porque gosto da cultura brasileira, também da língua. Então é como que enriquecer minha profissão";

"D: Bom, eu escolhi também o Professorado em Português porque também gosto, primeiramente da, da docência e, além disso, a língua... eh, também estudei alguma coisa: inglês e outras línguas pra enriquecer e porque gosto da cultura brasileira"⁷⁵.

Voltando à análise do recorte (4) que contém um enunciado metafórico que determina a designação de "português", propomos as seguintes paráfrases:

(4'a): "há algumas línguas diferentes"⁷⁶ ("diferentes línguas") cujos léxicos são mais ricos do que outros";

(4'b): "o português é uma língua diferente"

(4'c): "eu acho que o português é uma língua muito rica em relação a diferentes léxicos".

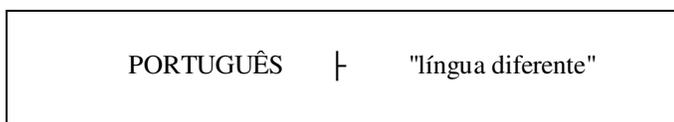
O enunciado (4'a), produzido pelo enunciador-universal, determina, pelo memorável que recorta, os argumentos presentes nos enunciados (4'b) e (4'c). Com isso, queremos dizer que (4'b), enunciado a partir do lugar de dizer universal, e (4'c), enunciado a partir do

⁷⁵ É importante ressaltar que esta entrevista foi feita, na época de sua realização, com alunos do Professorado em Português. Por haver limitações linguísticas, considerando que esses alunos estavam em processo de aprendizagem do português, os enunciados podem conter estruturas um pouco truncadas. No entanto, tais estruturas não impossibilitam a análise semântica que pretendemos fazer aqui.

⁷⁶ Considerando as outras línguas, que não o espanhol, que circulam no espaço de enunciação argentino.

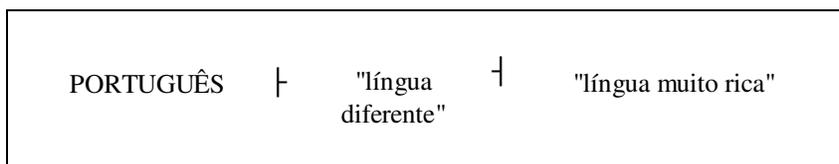
lugar de dizer individual, se constituem determinados por "línguas diferentes". Vejamos, abaixo, de que modo podemos analisar esses enunciados.

Em (4'b), "português" reescreve por especificação "línguas diferentes" de (4'a). A determinação "uma língua diferente" se articula por dependência a "português", reescrevendo-o por definição. Além disso, "português" em (4'b) pode reescrever por substituição "português" presente na pergunta do entrevistador. Então, podemos dizer que "uma língua diferente" é uma determinação que incide sobre a designação do nome "português" nesta cena enunciativa. Do nosso ponto de vista, o português interessa ser estudado enquanto ele é uma língua diferente.



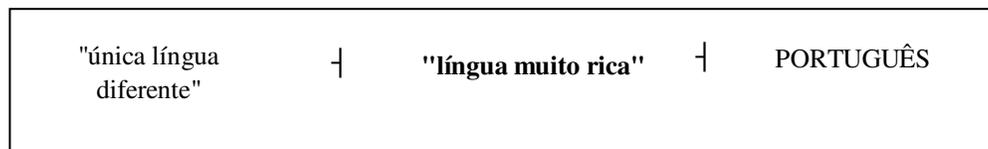
No entanto, olhando para relações de linguagem nesse recorte, observamos que "língua diferente" pode não significar a mesma coisa que "única língua diferente" de (3), já que em (4) a determinação "língua diferente" possui um sentido que é especificado em (4'c).

(4'c) é um enunciado produzido a partir do lugar de dizer individual (enunciador-individual), diferentemente de (4'a) e (4'b), que são enunciados pelo enunciador-universal. Em (4'c), "língua muito rica em relação a diferentes léxicos" determina português porque o reescreve por substituição "língua diferente" de (4'b), produzindo, desse modo, um efeito sinonímico. Assim, (4'c) contém um enunciado metafórico na medida em temos: 1) "língua diferente" de (4'b) determina, por um lado, "português" e, por outro, "língua muito rica em relação a diferentes léxicos", tal como vemos no DSD abaixo:



2) embora "língua muito rica" seja determinada por "língua diferente", a determinação "língua muito rica" passa a dizer, instituída nesse lugar pela enunciação, que sentido "língua diferente" e, em consequência, "português" possuem nesse recorte. Assim,

"português" é uma "língua diferente" no sentido que essa determinação produz nesse acontecimento enunciativo: o de apontar para "português é uma língua muito rica". Portanto, temos:



Enquanto parte dos processos de significação da linguagem, a metáfora nos permite olhar para o modo como a história e o político são constitutivos desses processos. Nesta análise, vemos uma nova distribuição do espaço de enunciação latino-americano, pois português não está significado negativamente, como tivemos a oportunidade de observar nos recortes anteriores. O nome "português", nesse caso, é designado como "língua muito rica em relação a diferentes léxicos", o que podemos interpretar que há línguas mais "ricas" que outras e, sendo como o português é uma delas, o seu estudo está justificado.

* * *

3.3. OBSERVAÇÕES GERAIS DO TRATAMENTO ENUNCIATIVO DA METÁFORA

Neste capítulo de análise, nosso objetivo foi mostrar o modo como propomos pensar enunciativamente o funcionamento da metáfora em alguns acontecimentos enunciativos. Este capítulo é importante, então, porque nos permite visualizar a mobilização do dispositivo analítico da semântica histórica da enunciação para pensar o funcionamento metafórico. Diante das análises acima, queremos apresentar algumas observações que julgamos pertinentes:

1. Filiados a uma posição materialista, a metáfora, da maneira como a apresentamos neste trabalho, não consistiu em um "desvio" de sentido literal nem em uma "comparação abreviada", conforme vemos em alguns estudos de retórica a respeito da metáfora. Do ponto de vista da semântica histórica da enunciação, não há a possibilidade de se pensar em um "sentido literal" e, por conseguinte, em um "segundo sentido", já que levamos em consideração que o sentido (a significação) é um efeito produzido a partir de uma relação

de linguagem (portanto, a partir de uma relação simbólica). Isso quer dizer, que a metáfora é uma construção de linguagem, afetada, na sua constituição, pelo político e pela história. Sendo uma construção simbólica, a metáfora não se constrói na relação entre linguagem e mundo, tal como ela seria estudada por um ponto de vista referencialista.

2. Nossa maneira de conceber enunciativamente a metáfora guarda uma relação de filiação a outros trabalhos de inscrição materialista, como vimos no capítulo anterior. Vimos que em Michel Pêcheux, tomando o seu texto *Remarques pour une théorie général des idéologies*, a metáfora é pensada em termos de transferência e não em termos de comparação. Aí, vemos um deslocamento teórico muito importante, visto que pensar em transferência significa pensar em relação de linguagem, ou seja, pelo que vimos no seu texto, a metáfora enquanto efeito metafórico "consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no 'sistema de base'" (HERBERT [PÊCHEUX], 1995, p. 83). A metáfora é constitutiva do sentido. Entretanto, quando se fala em comparação, o que se coloca em jogo é uma relação referencialista entre linguagem e objeto/mundo. Nas palavras de Guimarães (2011, p. 363): "[...] do meu ponto de vista, a noção de comparação, tal como aparece na retórica, se articula diretamente com a relação de referência das expressões envolvidas: as expressões linguísticas referem a objetos pré-existentes".

Vimos, também, que Mariângela Joasilho é outra teórica materialista dos estudos da linguagem que se põe a estudar a metáfora a partir de um lugar não clássico, não cristalizado, para pensá-la como parte do processo de significação da linguagem. Nem como desvio, nem como comparação. A metáfora constitui os sentidos na/da linguagem, tendo em vista dois procedimentos principais: o da transferência "em que o sentido se faz pelo deslizamento do significante" (JOANILHO, 2005, p. 129) e o da significação local (singularidade, metáfora local), "que faz com que o deslize não seja indefinido, pois promove uma suspensão do tempo, não do tempo lógico, cronológico, mas da temporalidade do acontecimento, do tempo da significação" (JOANILHO, 2005, p. 130).

3. Enunciativamente, a metáfora se constitui por uma reescrituração por substituição sinonímica, o que não quer dizer, vale ressaltar, que toda reescrituração por substituição sinonímica seja uma metáfora. O que pretendemos defender aqui é que a metáfora é instituída pelo acontecimento enunciativo enquanto um lugar de fusão de um percurso de

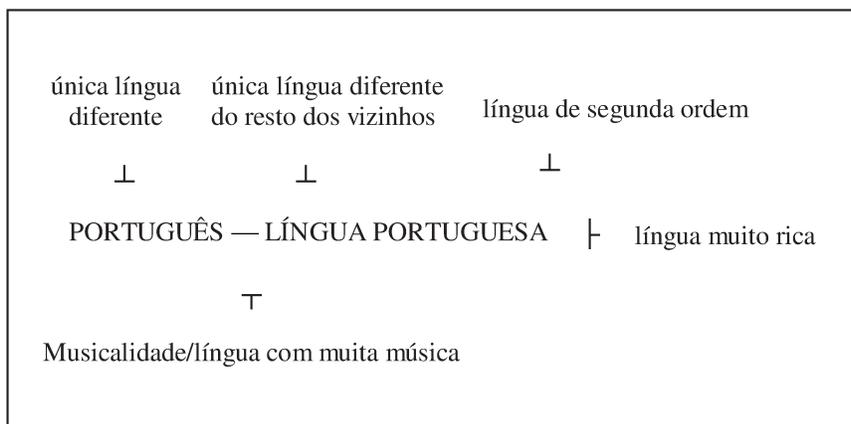
sentidos, ou seja, o que ela funde são enunciações. Considerando, pois, o dispositivo analítico selecionado do dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação, analisamos esse lugar de fusão a partir da reescrituração sinonímica que torna possível esse lugar no acontecimento. Assim, a metáfora não só retoma o elemento reescriturado, mas retoma todo o percurso semântico que faz com que uma determinada reescrituração se ponha no lugar que diz qual(is) é(são) o(s) sentido(s) de uma palavra, de um nome ou de uma expressão que está sendo analisada. Assim, a metáfora trata do sentido de uma palavra ou de um nome.

4. Tratando, ainda, enunciativamente a metáfora, o que vemos a partir das análises que fizemos, é que ela se constitui a partir de uma determinada reescrituração por substituição sinonímica. No entanto, um ponto central nessa discussão é que essa reescrituração sinonímica que institui a metáfora se dá por uma sobreposição de enunciadores. Ou seja, em uma cena enunciativa, estão presentes vários enunciadores, conforme vimos, porém, um desses enunciadores é o lugar de dizer que produz a reescrituração sinonímica que funde o percurso de enunciações.

5. Considerando que a metáfora é constituída pelo acontecimento enunciativo, e não pela vontade de um sujeito intencional, podemos dizer que ela, tal como a tomamos neste trabalho, funciona como um *lugar de memória*⁷⁷ para o sentido de um nome (ou de uma palavra ou de uma expressão), isto é, por meio do estudo enunciativo de seu funcionamento, a metáfora nos permite compreender quais são os memoráveis recortados pelo acontecimento enunciativo que determinam, de uma certa maneira e não de outra, a designação de um nome (nesse caso, do nome "português"). Nessa perspectiva, é o acontecimento enunciativo que, ao recortar um tal memorável, institui a metáfora como um lugar de memória dos sentidos de um nome ou de uma palavra, já que ela passa a dizer (a interpretar) sobre os sentidos desse nome ou dessa palavra em uma determinada cena enunciativa. A metáfora, então, nos permite olhar para a história que constitui o processo de significação de uma palavra, de um nome ou de uma expressão na língua.

⁷⁷ Tomamos a formulação "lugar de memória" do importante estudo feito pelo historiador francês Pierre Nora. No entanto, embora a formulação seja tomada de seu trabalho, o modo como a estamos empregando em nosso texto é distinto, na medida em que fazemos uma articulação dessa noção com o dispositivo teórico-analítico da semântica histórica da enunciação.

6. Tendo em vista o que apresentamos acima, podemos dizer que a designação de "português" no espaço de enunciação argentino é afetada pelas metáforas desse nome, tal como vemos no DSD abaixo:



A análise do DSD acima nos permite observar que os sentidos de "português" nesse espaço de enunciação são múltiplos, mas não são qualquer um. Eles são constituídos por recortes específicos da história de significação desse nome. As metáforas de "português" são lugares privilegiados — embora não sejam os únicos lugares — de observação desses recortes específicos da história, que fazem significar o nome "português" de determinados modos nos acontecimentos enunciativos analisados.

Capítulo IV

O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO LATINO-AMERICANO

Vou agora te contar como entrei no inexpressivo que sempre foi a minha busca cega e secreta. De como entrei naquilo que existe entre o número um e o número dois, de como vi a linha de mistério e fogo, e que é linha sub-reptícia. Entre duas notas de música existe uma nota, entre dois fatos existe um fato, entre dois grãos de areia por mais juntos que estejam existe um intervalo de espaço, existe um sentir que é entre o sentir - nos interstícios da matéria primordial está a linha de mistério e fogo que é a respiração do mundo, e a respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos de silêncio.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G. H.*)

*Nada sabemos da alma
Senão da nossa;
As dos outros são olhares,
São gestos, são palavras,
Com a suposição
De qualquer semelhança no fundo.*

(Fernando Pessoa, *É fácil trocar as palavras*)

4.1. INTRODUÇÃO

De início, podemos dizer que o título que demos a este capítulo parece audacioso, na medida em que ele se propõe, ao que nos sugere, tratar d'O (com maiúscula) espaço de enunciação latino-americano. Esse sentido, entre outros possíveis, é produzido porque muitos poderão ler nesse título um trabalho em que abordaremos o espaço de enunciação latino-americano na sua completude, tomando-o como um espaço homogêneo, como um

todo indiviso e sem contradições (como se lidássemos com a evidência de finitude/completude característica do próprio funcionamento da ideologia).

Nesta introdução ao capítulo, queremos desconstruir algumas dessas evidências, produzidas pelo nosso próprio gesto de nomeação. Desse modo, tomaremos a América Latina metonimicamente ao estudar, como viemos fazendo até então, o espaço de enunciação argentino. Do nosso ponto de vista, falar da Argentina e do modo de funcionamento das línguas e de como elas se relacionam entre si e com seus sujeitos-falantes é já lançar um olhar que extrapola os limites territoriais e enunciativos desse país, permitindo-nos tecer considerações mais gerais em termos de América Latina. Este nosso empreendimento rememora, a partir de um outro lugar teórico, o trabalho de Néstor García Canclini (2008) que, em *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*, diz o que se segue:

Assim como o gentílico *latino-americano* inclui mais de vinte denominações (e diferenças) nacionais, o ser mexicano pode ser dividido em modos mixtecos ou purépechas, chilangos ou jarochos. A questão das coexistências e tensões entre o que nos unifica e nos segmenta não é nova. Contudo, em sociedades que interagem com a intensidade hoje facilitada por viagens e comunicações eletrônicas, essa multidiversidade, mais complexa, exige que se fale de outro modo sobre o que nos pode agrupar. (CANCLINI, 2008, p. 31)

A rememoração do texto de Canclini se dá no ponto em que o autor nos diz que a multidiversidade latino-americana, com suas coexistências e tensões, “exige que se fale de outro modo sobre o que nos pode agrupar” (CANCLINI, 2008, p. 31). Assim, falaremos do latino-americano e da América Latina pela perspectiva dos estudos da linguagem. Falaremos das “tensões” a partir do político e das divisões que são constitutivas às línguas e aos seus sujeitos-falantes. Falaremos das “coexistências” a partir dos imaginários unificadores que sustentam as políticas linguísticas presentes neste espaço e dos modos como os sujeitos são interpelados por essa ideologia homogeneizante, que apaga as diferenças políticas e simbólicas da América Latina ao tratar das diferenças que lhe são constitutivas como “diferenças culturais” (as diferenças e as divisões são concebidas como não sendo políticas, mas sim como “simplesmente” culturais), tal como dizem Orlandi (1990) e Gadet e Pêcheux (1998). É esse outro modo, portanto, que queremos colocar em cena ao tratar da questão do *espaço de enunciação latino-americano*, tomando como base para esta reflexão as análises que fizemos no capítulo anterior.

Para iniciar a discussão, abordaremos o conceito de *espaço de enunciação*, tal como o compreendemos a partir dos investimentos teóricos que esse conceito recebe pelos trabalhos do linguista Eduardo Guimarães (2002).

4.2. SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

Em *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, Eduardo Guimarães (2002) introduz na teoria um conceito muito profícuo para quem se dedica a uma teoria materialista da linguagem: o de espaço de enunciação.

Pensado do interior de uma semântica da enunciação em que a história e o político são uma questão para o analista (ou seja, não são simples apêndices teóricos), o conceito de "espaço de enunciação" tem que ver com outras noções já discutidas nos capítulos anteriores, sobretudo no primeiro, quando tratamos das bases teóricas da semântica histórica da enunciação. Por isso, para compreendermos o que propomos desenvolver neste momento, a retomada de algumas dessas noções e conceitos se faz pertinente.

Como reiterado diversas vezes ao longo deste nosso trabalho, a teoria da semântica histórica da enunciação é uma teoria materialista da linguagem. Isso importa porque o sentido, para nós, não está colado às palavras nem aos objetos do mundo empírico. Não é, pois, uma teoria referencialista. Também não é uma teoria que lida com uma noção de sentido emprestada à metafísica. Ao contrário, ele (o sentido) é simbólico e, por assim ser, está exposto ao real (da língua e da história (cf. GADET; PÊCHEUX, 2004)). Isso quer dizer que ele não possui uma realidade autônoma (não é um elemento da natureza), mas é um efeito produzido a partir de um recorte do real pelo simbólico segundo um certo lugar social de dizer. Dito diferentemente, o sentido é simbólico porque ele nunca é completo, nunca é único/uno, nem homogêneo⁷⁸. Ele não significa tudo, mas também, como sabemos, não significa qualquer coisa. Este não significar qualquer coisa quer dizer que o sentido só é sentido se o consideramos na relação com as múltiplas determinações que o constituem materialmente.

⁷⁸ Lembramos um dizer de LACAN (1998, p. 506) que diz: “Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento.” (os grifos são do autor)

Assim, para falarmos de sentido e de língua, temos de falar, também, de história, de sujeito e de político, se possível tudo ao mesmo tempo. Considerando que, metodologicamente, não é possível abordar esses quatro elementos ao mesmo tempo, falaremos sobre cada um deles a seguir, retomando algumas questões anteriormente tratadas neste texto.

Como nos ensina Paul Henry (2010), a história consiste num “fazer sentido”. De posse dessa formulação, podemos dizer que o sentido é histórico porque ele “faz sentido”. À primeira vista, essa formulação pareceria uma tautologia, mas não o é. Segundo o que pensamos, esse “fazer sentido” implica sempre um movimento, uma relação com outros sentidos, a partir de um certo lugar ideologicamente interpelado. Na teoria, e segundo nosso ponto de vista, esse lugar constituído pela interpelação ideológica se materializa, na enunciação, no lugar social de dizer (também chamado de locutor-x). Dessa forma, o sentido não se produz a partir de um vazio, de lugar nenhum. Ele é histórico, então, porque se constitui na relação com outros sentidos — já postos, já silenciados, já recalcados, já censurados — que não cessam de significar no acontecimento enunciativo pela sua ausência-presença. Por estarem em uma relação e se constituírem como um efeito a partir de um recorte do real (entre outros recortes possíveis) pelo simbólico, os sentidos sempre podem ser outros, podem deslizar para outros lugares, podem produzir efeitos diversos. Eis porque a metáfora, enquanto uma relação de sentidos, nos é uma questão fundamental.

Ao falarmos de lugar social de dizer e de interpelação ideológica, falamos, ao mesmo tempo, de sujeito, sendo este concebido sempre na relação com a ideologia e o inconsciente que lhe determinam. Essas duas instâncias, a da ideologia e a do inconsciente, que se materializam na enunciação por meio do simbólico, nos é importante porque elas nos permitem descentralizar do sujeito uma vontade e um querer dizer conscientes. O sujeito, assim, não é mais o senhor de seu dizer (não é “Ego que se diz ego”, tal como em Benveniste). A ideologia, tal como a pensamos em nosso dispositivo teórico, a partir dos diálogos que estabelecemos com a análise de discurso materialista, e o inconsciente, tal como compreendido a partir da perspectiva freudo-lacaniana, são da ordem de “insabidos” que não cessam de significar, de se fazerem presentes, mesmo quando essas presenças se dão por meio da falta, do deslize, do recalque, da resistência, da censura etc.

É importante ressaltar, pelo que dissemos acima, que as noções de sujeito, tal como trabalhamos, e a de indivíduo, tal como trabalhada pelas perspectivas pragmáticas, não se recobrem, já que em semântica histórica da enunciação, assim como em outros campos do conhecimento, não trabalhamos com o indivíduo enquanto um ser biológico, fisiológico e/ou psicológico, mas sim enquanto um indivíduo sempre-já sujeito, constituído pela linguagem (daí falarmos em *sujeito-falante*) e individuado pelo Estado (cf. os processos de individuação pelo Estado estudados por Orlandi (2005)).

A noção de "sujeito-falante" envolve pensar que o sujeito, além de determinado pela ideologia, pela história e pelo inconsciente é, também e sobretudo, determinado pela(s) língua(s) que fala e pelo real recortado por ela(s). É, enfim, um sujeito de linguagem.

Por fim, e não menos importante que os outros conceitos trabalhados acima, o conceito de *político* possui uma força conceitual e metodológica na semântica histórica da enunciação que merece ser posta em questão quando tratamos do espaço de enunciação e das relações entre línguas e entre línguas e falantes. Diremos, primeiramente, que esse conceito, segundo o que pensamos, aparece nessa teoria semântica como uma forma de lidar, a partir de uma teoria materialista da linguagem, com a divisão constitutiva dos sujeitos e dos sentidos.

Aprendemos com a filosofia marxista que as formações sociais capitalistas se estruturam pelas divisões de classe e que a história se movimenta pela luta de classes e pela contradição que se instala com essa divisão (Gadet e Pêcheux (2004) dirão, mais tarde, que a contradição é o real da história). Embora esse ensinamento marxista esteja sempre ressoando na memória, nosso trabalho teórico procura ir além da divisão de classes e da luta entre essas classes como um motor da história. Lidamos com uma concepção de divisão e de contradição enquanto estas são constitutivas dos processos de significação. Isso quer dizer, então, que nos afastamos de uma perspectiva que concebe que o movimento da história se dá na direção da superação da contradição para atingir uma *síntese*. Para nós, não é isso o que caracteriza o real (nem o da língua, nem o da história), visto que não há meios de superar essa divisão, já que ela é própria dos sujeitos, frutos sempre-já de uma divisão⁷⁹, e dos sentidos na linguagem.

⁷⁹ Lembramos aqui do mito grego de Eros e Afrodite. Eis o que nos diz Ana Vicentini de Azevedo sobre ele: “Esse Eros primevo [o quarto na linhagem dos deuses primordiais — Caos, Terra (Ghéia) e Tártaro — que não são gerados por seres sexuados, como serão as demais divindades] em muito difere de outro, mais tardio e

De posse dessa discussão, vejamos como o político é compreendido por nós. Segundo Guimarães (2002):

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16)

A seguir, apresentaremos a leitura que fazemos do excerto acima. Em primeiro lugar, é importante destacar que o político é parte do funcionamento da linguagem e isso está posto quando E. Guimarães (2002, p. 16) formula que “o político é incontornável porque o homem fala”. Além disso, a contradição, noção cara às teorias materialistas, se apresenta como uma questão, visto que ela caracteriza o político (“contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”). Dessa maneira, o político, na semântica histórica da enunciação, é compreendido como a contradição de uma normatividade que divide desigualmente o real e convoca modos de resistência dos excluídos frente a essa divisão normativa e desigual.

Queremos mostrar agora que essa compreensão do político apresentada acima não é menos materialista que os outros conceitos e noções com as quais trabalhamos no dispositivo teórico-analítico da semântica histórica da enunciação. Para isso, trazemos três excertos de Marilena Chauí (2008) nos quais ela mostra o funcionamento da divisão social de classes estudada por Marx e como as resistências são pensadas pela teoria materialista marxista.

A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica: a existência de diferentes formas de propriedade, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios do trabalho, incidindo, por sua vez, na desigual distribuição do produto do trabalho. Numa palavra: a divisão social do

mais comumente conhecido como Eros, filho de Afrodite, e que, portanto, vem a um mundo, a um cosmos — lembrando que este termo, em grego, implica ordenação — que já se afastou do Caos, do vazio do primeiro Eros. A origem do segundo Eros dá notícias de divisões, de perdas, de relações que passam pela diferença sexual. Sua mãe, Afrodite (Aphrodite), nasce dos testículos do pai, Uranos, atirados ao mar pelo filho Crónos (*aphros* é tanto espuma do mar quanto esperma). Filha da divisão, da castração, sua missão será atrair, aproximar, unir seres que estão igualmente marcados pela divisão, para que dois possam gerar um, que é três.” (AZEVEDO, 2004, p. 28)

trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma de propriedade. (CHAUÍ, 2008, p. 62)

Lemos no texto acima que a divisão para o marxismo é, de algum modo, constitutiva da formação social capitalista moderna, já que não se trata “de uma simples divisão de tarefas, mas [d]a manifestação de algo fundamental na existência histórica”. Embora se acredite que a luta de classes possa superar essa divisão por meio da "síntese", tal como essa noção é pensada na teoria marxista, — o que difere da nossa perspectiva, já que por ser constitutiva das relações simbólicas, a divisão não é nunca superada —, há um elemento nessa discussão que nos parece muito produtivo: a divisão é sempre desigual. A divisão própria do funcionamento do político também o é.

Outra questão dessa concepção materialista marxista que nos interessa tem que ver com o fato de que a divisão instala, em contrapartida, uma resistência.

As massas dos explorados enfim compreenderá que esses poderes foram produzidos pela *práxis* social e que, por serem produtos da atividade histórica dos homens em condições determinadas, também podem ser destruídos pela prática social dos homens em condições determinadas. Até agora os homens fizeram história, mas sem saber que a faziam, pois, ao fazê-la em condições determinadas que não foram escolhidas por eles, tomavam tais condições como exteriores e dominadores que os compeliavam a agir. Com a revolução comunista, os homens saberão que fazem a história, mesmo que não tenham escolhido as condições em que a fazem. (CHAUÍ, 2008, p. 72)

Levando-se, ainda, em consideração os ensinamentos de Marx, percebemos que a resistência aparece especificamente na noção de *luta de classes*. Vejamos:

Produzida pela divisão social do trabalho, que a cinde em classes contraditórias, a sociedade civil realiza-se como luta de classes. A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação, indo desde o modo de organizar o processo de trabalho (separando os trabalhadores uns dos outros e separando a esfera de decisão e de controle do trabalho da esfera de execução, deixando esta última para os trabalhadores) e o modo de apropriar-se dos produtos (pela exploração da mais-valia e pela exclusão dos trabalhadores do usufruto dos bens que produziram), até as normas do Direito e o funcionamento do Estado. Ela está presente também em todas as ações dos trabalhadores da cidade e do campo para diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, a criação de sindicatos livres, até a formação de movimentos políticos para derrubar a classe dominante. A luta de classes é o cotidiano da sociedade civil. Está na política salarial, sanitária e educacional, está na propaganda e no consumo, está nas greves e nas eleições, está nas relações entre pais e filhos, professores e estudantes, policiais e povo, juízes e réus, patrões e empregados. (CHAUÍ, 2008, pp. 73-74)

Nosso objetivo ao colocar em cena os recortes acima é o de mostrar os pontos de identificação da semântica histórica da enunciação, tal como a compreendemos, com os postulados teóricos e filosóficos do marxismo, o que torna possível dizer que esse campo de estudos da significação e do sentido é também uma teoria materialista. No entanto, isso não quer dizer que falamos, *strictu sensu*, do mesmo lugar em que falam Marx e também Chauí. As divergências teóricas aparecem — e é importante que apareçam, porque são elas que, segundo o que pensamos, permitem com que novos gestos de interpretação signifiquem no curso da história.

Um diferença importante entre o materialismo marxista e o materialismo que praticamos nas ciências da linguagem tem que ver, entre outras questões, com o conceito de "ideologia". Para o materialismo marxista ela é uma ocultação da realidade, da verdade, o que faz pensar que, ao denunciá-la, não se está mais na ideologia. Para nós, ao contrário, ela é constitutiva de todos os processos de significação. Não há modos de falar que não sejam sempre-já interpelados ideologicamente. Essa discussão importa porque o conceito de "político" com que trabalhamos rememora enunciações passadas acerca da divisão da sociedade burguesa em classes e da luta de classes que essa divisão instala no próprio funcionamento dessa formação social capitalista. Mas o conceito de "político" não se reduz à luta de classes, pois é uma divisão que se dá no simbólico.

Não se trata, portanto, de reproduzir as ideias marxistas para poder ser considerado materialista. Nosso foco não está na filosofia nem na sociologia. A questão da divisão, da resistência, da ideologia aparece no interior dos estudos de linguagem. Nosso material de trabalho é, então, a linguagem. Falamos da sociedade, da história, da divisão, da luta, da resistência por meio dela. Essa consideração traz deslocamentos incontornáveis com relação aos estudos que se fazem dessas “mesmas” questões no interior de outras ciências, como a filosofia ou a sociologia. O político está para o simbólico, assim como o simbólico está para o sujeito e para o sentido (“[...] o político é incontornável porque o homem fala”; “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” (GUIMARÃES, 2002, 16).

Olhando por um outro ângulo o conceito de "político" de Guimarães (2002), não podemos deixar de considerar a relação que o desenvolvimento de tal conceito guarda com as reflexões do filósofo francês Jacques Rancière (1996), sobretudo a partir de seu livro

intitulado, na versão brasileira, *O desentendimento: política e filosofia*. Neste momento, consideraremos o texto “A razão do desentendimento”, presente nessa mesma obra, pois a discussão aí presente nos auxiliará na compreensão do político tal como Guimarães (2002) o define (como “divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 16)).

O interesse pelo trabalho de Rancière está no fato de que o filósofo trata a questão da *racionalidade política* por meio de uma perspectiva da linguagem. Seu campo de observação é a argumentação política e o seu modo de funcionamento contraditório (*paradoxo desconcertante*, na formulação do autor). Desse modo, a racionalidade política não é pensada por meio de um certo racionalismo que enclausura a causa política (ou o político) em uma dicotomia, tal como Rancière (1996) afirma: “perder de vista essa dupla especificidade do ‘diálogo’ político [o *logos* é fundado sobre a palavra e a contagem da palavra] é encerrar-se em falsas alternativas que exigem uma escolha entre as luzes da racionalidade comunitária e as trevas da violência originária ou da diferença irreduzível” (RANCIÈRE, 1996, p. 55). Nessa citação, o “diálogo político” não se dá pela via da escolha (ou se escolhe uma racionalidade comunitária, isto é, adota-se uma posição de que há uma língua comum a todos e todos se entendem, o que gera o desentendimento, ou se escolhe as “trevas da violência originária”, ou seja, a violência de uma divisão que não é superada pelo político, ou ainda, que o entendimento se faz pelo desentendimento constitutivo que marca as enunciações dos sujeitos). Ao contrário, há algo na compreensão do político que joga no entremeio dessa relação entre racionalidade comunitária e trevas da violência originária.

Para construir sua argumentação, Rancière aproxima-se da pragmática para dela se distanciar, conforme aparece no excerto abaixo:

Será que é assim que o *logos* circula nas relações sociais e nelas se efetua: nessa identidade da compreensão e da intercompreensão? Pode-se responder, é claro, que tal identificação é uma antecipação, que ela deve antecipar uma situação ideal, ainda não dada, da interlocução. Concedamos que uma ilocução bem-sucedida antecipa, sempre, uma situação de palavra que ainda não é dada. Mas disto não se segue, de forma alguma, que o vetor dessa antecipação seja a identidade entre compreender e compreender. É, ao contrário, a distância entre duas acepções de “compreender” que institui a racionalidade da interlocução política e funda o tipo de “sucesso” que lhe é próprio: não o acordo dos parceiros sobre a relação optimal das parcelas, mas a melhor manifestação da divisão. (RANCIÈRE, 1996, p. 56)

Acima percebemos que o próprio das relações sociais, ou melhor, do *logos* (da *lógica*) dessas relações é que a evidência da intercompreensão não funciona, mesmo que os mecanismos de antecipação projetem uma situação de comunicação ideal. A divisão entre as posições do locutor e do interlocutor é fundante no *diálogo político*. Não há compreensão plena, como se concebe na antecipação de uma situação ideal. O real se apresenta pelas “trevas da violência originária ou da diferença irreduzível”. A visualização desse conflito é feita pelo estudo do significante “compreender”. Ainda com relação ao fragmento acima citado, Rancière nos diz que a diferença semântica de “compreender” está no modo como a interlocução política se estrutura, ou seja, diríamos, a partir de nossa leitura, que o preenchimento semântico desse significante “compreender” se dá pelo modo como os lugares enunciativos são ocupados na interlocução política. Isso quer dizer que a performatividade de “compreender” não está num *a priori* da antecipação da situação, mas na própria cena configurada pelos modos de ocupação dos lugares na interlocução política. Essa discussão interessa ao estudioso da semântica histórica da enunciação e da semântica do acontecimento na medida em que esse estudo de Rancière contribui também para a nossa compreensão do conceito de *cena enunciativa*, tal como apresentamos no capítulo segundo deste nosso trabalho.

Trabalhando com os sentidos possíveis que a pergunta “Você me compreendeu?” pode produzir, o autor nos mostra como a divisão, que lemos como sendo constitutiva da argumentação política, da cena enunciativa⁸⁰, produz efeitos de significação diferentes segundo os lugares ocupados pelos falantes na cena. Segundo o texto de Rancière (1996), no uso social comum o “Você me compreendeu?” se constitui numa falsa interrogação, já que significa: [1] “Você não tem nada para compreender, você não precisa compreender” (“compreender um problema”) e [2] “Você não tem condições de compreender. Você só tem que obedecer” (“compreender uma ordem”). Pela lógica pragmática, o entendimento desse enunciado passaria pelas condições de verdade, que consiste numa relação estanque entre o locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), o interlocutor (quem sou eu para que o outro me fale assim?) e o ato de fala (o que se quer dizer com aquilo que está sendo dito?).

⁸⁰ Rancière (1996) não fala de “cena enunciativa”. Ele fala em “cena de palavra” (p. 58) “cena política” (p. 61), “cena de comunidade paradoxal” (p. 61), “cena de argumentação” (p. 63), “cena argumentativa” (p. 64), “cena do desentendimento” (p. 64), entre outras expressões. Somos nós que falamos de “cena enunciativa”, segundo o modo como compreendemos essa discussão do lugar teórico que ocupamos.

Para Rancière, essa não deve ser a compreensão do enunciado “Você me compreendeu?”. Segundo o autor, a pergunta expõe o dizer a uma divisão entre duas categorias de seres falantes: “pessoas que compreendem os problemas e as pessoas que devem compreender as ordens que as primeiras lhes dão” (RANCIÈRE, 1996, p. 56). No entanto, essa divisão não é concebida em termos da performatividade pragmática, porque a relação entre as duas categorias de falantes não é tomada na sua evidência (o locutor *a*, por ocupar o lugar *b* quer dizer *c* ao interlocutor, que ocupa o lugar *d* na interlocução).

Dizer isso não é invocar a fatalidade de uma lei do poder que sempre selaria, por antecedência, a língua da comunicação e marcaria com sua violência toda racionalidade argumentativa. É dizer, apenas, que essa racionalidade política da argumentação nunca pode ser mera explicitação do que falar quer dizer. Submeter os enunciados às condições de sua validade é colocar em litígio o modo como cada uma das partes participa do *logos*. Uma situação de argumentação política deve sempre ser ganha da divisão preexistente, e constantemente reproduzida, entre uma língua dos problemas e de uma língua das ordens. (RANCIÈRE, 1996, p. 57)

Neste recorte, o termo “litígio”⁸¹ aparece formulado para tratar do modo como cada uma das partes (locutor e interlocutor) participam do *logos* da racionalidade política. A divisão é sempre anterior à cena e é constantemente reproduzida, o que se afasta da posição marxista de que por meio da luta de classes a divisão é superada pela *síntese* dos poderes antagônicos em disputa. Na posição de Rancière — posição esta com a qual nos identificamos — a racionalidade política da argumentação se estrutura a partir da cena de enunciação, o que complexifica as formas de se conceber os lugares ocupados pelos falantes na interlocução. Não há um querer dizer consciente do qual o falante tem acesso direto. São lugares constituídos na história (“uma situação de argumentação política deve sempre ser ganha da *divisão preexistente*” (RANCIÈRE, 1996, p. 57, o grifo é nosso)).

Nessa trama complexa e tensa entre os lugares ocupados pelos falantes na cena da argumentação política, Jacques Rancière mostra que as respostas ao “Você me compreendeu?” por parte do destinatário da ilocução podem ser de vários níveis. No primeiro nível, temos: [1] “Comprendemos vocês, já que compreendemos”, que quer dizer [1.1] “Já que compreendemos suas ordens, compartilhamos com vocês o mesmo poder de compreender”. Nesse primeiro nível, a resposta ao “Você me compreendeu?” se constrói relativamente à evidência de uma língua comum (a língua dos problemas e a língua das

⁸¹ Este termo caracterizará as formas de se falar no político pela semântica histórica da enunciação, já que as relações entre sujeitos e sentidos se fazem por uma disputa incessante pelo poder e acesso à palavra.

ordens). No segundo nível, essa evidência se complexifica já que se tem: [2] “Compreendemos o que você diz quando diz ‘você me compreendeu?’. Compreendemos que quando diz ‘você me compreendeu?’, diz na verdade: ‘não precisa me compreender, não têm como me compreender, etc.’” Considerando o segundo nível de resposta, percebemos que a evidência de uma língua comum se desconstrói (“se desmultiplica”, nas palavras do autor). Há os que falam a mesma língua e há os que falam diferente (“comunidade” e “não-comunidade”, segundo Rancière). O desdobramento do segundo nível dependerá da maneira como a comunidade (lemos “os incluídos”) e a não-comunidade (lemos “os não-incluídos”) se relacionam segundo os lugares ocupados pelos falantes na interlocução. No primeiro desdobramento do segundo nível, a razão do desentendimento se localiza na afirmação da não-existência de uma língua comum (a perspectiva da não-comunidade interpreta o sentido do enunciado): [2.1] “Compreendemos que vocês utilizam o meio de comunicação para nos impor sua linguagem. Compreendemos que vocês mentem ao colocar como língua comum a língua de suas ordens. Compreendemos, em suma, que todo universal da língua e da comunicação é um logro, que há tão-somente idiomas de poder e que devemos, nós também, forjar o nosso”. O segundo desdobramento coloca que a razão do desentendimento se localiza, justamente, na existência de uma língua comum (a comunidade é a razão da não-comunidade): [2.2] “Compreendemos que vocês querem declarar a nós que existem duas línguas e que não podemos compreender vocês. Percebemos que vocês fazem isso para dividir o mundo entre os que mandam e os que obedecem. Dizemos, ao contrário, que há uma única linguagem que nos é comum e que conseqüentemente nós compreendemos vocês mesmo que vocês não o queiram. Enfim, compreendemos que vocês mentem ao negar que existe uma linguagem comum.”

Algo importante podemos apreender da discussão que apresentamos até aqui: o sentido de um enunciado, segundo Rancière (1996), não é natural. Ele é construído na cena da argumentação política, que implica, como vemos, na tomada de posição do locutor na enunciação, explicitando-lhe um lugar de enunciador.

A resposta à falsa pergunta “Você me compreendeu?” implica portanto a constituição de uma cena de palavra específica em que se trata de construir uma outra relação, ao explicitar a posição do enunciador. O enunciado assim completado vê-se então extraído da situação de palavra em que funciona de maneira natural. É colocado numa outra situação em que não

funciona mais, em que é objeto de exame, entregue ao estatuto de enunciado de uma língua comum. É nesse espaço de comentário que objetiva e universaliza o enunciado “funcional” que as pretensões de validade desse enunciado são radicalmente postas à prova.” (RANCIÈRE, 1996, p. 58)

As condições de verdade (“condições de validade”), que a pragmática vê como algo fora da linguagem, são encaradas como parte das relações de linguagem. A cena explicita a posição do enunciatador e retira a palavra de seu estado “natural”, como diz o autor em questão. O enunciado é, então, objeto de exame, de comentário, de uma meta-enunciação que se dá a partir da explicitação da ocupação dos lugares pelos falantes no diálogo político.

A análise do enunciado “Você me compreendeu?” põe em cena o litígio próprio da argumentação política e coloca como questão o estatuto do entendimento da linguagem (e, conseqüentemente, a razão do desentendimento). Tal entendimento se faz pela dedução de que há entendimento (perspectiva da comunidade), eis a razão do desentendimento, ou o que há são apenas línguas de problemas e línguas de ordem, sendo que nessa divisão não há entendimento (“não precisa me compreender, não têm como me compreender” – perspectiva da não-comunidade)? Olhemos com cuidado o recorte abaixo:

Desse entendimento [aquele que se deduz de uma linguagem], com efeito, pode-se deduzir alguma coisa ou nada. Do fato de uma ordem ser compreendida por um inferior pode-se deduzir simplesmente que essa ordem foi bem dada, que quem ordena teve pleno sucesso no seu próprio trabalho e conseqüentemente quem recebe a ordem executará bem o seu trabalho que é um prolongamento daquele, de acordo com a divisão entre a simples *aisthesis* e a plenitude da *hexis*. Mas também se pode deduzir uma consequência totalmente desconcertante: se o inferior compreendeu a ordem do superior, é que ele participa da mesma comunidade dos seres falantes, que é, nisso, seu igual. Deduz-se daí, em suma, que a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes. (RANCIÈRE, 1996, p. 60)

Tocamos aqui no fundamental da discussão de Jacques Rancière (1996). Analisando o fragmento supracitado, uma posição pragmática poderia se impor à compreensão da razão do desentendimento. Nessa posição, como vemos acima, poderia se deduzir que a causa da compreensão de uma ordem por um inferior seria o fato de essa ordem ter sido “bem dada”, que “quem ordena teve pleno sucesso no seu próprio trabalho” (RANCIÈRE, 1996, p. 60). Para ir além de uma explicação simplista, o filósofo propõe pensar que a compreensão da ordem dada por um superior a um inferior se deu porque as duas partes (o superior e o inferior) compartilham do mesmo estatuto de ser falante. Daí, a desigualdade social se

sustentar pela existência de igualdade dos seres falantes. Em outras palavras, a divisão social se produz porque se fala uma mesma língua⁸².

Essa dedução é, no sentido próprio do termo, desconcertante. [...] a lógica do entendimento “normalmente” só se apresenta sob a forma do paradoxo desconcertante e do conflito interminável. Dizer que há uma cena comum da palavra *porque* o inferior entende o que diz o superior só é possível mediante a instituição de um discordo, de um enfrentamento de princípio entre dois campos: há os que pensam que existe entendimento no entendimento, isto é, que todos os seres falantes são iguais enquanto seres falantes. E há os que não pensam assim. Mas o paradoxo reside no seguinte: os que pensam que existe entendimento no entendimento só podem fazer valer essa dedução a não ser sob a forma de conflito, do desentendimento, já que devem fazer ver uma consequência que nada deixa ver. Por esse fato, a cena política, a cena da comunidade paradoxal que põe em comum o litígio, não poderia identificar-se com um modelo de comunicação entre parceiros constituídos sobre objetos ou fins pertencentes a uma linguagem comum. Isso não implica remetê-la a uma incomunicabilidade das linguagens, a uma impossibilidade de entendimento ligada à heterogeneidade dos jogos de linguagem. A interlocução política sempre misturou os jogos de linguagem e os regimes de frases e sempre singularizou o universal em sequências demonstrativas feitas do encontro dos heterogêneos. Com jogos de linguagem e regimes de frases heterogêneos, sempre se construíram intrigas e argumentações compreensíveis. Porque o problema não é se entenderem pessoas que falam, no sentido próprio ou figurado, ‘línguas diferentes’, nem remediar ‘panes da linguagem’ pela invenção de linguagens novas. O problema está em saber se os sujeitos que se fazem contar na interlocução ‘são’ ou ‘não são’, se falam ou produzem ruído. Está em saber se cabe ver o objeto que eles designam como o objeto visível do conflito. Está em saber se a linguagem comum na qual expõem o dano é, realmente, uma linguagem comum. A querela não tem por objeto os conteúdos de linguagem mais ou menos transparentes ou opacos. Incide sobre a consideração dos seres falantes como tais. É por isso que não se trata de opor uma era moderna do litígio, ligada à grande narrativa de ontem e à dramaturgia da vítima universal, a uma era moderna do diferendo, ligada ao esfacelamento contemporâneo dos jogos de linguagem e dos pequenos contos. A heterogeneidade dos jogos de linguagem não é um destino das sociedades atuais que viria suspender a grande narrativa da política. Ela é, ao contrário, constitutiva da política, é o que separa da igual troca jurídica e comercial de um lado, da alteridade religiosa ou guerreira de outro.” (RANCIÈRE, 1996, pp. 60-62)

O recorte é um pouco extenso, mas é muito elucidativo para compreendermos o modo como Rancière considera o político. Para ele, a perspectiva da comunidade (igualdade entre os seres falantes) representa um *paradoxo desconcertante*, pois, como já mostramos, o fato de haver uma igualdade entre os seres falantes (tanto o superior quanto o inferior são falantes de uma "mesma" língua) não garante que a divisão social não se (re)produza. No limite, o *status quo* da divisão social se sustenta na própria igualdade dos seres falantes. Eis onde reside o paradoxo desconcertante. Entre a comunidade e a não-

⁸² Lembramos aqui da necessidade dos colonizadores europeus, a partir do século XVI, de aprenderem a língua dos indígenas para poder submetê-los à ideologia colonizadora dos brancos. A imposição da lei, a submissão ao rei e à Igreja se deu, por muito tempo de nossa história, pelo fato de existir uma língua geral, resultante do processo de gramatização, sobretudo do tupi, pelos padres jesuítas. Muitos são os trabalhos que abordam essa questão. Recomendamos dois neste momento: *Terra à vista!*, de Eni Puccinelli Orlandi (1990) e *Colonização linguística*, de Bethania Mariani (2004).

comunidade está a comunidade paradoxal, marcada principalmente pelo litígio. O desentendimento e o litígio não se localizam no conteúdo da língua comum (não é uma posição do conteudismo). O desentendimento está nos modos como os falantes ocupam os lugares de enunciação (“o problema está em saber se os sujeitos que se fazem contar na interlocução ‘são’ ou ‘não são’, se falam ou produzem ruído” (RANCIÈRE, 1996, pp. 60-62)). Um ponto importante dessa discussão a ser ressaltado é que esse paradoxo desconcertante de que nos fala Rancière é constitutivo da política e não se trata de um “pane de linguagem” que deverá ser concertado. A divisão, portanto, está posta pelo funcionamento mesmo da língua.

Diante dessa questão irresolvida e conflituosa do litígio instaurada pela perspectiva da comunidade paradoxal, como Rancière (1996) pensa os modos de resistência frente às exclusões e às divisões constitutivas trazidas com o funcionamento da língua? Um modo de responder a essa questão é:

Os que fazem funcionar a ordem existente, como patrões, magistrados ou governadores, não veem a consequência que leva de um termo a outro. Não veem o meio termo entre as duas identidades que poderia reunir o ser falante, que com-partilha uma linguagem comum, numa fábrica ou trabalha para um fabricante. Eles não veem, consequentemente, como a parcela recebida por um operário sob o nome de salário poderia tornar-se uma questão de comunidade, objeto de uma discussão pública. (RANCIÈRE, 1996, p. 62)

Uma leitura possível desse fragmento tem que ver com o desconhecimento dos sujeitos-falantes do lugar que ocupam na cena enunciativa. Diríamos, desde o nosso lugar teórico, que esse é o funcionamento da ideologia, que produz um efeito de evidência para os sujeitos, ao mesmo tempo em que os coloca à margem do conhecimento do processo de interpelação ideológica. Tampouco podemos desconsiderar o fato de que o não-ver dos patrões, magistrados ou governadores das questões da comunidade se refiram somente ao processo de desconhecimento ideológico próprio do funcionamento da ideologia. Há algo que é da ordem do consciente e do planejado que produz apagamentos e censuras na administração da relações sociais nessas sociedades cuja divisão lhes é constitutiva. Como a exclusão e divisão se justificam pelo reconhecimento idealizado da igualdade entre os seres falantes, o litígio se impõe porque aqueles que produzem “ruídos” também querem ter o direito de “falar”. Um exemplo disso que estamos discorrendo pode ser vista na questão trazida pelos movimentos sociais.

E o desentendimento que se instala nos anos que seguem ao apólogo de Ballanche, esse desentendimento que se chamará movimento social ou movimento operário, consistiu em dizer que esse mundo comum existia; que a qualidade comum ao ser falante em geral e ao operário empregado em tal função determinada existia, e que essa qualidade comum era também comum aos operários e seus empregadores, que era sua pertença a uma mesma esfera de comunidade já reconhecida, já escrita [...]: a da declaração revolucionária da igualdade, em direito, dos homens e dos cidadãos. O desentendimento destinado a por em ato o entendimento consistiu no seguinte: afirmar a inscrição da igualdade sob a forma de “igualdade dos homens e dos cidadãos” perante a lei definia uma esfera de comunidade e publicidade que incluía os “assuntos” do trabalho e determinava o espaço de seu exercício como dependente da discussão pública entre sujeitos específicos. (RANCIÈRE, 1996, pp. 62-63)

Os movimentos sociais ou operários enchem de fala aquilo que é significado enquanto ruído pelos patrões, magistrados ou governadores. Há uma afirmação de pertencimento na divisão produzida pelo imaginário de igualdade. O paradoxo desconcertante se funda, então, pela igualdade e não pela diferença: de um lado temos a “igualdade” sendo interpretada pelo lugar da *não-comunidade*: “é porque somos seres falantes de uma língua que você compreende a ordem que lhe dou”; por outro lado, temos a “igualdade” sendo interpretada do lugar da *comunidade*: “é por pertencer à mesma comunidade de falantes que eu afirmo o meu pertencimento e o meu direito de falar, mesmo que você não o queira ou queira destituir-me desse lugar”. Os movimentos sociais, desse modo, insistem na existência de um mundo comum entre operários e patrões, fazem frente à deslegitimação de seus lugares na comunidade, questionam, enfim, a existência de duas línguas (a dos problemas e a das ordens). Como diz o filósofo:

[...] para construir suas argumentações e suas manifestações para por em relação as formas de visibilidade do *logos* igualitário com seus lugares de invisibilidade, o movimento social e operário teve de reconfigurar as relações do visível e do invisível, as relações entre os modos do fazer, modos do ser e os modos do dizer que operam em favor dos trabalhadores e de sua palavra”(RANCIÈRE, 1996, p. 97)

Com essa leitura, aprendemos que o político é de outra ordem que não a da organização policial. Não é tampouco uma forma de meta-política, que liga “o justo e o injusto aos jogos de verdade ‘social’ e da falsidade ‘política’” (RANCIÈRE, 1996, p. 97). Por fim, não é uma forma de dar conta (no sentido de resolver) a divisão e o desentendimento constitutivos das relações sociais. É parte do *logos* (da lógica) do político a divisão, mas também é parte dele a afirmação de pertencimento daqueles que ficam de fora da igualdade do direito de fala, daqueles cujo pertencimento à comunidade dos falantes

é desconsiderado, sob o pretexto de que as línguas são diferentes (as línguas dos problemas e as das ordens).

Não difícil perceber os pontos em que o conceito de "político" de Guimarães toca no modo como Rancière o compreende. Os pontos de contato são visíveis, mas as diferenças também, principalmente porque a compreensão do "político" na semântica histórica da enunciação se faz relativamente a outros conceitos de igual importância, como os de língua, de história e de sujeito, que não são objeto de preocupação da discussão filosófica de Rancière, e isso traz diferenças teóricas inevitáveis.

Diante dessa retomada teórico-conceitual do dispositivo da semântica histórica da enunciação, reafirmamos nossa posição de que não há a possibilidade de se falar de língua e de sentido sem que se compreenda, minimamente, que tanto a língua quanto o sentido e a significação são processos históricos, simbólicos e políticos. Somente a partir da compreensão desses elementos conceituais básicos, é que podemos discutir sobre o *espaço de enunciação* e sobre a força analítica que tal conceito traz para as análises que fazemos do funcionamento das línguas em relação.

Em *Semântica do Acontecimento*, Eduardo Guimarães (2002) define o *espaço de enunciação* da seguinte maneira:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que considerarei há pouco o político. (GUIMARÃES, 2002, pp. 18-19)

O primeiro ponto a ser levantado é que o espaço de enunciação não é topológico, pois não se limita ao espaço físico. Não é um lugar do mundo empírico. Além disso, não se trata de qualquer espaço. Há um complemento nominal ("de enunciação") na formulação "espaço de enunciação" que desloca a compreensão de "espaço" tal como pensado originalmente pela topografia e que o significa enquanto parte das relações de linguagem. Se é uma relação de linguagem, é, portanto, um espaço constituído e marcado por divisões, silenciamentos, censuras, resistências, disputas, litígios, enfim, por tudo o que o simbólico nos permite pensar em termos de funcionamento de linguagem.

O espaço de enunciação é um espaço habitado por sujeitos-falantes, sujeitos constitutivamente divididos. Além das determinações da história, da ideologia e do inconsciente, os sujeitos-falantes são determinados, como já dissemos, pelas línguas que falam. Se tomamos o espaço de enunciação latino-americano como exemplo, veremos (e vimos isso nas análises feitas no capítulo anterior) que ser falante de português não significa a mesma coisa que falar espanhol, inglês, francês etc. O sujeito-falante dessa língua tem de lidar com a contradição que marca o movimento da história, dado que ser falante de português é ser não-falante de espanhol, não-falante de inglês, não-falante de francês etc. E, ao se constituir nessa relação de negatividade com as outras línguas, o sujeito-falante de português é falante de uma língua que é, ao mesmo tempo, uma língua e uma não-língua.

O que desejamos enfatizar é que, como parte do dispositivo da semântica histórica da enunciação, o conceito de "espaço de enunciação" nos permite olhar para as formas pelas quais a contradição vai se materializando no simbólico, e nos permite, também, olhar para o modo como os sujeitos são determinados — e desse modo, incluídos e excluídos do seu direito à palavra — pelas línguas que falam. Retomando a fala de Guimarães (2002),

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Por não se tratar de uma empiria, já que não é visível “a olho nu”, o espaço de enunciação se caracteriza, outrossim, por ser histórico, por ser um espaço de relação (de relação entre línguas, entre sujeitos, entre línguas e sujeitos, entre sentidos). E, sendo um espaço de relação, é também um espaço de disputa, de litígio, já que sua constituição está marcada por uma divisão normativa e desigual do real pelo político. O caráter histórico do espaço de enunciação tem que ver com o caráter histórico das línguas que estão em relação nesse espaço. A esse respeito, Guimarães (2005) nos ensina:

Para mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes, ou seja, línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e, enquanto tais, estão relacionados àqueles que falam. Não haveria língua portuguesa sem falantes dessa língua. Por sua vez, a existência de pessoas está sempre relacionada ao fato de que elas falam tal língua e de tal modo. O espaço de enunciação é o lugar de atribuição das línguas para seus falantes. E cada espaço de

enunciação tem uma regulação histórica específica, ou seja, distribui as línguas que estejam em relação em condições históricas específicas, de um modo particular. (GUIMARÃES, 2005, p. 10)

Retomando uma discussão de RANCIÈRE (1996), a questão é que todos os sujeitos no espaço de enunciação são sujeitos-falantes de uma ou mais línguas, ou seja, compartilham do estatuto de seres falantes de línguas. No entanto, ser falante de uma língua não garante o seu direito de acesso à palavra e ao dizer. Em outras palavras, dependendo da língua de que se é falante, pode-se produzir uma fala ou pode-se produzir um ruído. Mostraremos isso que estamos dizendo mais abaixo, ao interpretarmos as análises que fizemos. Andiantando um pouco o percurso, vemos que no espaço de enunciação latino-americano ser falante de português não é garantia de um lugar legitimado de fala, pois, como dissemos anteriormente, ele é significado como uma língua (língua da integração, da resistência latino-americana) e como uma não-língua, no sentido de que ele não pertence ao campo das línguas hegemônicas, sendo, portanto, uma não-língua porque "não dá conta" de significar o mundo globalizado, enquanto outras línguas "dão".

Por fim, diremos que é preciso que as línguas estejam em relação entre si e em relação com a história para que elas funcionem politicamente, operando divisões e distribuindo os sujeitos segundo os lugares que ocupam nessa distribuição desigual. Insistindo um pouco mais nessa questão, retomamos outro dizer de Guimarães (2005). Para o linguista,

[...] uma língua, ao funcionar, se divide em decorrência de sua relação com seus falantes. No espaço de enunciação, os falantes não são tomados enquanto indivíduos psicologicamente. O falante não é um indivíduo que escolhe sua língua. Os falantes são caracterizados sócio-históricamente pelo modo como são tomados pelas línguas e suas divisões, e que nesta medida se distinguem linguisticamente. (GUIMARÃES, 2005, p. 19)

Feitas essas considerações de ordem teórica sobre o conceito de *espaço de enunciação*, iniciaremos a seguir nossa reflexão em torno do espaço de enunciação latino-americano, tomando como base as análises que fizemos dos recortes selecionados para nossa pesquisa.

4.3. POLÍTICA DE LÍNGUAS NA AMÉRICA LATINA E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO LATINO-AMERICANO

Nesta parte do trabalho, queremos colocar em relação os resultados obtidos com as análises das metáforas que determinam a designação de "português", conforme apresentamos no capítulo anterior, com duas questões importantes para os estudos que se debruçam sobre as relações entre línguas na América Latina: a questão da política de línguas e a do espaço de enunciação latino-americano.

Consideremos o primeiro recorte:

Recorte 1

E: Qual é a sua opinião sobre a implementação do português nas escolas?

MN: Bom, eu não tenho muita expectativa porque nós somos conscientes de que, embora se fale que o português, como língua estrangeira, tem que ser ensinado obrigatoriamente nas escolas, nós sabemos que estudamos para o dia de amanhã nos formar e não conseguir trabalho, porque muitos dos nossos colegas, que já são professores, não têm trabalho... e temos que pensar em alguma alternativa, e não porque não existam escolas para dar a língua; têm muitas escolas que se reusam [recusam] a ensinar o português. Então, acho que o que está escrito em teoria, se fala, é bem diferente do que acontece na realidade, porque têm muitos professores que não podem trabalhar de professores, têm que trabalhar de outras coisas porque não há trabalho...

No fragmento acima, a cena enunciativa se constitui a partir de um Locutor que se representa como a fonte do dizer (que se dá como a origem do dizer) e que desconhece que fala enquanto predicado por um lugar social x (está predicado pelo locutor-x). Desse modo, as evidências desse lugar fonte do dizer se marcam no enunciado pelo uso de formas linguísticas consideradas por nós sintomáticas do desconhecimento ideológico. Entre essas formas, podemos citar os pronomes pessoais em primeira pessoa — "eu não tenho muita expectativa", "acho que o que está escrito na teoria [...]" —, por pronomes pessoais na primeira pessoa do plural (nós inclusivo) — "nós somos conscientes [...]", "nós sabemos que estudamos [...]" —, por pronomes possessivos — "muitos dos nossos colegas" —, e também por uma interferência do espanhol no fio do dizer — "muitas escolas se reusam a ensinar" (*rehusar*, em espanhol, significa *recusar* em português). Desse modo, a representação desse lugar fonte se dá pelo desconhecimento de L de que fala em uma cena enunciativa e de que é predicado por um lugar social de dizer.

Assim, considerando que L é necessariamente interpelado pelo locutor-x, embora seu lugar de origem do que diz seja garantido pelo seu desconhecimento, visualizamos no recorte acima que L está interpelado pelo locutor-falante de espanhol estudante de português na Argentina. A partir desse lugar social x, L está autorizado a dizer aquilo que ele diz em (1). É importante considerar, no entanto, que essa configuração da cena se dá pelo acontecimento enunciativo, que agencia politicamente os lugares de dizer.

O locutor-x desta cena está representado nesse acontecimento por enunciados como: "nós sabemos que estudamos para o dia de amanhã nos formar e não ter trabalho [...], "então, acho que o que está escrito em teoria, se fala, é bem diferente do que acontece na realidade, porque têm muitos professores que não podem trabalhar de professores, têm que trabalhar de outras coisas porque não há trabalho", "muitos dos nossos colegas, que já são professores, não têm trabalho". Levando-se em consideração esses enunciados, vemos que há um enunciador-coletivo que fala do lugar de um "todos" que não é genérico, mas que representa um grupo específico de sujeitos. Segundo Guimarães (2002, p. 38), "o enunciador-coletivo é este lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz". Nesse lugar de enunciação coletiva, estão também enunciados como: "o que está escrito em teoria, é bem diferente do que acontece na realidade", "estudamos para o dia de amanhã nos formar e não ter trabalho".

A partir dessa cena enunciativa, em que o Locutor enuncia a partir de um lugar de dizer coletivo, podemos observar que o acontecimento recorta como seu memorável um sentido de "português" como uma língua que não garante trabalho para aqueles que se dedicam ao seu estudo. Esse memorável de "português" sustenta os argumentos presentes nos seguintes enunciados:

(1a): "eu não tenho muita expectativa porque nós somos conscientes de que estudamos para o dia de amanhã nos formar e não ter trabalho, embora se fale que o português, como língua estrangeira, tem que ser ensinado obrigatoriamente nas escolas";

(1b): "muitos dos nossos colegas, que já são professores, não têm trabalho";

(1c): "têm muitas escolas que se recusam a ensinar o português".

Por essa série de enunciados, vemos que há, então, um memorável recortado por esse acontecimento que significa o português negativamente, isto é, significa "português" como "língua não útil de ser aprendida" e também, para retomar uma das metáforas de

"português" analisadas no capítulo anterior, como uma "língua de segunda ordem" que não merece ser ensinada. É, portanto, uma língua que, a despeito de sua oferta obrigatória nas escolas, é uma língua de "não trabalho". Isso se vê pelas relações parafrásticas presentes nos três enunciados selecionados acima: (1a) "estudamos para o dia de amanhã nos formar e não ter trabalho" → (1b) "muitos dos nossos colegas não têm trabalho" → (1c) "muitas escolas se recusam a ensinar português". Nessa perspectiva, a enunciação do Locutor se constitui assumindo o ponto de vista do locutor-x.

Relativamente ao espaço de enunciação, o que essa cena enunciativa nos mostra é que o Locutor é a representação enunciativa de um sujeito determinado pelas línguas que fala. Ou seja, trata-se da representação enunciativa de um sujeito falante de espanhol que não tem trabalho na Argentina por falar português, "uma língua de segunda ordem", "uma língua não útil", como vimos. Esse acontecimento enunciativo, pelo memorável que recorta, expõe o espaço de enunciação a uma divisão desigual (política) das línguas e dos seus falantes. Podemos dizer, com base no recorte acima e em recortes feitos no capítulo anterior, que essa divisão política das línguas se dá na medida em que há uma espécie de censura do português frente a outras línguas ditas estrangeiras em circulação nesse espaço de enunciação, como, por exemplo, o inglês. Ao se recusar o pertencimento do português ao espaço de enunciação escolar argentino, recusa-se ao mesmo tempo a sua possibilidade de simbolizar esse espaço.

Considerando o enunciado "e temos que pensar em alguma alternativa e não porque não existam escolas para dar a língua; têm muitas escolas que se recusam [recusam] a ensinar o português", temos posto aí que a afirmação de pertencimento dos não incluídos nessa divisão desigual do real se dá pela proposta de se pensar "em alguma alternativa". É essa alternativa que fará frente à exclusão desses sujeitos do espaço de enunciação argentino, sobretudo do espaço de enunciação escolar argentino.

Quando dissemos, no capítulo anterior, que as metáforas de "português" constituíam lugares de memória que tornavam possível que esse nome significasse de determinadas maneiras e não de outras, queríamos investir em uma discussão que colocasse em cena que os sentidos são construídos na e pela inscrição da língua na história, isto é, que não dependem da vontade ou da intenção daquele que fala. Desse modo, por exemplo, metáforas como "língua de segunda ordem" e "única língua diferente" produzem como

efeito na política de línguas presente nesse espaço de enunciação a justificativa de exclusão do português de suas possibilidades de simbolização do real.

Essa divisão se torna mais latente se olhamos para o segundo recorte que trazemos abaixo:

* * *

Recorte 2

E: Por que algumas escolas se recusam a ensinar o português?

MN: Eu não sei. Penso eu que a gen... nós, aqui em nossa cidade, se ensina nas escolas inglês e francês ou italiano. Então, acho que, se introduzir o português como língua, o francês ou o italiano vão ficar fora... então, têm muitos outros docentes que vão ficar fora sem trabalho ou vão ter que se formar porque eles ficar sem poder se inserir no mercado laboral. Então, eu acho que também é por isso.

Este segundo recorte traz elementos que se filiam ao memorável que sustenta "uma língua de segunda ordem" como metáfora de "português". Nesse sentido, o português significa uma língua de "não trabalho" frente às línguas de hegemonia capitalista como o inglês, o francês e o italiano.

Há nesse recorte um equívoco importante de ser analisado: a partir de um lugar de dizer individual, o Locutor apresenta o seguinte enunciado: "acho que, se introduzir o português como língua, o francês e o italiano vão ficar fora..." A ambiguidade que esse enunciado produz não pode ser tomado como um defeito de linguagem, como falta de proficiência do sujeito-falante em português, mas sim como uma possível incidência do político e da contradição da história na materialidade linguística. Em "se introduzir o português como língua", podemos produzir, pelo menos, duas leituras desse sintagma: 1) pode-se tomar o determinante "estrangeira" como algo que está elíptico e que incide sobre "língua", sendo, assim, uma reescrituração por elipse de "língua estrangeira", tal como aparece no recorte (1), produzindo uma generalização; nesse caso, poderíamos propor uma paráfrase do tipo: "se introduzir o português como língua estrangeira na escola..." 2) pode-se tomar, também, essa falta de determinação linguística sobre o significante "língua" ("português como língua Ø") como a condição para observarmos a determinação do político incidindo sobre a divisão das línguas no espaço de enunciação argentino e também

no latino-americano. Assim, nega-se o sentido de "língua" para "português", enquanto que o inglês, o francês e o italiano são significados como "línguas".

A partir dessa relação entre o português, por um lado, e o inglês, o francês, o italiano, por outro, podemos compreender de que modo a metáfora "uma língua de segunda ordem", assim como as outras, é um lugar de memória que determina a designação de "português": a passagem por esse lugar de significação do português é quase obrigatória quando falamos de relações entre línguas na América Latina. Há uma divisão incontornável em que o português é significado como "língua de segunda ordem" frente às línguas de hegemonia. Além disso, por ser um lugar de memória, os sentidos não param aí, apesar de passarem por ele. Isso quer dizer que os efeitos que as metáfora do nome "português" produzem sobre a designação desse nome são vários.

Consideremos o enunciado: "então, têm muitos outros docentes que vão ficar fora sem trabalho". Aqui, podemos dizer que o locutor-argentino/falante de espanhol aluno de português enuncia enquanto afetado pelo enunciadador-universal. Nesse lugar de dizer, há um argumento produzido que se estrutura da seguinte maneira: implantar o português nas escolas —) tirar o trabalho dos docentes de inglês, francês e italiano. A partir do equívoco apontado acima e dessa relação argumentativa, vemos que o acontecimento enunciativo recorta um memorável para "português" que justifica a sua exclusão, isto é, interdita-lhe a sua condição de língua, já que o que está na mirada é o português como "língua de segunda ordem", "única língua diferente" da América Latina.

É possível, ainda, pensarmos na contradição histórica que esse acontecimento enunciativo nos permite observar. Vemos que o português é uma disciplina escolar com oferta obrigatória. Há aí uma enunciação do Estado que se faz presente e que recorta um memorável de "integração" por conta, sobretudo, do acordo político-econômico do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No entanto, é no mesmo aparelho estatal — a escola — que a exclusão do português ocorre. Vemos isso no enunciado que integra o primeiro recorte: "têm muitas escolas que se reusam [recusam] a ensinar o português". Vemos, também, no seguinte enunciado, que integra o segundo recorte: "então, têm muitos outros docentes que vão ficar fora sem trabalho ou vão ter que se formar porque eles ficar sem poder se inserir no mercado laboral." Esses dois enunciados, produzidos pelo lugar do

enunciador-universal, apontam para a contradição que afeta os sujeitos-falantes de português na Argentina: estudar/se formar (em) português → ficar sem trabalho.

Diante dessas análises, constatamos que a política de línguas na Argentina e, também na América Latina, não se estrutura pelo consenso, pela imaginária "integração", já que a distribuição das línguas e dos sujeitos-falantes dessas línguas é normativamente desigual nesse espaço de enunciação. O litígio está sempre posto nessa distribuição desigual. O português e os falantes de português são, nesses dois recortes, aqueles que estão excluídos e que, ao mesmo, aqueles procuram afirmar seu pertencimento a esse espaço de enunciação.

Vejamos, abaixo, que elementos o recorte (3) nos traz para avançarmos nessa discussão.

* * *

Recorte 3

E: Você acha que essa recusa de implementação do português tem a ver somente com uma questão técnico-administrativa ou tem a ver com o prestígio das línguas?

MN: Tem a ver com questões administrativas e políticas. Hoje, na atualidade, é mais importante, na minha opinião, aprender a falar português porque o francês, o italiano são línguas da Europa. Então, nós, como unidade latino-americana, deveríamos aprender a falar as línguas de nosso território. Então, eu acho que mais administrativo e político também, nas escolas sobretudo.

Neste excerto, queremos analisar o seguinte enunciado: "Hoje, na atualidade, é mais importante, na minha opinião, aprender a falar português porque o francês, o italiano são línguas da Europa". Há aí um Locutor que se representa como a fonte do dizer, sendo que a sua enunciação "se dá como independente da história pela representação desta individualidade a partir da qual se pode falar" (GUIMARÃES, 2002, p. 25). Em outras palavras, a enunciação de L é afetada pelo lugar de dizer individual (enunciador-individual). O locutor-x, no caso deste recorte, continua sendo o locutor-argentino estudante de português na Argentina. Assim, no enunciado que selecionamos para análise, percebemos que o litígio entre as línguas se apresenta na medida em que o francês e o italiano têm suas designações determinadas por "línguas da Europa". Essa determinação pode apontar para um memorável que significa as "línguas da Europa" como "línguas

distantes". Desse modo, por serem "línguas distantes", o seu aprendizado, assim como a sua inserção no aparelho da escola, pode ser significado como "menos importante" frente ao ensino e ao aprendizado de português.

Considerando que o enunciado acima integra o texto em que enunciado "então, nós, como unidade latino-americana, deveríamos aprender a falar as línguas de nosso território" aparece, podemos dizer que, nessa divisão desigual das línguas no espaço de enunciação latino-americano, há uma afirmação de pertencimento própria ao funcionamento do político. Esse segundo enunciado coloca em cena um lugar de enunciação coletivo (enunciador-coletivo), que representa "a voz de todos como uma única voz" (GUIMARÃES, 2002, p. 38). É a partir, então, desse lugar de enunciação que se produz a determinação "língua do nosso território", que incide sobre "português". O DSD do nome "português" nesse recorte significa, então:



A análise do DSD acima nos remete a uma divisão do espaço de enunciação latino-americano que afirma o pertencimento do português significando-o como "língua do nosso território", língua da "unidade latino-americana", enquanto que o francês e o italiano são significados como "línguas da Europa". Podemos, também, pensar que esse acontecimento enunciativo reatualiza um memorável que pode ser o mesmo que sustenta a constituição da metáfora "única língua diferente do resto dos vizinhos" que determina a designação de português nesse espaço de enunciação. Assim, podemos pensar que, se todos os países

latino-americanos falam espanhol, com exceção do Brasil, aprender português é condição para a "unidade latino-americana".

Como estamos tratando da política de línguas e do espaço de enunciação latino-americano, acreditamos ser importante dizer que esses sentidos para as línguas se dão independentemente da vontade de um sujeito consciente do que diz, pois eles se constroem na história. Com isso, queremos colocar que importa pensar nos sujeitos-falantes enquanto estes são afetados pela política de línguas nesse espaço de enunciação. Conforme já dissemos, vemos que ser sujeito-falante de português não significa a mesma coisa, nesse espaço, que ser sujeito-falante de inglês ou de francês ou de italiano. E à medida que a distribuição é normativa e desigual, os falantes de português são convocados a afirmarem o seu pertencimento.

* * *

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas palavras de encerramento deste capítulo, queremos registrar que o nosso objetivo aqui foi o de analisar as relações entre línguas e entre línguas e sujeitos no espaço de enunciação latino-americano a partir de um ponto de vista que não fosse aquele das políticas públicas dos Estados Nacionais e nem aquele das perspectivas multiculturalistas tão em voga nos dias atuais. Isso porque para nós importa colocar em cena a questão da divisão estrutural/constitutiva do real das línguas e dos sujeitos na história, e não apenas pensar a divisão enquanto "diferenças culturais" que, por meio de uma política "bem planejada", podem ser "superadas", no sentido de que todos, reconhecendo essas diferenças, poderão conviver uns com os outros de maneira harmoniosa e consensual.

O conceito de "político", em uma teoria materialista como a nossa, é significativo porque ele, ao integrar o dispositivo analítico, não nos permite pensar em "superação" da divisão, do litígio, da censura, da exclusão, pois ele justamente nos leva a pensar que a divisão, o litígio, a censura, a exclusão são constitutivos de todo processo de significação. Resistir não é superar. É afirmar o pertencimento na própria desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu não quero mais o movimento completado que na verdade nunca se completa, e nós é que por desejo completamos; não quero mais usufruir da facilidade de gostar de uma coisa só porque, estando ela aparentemente completada, não me assusta mais, e então é falsamente minha — eu, devoradora que era das belezas.

(Clarice Lispector, *A paixão segundo G.H.*)

No início de desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, tínhamos como objetivo analisar o funcionamento e a constituição da designação do nome "português" no espaço de enunciação argentino, tendo como hipótese que as metáforas de "português" determinariam a sua designação. Além disso, pretendíamos observar de que modo essas considerações a respeito da relação entre designação e metáfora nos auxiliariam na compreensão da política de línguas presente nessa região específica da América Latina com que decidimos trabalhar. Por isso, optamos em intitular esse nosso percurso de "O tratamento enunciativo da metáfora no estudo da designação do nome *português* na América Latina: um trabalho com Política de Línguas".

No primeiro capítulo, empreendemos uma discussão em torno da história da constituição da semântica histórica da enunciação, lugar teórico esse em que nosso trabalho se insere, relacionando-a à uma história das ciências da linguagem. Nesse momento inicial, nossa preocupação não estava em apenas resenhar textos de autores consagrados em nosso campo de estudo, mas sim o de propor uma leitura que pudesse dar visibilidade ao nosso gesto de interpretação frente a essas histórias que procuramos reconstruir naquele momento. Ao escrevermos uma narrativa sobre a constituição do dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação, quisemos escrever a nossa própria história, isto é, quisemos tornar público as diversas maneiras com que essa história nos afeta. A

contribuição para o trabalho consistiu em que pudemos criar um lugar de sustentação teórica para o nosso dizer. Ali, explicitamos nossa filiação materialista e mostramos como essa filiação determina nossa concepção de linguagem, nossa concepção de sentido, de história, de político, de social e de sujeito. É um capítulo demasiadamente longo de nosso trabalho, mas de grande importância, pois ali estão os alicerces das reflexões que desenvolvemos nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, discorremos sobre os nossos materiais de análise e sobre a constituição do dispositivo analítico que construímos, a partir do dispositivo teórico da semântica histórica da enunciação, para analisá-los. Na composição desse dispositivo, três conceitos se fizeram principais em face de nossos objetivos e nossas hipóteses de pesquisa, são eles: o acontecimento, a designação e metáfora. Uma de nossas preocupações foi não somente a de abordar pura e simplesmente esses conceitos tais como eles aparecem nos textos de estudiosos da semântica histórica da enunciação. Pretendemos, assim como no primeiro capítulo, propor uma narrativa acerca da história desses conceitos de modo que fosse possível observar as especificidades de nosso trabalho de interpretação e de pesquisa frente a essa história que pode ser muitas. Acreditamos que as contribuições desse capítulo estão, em primeiro lugar, na discussão que fizemos em torno do conceito de designação, e, em segundo lugar, na proposta de pensar enunciativamente a metáfora que não estivesse filiada a uma tradição da retórica.

Sendo a designação de um nome, de uma palavra ou de uma expressão linguística o sentido que esse nome, essa palavra ou essa expressão produz em um dado acontecimento enunciativo e em certas condições sócio-históricas de produção, para nós foi fundamental pensá-la enquanto construída a partir de uma relação de linguagem, isto é, a partir de uma relação simbólica determinada pelo político, pela história e pela ideologia. Assim, por ser simbólica, a designação não refere o mundo sobre o qual a linguagem trata. Ela diz, certamente, sobre o mundo; porém, ela assim o faz a partir de uma relação de linguagem, o que produz efeitos de sentido que podem sempre ser outros.

Com relação ao tratamento enunciativo da metáfora, nossa contribuição com este trabalho foi o de pensar, a partir da hipótese forte de Guimarães a respeito do funcionamento metafórico na enunciação (cf. GUIMARÃES, 2011), um modo possível de abordá-la sem que para isso tivéssemos de recorrer a uma visão tradicional de metáfora que

a concebesse enquanto desvio de sentido literal. Desde a formulação do projeto que deu origem a este texto, nossa hipótese sempre foi a de que a metáfora é constitutiva do sentido e não apenas um apêndice, uma figura de linguagem. Mobilizando as reflexões de Guimarães (2011), em seu texto "Uma hipótese sobre a metáfora", passamos a concebê-la enquanto constituída por uma reescrituração por substituição sinonímica que funde um percurso de sentidos, isto é, um percurso de enunciações, e passa, a partir dessa fusão, a dizer sobre o sentido de "português" em dada cena enunciativa. As metáforas, do modo como as compreendemos, passam a funcionar como *lugares de memória* de um nome, em nosso caso o nome "português". E por serem um lugar de memória, elas têm que ver com a história, na medida em que nos permitem observar qual é o memorável recortado pelo acontecimento enunciativo e que significam um nome de uma determinada maneira e não de outra. É pelo fato de a metáfora ser instituída pelo acontecimento enquanto esse lugar de fusão de sentidos, esse lugar que diz sobre o sentido de um nome ou de uma palavra, por ser um lugar de memória que ela determina a designação de um nome ou de uma palavra.

Finalmente, no último capítulo, abordamos o modo de distribuição normativa e desigual das línguas e dos falantes no espaço de enunciação argentino, tendo em vista as metáforas de "português" que determinam a designação desse nome nesse espaço. Uma das contribuições desse capítulo é a de conceber politicamente as relações entre as línguas, isto é, de olhar para as divisões do espaço não pela ótica das políticas linguísticas dos Estados Nacionais, mas sim pela ótica do funcionamento simbólico, político e ideológico do real das línguas em relação.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)". In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

ANSCOMBRE, J-C. e DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelas: Pierre Mardaga Editeur, 1983.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990.

_____. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Entra a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. por Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **A questão da origem das línguas – A historicidade das ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

_____. **Filosofia da linguagem**. Trad. por Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2009.

AZEVEDO, A. V. **Mito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. 4. ed. Paris : Éditions Francke Berne, 1965.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Trad. por Aída Ferrás et al. São Paulo, SP: EDUC, 1992.

BRÉAL, M. As ideias latentes da linguagem. **Língua e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 20, 2008.

CERVONI, J. **A enunciação**. Trad. por L. Garcia dos Santos. São Paulo, SP: Editora Ática, 1989.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Trad. por Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. **Fondations de la Linguistique** : Études d'histoire et d'épistémologie. 2. ed. Bélgica : Duculot, 1997.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitária, 2000.

DELESALLE, S.; CHEVALIER, J.-C. **La Linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914**. Paris: Armand Colin, 1986.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. Trad. por Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, SP: Editora 34, 1995. (Coleção TRANS).

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FICHANT, M.; PÊCHEUX, M. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

FUCHS, C.; LE GOFFIC, P. **Les Linguistiques contemporaines: repères théorique** Paris: Hachette Supérieur, 1992.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Semântica e Pragmática. In: _____.; ZOPPI-FONTANA, M. G. **Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase.** Campinas, SP: Pontes, 2006. pp. 113-146.

_____. Domínio semântico de determinação. In: _____.; MOLLICA, M. C. (Org.). **A palavra: forma e sentido.** Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 51(1), pp. 49-68, jan./jun. 2009.

_____. Uma hipótese sobre a metáfora. 2011. In: CASTELLO BRANCO, L. K. et al. **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi.** Campinas, SP: Editora RG, 2011. pp. 359-372.

GUIRAUD, P. **La sémantique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1955. (coleção "Que sais-je?")

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer.** Trad. por Eni P. Orlandi. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1992.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Trad. por Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios).

_____. A história não existe?. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

HERBERT, T. (PÊCHEUX, M.). Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, n. 1, pp. 63-89, 1995.

JOANILHO, M. P. G. **Por uma abordagem discursiva da metáfora.** Campinas, SP: [s.n.], 1995. (dissertação de mestrado)

_____. **As metáforas da língua nacional.** Campinas, SP: [s.n.], 2005. (tese de doutorado)

KATZ, J. J. O escopo da Semântica. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística.** v. III (Semântica). Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, 1982.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation.** De la subjectivité dans le langage. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1980.

LECOURT, D. **Para uma crítica da epistemologia.** 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.

LACAN, J. **O seminário, livro 11:** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Trad. MD Magno. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MILNER, J.-C. **El periplo estructural:** figuras y paradigma. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

NEGRONI, M. M. G.; COLADO, M. T. **La enunciación en la lengua.** De la deixis a la polifonía. Madri: Gredos, 2001.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. (Org.). **Les lieux des mémoire**. vol.1. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

NORMAND, C. **Convite à Linguística**. Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

ORLANDI, E. Confronto pela linguagem. In: _____. (Org.). **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. (Linguagem/crítica).

_____. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios)

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007c.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007d.

PÊCHEUX, M. e FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009

PUECH, C. Saussure: réception et héritage : l'héritage linguistique saussurien : Paris contre Genève. (*mimeo*)

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. Trad. por Antônio Chelini et al. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de linguística geral**. Trad. por Carlos Augusto Leuba Salum et al. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2004.

SEIDE, M. S. **A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação**. São Paulo, SP: [s.n.], 2006. (Tese de doutorado)

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Trad. por Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.

VOGT, C. **Linguagem, pragmática e ideologia**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1989.

ŽIŽEK, S. Introdução: O espectro da ideologia. In: _____. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O português do Brasil como língua transnacional. In: _____. (Org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas, SP: Editora RG, 2009. pp. 13-41.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Trad. por André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Sinergia – Relume Dumará, 2004.